

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Laís Cristine Ferreira Cardoso

**DO "FORA DILMA" AO "NÃO VAI TER GOLPE": análise da cobertura do Jornal  
do Commercio sobre as manifestações pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff  
em 2016**

Recife

2017

LAÍS CRISTINE FERREIRA CARDOSO

**DO "FORA DILMA" AO "NÃO VAI TER GOLPE": análise da cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha.

Recife

2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C268d     Cardoso, Laís Cristine Ferreira  
Do “Fora Dilma” ao “Não vai ter golpe”: análise da cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 / Laís Cristine Ferreira Cardoso. – Recife, 2017.  
180 f.: il., fig.

Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2017.

Inclui referências.

1. Manifestação. 2. Política. 3. Democracia. 4. Jornalismo. 5. *Impeachment*. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.

302.23     CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-166)

Laís Cristine Ferreira Cardoso

TÍTULO DO TRABALHO: Do “Fora Dilma” ao “Não vai ter golpe”: análise da cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 30/05/2017

#### BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Ana Maria da Conceição Veloso  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTO**

Nada na vida se faz sozinho, e a caminhada pelo conhecimento é permeada de laços e encontros que, permanentes ou passageiros, nos agregam em valor e aprendizagem. No decorrer desses dois anos de mestrado, inúmeras foram as contribuições recebidas.

Agradeço imensamente a minha família, em especial minha mãe, Zoraya Ferreira, e minha irmã, Yane Ferreira, pelo apoio incondicional ao longo de todo o percurso, pelo entendimento da minha ausência em diversos momentos e pela torcida irrestrita;

Ao professor Heitor Rocha, pela orientação dessa dissertação e pelos diversos momentos de aprendizagem e escuta; por ter caminhado junto;

Aos professores Alfredo Vizeu e Ana Veloso pelas primorosas contribuições na qualificação deste trabalho, que nortearam a caminhada final e a conclusão desta pesquisa;

Aos amigos da vida: Nataly Queiroz, pela escuta, pelas conversas sobre teorias e toda a ajuda ao longo desse processo; Fabíola Mendonça e Mariana Banja, pela torcida e apoio em momentos cruciais; Bianca Calazans e Milena Dantas, pela torcida e vibração em todos os momentos;

Aos incríveis amigos que fiz ao longo desse mestrado, sobretudo Ana Paula Lucena, Juliana Costa, Keliny Silva e Thiago Lins, que compartilharam comigo os momentos de angústia e aprendizagem nesses dois anos, e por acreditarem na minha capacidade de realizar esse trabalho;

Aos meus chefes e colegas de trabalho, agradeço pelas concessões feitas para que eu pudesse conciliar minhas atividades e a realização dessa pesquisa;

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, pela sempre presente disponibilidade em nos ajudar a resolver problemas burocráticos e por não deixarem minhas solicitações sem resposta;

Aos mestres do PPGCOM, pelas ricas contribuições de conhecimento em todo o período dessa pesquisa.

A todos, muito obrigada!

*“A verdadeira comunicação não admite uma só voz, um só sujeito, a transmissão, a transferência, a distribuição, um discurso único, mas sim a possibilidade de muitas vozes, alteridade cultural, independência e autonomia dos sujeitos, inúmeros discursos, enfim, estruturas radicalmente democráticas, participatórias, dialógicas”*

Aline Lucena

## RESUMO

CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. **Do “Fora Dilma” ao “Não vai ter golpe”**: análise da cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Recife: 2017. 180 fls

A presente dissertação analisa a cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações populares relacionadas o *impeachment* de Dilma Rousseff realizadas em 2016. Tais protestos levaram milhares de pessoas às ruas do país e foram pautas constantes na mídia nacional e internacional. Especificamente, verificou o posicionamento do jornal acerca das manifestações, avaliando como as disputas políticas foram enquadradas, conferindo a eventualidade da hipótese de criminalização dos protestos ou juízos de valor sobre os mesmos e, por fim, procurando constatar se a cobertura jornalística contribuiu para intensificar a divisão entre manifestantes favoráveis e contrários ao *impeachment*. Para tal, foi desenvolvida uma perspectiva metodológica qualiquantitativa a partir da combinação dos métodos de Análise de Conteúdo e Análise do Discurso e levantamento bibliográfico sobre política e democracia, relação entre jornalismo e política, questões sobre discurso e poder, construção social da realidade, mídia e movimentos sociais, entre outros. Foram utilizados diversos autores como Habermas (1983; 1984; 1997; 2002), Hannan Arendt (2004), Norberto Bobbio (1997; 1998; 2000), Noam Chomsky (2013), Beger & Luckmann (1974; 2010), Van Dijk (1992; 2008), Michel Foucault (2014), Pierre Bourdieu (1989. 1990), Antônio Rubim (2016), John B. Thompson (2002), Venício Lima (2003; 2006; 2010; 2013; 2014), entre outros. Percebeu-se que a cobertura do jornal enquadrou os protestos pró *impeachment* como expressões legítimas do desejo da sociedade, enquanto que as manifestações contra a saída da presidente foram apresentadas como protestos de uma parcela da população movida por interesses político-partidário por estar vinculada ao PT. Assim, ficou evidente a seguinte classificação dos manifestantes: os favoráveis ao *impeachment* foram apresentados como cidadãos brasileiros imbuídos da missão de representação de toda a população; e os contrários foram caracterizados como militantes do PT. Tais mecanismos denotam juízo de valor por parte do periódico no que concerne às manifestações contrárias ao *impeachment* de Dilma, que foram dissimulados para aparentar isenção na representação noticiosa.

**Palavras-chave:** Manifestação. Política. Democracia. Jornalismo. *Impeachment*

## ABSTRACT

CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. **From "Dilma out" to "There's not going to be a coup":** analysis of *Jornal do Commercio* coverage on protests for and against the impeachment of Dilma in 2016. Recife: 2017. 180 fls

This master's thesis analyzes the coverage of *Jornal do Commercio* about the protests calling for and against Dilma Rousseff's impeachment, in 2016. Such protests led thousands of people to the streets of the country and were recurring subjects in the national and international media. More specifically, this thesis verified the newspaper's position on the protests, evaluating how the political disputes were framed, testing the hypothesis of criminalization of the protests or value judgments about them, and, finally, trying to verify if the journalistic coverage contributed to intensify the division between supporters and protesters calling for Dilma Rousseff's removal. For this purpose, a methodological perspective was developed based on the combination of the Content Analysis techniques and Discourse Analysis besides bibliographic survey on politics and democracy, relations between journalism and politics; questions about discourse and power, social construction, media and social movements, among other subjects. Several authors were used in the research, such as Habermas (1983, 1984, 1997); Norbert Bobbio (1997, 1998, 2000); Noam Chomsky (2013); Berger & Luckmann (1974, 2010); Van Dijk (2008); Michel Foucault (2014); Pierre Bourdieu (1989, 1990); Antônio Rubim (2016); John B. Thompson (2002) and Venício Lima (2003, 2006, 2010, 2013, 2014). It was possible to perceive that the newspaper's coverage frames the pro-impeachment protests as legitimate expressions of the society's desire, whereas the manifestations against the president's removal were presented as protests of a portion of the population moved by partisan influence because it was linked to PT (The Workers' Party). To sum up, the following classification of the protesters was evident: those who favored impeachment were composed as Brazilian citizens imbued with the representation mission of the entire population and, on the other hand, the Dilma's supporters were characterized as PT militants. Such mechanisms denote the newspaper's value judgment in relation to the manifestations contrary to Dilma's impeachment, which were concealed to appear journalistic impartiality.

**Keywords:** Protests. Politics. Democracy. Journalism. Impeachment.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1 - Capa da edição de 14/03/2016. ....</b>	<b>144</b>
<b>Imagem 2 - Capa da edição de 18/03/2016. ....</b>	<b>144</b>
<b>Imagem 3 - Capa da edição de 19/03/2016. ....</b>	<b>145</b>
<b>Imagem 4 - Capa da edição de 01/04/2016. ....</b>	<b>145</b>
<b>Imagem 5 - Capa da edição de 17/04/2016. ....</b>	<b>146</b>
<b>Imagem 6 - Capa da edição de 18/04/2016. ....</b>	<b>146</b>
<b>Imagem 7 - Capa da edição de 31/08/2016. ....</b>	<b>147</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Frequência de aparição dos personagens políticos nas matérias sobre as manifestações favoráveis ao <i>impeachment</i> por data dos protestos. ....	159
Gráfico 02 -	Frequência de aparição dos personagens políticos nas matérias sobre as manifestações contrárias ao <i>impeachment</i> por data dos protestos. ....	159
Gráfico 03	Número de citações dos principais personagens políticos nas matérias sobre as manifestações favoráveis ao <i>impeachment</i> . ....	160
Gráfico 04 -	Número de citações dos principais personagens políticos nas matérias sobre as manifestações contrárias ao <i>impeachment</i> . ....	160
Gráfico 05 -	Frequência de aparição das fontes nas matérias sobre as manifestações contrárias ao <i>impeachment</i> . ....	161
Gráfico 06 -	Frequência de aparição das fontes nas matérias sobre as manifestações favoráveis ao <i>impeachment</i> . ....	162

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01 -</b>	<b>Famílias que são proprietárias dos principais veículos de comunicação do Brasil . . . . .</b>	<b>64</b>
<b>Tabela 02 -</b>	<b>Lista dos deputados federais e senadores com mandatos eletivos em novembro de 2015 que possuem concessões de radiodifusão. . . . .</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 03</b>	<b>Ministros nomeados por Michel Temer à época da posse do governo interino que possuem concessão ou parentes com concessões de radiodifusão . . . . .</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 04 -</b>	<b>Políticos pernambucanos, seus sócios e diretores, que controlam rádio e televisão em Pernambuco até 2010. . . . .</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 05 -</b>	<b>Datas das manifestações e das edições do JC que compõem o corpus da pesquisa. . . . .</b>	<b>134</b>
<b>Tabela 06 -</b>	<b>Perspectivas para análise do <i>corpus</i> desse estudo. . . . .</b>	<b>135</b>
<b>Tabela 07 -</b>	<b>Enunciados utilizados para caracterizar os protestos favoráveis e contrários ao <i>impeachment</i>. . . . .</b>	<b>152</b>
<b>Tabela 08 -</b>	<b>Enunciados utilizados para caracterizar os manifestantes. . . . .</b>	<b>156</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 DEMOCRACIA E POLÍTICA: DA REPRESENTATIVIDADE À DELIBERAÇÃO.</b> ..	24
1.1 Política e Democracia: uma definição útil. ....	24
1.2 Democracia deliberativa: a teoria do discurso. ....	36
1.3 Ciberdemocracia. ....	42
1.4 Democracia à brasileira. ....	48
<b>2 JORNALISMO X POLÍTICA: TEIAS POR TECER</b> .....	54
2.1 Imprensa e poder: o caso brasileiro .....	64
<b>3 JORNALISMO, DISCURSO E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE</b> .....	76
3.1 Mídia e construção social da realidade .....	76
3.2 Discurso, poder e sociedade .....	83
3.3 Discurso das mídias .....	88
3.3.1 O discurso das mídias e as forças de influência (do)no fazer jornalístico. ....	97
<b>4 IMPEACHMENT, MOVIMENTOS SOCIAIS E A MÍDIA.</b> .....	104
4.1 Mobilizações e movimento sociais: algumas considerações necessárias. ....	104
4.2 Mídia e manifestações sociais. ....	112
4.3 Entre “coxinhas” e “PTralhas”: as manifestações sociais e a cobertura do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff. ....	120
<b>5 UM OLHAR SOBRE A COBERTURA DO JORNAL DO COMMERCIO.</b> .....	129
5.1 Metodologia. ....	129
5.1.1 Procedimentos da pesquisa. ....	133
5.2 As manifestações nas páginas do Jornal do Commercio. ....	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b> .....	167
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.</b> .....	172

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar a cobertura midiática empreendida pelo Jornal do Commercio acerca das manifestações sociais favoráveis e contrárias ao *impeachment* de Dilma Rousseff ocorridas em 2016. Tais protestos levaram milhares de pessoas às ruas em todos o país e foram pauta da mídia nacional e internacional, configurando-se como um importante elemento no contexto do afastamento da presidente do poder.

As manifestações relacionadas ao *impeachment* de Dilma são subsequentes a Jornadas de Junho de 2013, outro momento de tomada do espaço público pela sociedade civil como ambiente de expressão popular e reivindicação por direitos. Esse uso de ruas e praças como lugar pulsante da sociedade, seja como locais de efervescência cultural ou de debate sobre a coisa pública, não se estabeleceu na contemporaneidade, mas remonta às primeiras civilizações da história.

Na Grécia Antiga, especialmente na cidade-estado de Atenas, os gregos utilizavam um espaço público - que pode ser comparado a uma praça - para a realização da *ágora*<sup>1</sup>, isto é, uma assembleia ou reunião popular para discussão de questões relacionadas à *pólis*. Essa espécie de praça pública se caracterizava como um espaço construído, permanente e fixo, que tinha um sentido político, tendo em vista que era o lugar onde se deliberavam assuntos importantes para a vida dos cidadãos e da população como um todo.

Com o desenvolvimento das sociedades, sobretudo na modernidade, outras formas de discussão da coisa pública foram adotadas, principalmente em função do aumento da população, o que dificultou que todos pudessem participar ativamente das decisões políticas ao mesmo tempo. Mesmo nos sistemas democráticos, as formas de governo passaram a ser representativas, também chamadas indiretas, o que dificulta o acesso da população às decisões públicas que interferem diretamente na vida social. Em grande parte dos países democráticos, a sociedade tem a possibilidade de participar ativamente apenas em determinados momentos, a exemplo da eleição, mas não possui mecanismos efetivos de controle de gestão de seus representantes. Isso acaba por gerar, na maioria dos casos, um hiato entre as ações efetivadas pelos políticos eleitos e os reais desejos da população.

Diante do descontentamento com as decisões políticas, da negação de direitos básicos ou do descumprimento da lei por parte dos representantes, entre outros motivos, a sociedade tende a se manifestar e o faz, geralmente, por meio de protestos públicos. Tais mobilizações

---

<sup>1</sup> As mulheres e os escravos não participavam da discussão da coisa pública.

retomam as ruas enquanto ambiente de disputa e debate acerca da coisa pública. São exemplos recentes de manifestações populares, além dos protestos aqui estudados, a Primavera Árabe, o *Ocupe Wall Street*, e o movimento Indignados, entre outros. No Brasil, além das manifestações de 2013 e dos protestos estudados nessa pesquisa, ocorreu a Primavera das Mulheres, em 2015, onde milhares de mulheres ocuparam as ruas das principais capitais do Brasil em atos de protesto contra o Projeto de Lei nº 5069 de 2013, de autoria do deputado federal Eduardo Cunha, o qual dificultava o acesso à profilaxia e ao aborto legal para mulheres vítimas de estupro. As manifestações brasileiras aqui citadas ocorreram no início do século XXI após um período de pouco mais de vinte anos sem protestos de grandes proporções, cujo último exemplo foi o movimento Fora Collor, em 1992.

A retomada brasileira das ruas<sup>2</sup> nos últimos anos - de maneira mais forte como ambiente de luta por direitos sociais - faz parte de um movimento global de protestos que, apesar de terem como pautas questões internas dos países nos quais aconteceram, influenciou a população de outros países a irem às ruas como forma de reivindicar seus direitos. Dessa maneira, para entender as manifestações sociais aqui analisadas, faz-se necessário um levantamento acerca dos protestos de rua mais significativos ocorridos no início desse século.

O estopim desse movimento global se deu entre os anos de 2010 e 2011, quando vários países ao redor do mundo foram palco de manifestações populares, que tinham como mote desde levantes contra o capitalismo até a luta pelo fim de ditaduras.

(...) uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global (CARNEIRO, 2012, p. 7).

O início desse processo se deu com o movimento conhecido como Primavera Árabe, uma onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte da África, em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições de vida. As primeiras manifestações tiveram início na Tunísia<sup>3</sup> e culminaram na derrubada do ditador Zine El Abidini Ben Ali, que se mantinha há 23 anos no poder. Em seguida, foi a vez dos

<sup>2</sup> Vale ressaltar que as ruas nunca deixaram de ser ocupadas por movimentos sociais, como forma de se manifestar por direitos, a exemplo das ações do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), que protestam a favor da reforma agrária; a Marcha da Maconha, movimento que ocorre anualmente em diversos locais do mundo, incluindo várias cidades brasileiras, em favor da legalização da *cannabis*, entre outros. Entretanto, em 2013 as manifestações conhecidas como Jornada de Junho impulsionaram um número grande de pessoas a irem às ruas, por vários dias, formando uma onda de protestos que chegaram à várias cidades do país.

<sup>3</sup> As manifestações na Tunísia ficaram conhecidas como Revolução de Jasmin. Elas tiveram início em dezembro de 2010, mas ganharam força no ano seguinte.

egípcios saírem às ruas para enfrentar a violenta repressão das forças do ditador Hosni Mubarak e, apesar do assassinato de mais de 300 pessoas, a mobilização não recuou e levou à queda de um regime de mais de 30 anos de duração.

A onda de mobilizações se alastrou para outros países, e milhares de pessoas insatisfeitas tomaram as ruas da Argélia, do Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia, Omã e Líbia. Nesse último ocorreu a manifestação mais sangrenta: os manifestantes líbios travaram uma guerra de avanços e recuos, com milhares de mortos, contra o ditador Muamar Kadafi, que governou o país por 42 anos. O movimento, conhecido como Guerra Civil da Líbia ou Revolução Líbia, teve apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.

No mesmo ano, as manifestações populares eclodiram na Europa, com ocupações e greves na Espanha, na Grécia e em Portugal: na praça madrilena da *Puerta del Sol*, milhares de manifestantes participaram de protestos e montaram acampamentos, em um movimento que ficou conhecido como *Movimiento 15-M*, Indignados e *Spanish revolution*, que reivindicava mudanças na política e na sociedade espanhola, pois os participantes consideravam que os partidos políticos não os representavam nem tomavam medidas que os beneficiavam. Os protestos ocorreram em diversas cidades ao longo de vários dias do mês de maio. Já na Grécia, as diversas manifestações populares tiveram como pano de fundo uma grave crise econômica que assolou o país desde 2010, provocando forte endividamento. Em maio de 2011, o Parlamento grego aprovou medidas de austeridade, que incluíam congelar os salários do setor público, aumentar os impostos, valor da gasolina e a idade para a aposentadoria. Tais medidas provocaram revolta na população, que saiu às ruas para protestar contra o governo e essas decisões. Tais manifestações populares fizeram o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciar medidas econômicas de ajuda ao governo de Atenas.

Ainda na Europa, uma multidão tomou as ruas de várias cidades de Portugal, no dia 12 de março de 2011, nas maiores manifestações não vinculadas a partidos políticos no país desde a Revolução dos Cravos. O movimento, intitulado Geração à Rasca, bradava por melhores condições de trabalho e o fim da precariedade, e sua mobilização foi “fruto da insatisfação de um grupo de jovens que sentiram ser preciso fazer algo de modo a alertar para a deterioração das condições de trabalho e da educação em Portugal. (...) Protestamos por uma solução e queremos ser parte dela”<sup>4</sup>. A manifestação portuguesa foi precursora dos protestos na Espanha e Grécia.

---

<sup>4</sup> Trecho da carta aberta dirigida aos cidadãos e a qualquer organização da sociedade civil. O mesmo foi publicado em texto do Diário de Notícias, de Portugal. Disponível em < <http://www.dn.pt/dossiers/politica/crise->

As mobilizações populares chegaram de maneira contundente ao continente norte-americano, inflamadas pelas consequências da grave crise econômica que acometeu os Estados Unidos desde 2008 e repercutiu em vários países. A economia norte-americana entrou em depressão após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, que provocou a queda da bolsa de valores para níveis muito abaixo do normal, a quebra de bancos e a falência de diversas empresas. O número de desempregados aumentou consideravelmente, o que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais. A economia dos Estados Unidos demorou muito tempo para se recuperar, e em setembro de 2011, diversos manifestantes protestaram no *Zuccotti Park* e promoveram ocupações constantes da *Wall Street*, coração financeiro da cidade de Nova York, onde se localiza a bolsa de valores mais importante do mundo. Foram organizadas assembleias gerais nas quais os participantes debatiam os rumos do movimento, conhecido como *Occupy Wall Street*, e que protestou contra a ganância, a corrupção, a desigualdade econômica e social, além da influência das empresas, sobretudo do setor financeiro, no governo dos Estados Unidos. Diversas manifestações se espalharam por várias cidades americanas, dentre elas Boston, Chicago, Los Angeles, Portland, São Francisco e Oakland, sendo essa última a cidade onde ocorreu um dia de greve geral, parando um dos maiores portos do país. O slogan “*We are the 99%*”<sup>5</sup> (“Nós somos os 99%”) ecoou por todo o país, tornando-se mola propulsora, juntamente com a Primavera Árabe, para outras manifestações pelo mundo.

Diante da repercussão das ações nos Estados Unidos, outros *occupys* ocorreram pelo mundo, como em Frankfurt, na Alemanha, e nas cidades brasileiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. As manifestações paulistas ficaram conhecidas como Ocupa Sampa e mobilizaram aproximadamente 200 pessoas, entre os meses de outubro e novembro de 2011, no Vale do Anhangabaú (GOHN, 2014). Diferente do *occupy* americano, o movimento brasileiro teve entre suas reivindicações melhoria nos investimentos públicos nas áreas de saúde e educação, o combate ao preconceito, a violência contra a mulher e a homofobia, além de questões ambientais que envolvem a construção da usina de Belo Monte e o Código Florestal.

---

[politica-no-segundo-governo-de-socrates/noticias/interior/manifestacao-da-geracao-a-rasca-promete-juntar-milhares-1804490.html](http://politica-no-segundo-governo-de-socrates/noticias/interior/manifestacao-da-geracao-a-rasca-promete-juntar-milhares-1804490.html) > Acesso em 26 nov 2016.

<sup>5</sup> Esse slogan refere-se à crescente desigualdade na distribuição de renda e riqueza nos Estados Unidos, na qual 1% mais rico detém a maior parte em detrimento do resto da população. “Embora sem uma plataforma clara, o slogan citado criou uma identidade aos adeptos – ser contra ou criticar o capitalismo financeiro, não as instituições propriamente ditas” (GOHN, 2014, p. 40).



Apesar da ocorrência de manifestações populares no contexto do *occupy*, em 2011, os protestos ganharam as ruas brasileiras com a força<sup>6</sup> vista desde a Primavera Árabe apenas em 2013, com o movimento que ficou conhecido como as Jornadas de Junho. A partir da metade de 2013, intensas manifestações populares ocorreram nas principais capitais e regiões metropolitanas do Brasil com o objetivo inicial de contestar o aumento de R\$ 0,20 nas tarifas de transporte público por todo o país. Com o passar dos dias, as ações de rua ampliaram-se e incorporaram novas reivindicações: contra a corrupção, o desemprego e o aumento da inflação; melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação; contra a PEC 37<sup>7</sup>; contra a “Cura gay”<sup>8</sup>; dentre outras bandeiras.

Os gastos públicos com a Copa das Confederações no Brasil, evento futebolístico realizado em diversos estados brasileiros no mesmo período das manifestações, e a Copa do Mundo FIFA de 2014 também foram alvos dos protestos, nos quais os ativistas, além de reclamarem o uso excessivo do dinheiro público investido nos dois campeonatos, reivindicaram a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para verificar possíveis superfaturamentos. Essas demandas foram externadas pelos manifestantes por meio do uso de bordões como “Ei, Brasil vamos acordar: um professor vale mais do que o Neymar”<sup>9</sup>, “O gigante acordou”, e cartazes com frases como “FIFA, paga minha tarifa”, “Queremos hospitais padrões FIFA” e “Da Copa eu abro mão, quero é investimento em saúde e educação”<sup>10</sup>.

As manifestações com maior expressão, tanto pelo número de participantes quanto no espaço ocupado nos jornais, tiveram início na cidade de São Paulo e foram impulsionadas pelo Movimento Passe Livre - MPL, que se define como um movimento social independente que luta por um “transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora

---

<sup>6</sup> São vários os exemplos de manifestações populares no Brasil anteriores a 2013 e que demonstravam a força popular, em especial as Diretas Já, em 1984, e o movimento dos Caras Pintados pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, mobilizações essas que entraram para a história do país “como marcos de luta pela democracia e pela ética na política” (GOHN, 2016, p.128). Entretanto, entre os anos de 1992 e 2013 observou-se a ocorrência de protestos de rua que reuniram públicos específicos e pressionavam órgãos governamentais ou empresas. “A partir de 2013 novíssimos atores entraram em cena e mudaram o panorama das manifestações no Brasil com multidões nas ruas após serem convocadas por redes sociais on-line” (GOHN, 2016, p.129).

<sup>7</sup> Projeto de Emenda Constitucional que limitaria o poder de investigação do Ministério Público, restringindo-o apenas às polícias Federal e Civil.

<sup>8</sup> - Projeto de Decreto Legislativo 234/11 que altera uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe psicólogos de considerarem a homossexualidade uma doença e de tentarem mudar a orientação sexual de seus pacientes

<sup>9</sup> Disponível em < <http://noticias.r7.com/brasil/apos-protestos-dilma-anuncia-plano-nacional-de-mobilidade-urbana-22062013>> Acesso em 24 set 2013, as 15h42

<sup>10</sup> Disponível em < <http://esportes.terra.com.br/futebol/imaginava-se-tudo-na-copa-menos-os-protestos,2d740e154df5f310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>> Acesso em 24 set 2013, as 15h

da iniciativa privada”<sup>11</sup> (MOVIMENTO PASSE LIVRE). Em 13 de junho, mais de cinco mil pessoas se reuniram em pontos, como a Avenida Paulista, para se manifestar contra o aumento das tarifas do transporte público municipal. No decorrer da semana, manifestantes de outras capitais brasileiras, como Maceió, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, foram às ruas pelos mesmos motivos, tomando o aumento da passagem do transporte público como estopim para protestar contra o governo e expor outros problemas sociais. Foram registrados episódios de vandalismo, e a violenta repressão policial aos atos contribuiu com a indignação da população, o que culminou com maior número de adesões aos protestos.

As ações de junho se espalharam por mais de cem cidades brasileiras e até aquele momento foram as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor, em 1992, e do movimento Diretas Já!, em 1984, que lutava pelas eleições diretas no país, durante a Ditadura Militar. Os protestos desencadearam manifestações populares ao longo dos meses de julho e agosto, convocadas pelos ativistas, sobretudo por meio das redes sociais. Elas provocaram paralisações nacionais e uma greve geral no dia 07 de setembro, data em que se comemora a Independência do Brasil. Alguns protestos foram realizados nos outros meses, porém não com tanta regularidade, e retonaram à ordem do dia no ano seguinte, tendo como mote o abuso dos gastos públicos e o superfaturamento das obras para a Copa do Mundo de Futebol, realizada naquele ano no Brasil – um dos principais *slogans* carregados pelos manifestantes era “Não vai ter copa”. As manifestações ocorreram em várias cidades alguns meses antes da competição e chegaram ao ápice durante o campeonato, que teve jogos disputados em vários estados do país, o que originou uma pulverização de várias manifestações pelo Brasil.

Ainda em 2014, um fator importante reacendeu as disputas no contexto político e inflamou os ânimos da população: a eleição para Presidência da República, na qual a presidente Dilma Rousseff foi reeleita para o cargo com 51,6% dos votos válidos. A campanha eleitoral, em especial durante o segundo turno disputado pela candidata petista e pelo candidato do PSDB Aécio Neves foi marcada por uma acentuada divisão de ideias, calcadas na bipolaridade PT x PSDB, Esquerda x Direita, Vermelho x Azul, que culminou em uma cisão, ao menos simbólica, do país.

Em concomitância a essa divisão, uma crise econômica agravou o quadro financeiro e político do país e, em dezembro do mesmo ano, a Presidência anunciou um pacote de ajustes

---

<sup>11</sup> Disponível em < <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>> Acesso em 22 set 2014, as 10h33

fiscais, entre eles as Medidas Provisórias 664 e 665<sup>12</sup>, de redução de direitos trabalhistas e proteção social. Em paralelo, foi deflagrada a primeira fase da Operação Lava Jato<sup>13</sup>, cujo objetivo era investigar e desarticular um esquema de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões, além de investigar uma rede de doleiros que atuavam em vários Estados. A operação descobriu um esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país.

Diante desse contexto, ainda em 2014 um protesto em São Paulo pedia o *impeachment* da presidente e intervenção militar, mas só no ano seguinte as manifestações com esse mote ganharam corpo e se espalharam por diversas cidades do país. Nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015, milhares de manifestantes vestidos de verde e amarelo foram às ruas de várias regiões do Brasil para protestar contra o governo da Presidente Dilma Rousseff e a favor de sua destituição.

Os manifestantes pediram o fim da corrupção, reclamaram da situação econômica e defenderam o *impeachment* da presidente. Uma minoria falou em intervenção militar. O antipetismo foi a marca comum entre todos os grupos que decidiram protestar (ESTADÃO, Política, 15/03/2015).

Às manifestações de rua somaram-se os *panelaços*<sup>14</sup>, expressão referente às mobilizações na qual manifestantes, em sua maioria de classe média alta, batem panelas, geralmente em suas casas, no intuito de fazer barulho e protestar contra o governo. Os panelaços ocorriam no momento de algum pronunciamento ou entrevista na televisão com a presidente Dilma ou com o ex-presidente Lula. Em algumas cidades também ocorreram *buzinaços*, que seguiram a mesma lógica dos protestos com os utensílios domésticos.

---

<sup>12</sup> As medidas dificultam o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, à pensão por morte, ao auxílio-doença e ao seguro-defeso pago aos pescadores no período de proibição da sua atividade. A justificativa é combater fraudes e cortar 18 bilhões de reais nas despesas da União, parte do ajuste fiscal de, no mínimo, 60 bilhões definido pelo ministro da Fazenda à época, Joaquim Levy, para atingir um superávit primário de 1,2% do PIB.

<sup>13</sup> Operação realizada pela Polícia Federal que investigava esquema bilionário de corrupção e desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país, dentre elas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Galvão Engenharia. A operação, que está em andamento, teve início em março de 2014 e até novembro de 2016 contou com 37 fases, que culminaram em mais de 80 condenações, vários indiciamentos, e centenas de mandados de busca e apreensão, prisão temporária e preventiva, condução coercitiva, além de vários acordos de delação premiada. A Polícia Federal a considera a maior investigação de corrupção da história do país e também averigua crimes de gestão fraudulenta, organização criminosa, obstrução de justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida.

<sup>14</sup> É uma invenção latino-americana que foi utilizada pela primeira vez em uma marcha, em 1971, composta por atores de classe média contra o governo de Salvador Allende. Ele também foi utilizado na Argentina, em 2001, em manifestações contra o então presidente De la Rúa.

Em contrapartida, manifestações de apoio ao governo da presidente Dilma ocorreram em várias cidades do país. Nos dias 13 de março, 20 de agosto e 16 de dezembro, milhares de manifestantes tomaram as ruas de diversas cidades do país, dentre elas São Paulo, Acre, Rio Branco, Maceió, Macapá, Salvador, Fortaleza, Recife, Vitória, Goiânia, Brasília, Cuiabá, Belo Horizonte, Curitiba, João Pessoa, entre outras. Segundo matéria veiculada no portal G1 sobre a mobilização ocorrida no mês de agosto, “Os protestos são uma reação organizada por partidos e entidades civis às manifestações de domingo (16), que pediram o *impeachment* da presidente. (...) Os manifestantes também criticavam o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e o ajuste fiscal” (G1, Política, 20/08/2015).

Apesar do grande número de mobilizações em 2015, os protestos de rua ganharam fôlego e ainda mais expressão em 2016, após o início do processo de *impeachment* da presidente Dilma. O então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acatou solicitação para interrupção do mandato da presidente em 02 de dezembro de 2015, mas só deu segmento ao processo no ano seguinte, com a criação de uma comissão especial que analisou o *impeachment*. Dilma foi acusada de ter editado decretos liberando créditos suplementares, em 2015, em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e sem o aval do Congresso Nacional, o que acarretaria em crise de responsabilidade fiscal, e de ter atrasado repasse de verba para bancos públicos para pagamentos de programa de crédito agrícola, o Plano Safra. A medida, que foi vista pela acusação como um empréstimo de um banco estatal para o governo, o que é proibido por lei, é conhecida como pedalada fiscal – uma tentativa de maquiagem nas contas.

A defesa de Dilma afirmou que os decretos não ampliaram gastos, mas remanejaram verbas para outros setores, e que a assinatura dos decretos ocorreu por solicitação do Judiciário e também do Tribunal de Contas da União (TCU), após avaliação do corpo técnico, e que “ainda que houvesse algo de errado, não haveria má fé da presidente e, portanto, razão para o *impeachment*” (EL PAÍS, Brasil, 31/03/2016). No que concerne às chamadas pedaladas, a defesa da presidente afirma que “são, simplesmente, atrasos em pagamentos, e não configuram empréstimos” (EL PAÍS, Brasil, 31/03/2016). Em julho de 2016, o Ministério Público Federal emitiu parecer em que concluiu que as pedaladas fiscais não configuram crimes comuns e pediu arquivamento do processo para apurar possível infração penal de autoridades do governo de Dilma. Segundo o Procurador da República Ivan Marx, as manobras visaram maquiar as contas públicas, o que acarreta em improbidade administrativa, mas não se enquadram no conceito legal de operação de crédito ou empréstimo e, por isso, não seria necessário pedir autorização ao congresso (EL PAÍS, 2016).

Dando prosseguimento ao processo do *impeachment*, em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprova a admissibilidade do processo para o afastamento de Dilma, por 367 votos a favor, 137 votos contra e sete abstenções. A sessão, presidida por Eduardo Cunha (PMDB) e transmitida ao vivo por vários veículos de comunicação, em especial de televisão e internet, foi marcada para um domingo e se encerrou após seis horas de votação de um total de nove horas de duração da sessão. Com a autorização da Câmara, o processo seguiu para o Senado Federal que, após constituição de uma comissão especial para analisá-lo, votou pela abertura da investigação. Com essa decisão, Dilma foi afastada do cargo por até 180 dias e o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu o cargo em caráter temporário. Após o prosseguimento dos trâmites processuais, em 25 de agosto, começa a etapa final do julgamento e, no dia 31 do mesmo mês, o Senado Federal aprova o *impeachment* de Dilma Rousseff, que perde definitivamente seu cargo, mas mantém sua elegibilidade.

Diante desse contexto político, as ruas voltaram a ser palco das manifestações pró e contra o governo em 2016. Convocadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, os protestos pró-*impeachment* levaram milhares de pessoas para as principais capitais do país nos dias 13 e 16 de março<sup>15</sup>, 17 de abril, 31 de julho e 31 de agosto, e ganharam grande destaque nos veículos de comunicação nacionais. Grande parte dos jornais impressos, por exemplo, estamparam os protestos em suas capas, e alguns abordaram a temática até em edições que precederam as manifestações, em especial as do dia 13 de março. Essas foram assim descritas pelo site do Estadão: “Na maior manifestação da história do País, milhões de brasileiros foram às ruas neste domingo, 13, em pelo menos 239 cidades nas cinco regiões, pedir a saída da petista Dilma Rousseff, 68 anos, da Presidência da República” (ESTADÃO, notícias, 13/03/2016).

Em contrapartida, mobilizações contrárias ao *impeachment* também tomaram as ruas de várias cidades do país. Nos dias<sup>16</sup> 18 e 31 de março, 17 de abril, 10, 12 e 15 de maio, 06 de junho, 31 de julho, 29, 30 e 31 de agosto, 1º e 02 de setembro, a Frente Brasil Popular, formada por movimentos sociais e centrais sindicais, e a Frente Povo Sem Medo, liderada pelo MTST<sup>17</sup> (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e que engloba cerca de 30

<sup>15</sup> Os protestos continuaram nos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de março, porém com ações pontuais, em especial na cidade de São Paulo, como o acampamento de pessoas em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

<sup>16</sup> Ocorreram manifestações em outras datas, no entanto, algumas mobilizações foram pontuais, ocorrendo em poucos lugares concomitantemente. Assim, para efeitos de metodologia, tendo em vista que nos propomos a analisar as manifestações que mobilizaram várias partes do país, iremos elencar aqui apenas as mobilizações que aconteceram no mesmo dia em, no mínimo, 5 partes diferentes do Brasil.

<sup>17</sup> Em vários dias, a exemplo de 28 de abril, houve protestos do MTST contra o *impeachment*, com bloqueio de avenidas e rodovias em várias cidades brasileiras.

movimentos sociais, impulsionaram milhares de manifestantes a protestarem contra o impedimento de Dilma. Outras bandeiras do movimento foram a permanência da democracia, a cassação do mandato e a prisão do deputado Eduardo Cunha e o rechaço à parcialidade midiática no tocante ao processo de *impeachment*.

Diante da complexidade do contexto político brasileiro e a importância das manifestações populares, bem como o impacto de um *impeachment* para o regime democrático do país, incluindo, também, o impacto nos aspectos sociais, políticos e econômicos, todo o processo esteve entre as principais pautas da mídia nacional e internacional, em especial as manifestações de rua. Essas renderam diversas matérias, artigos de opinião e até mesmo editoriais de veículos do Brasil e de vários países do mundo, como o The New York Times, Financial Times, El País, The Guardian, The Economist, CNN, entre outros. Apesar disso, alguns críticos apontam divergências bastante significativas entre a cobertura midiática internacional e a cobertura brasileira, e afirmam que essa última se deu de forma parcial. “Enquanto a mídia tradicional brasileira mantém discurso de legitimação do *impeachment*, veículos internacionais dão visibilidade ao risco à democracia” (NÓBREGA, 2016).

Em texto veiculado na edição de 24 de abril de 2014, o ombudsman do periódico francês *Le Monde*, Franck Nouchi, fez considerações sobre o editorial do veículo publicado em 31 de março, no qual o jornal afirma que o *impeachment* não é um golpe de Estado. O jornalista aponta que o editorial não foi equilibrado, em especial por não ter informado que parte dos apoiadores do afastamento de Dilma são acusados de corrupção e por não ter abordado suficientemente a parcialidade da mídia brasileira<sup>18</sup>. O partidarismo da mídia do Brasil também foi citado pelo colunista do The Economist Michael Reid, em entrevista à BBC Brasil: “A mídia brasileira está muito partidária, isso faz com que as pessoas olhem mais para publicações internacionais” (DUARTE, 2016).

Face à importância das manifestações, enquanto espaço de luta política e reivindicações, em especial no contexto político brasileiro dos últimos anos, e levando em consideração as críticas relacionadas à parcialidade da mídia brasileira na cobertura dos protestos e o importante papel que essa desempenha na legitimação dos fatos e na mediação social, é imperativo estudar a cobertura midiática brasileira acerca das manifestações contra e a favor ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Diante da multiplicidade de veículos de

---

<sup>18</sup> Texto disponível em < [http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/03/30/bresil-ecceci-n-est-pas-un-coup-d-etat\\_4892309\\_3232.html](http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/03/30/bresil-ecceci-n-est-pas-un-coup-d-etat_4892309_3232.html) > Acesso em 30 nov 2016.

comunicação no Brasil, se faz necessário escolher um recorte específico a fim de poder realizar o estudo aprofundado e de qualidade.

Dessa maneira, a presente dissertação teve como objetivo analisar a cobertura do Jornal do Commercio sobre os protestos contrários e favoráveis ao impedimento de Dilma ocorridos em 2016. Especificamente, pretendeu verificar o posicionamento do periódico acerca das manifestações; analisar de que maneira o veículo abordou as disputas políticas; avaliar se houve criminalização dos protestos ou juízos de valor por parte dos jornal; bem como buscou constatar se a cobertura jornalística contribuiu de alguma maneira para intensificar a divisão entre manifestantes a favor e contrários ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nossa análise parte das seguintes hipóteses: o jornal abordou as manifestações de maneira tendenciosa, visando legitimar o discurso dos protestos a favor do *impeachment*; houve desequilíbrio na cobertura, com destaque maior para as manifestações a favor da interrupção do mandato da presidente; houve caracterização, por parte do periódico analisado, dos manifestantes contrários ao *impeachment* de Dilma como pessoas em defesa do governo da petista por motivos político-partidários, sem abordar umas das principais bandeiras do movimento: a defesa da democracia.

A escolha pelo Jornal do Commercio foi motivada pelo fato de ser o maior jornal de Pernambuco em número de exemplares pagos e figurar entre os 50 maiores jornais em circulação paga no Brasil, segundo a Associação Nacional dos Jornais (ANJ). Para analisar a cobertura empreendida pelo JC, esse estudo adotou uma perspectiva qualiquantitativa e utilizou como aporte metodológico aspectos da Análise de Discurso (AD) e a de Análise de Conteúdo, à luz de Laurence Bardin (2002). Para isso, foram elaboradas duas categorias de análise das matérias – uma categoria relacionada às questões textuais e a outras às questões não textuais – e categorias temáticas para a apresentação de tais análises nessa pesquisa. O corpus é formado por 36 matérias, dez capas e sete editoriais publicados no Jornal do Commercio. Essa categorização será apresentada no capítulo 5, que descreverá a metodologia de forma detalhada.

No que concerne ao embasamento teórico dessa dissertação, foi empreendido levantamento bibliográfico sobre política e democracia, a luz de teóricos como Hannah Arendt (2004), Norberto Bobbio *et al* (1997; 1998; 2000), Moses Finley (1988); relação entre jornalismo e política, utilizando autores como Jürgen Habermas (1983; 1984; 1997; 2002), Noam Chomsky (2013), John B. Thompson (2002), Venício Lima (2003; 2006; 2010; 2013; 2014), Antônio Rubim (2016), etc.; discurso e poder, a partir de Van Dijk (1992; 2008), Michel Foucault (2014), Norman Fairclough (2001), Manuel Castells (2003), etc.; discurso

das mídias, utilizando Patrick Charaudeau (2009), Stuart Hall *et al* (1999); construção social da realidade, com Beger & Luckmann (1974; 2010), Jesús Martín-Barbero (2004), Pierre Bourdieu (1989, 1990), João Pissara Esteves (2011), Pedrinho Guareschi (2004); mídia e movimentos sociais, a partir de Maria da Glória Gohn (2004, 2009, 2011, 2013), José Arbex Jr (2003), Leopoldo Volanin (2007), entre outros.

Diante da peculiaridade do objeto desse estudo, cujo contexto está associado à política, fez-se necessário uma revisão acerca dos conceitos de política e democracia. Tais perspectivas são apresentadas no capítulo 1 desse estudo, bem como o desenvolvimento das mesmas ao longo da história, a concepção de regime democrático sob a ótica do discurso, aspectos específicos referentes à democracia no âmbito digital – ciberdemocracia – e o modelo desse regime no Brasil.

Ainda no que se refere à política, o capítulo 2 aborda as nuances acerca da íntima relação entre essa e o jornalismo, que impacta diretamente na opinião pública e no exercício da democracia, especialmente o caso brasileiro.

O capítulo 3 é dedicado à pesquisa bibliográfica sobre os temas mídia e construção social da realidade, discurso e poder e discurso das mídias. Tal levantamento se fez necessário, tendo em vista a importância da mídia, e consequentemente do discurso, para elaboração e legitimação da noção de realidade, amplamente influenciada pela primeira. Nesse capítulo também são analisadas questões – internas e externas – que influenciam a produção do discurso jornalístico, além de tratar acerca do *Agenda Setting* e da Teoria Organizacional

No capítulo 4 foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a cobertura midiática dos movimentos sociais e manifestações de rua e, especificamente, traça um panorama acerca da posição da mídia em geral na cobertura dos protestos de 2016.

O capítulo 5 apresenta de forma detalha a metodologia empreendida nesse estudo e a análise da cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações relacionados ao *impeachment* de Dilma a partir do corpus estabelecido. A apresentação da análise é seguida das considerações finais, que fazem um apanhado dos principais resultados desse estudo.



# 1 DEMOCRACIA E POLÍTICA: DA REPRESENTATIVIDADE À DELIBERAÇÃO

## 1.1 Política e Democracia: uma definição útil

As manifestações sociais acerca do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, objeto de estudo dessa pesquisa, estão envoltas em um contexto social complexo e têm como pano de fundo as disputas pelo poder político e o exercício da democracia. Ao longo do processo de impedimento da presidente, independente do apoio ou de sua contestação, diversas foram as menções à Constituição Federal de 1988, à legitimidade ou não do processo, o respeito ao resultado das eleições de 2014, entre outras questões que têm como ponto de interseção a política e o regime democrático.

Dessa maneira, a fim de situar o objeto dessa pesquisa, faz-se necessário discorrer acerca desses dois pontos, que, devido à sua complexidade, poderiam ser por si só objeto de análise. Entretanto, serão feitos breves considerações acerca de suas definições e da evolução histórica de seus conceitos e vivências.

O termo política vem do grego *politéia*, uma derivação de pólis (*politikós*) e designa tudo o que se refere à cidade, relacionando-se ao que é urbano, civil e público. É uma maneira de convivência em sociedade visando partilhar as decisões e escolhas referentes à polis. Sua origem<sup>19</sup> é remetida a Grécia Antiga, organizada em cidades-estados, que possuíam leis e estruturas sociais e econômicas específicas, sendo essas decididas a partir da discussão pública, a fim de determinar as melhores formas de gerir as questões públicas.

A concepção de política antiga é definida por Moses Finley (1988, p. 26-27) como “(...) a arte de decidir através da discussão pública – e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada”. Nessa mesma perspectiva, o filósofo Cornelius Castoriadis entende

por política não intrigas de corte, nem lutas entre grupos sociais que defendem seus interesses ou posições (coisas que ocorrem em outros lugares), mas uma atividade coletiva cujo objetivo é a instituição da sociedade enquanto tal. É na Grécia que encontramos o primeiro exemplo de uma sociedade deliberando explicitamente acerca de suas leis, e modificando-as (CASTORIADIS, 2002, p. 299).

---

<sup>19</sup> Vale destacar que civilizações anteriores a Grécia já desenvolviam relações de poder e autoridade, e, por conseguinte, relações políticas. Entretanto, os gregos é que desenvolveram as características de autoridade e poder no sentido político, com destaque para a obra de Aristóteles.

O surgimento da política na Grécia antiga desloca o centro das decisões sobre o gerenciamento da cidade - antes calcado de modo vertical, de cima para abaixo, com as leis sendo impostas de forma hierárquica pelos detentores do poder, que se colocavam em um plano divino e, portanto, superior ao plano humano – para a discussão pública, na qual os gregos debatiam as normas que deveriam pautar a conduta e convivência humana. Essa mudança, traduzida na descoberta da política, representa, segundo Finley, uma tomada de consciência acerca da capacidade dos sujeitos de decidir questões relacionadas à vida pública e de aceitar tais termos como condições ou normas para uma vida civilizada (FINLEY *apud* SILVA, 2015).

Diante da multiplicidade de características, tanto dos sujeitos que compõem a população quanto das questões públicas a serem debatidas, tem-se a ideia de que a política, enquanto forma de governo, surgiu para garantir a estabilidade social. Dessa maneira, seu conceito está intimamente ligado à ideia de poder, sendo esse compreendido como “meios adequados à obtenção de qualquer vantagem” (HOBBS *apud* BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998b, p. 954); ou ainda como o “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados” (RUSSEL *apud* BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998b, p. 954). Baseados nessas definições, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998b) apontam o poder como uma relação entre dois sujeitos que impõem um ao outro suas vontades e determinam seu comportamento.

(...) a definição de poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição de poder como posse dos meios (...) que permitem alcançar justamente uma ‘vantagem qualquer’ ou os ‘efeitos desejados’. O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998b, p. 954-955).

Existem várias formas de poder do homem sobre o homem, dos quais destacamos o poder político. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino, o poder político

se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física (as armas de toda a espécie e potência): é o poder coator no sentido mais estrito da palavra. (...) Como poder cujo meio específico é a força, de longe o meio mais eficaz para condicionar os comportamentos, o poder político é, em toda a sociedade de desiguais, o poder supremo, ou seja, o poder ao qual todos os demais estão de algum modo subordinados (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998b, p. 955-956).

A existência do poder político e a organização de uma coletividade social propiciam a existência de um Estado<sup>20</sup>, instância responsável pelo controle e gerenciamento de determinada sociedade. Esse é o detentor máximo do poder político, que, para além das escolhas acerca das questões relacionadas à convivência em sociedade, é caracterizado pela exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos sociais, utilizando-se do direito à coerção. Dessa maneira, para garantir o interesse da sociedade em geral, o Estado pode lançar mão do uso da força física e coercitiva. Essa permissão subentendida ocorreu, segundo hipótese de Hobbes, na passagem do estado apolítico para o estado político, quando os sujeitos renunciaram seu direito de usar suas forças individuais e o transferiram para um único organismo, que será o único autorizado a usar a força contra eles. Baseados nas teorias de Marx e Engels, Bobbio, Mattelucci e Pasquino afirmam que

(...) numa sociedade dividida em classes antagônicas, as instituições políticas têm a função primordial de permitir à classe dominante manter seu domínio, alvo que não pode ser alcançado, por via do antagonismo de classes, senão mediante a organização sistemática e eficaz do monopólio da força (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998b, p. 956).

Nessa perspectiva, fazemos a ligação com a ideia de Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, na qual colocou que o que move a política é a disputa pela conquista e a manutenção do poder e, por conseguinte, os fins – uso legítimo da força por parte dos governantes –, justificariam os meios – manutenção do poder político e da ordem. “O cenário montado por Maquiavel é de intensa disputa, conflitos, e homens que se aliam, se desaliam e se matam por poder. (...) A política, enfim, é tão comum quanto a árvore e a pedra, não há espanto e nem moral, em suma, é uma questão de correlação de forças” (LAGE, 2013, s.p.). Porém, alguns pesquisadores, como Heitor Rocha e Rakel de Castro (2015), consideram contraditória tal interpretação, tendo em vista tratar-se de uma questão complexa e que deve ser contextualizada com as implicações ideológicas da epistemologia positivista. Isso se justifica porque as concepções de avaloratividade científica ou de neutralidade axiológica constituem um mecanismo ideológico que busca ocultar valores éticos e morais que envolvem opressões e violências, sobretudo de natureza simbólica, com o intuito de preservar regimes que não possuem legitimidade. Assim, a redução da política à mera correlação de forças

---

<sup>20</sup> Há múltiplas teorias acerca do surgimento do Estado, dentre elas a Teoria da força, também conhecida como origem violenta do Estado, que afirma que a organização política resultou do poder de dominação dos mais fortes sobre os mais fracos. Segundo Max Weber, “por Estado se há de entender uma empresa institucional de caráter político onde o aparelho administrativo leva avante, em certa medida e com êxito, a pretensão do monopólio da legítima coerção física, com vistas ao cumprimento das leis” (WEBER *apud* BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998b, p. 956).

objetivas, sem vinculação aos juízos de valor dos cidadãos, é uma simplificação primária da vida política e não leva em consideração a construção e reconstrução discursiva cotidiana das normas que coordenam a ação das pessoas e definem o que pode ser considerado verdadeiro, racional, justo e, portanto, legítimo.

Acrescentamos, aqui, que essa disputa envolve o poder político, e que esse possui tanto uma perspectiva relacionada ao uso da força, como uma perspectiva social, ligada à capacidade de agir e de influenciar o comportamento de um indivíduo, envolvendo as relações humanas em sociedade e a mediação de conflitos na política.

O ato de governar implica necessariamente em uma disputa cotidiana acerca do poder de governar. A governabilidade, entendida como conjunto de condições políticas para governar, deve ser pensada como perpassada por um constante embate entre os ocupantes do governo e as oposições, sejam elas partidos, políticos profissionais e/ou cidadãos (RUBIM, 2001, p.170)

A governabilidade, portanto, é um jogo de forças no qual incidem diversos sujeitos políticos. Para que o representante máximo do poder consiga governar, se faz necessário um contexto no qual essa correlação de forças propicie uma conjuntura de estabilidade política, social e financeira. No que concerne à realidade brasileira, especificamente ao segundo mandato de Dilma Rousseff para Presidência da República, contexto no qual estão inseridas as manifestações populares que são objeto de estudo dessa pesquisa, é possível observar um contexto de instabilidade política em virtude do desequilíbrio nessa correlação, o que ocasionou uma crise política no país. As condições de governabilidade da presidente sofreram influência direta das disputas políticas e ideológicas ocorridas no interior do desigual jogo de forças desenvolvido no cenário de reprodução simbólica devido à parcialidade da Grande Mídia, do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Sem dar prioridade à articulação política ao longo de todo o primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff agora colhe os resultados da falta de diálogo com os parlamentares: sua segunda temporada à frente do Palácio do Planalto não completou dois meses e o Congresso Nacional já se tornou um campo minado. A nova Legislatura foi oficialmente aberta há duas semanas, tempo suficiente para que deputados e senadores, inclusive os que desembarcaram em Brasília como aliados, articulassem a rejeição a projetos caros ao governo (MATTOS; CASTRO, 2015, s.p.)

A dificuldade de governabilidade no segundo mandato de Dilma Rousseff impactou diretamente nas áreas social, política e econômica do país e é proveniente, dentre outros aspectos, da dificuldade de articulação política entre a oposição e a situação. Isso se deve

porque, em uma concepção mais abrangente, a ideia de política deixou de se restringir as decisões relativas à cidade e à disputa de poder para o gerenciamento da coisa pública, e passou a se referir a questões acerca do relacionamento das pessoas. Para Hannah Arendt, o sentido central da política é a liberdade e “no ponto central da política está sempre a preocupação com o mundo” (ARENDT, 2004, p.35). Assim, o fator político não se restringe ao que é relativo à cidade ou ao governo, mas ao indivíduo.

Na concepção de Arendt, a política baseia-se na pluralidade dos homens e, portanto, refere-se a convivência entre indivíduos diferentes: “Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDT, 2004, p. 21-22). A política, portanto, se dá justamente nesse encontro entre sujeitos e não é algo inerente aos mesmos: “(...) o homem é a-político. A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espço e se estabelece como relação” (ARENDT, 2004, p. 23). Dessa maneira, a verdadeira política é construída pelos cidadãos quando esses se encontram em espaços públicos para debater questões relacionadas a problemas políticos, e tem como base a liberdade e espontaneidade humanas.

Kurt Sontheimer, no prefácio do livro *O que é Política?*, que agrupa fragmentos das obras póstumas de Arendt reunidos por Ursula Ludz, faz um compilado das ideias da filósofa e cientista política e expõe que “a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política” (SONTHEIMER, 2004, p.8-9). E ele completa: o “livre agir é o agir em público, e público é o espaço original do político. Nele o homem deve mostrar-se em sua liberdade e espontaneidade, e se afirmar no trato político com outros” (ARENDT, 2004, p. 11).

Esse ambiente para a discussão da coisa política refere-se à esfera pública, que além do debate acerca do que é público, é, para Jürgen Habermas, a dimensão social na qual se faz a mediação entre o Estado e a sociedade e onde surge a opinião pública. A ideia de esfera pública surge com a expansão da participação política e o fortalecimento da ideia de cidadania. Assim, a esfera pública é o local onde acontece uma das bases da política, a discussão acerca do que é público.

Tudo que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido. Haverá talvez verdades que ficam além da linguagem e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem que, seja o que for, não é um ser político. Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste

mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos (ARENDT *apud* SILVA, 2009, p. 42).

Com o passar do tempo e o desenvolvimento de sociedades mais complexas, assim como o avanço da ciência acerca dessas sociedades, tomando como base essa concepção de política centrada no indivíduo, tal termo ganhou diversas acepções, podendo ser um substantivo, ao designar questões relacionadas ao que é público, ou um adjetivo, ao referir-se ao comportamento do indivíduo em relação com outro, mesmo que em um ambiente privado, caracterizando uma forma de agir. Para efeitos metodológicos, utilizaremos nesse estudo a concepção inicial que se refere à maneira de organizar e gerenciar o que é público, tendo como característica a disputa de poder, e baseada no debate público para a tomada de decisão sobre questões relacionadas à sociedade.

Nessa ideia de discussão da coisa pública pelos sujeitos em geral, os gregos desenvolveram o primeiro regime político com a participação popular: a democracia. A origem do termo vem do grego *demokratia*, cuja etimologia é *demos* (povo), e *kratos* (governo), sendo, assim, o governo do povo. O registro mais antigo do termo aparece na obra *História*, do historiador grego Heródoto, representando o governo de muitos (democracia), em contraposição ao governo de poucos (aristocracia) e ao governo de um só (monarquia) (BOBBIO, 1998). A democracia grega é, portanto, a forma de governo a partir da administração política dos interesses coletivos dos habitantes das cidades-estados.

De acordo com o Oxford English Dictionary (1989 [IV]: 442-443), a palavra democracia apareceu pela primeira vez na língua inglesa em 1531, quando Sir Thomas Elyot, se referindo especificamente a democracia grega, a definiu: “[a]n other publike weale was amonge the Atheniensis, where equalitie was of state amonge the people ... This maner of gouernance was called in greke Democratia, in latine Populis potentia, in englisshe the rule of the comminaltie”<sup>21</sup> (ELYOT *apud* DUPUIS-DÉRI, 2001, p. 68).

Para Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, em seu *Dicionário de Política*, democracia é “um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia” (BOBBIO;

---

<sup>21</sup> Tradução nossa: “outra forma de comunidade vigorava entre os atenienses, para quem a igualdade era um estado do povo ... Esse modo de governo se denominava *Democratia* em grego, *Populis potentia* em latim e *the rule of the comminaltie* em inglês”. A tradução do termo em inglês é governo da comunidade.

MATTEUCCI; PASQUINO, 1998b, p. 326). Bobbio, em sua obra *Teoria geral da política*, vai mais além:

por democracia entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mais de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e oligarquia (BOBBIO, 2000, p. 07).

Tradicionalmente, a trajetória da democracia ateniense é creditada a Sólon, um reformador que, segundo autores gregos, teria ampliado o poder da assembleia popular da cidade e criado o Bulé, um conselho formado por quinhentos homens atenienses escolhidos por meio de sorteio. O conselho dos quinhentos era uma instituição política responsável por administrar eventos públicos e organizar as reuniões da assembleia popular. Já Clístenes, outro reformador que adotou o ostracismo<sup>22</sup>, foi descrito pelos autores clássicos como o pai da democracia na cidade grega, conseguindo estabilizar o regime democrático ateniense, ampliando o poder dos cidadãos de Atenas, categoria essa composta apenas por homens livres, filhos de pai e mãe atenienses, nascidos na cidade e maiores de 18 anos. Apesar de ser considerado o primeiro exemplo de governo do povo para o povo, as mulheres, os escravos e os estrangeiros não desfrutavam de nenhum tipo de participação política, o que caracteriza a democracia ateniense como excludente, à medida que apenas um décimo da população participava do mundo político da cidade-estado grega.

A democracia na Grécia se baseava na soberania da assembleia popular, na qual os indivíduos considerados cidadãos tinham direitos iguais de fala e voto, independente de condições econômicas ou grau de instrução, e se reuniam para tomar decisões políticas de interesse da comunidade – o que denota a importância imprescindível da comunicação para a democracia, na perspectiva de Bobbio, Matteucci e Pasquino, como método ou conjunto de regras de procedimento para a governança e formação das decisões políticas. Além da assembleia, existia um conjunto de júris populares, formado por cidadãos sorteados a partir de um grupo de atenienses que se candidatava para esse serviço, que julgava os casos de ofensa, inconstitucionalidade, entre outros crimes.

Em sua obra *Democracia antiga e moderna*, Finley (1988), ao abordar a democracia ateniense, destaca o fato dessa ser exercida de forma direta, não representativa, em dois sentidos: no que se refere a participação popular, que na Assembleia era soberana e aberta a

---

<sup>22</sup> Medida por meio da qual qualquer indivíduo considerado uma ameaça ao governo democrático seria banido por dez anos. Apesar de seu isolamento, o punido ainda teria direito de posse sobre suas terras e bens. De forma geral, esse foi um importante dispositivo que impedia o surgimento de novos tiranos em Atenas.

todos os cidadãos; e ao que tange a estrutura do estado, isto é, a não existência de burocracia, em especial a estrutura de funcionários públicos.

Entre os séculos VI e IV a.C., período que abarca a consolidação da forma de governo ateniense, e que mais tarde se tornou um importante capítulo para a tradição cultural ocidental, a democracia viveu uma experiência rica e profunda, cujas características marcam as reflexões atuais acerca do termo. O modelo de democracia grega é ainda hoje referência significativa e utilizado como parâmetro no que concerne à defesa ou condenação de experiências participativas.

Segundo Raymond Williams (2007), na obra *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, as definições de democracia, a partir dos usos gregos, dependiam dos sentidos dados a povo e governo. Embora a democracia ateniense possa ser caracterizada como o governo do povo e para o povo, é importante lembrar que o significado de "governo" e "povo" em Atenas difere daquele das democracias contemporâneas. Enquanto essas últimas consideram governo um corpo formado por representantes eleitos e o povo, geralmente, como um conjunto de cidadãos próprios de uma nação, homens e mulheres, os atenienses consideravam o governo como sendo a assembleia (Eclésia) que tomava decisões diretamente, sem intermédio de representantes, e o "povo" como os homens atenienses maiores de 18 anos.

O fracasso da cruzada etimológica faz com que ao longo da história possamos registrar diferentes interpretações para esse poder popular, menos ou mais relacionadas com a participação protagonista da maioria da população, tanto no campo teórico quanto nas formas práticas de governo. Além de ser uma palavra de origem grega, foram também os gregos que a cunharam com significado pela primeira vez (SILVA, 2012, p.22).

A reflexão sobre a democracia perpassou os trabalhos de vários autores, dentre eles Heródoto, Tucídides, Isócrates, Xenofonte, Sócrates, Platão, Aristóteles, entre outros (ARCAYA, 1984). Esses dois últimos denotavam um caráter negativo a essa forma de governo, opondo-se a participação de toda a população na gestão pública (FINLEY, 1988): para Platão, a democracia era um exercício de anarquia da opinião, no qual a perspectiva dos ignorantes se sobrepunha a dos bem instruídos e, por conseguinte, os comerciantes e sapateiros não deveriam possuir poder político; para Aristóteles, o número de pobres deveria sobressair na população grega, oferecendo menos perigo ao governo. Na concepção de ambos, a participação política só deve ser exercida por pessoas instruídas e, portanto, capazes de tomar melhores decisões.



Até o século XVII, a democracia era principalmente uma palavra aprendida, referindo-se especificamente a um tipo clássico de regime. Seu uso foi consistente com a definição intelectual do termo, informado pela etimologia, história e filosofia, e usado por escritores como Robert Filmer, Thomas Hobbes e William Temple. Segundo Raymond Williams (2007), até meados do século XIX esse termo possuía uma conotação fortemente desfavorável, a exemplo da descrição de democracia feita por São Tomás de Aquino, que a definiu como um poder popular em que pessoas comuns em grande número governavam, oprimindo os ricos e, assim, agindo como tiranos.

Essa visão mudou com as revoluções que derrubaram as monarquias absolutistas, em especial a Revolução Americana, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789. A democracia retomou o princípio da cidadania, no qual os homens deixam de ser subordinados ao rei e passam a serem vistos como cidadãos.

Diversos usos da palavra democracia, em especial os que se baseiam nas raízes do termo indicando uma forma de governo das classes populares, estão distantes da definição “‘ocidental’ moderna e ortodoxa da democracia” (WILLIAMS, 2007, p. 126). Atualmente, o regime democrático pode ser entendido como um conjunto de regras e procedimentos para a tomada de decisões coletivas baseada na participação mais ampla da sociedade (BOBBIO, 1997). É um sistema de governo no qual o povo exerce soberania, onde o poder e a responsabilidade cívica são exercidos por todos os cidadãos, seja por meio direto ou através de representantes políticos eleitos.

O princípio básico da democracia moderna consiste no direito dos cidadãos de participarem da vida e das decisões relacionadas aos assuntos de interesse coletivo. Devido ao grande número de pessoas, sua multiplicidade de questões e à complexidade do mundo contemporâneo, a participação direta e ampla de todos os cidadãos em todas as questões se tornou algo praticamente inviável. Dessa maneira, os indivíduos passaram a escolher representantes para cuidar dos assuntos políticos da comunidade na qual estão inseridos. Essa escolha se dá por meio do voto e é a principal característica da democracia representativa, considerada por alguns especialistas como democracia indireta, tendo em vista que o poder político do povo é delegado a seus representantes.

Nesse modelo de democracia, os indivíduos se apropriam da liberdade política por meio da representação política, exercida através do mecanismo da eleição. Por democracia representativa entende-se “as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade interna, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade” (BOBBIO, 1997, p. 44).

Nessa perspectiva, o cientista político Leslie Lipson aponta as características dessa democracia, segundo o qual é

um sistema regularizado de eleições periódicas, com uma livre escolha de candidatos, sufrágio universal para adultos, oportunidade de organização de partidos políticos concorrentes, decisões majoritárias a par de salvaguardas para a proteção dos direitos das minorias, Judiciário independente do Executivo e garantias constitucionais para as liberdades civis fundamentais (LIPSON, 1966, p. 90).

Apesar de ser um dos modelos mais utilizados atualmente, a democracia representativa é questionada por diversos pesquisadores e cientistas políticos, que afirmam que a mesma está em crise. Dentre as diversas críticas, a mais recorrente tem como objeto a limitação da participação popular, cuja efetividade é alcançada apenas no momento do voto. Para Habermas (*apud* CARDOSO; MARTINS, 1983), a participação popular ficou cada vez mais objetivada aos limites das eleições, convertendo-se em um valor em si mesma, transformando o interesse político em mero coadjuvante. Nessa perspectiva, a democracia perde o caráter de governo do povo, pelo povo e para o povo, e limita-se a um conjunto de regras no qual “os partidos passam a concorrer pelos votos dos eleitores, assim como mercadores em busca de clientes” (MIRANDA, 2005, s.p.).

Outro ponto abordado pelos críticos diz respeito ao poder de decisão dos representantes políticos. Tendo em vista que as eleições ocorrem no período de quatro em quatro anos, os representantes políticos precisam do aval da população nesse momento e depois atuam o restante do mandato praticamente livres de sanções democráticas imputadas por seus eleitores, que têm que esperar o outro ciclo de eleições para confirmar sua escolha ou retirá-lo do poder.

Na visão de Celso Campilongo (1988), existem três tipos de representação política: (a) a representação popular, baseada no direito de cidadania; (b) representação funcional, calcada em categorias profissionais; e a (c) representação de interesses, assentada nos interesses de grupos ocupacionais. Para Campilongo, a problemática da democracia representativa reside no fato da representação de interesses ter se sobreposto às duas primeiras. Assim, no processo de representação política, a democracia representativa moderna não está conseguindo atender às demandas políticas da sociedade, uma vez que os interesses de determinados grupos norteiam de maneira hegemônica a atuação política de seus representantes. “Por conseguinte, estabelecem-se como contraponto a representação cidadã e a representação de interesses e nesse contexto sobressai-se a representação de interesses, devido ao forte apelo econômico

inerente nas relações políticas” (PIERINI, 2008, p. 125). Além disso, a democracia representativa

acusada de lenta pela ‘infinidade de debates’ é taxada de incapaz de responder com agilidade à gama de situações controversas que as sociedades complexas comportam. (...) Sem dúvida alguma, a representatividade é essencial como critério de legitimação democrática. O problema, contudo, reside em compatibilizar o instituto com as tensões e conflitos inerentes aos sistemas sociais complexos, com as exigências de garantia e seguridade das expectativas e, principalmente, com os imperativos de estabilidade das relações sociais. A heterogeneidade das sociedades de classe tem posto em evidência os limites estruturais da dogmática jurídica para responder com flexibilidade a este desafio (CAMPILONGO, 1985, p. 39-40).

A sobreposição dos interesses particulares dos representantes políticos sobre os interesses da população que o elegeu fere outra característica básica da democracia, a soberania popular, que é a concepção de que o Estado é criado e sujeito à vontade das pessoas, sendo essas a fonte de todo o poder político: “o povo é a única fonte de poder, que se exprime pela regra de que todo o poder emana do povo” (SILVA, 2001, p. 135). Assim, a noção de soberania é exercida “quando o povo - detentor do poder soberano – é respeitado, representado e consultado para as tomadas de decisão dos governos” (SAMPAIO, 2016, s.p.). Nessa perspectiva, a soberania se faria presente apenas no momento da eleição, quando o vencedor do pleito se dá pela escolha da maioria dos votos: “A legitimidade da política se dá mediante a participação direta da população nos rumos do Estado, do contrário, a cisão entre sociedade e política extingue as possibilidades de emancipação democrática, solapando a soberania popular” (SAMPAIO, 2016, s.p.).

Como alternativa ao modelo representativo, tem-se a democracia participativa, regime de governo no qual se pretende a existência de mecanismo de controle da sociedade civil sob a administração pública e a participação da mesma na regulação da vida coletiva. Nesse modelo, o exercício democrático não se resume ao voto, mas estende-se para a esfera social.

Considerado como um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação, a democracia deliberativa advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social, conferem um reordenamento na lógica de poder político tradicional. Por reconhecer as dificuldades, a dinamicidade e a complexidade das relações sociais, tais como a diversidade de interesses e conflitos e as desigualdades sociais, a democracia deliberativa chama a atenção para a questão da dimensão institucional, no sentido da criação das

condições para que o debate público seja inclusivo, plural e igual, impactando as condições sociais subjacentes (LÜCHMANN, 2002, p.3)

Os defensores da democracia participativa afirmam que o sentido do termo democracia foi esvaziado ao longo do tempo, resumindo-se a mera escolha de representantes, sem ação direta efetiva da sociedade na administração pública. Assim, a democracia seria utilizada apenas como uma ferramenta para a escolha de uma elite que, a partir da eleição, comandaria as decisões segundo seus interesses particulares e não para representar a vontade da população que o elegeu.

Essa circunstância é a base da democracia sobre o olhar da Teoria elitista, que concebe a primeira como um mecanismo para a escolha das elites políticas e, assim, o processo de formação e exercício democrático se encerra no voto. Sob essa ótica,

as democracias são constituídas por um corpo de funcionários eleitos, extraídos dos grupos de elite, que fazem as leis e controlam o estado. Evidenciam, assim, um caráter ideológico de preservação da realidade estabelecida. Influenciadas pela teoria da escolha racional, o modelo elitista, ao conceber a democracia como mecanismo de seleção de representantes políticos pautado na competição entre os partidos através do voto, equipara, de certo modo, a dinâmica política ao jogo do mercado, negligenciando os direitos dos representados (ROCHA; CORREIA; TELLERÍA, 2017, p.158).

Nessa perspectiva, os cidadãos são apenas consumidores de um sistema de governo, em uma visão que aproxima a política do mercado, calcada na relação “de oferta e procura que se estabelece entre os políticos-empresários e os cidadãos-consumidores” (ROCHA; CORREIA; TELLERÍA, 2017, p.158). Essa visão se aproxima do modelo de democracia exercido atualmente no Brasil, no qual os representantes eleitos, com raras exceções, figuram entre uma elite consolidada no meio político, e atuam de acordo com seus interesses particulares ou do partido ao qual estão filiados. A fim de atendê-los, sobretudo ao realizar alianças políticas, os representantes eleitos pelo voto popular para legislar em nome da população, acabam deixando de lado os interesses públicos e as decisões baseadas no bem-estar social. O modelo de democracia exercido no Brasil será abordado no item 1.4 desse capítulo.

Em contraposição a essa perspectiva de democracia elitista, tem-se a visão da democracia dialógica, entendida por Habermas como democracia deliberativa, que se estabelece a partir da possibilidade de uma relação argumentativa crítica entre a sociedade e a organização política. Ela se estabelece apoiada em processos comunicativos a fim de construir um modelo discursivo para influir com eficácia na esfera pública. Nesse modelo, o

Estado não é o decisor único das questões públicas: as ações são estabelecidas a partir da influência da sociedade e visam atender ao bem comum.

(...) as decisões para serem legítimas têm que ser fundadas por razões de interesse coletivo que possam ser sujeitas à discussão pública. Enquanto as teorias elitistas da democracia, na prática, só reconhecem pontos de vista e interesses privados legitimando a ação dos peritos e especialistas através da agregação da escolha individual por eleições, na perspectiva da democracia deliberativa, os problemas públicos requerem a criação de fóruns públicos em que as preferências privadas possam ser modificadas à luz da descoberta de interesses generalizáveis através da argumentação e da justificação (ROCHA; CORREIA; TELLERÍA, 2017, p. 159-160)

Nesse sentido, a democracia deliberativa tem como principal ponto a tomada de decisões políticas a partir do interesse coletivo e a participação da sociedade a partir do discurso. O modelo de democracia deliberativa defendido por Habermas será abordado no tópico a seguir.

No que se refere à democracia em seu sentido mais amplo, vale destacar que, em referência menos etimológica e mais generalizada, o termo democracia também é usado para se referir a uma forma de sociedade na qual todos os cidadãos têm direitos iguais, ignorando distinções hereditárias de classe ou questões relacionadas a gênero e orientação sexual, e as opiniões de todos são toleradas e respeitadas; o princípio do tratamento justo e igual a todos em um estado, instituição, organização, etc.

Diante da diversidade de conceitos relacionados à democracia, Bobbio aponta que essa foi se constituindo mais como método de governo do que como ideologia. As definições de democracia no contexto da política contemporânea se baseiam em como chegar à decisão política e não em qual deve ser o conteúdo dessa escolha (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Essa multiplicidade de conceitos reflete as transformações dessa forma de governo ao longo da história, o que, segundo Bobbio, é característica fundamental para sua existência: “Para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo” (BOBBIO, 1997, p. 9).

## **1.2 Democracia deliberativa: a teoria do discurso**

Como abordado no tópico anterior, a democracia participativa tem como principal característica a participação da população na tomada de decisões no âmbito político, situando-

se como um regime semidireto, tendo em vista que não desconsidera a existência dos representantes (os políticos eleitos) mas aproxima os representados (a população) da arena política (MEDEIROS, 2016). Uma das formas de participação é a democracia deliberativa, caracterizada por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que tem como base a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva.

Um dos principais expoentes da democracia deliberativa é o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, que defende que a inclusão da sociedade no processo político não se limita à representação, e, portanto, não se satisfaz com o processo eleitoral, mas com instituições e espaços públicos que oportunizem a deliberação, por meio dos quais haja participação direta dos cidadãos e mecanismos de expressão de opinião e diálogo (SILVA, 2012). Por deliberação entende-se “o ato intersubjetivo de comunicação e de argumentação cujo objetivo é alcançar um consenso sobre a solução para determinado problema social” (HABERMAS, 1997a, p. 305).

Em sua obra *A inclusão do outro: estudos de teoria política* (2002), Habermas analisa três modelos normativos de democracia: liberal, republicano e deliberativo. Para o alemão, a principal diferença entre as concepções liberal e republicana de democracia se dá a partir do entendimento acerca do próprio processo democrático: na concepção liberal, esse é entendido como uma tarefa de programar o Estado no sentido do interesse da sociedade: o Estado é compreendido como uma ferramenta da administração pública, e a sociedade como um sistema estruturado segundo leis de mercado, calcado na circulação de pessoas e do trabalho social delas. Nessa perspectiva, a política possui a função de agregar e impor interesses sociais particulares face ao aparato estatal especializado no uso administrativo do poder político para garantir fins coletivos.

Já no modelo republicano, a política não é entendida como algo externo que funciona como instrumento de mediação, mas é componente constitutivo das relações sociais em geral, essencial para a vida em sociedade; é uma forma de reflexão acerca de um complexo de vida ético. Nessa perspectiva, a vontade política é algo inerente ao indivíduo, cuja finalidade é a construção de uma sociedade na qual haja entendimento mútuo para o estabelecimento de igualdade de direitos e oportunidades. Para tal, a concepção republicana confere significado estratégico à opinião pública de caráter político e à sociedade civil, como seu alicerce. No que se refere a essa última,

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de

comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas (HABERMAS, 1997b, p.99).

Em contraposição aos modelos liberal e republicano de democracia, Habermas sugere uma terceira concepção, a qual concebe a partir da teoria do discurso. Esse modelo, conhecido como democracia deliberativa, se baseia nas condições de comunicação sob as quais o processo político tem a presunção de gerar resultados racionais, justamente por se realizar de modo deliberativo (HABERMAS, 2002). Assim, no modelo ideal de ação comunicativa, os sujeitos interagem por meio da linguagem, organizam-se em sociedade e procuram o consenso de forma não coercitiva e por meio do discurso.

Ao sugerir essa concepção, Habermas apresenta como ponto de diferenciação dos modelos já estabelecidos a dimensão comunicativa da formação democrática da opinião e da vontade políticas. Na concepção liberal, o processo de formação da opinião e vontade políticas é baseado na concorrência entre os atores coletivos agindo estrategicamente pela manutenção do poder: “O êxito nesse processo é medido segundo a concordância dos cidadãos em relação a pessoas e programas, o que se quantifica segundo números de votos. Ao votar, os eleitores expressam suas preferências” (HABERMAS, 2002, p. 275).

Para a concepção republicana, a formação da opinião e da vontade política tem estruturas específicas baseadas na comunicação pública orientada para o entendimento mútuo. A política tem o sentido de autodeterminação cidadã voltada para o diálogo, cujo paradigma não é o mercado, mas sim a interlocução. O discurso possui papel preponderante no processo político: o poder comunicativo, originado na comunicação política por meio de opiniões majoritárias estabelecidas por via de diálogo, ganha a mesma importância do poder administrativo, que dispõe de todo o aparato estatal.

Ao comparar as duas ideias, o teórico alemão expõe que na concepção liberal essa formação se dá a partir da forma e arranjo de interesses e tem a função de legitimar o exercício do poder político; já na concepção republicana, a formação de vontade política se realiza a partir da autocompreensão ética e tem a função de constituir a sociedade enquanto coletividade política. Para o modelo de política deliberativa proposto por Habermas, há a conjunção de conotações normativas mais fortes que o modelo liberal e mais brandas que o modelo republicano.

A teoria do discurso acolhe elementos de ambos os lados e os integra no conceito de um procedimento ideal para o aconselhamento e tomada de decisões. Esse procedimento democrático cria uma coesão interna entre negociações, discursos de auto-entendimento (*sic*) e discursos sobre a justiça, além de fundamentar a suposição de que sob tais condições se almejam resultados ora racionais, ora justos e honestos (HABERMAS, 2002, p. 278).

Na teoria do discurso, os procedimentos argumentativos que dão origem à formação da vontade e opinião políticas são vistos como importantes espaços propulsores da racionalidade discursiva das decisões de um governo. Segundo Habermas, o poder administrativo deixa de ser coadjuvante desde que seja retroalimentado por uma formação democrática da opinião e da vontade política que não exerça apenas o controle do poder político, mas que também o programe. O poder político é definido por Habermas como

um sistema parcial especializado em decisões coletivamente vinculativas, ao passo que as estruturas comunicativas da opinião pública compõem uma rede amplamente disseminada de sensores que reagem à pressão das situações problemáticas no todo social e que simulam opiniões influentes. A opinião pública transformada em poder comunicativo segundo procedimentos democráticos não pode “dominar”, mas apenas direcionar o uso do poder administrativo para determinados canais (HABERMAS, 2002, p. 282).

Na concepção de democracia deliberativa, a razão se desloca dos direitos universais ou da noção de ética concreta de uma comunidade para as regras discursivas e formas argumentativas, que formam seu teor normativo a partir da estrutura da comunicação linguística (HABERMAS, 1997b). As interações comunicativas são, portanto, peça chave para a democracia deliberativa, que tem a esfera pública, enquanto espaço de discurso e argumentação, como ambiente de avaliação das decisões tomadas pelas autoridades políticas, gerando procedimentos comunicativos. Ela é o espaço de mediação entre o Estado, o sistema político e administrativo, os setores privados e os cidadãos.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (...) a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 1997b, p. 92).



O princípio da democracia deliberativa é a participação dos cidadãos na esfera pública em um processo contínuo de discussão e crítica reflexiva das normas e valores sociais (MEDEIROS, 2016).

A esfera pública constitui uma “caixa de ressonância”, dotada de um sistema de sensores sensíveis ao âmbito de toda sociedade, e tem a função de filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições, e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão, de introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil, a fim de exercer influência e direcionar os processos de regulação e circulação do poder do sistema político, através de uma abertura estrutural, sensível e porosa, ancorada no mundo da vida (LUBENOW, 2010, p. 236).

Diante do exposto, os meios de comunicação possuem papel de destaque na teoria do discurso proposta por Habermas, visto que são instrumento primordial para o debate público e, conseqüentemente, para a esfera pública. A deliberação acerca de questões relacionadas à coletividade passa, inevitavelmente, pela mídia, que desempenha, ao mesmo tempo, um duplo papel: o de ponto de partida, a partir da veiculação das informações que propiciam o debate público; e de ponto de chegada, quando veicula os resultados<sup>23</sup> de tais demandas. Vale ressaltar que essa demanda de informações e, em especial, os processos comunicacionais de cunho político não se dão de maneira livre: o entendimento mútuo pode se dar a partir do aconselhamento institucionalizado em corporações parlamentares bem como na rede de comunicação formada pela opinião pública de cunho político (HABERMAS, 2002).

Essas comunicações sem sujeito, internas e externas às corporações políticas e programadas para tomar decisões, formam arenas nas quais pode ocorrer a formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para o todo social e sobre matérias carentes de regulamentação. A formação da opinião que se dá de maneira informal desemboca em decisões eletivas institucionalizadas e em resoluções legislativas pelas quais o poder criado por via comunicativa é transformado em poder administrativamente aplicável (HABERMAS, 2002, p. 281).

As decisões debatidas nessa esfera pública não possuem um sentido fechado em si, mas estão em um status provisório, mantendo-se aberta para serem questionadas em algum momento futuro. Assim, se estabelece a possibilidade de continuidade do diálogo que, por ventura, pode modificar as decisões em outros momentos. Além disso, as decisões tomadas a partir da deliberação não se estabelecem à solta na sociedade. Dessa maneira, se faz

---

<sup>23</sup> Tais resultados nunca estão finalizados/fechados de sentidos, tendo em vista esse processo está em permanente mudança.

necessário um processo de justificação, no qual os cidadãos e seus representados devem saber justificar as leis e decisões por eles estabelecidas.

A democracia deliberativa afirma a necessidade de justificar decisões tomadas por cidadãos e seus representantes. Espera-se que ambos justifiquem as leis que eles impõem um ao outro. Na democracia, os líderes deveriam justificar suas decisões, e responder às razões que os cidadãos dessem retorno. (...) A democracia deliberativa dá espaço para muitas outras formas de tomada de decisão (incluindo barganha entre grupos, e operações secretas encomendadas por executivos), desde que a utilização destas formas seja justificada em algum ponto do processo deliberativo. Sua primeira e mais importante característica então, é sua exigência de justificação (*reason-giving*) (GUTMANN; THOMPSON, 2007, p. 19).

Vale ressaltar que a democracia deliberativa pretende que esse processo de justificação se estabeleça a partir de uma prática dialógica, voltada para o entendimento, sem estratégias de manipulação ou coerção, e ocorrendo sem pressão ou constrangimento interno ou externo. “Os discursos de justificação racional não dependem mais da autoridade de alguém, nem são posse privada de alguns iluminados pela verdade, mas passam a ser desenvolvidos na esfera pública” (WERLE, 2013, p. 151).

Outra questão importante para a democracia deliberativa proposta por Habermas, bem como para as concepções de democracia em geral, é a soberania popular, concepção segundo a qual todo o poder emana do povo e, por conseguinte, o Estado é criado e sujeito à vontade das pessoas, que são a fonte de todo o poder político, como já abordado nesse estudo. Para a democracia deliberativa, a soberania popular deve ser colocada em prática como ferramenta para o fortalecimento de si mesma.

Uma soberania popular, mesmo que se tenha tornado anônima, só se abriga no processo democrático e na implementação jurídica de seus pressupostos comunicacionais, bastante exigentes por sinal, caso tenha por finalidade conferir validação a si mesma enquanto poder gerado por via comunicativa. Sendo mais exato, essa validação provém das interações entre a formação da vontade institucionalizada de maneira jurídico-estatal e as opiniões públicas culturalmente mobilizadas, que de sua parte encontram uma base nas associações de uma sociedade civil igualmente distante do Estado e da economia (HABERMAS, 2002, p. 283).

De forma resumida, a ideia de democracia deliberativa proposta por Habermas

propugna que apenas o processo eleitoral não garante a legitimidade das ações e decisões públicas. Dentro de seu modelo de democracia, as decisões

políticas serão legítimas se forem baseadas numa vontade pública concebida democraticamente em estruturas não regulamentadas e desprovidas de relações de poder, denominadas de “esfera pública”. Cabe a essas esferas públicas justamente influenciar o sistema político (VIGLIO, 2004, p. 09).

Para Habermas, a política deliberativa exige um modo de coletivização social, que para a comunidade jurídica não se estende ao todo social no qual está embasado o sistema político jurídico-estatal. Essa política deliberativa é um elemento constitutivo de uma sociedade complexa, na qual o sistema político não é o todo e nem o centro da sociedade, mas parte dela.

Com o surgimento da internet, essa coletivização social e, por conseguinte, a discussão da coisa pública, podem se dar não só nas interações presenciais e através da mídia tradicional, mas também por meio das interações virtuais estabelecidas na rede mundial de computadores. A web possibilitou a ampliação do espaço de trocas, transpondo, inclusive, as barreiras geográficas. Esse novo espaço de trocas acerca de coisa pública será abordado no tópico a seguir.

### **1.3 Ciberdemocracia**

Como já citamos anteriormente, uma das principais características da política é a discussão acerca das questões relacionadas à convivência em sociedade, em especial no que se refere ao que é público. Com os avanços tecnológicos dos últimos tempos, as modernas sociedades democráticas vem se transformando, o que interfere tanto nas relações sociais como no funcionamento das instituições e estruturas políticas.

Especificamente as tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, provocaram uma nova forma de se relacionar com o mundo e com os indivíduos, ampliando, inclusive, os espaços de discussão pública. Dessa maneira, os cidadãos, por meio do uso dessas ferramentas, podem, de alguma forma, participar da coisa pública, caracterizando o que diversos pesquisadores, como Pierre Lévy, chamam de ciberdemocracia.

A ciberdemocracia, também chamada de democracia virtual<sup>24</sup> ou e-democracia, consiste no mecanismo de discussão, a partir do diálogo entre os sujeitos e o Estado, para se

---

<sup>24</sup> Os termos democracia virtual, democracia eletrônica ou e-democracia foram cunhados em meados do século XX com a expansão da televisão e do rádio, e tem como foco principal o exercício da democracia utilizando a mídia eletrônica. Com o surgimento da internet, esses termos também passaram a designá-la como uma mídia eletrônica que faz parte do contexto da democracia, colocando-a em igualdade com os outros meios de comunicação. Já o termo ciberdemocracia pretende discutir a prática política especificamente no ambiente da internet. “O fato é que o advento da computação em rede ampliou sobremaneira as proposições da e-democracia,

chegar às decisões, onde a participação popular se torna mais efetiva em termos práticos (MEDEIROS, 2015). Esse conceito é criado a partir da utilização da internet e das TICs para o debate e efetivação de ações que tenham como mote principal a coisa pública.

(...) a ciberdemocracia significa o uso de tecnologias e estratégias de informação e comunicação pelos diversos atores sociais (sejam governos, políticos eleitos, meios de comunicação ou organizações políticas, movimentos sociais, cidadãos e eleitores), nos processos políticos e de governança das nações e das comunidades locais (BEZERRA, 2015, p. 28)

Para Pierre Lévy, a ciberdemocracia é resultado do desenvolvimento de novas práticas políticas no ciberespaço. Segundo o filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e comunicação, isso transforma esse espaço em novas ágoras online<sup>25</sup>, “que permitem que novos modos de informação e de deliberação política venham à luz, enquanto o voto eletrônico vem completar o quadro de uma sincronização da democracia com a ‘sociedade da informação’” (LEVY, 2012, p. 367).

Essa ideia da internet como espaço para debater a coisa pública se baseia na própria característica da rede mundial de computadores de multiplicidade de vozes, circulação acelerada de informações de todos os tipos e o sujeito como criador, receptor e multiplicador de conteúdo. Uma das principais características da internet é a criação de redes, nas quais os indivíduos se ligam por meio de questões em comum, sejam esses laços de conhecimentos reais e estabelecidos fora de rede, ou laços de afeto ou conhecimento estabelecidos no mundo digital. Assim, em decorrência da flexibilidade e do poder de comunicação da internet, essa interação tem papel importante na organização social dentro e fora da rede: “As redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades, comunidades virtuais, diferentes das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes na criação de laços e na mobilização” (CASTELLS, 2003a, p. 109).

Nessa perspectiva, não surpreende a utilização da internet como espaço político, especialmente pela sua capacidade de disponibilização de informações e formação de comunidades virtuais. A rede mundial de computadores amplia o espaço público, de modo a possibilitar, até certo ponto, a inserção do cidadão em uma discussão da coisa pública antes restrita aos meios de comunicação tradicionais e aos políticos: “Ela escancara as portas de um universo antes inserido em um diálogo entre a política editorial das organizações empresariais

---

oferecendo novos canais de acesso à informação política local e permitindo uma maior participação na tomada de decisões, como a criação das cidades digitais” (BEZERRA, 2015, p. 28)

<sup>25</sup> Em referências aos espaços de discussão na democracia ateniense, em especial as praças públicas, onde eram debatidas questões relacionadas à cidade. Na ciberdemocracia, esse espaço é a internet.

de mídia, jornalistas engajados e profissionais da política” (CARDON, 2012, p. 05). Assim, a internet amplia a esfera pública na medida em que possibilita aos cidadãos interessados debater questões de interesse coletivo antes restritas a um segmento específico. Essa renovação se daria, segundo estudiosos, a partir da abertura que a rede mundial de computadores dá a vozes antes consideradas marginais ao debate público, sem barreiras impostas pelos governos e meios de comunicação tradicionais (MITRA, 2001), e a partir da possibilidade de retorno discursivo da sociedade civil (ALLAN, 2003).

A emergência da Internet a partir do final da década de 1980 e o surgimento da World Wide Web em 1994 prolongaram a precedente evolução da esfera pública, introduzindo ao mesmo tempo elementos radicalmente novos: a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos. Eu levanto a hipótese de que a revolução do ciberespaço vai reestruturar profundamente a esfera pública mundial, o que terá profundas repercussões sobre a vida democrática (LÉVY, 2003, p. 368- 369).

Lévy evidencia, ainda, que é a

espantosa disponibilidade das informações, de toda a espécie, respeitantes à vida política, assim como o frequentar de fóruns de discussão civilizados e bem organizados, tornam o debate político cada vez mais ‘transparente’ e preparam uma nova era do diálogo político que conduz a democracia a um estágio superior: a ciberdemocracia (LÉVY, 2003, p. 123-124).

No ciberespaço, além do conceito de esfera pública, a própria noção de democracia foi ressignificada: o exercício de influir na discussão pública e da cidadania passa, irremediavelmente, pelo direito à presença digital. Assim, o elemento central e significativo da ciberdemocracia não é o voto, mas a possibilidade de emitir discursos e opiniões acerca da coisa pública, isto é, o direito ao uso da palavra e a possibilidade de falar em assembleia<sup>26</sup>. Essa ressignificação permite que o exercício democrático torne-se atemporal: ele deixa de ser restrito ao voto e, portanto, limitado às eleições que ocorrem de quatro em quatro anos, e passa a ser exercido em qualquer lugar sob qualquer tempo. A democracia, portanto, se constitui enquanto direito discursivo. “A Internet não permite somente comunicar mais, melhor e mais rápido; ela alarga formidavelmente o espaço público e transforma a própria natureza da democracia” (CARDON, 2012, p. 01).

---

<sup>26</sup> Termo aqui utilizado no sentido de falar para o público, um conjunto de pessoas, que não estão presentes fisicamente e nem ao mesmo tempo, mas que poderão ter acesso à informação colocada de qualquer lugar e a qualquer tempo por meio do uso da internet. Essa noção se torna mais evidente quando as palavras são proferidas em redes sociais, pela noção de comunidade virtual.

Dessa maneira, a internet se constitui, para alguns pesquisadores, como uma alternativa à democracia representativa, considerada um modelo em crise por não possibilitar a participação efetiva na política, mas restringi-la quase que somente ao momento da eleição. “Está claro que, na era digital, a democracia vai mudar de aparência” (MEDEIROS, 2015, s.p.). Assim, “(...) a Internet estimula todas as experiências que ultrapassam o limiar entre representantes e representados: deliberação ampliada, auto-organização, implementação de coletivos transnacionais, socialização do saber, desenvolvimento de competências críticas etc” (CARDON, 2012, p. 01).

Essa abertura de espaço para a participação dos indivíduos pode ser exemplificada na publicação, por parte dos governos e instituições, de informações relacionadas à coisa pública, no debate acerca de projetos de lei ou implementação de políticas públicas, na participação de fóruns para discussão de questões que impactarão diretamente a vida de uma localidade ou da população em geral, entre outros exemplos. Outra característica se dá na utilização da internet por outros atores políticos que não o governo e suas instituições, como exemplo dos partidos políticos que têm na rede um espaço para veiculação de informações a respeito de seus projetos ou propostas, em uma alternativa à ausência de espaço nas mídias tradicionais, e também as organizações sociais que fazem o contraponto e a cobrança de resultados das ações estabelecidas – ou não – pelos representantes políticos.

Assim, em um contexto democrático, a internet é uma ferramenta tanto para os representantes políticos, que expõem questões relacionadas ao governo, como para os representados, que possuem informações sobre o gerenciamento da coisa pública e, assim, podem debater e opinar. Além disso, é um importante instrumento no processo de disputa eleitoral, quando grande parte dos candidatos faz uso da internet como espaço para campanha política e de veiculação e debate de suas propostas, em uma alternativa ao espaço restrito à propaganda política nos veículos de comunicação tradicionais. A internet é, portanto, um instrumento importante, sobretudo para os partidos considerados pequenos, que dispõem de verba limitada e tempo cada vez menor para propaganda no rádio e na televisão.

Em face as infinitas possibilidades da rede mundial de computadores, a ciberdemocracia se constitui, como já abordamos, na interação entre Estado e sociedade no âmbito digital. Diante da diversidade e complexidade dessa interação, tais relações podem se dar em três perspectivas: (a) prestação de informação de maneira unidirecional por parte dos governos, instituições e partidos políticos; (b) relação em via dupla, onde os cidadãos tem a possibilidade de dar retorno sobre tais questões; e (c) relação de parceira, na qual os cidadãos estão engajados na discussão e formulação de políticas (BEZERRA, 2015). Nesse contexto, o

exercício da democracia no ambiente da internet, não se dá apenas com o cidadão opinando acerca de determinadas questões formuladas pelo Estado, como em enquetes propostas nos sites de instituições políticas, como o Senado e a Câmara dos Deputados, mas quando isso vem acompanhado de questões e ações efetivas para a melhoria da vida em sociedade.

É preciso que as ações nas redes tenham efetividade concreta na política, em especial na formação discursiva da vontade e ação políticas, a exemplo das manifestações ocorridas em 2013 no Brasil, que conseguiram parar a PEC 37, e as manifestações de rua contra e a favor do *impeachment* de Dilma, objeto de estudo dessa pesquisa, que foram articuladas e reverberadas pela internet e transgrediram as barreiras digitais, tornando-se pauta de discussão da opinião pública. Destaca-se, ainda, que as articulações e discussões na internet foram citadas em diversas sessões no Congresso Nacional e em falas e entrevistas de representantes políticos no contexto do *impeachment*, tornando-se, inclusive, argumento para apoio ou desapoio ao impedimento da presidente.

Entretanto, apesar dessa possibilidade de ampliar o espaço para o debate e, assim, permitir uma maior participação do cidadão, vale ressaltar que a internet não é um ambiente livre, mas uma rede que sofre influências e mediações de vários atores presentes no mundo não digital, incluindo questões políticas e mercadológicas. Nesse sentido, a ela é também um campo de disputas simbólicas: assim como há espaço para a atuação dos indivíduos, a rede mundial de computadores possibilita a atuação das outras forças que interferem na esfera pública. Dessa forma, a depender do uso feito pelos diversos sujeitos sociais, a internet pode ser um ambiente tanto de ampliação de debates quanto de reverberação das mesmas sanções impostas no mundo não digital.

Isto posto, é relevante ressaltar que existem críticas a noção de ciberdemocracia, entendendo a internet não como um ambiente de práticas de um novo modelo democrático, mas como um meio no qual se reproduz o mesmo modelo de democracia representativa vigente nos países, no qual os representados tem a possibilidade de falar mas não significa que tais discussões terão, necessariamente, poder de influência política. No que se refere aos mecanismos de participação e consulta popular criados pelos governos, por exemplo, se faz necessária a escuta das opiniões da população e a utilização efetiva das mesmas na tomada de posições e gestão da coisa pública. Caso contrário, essas ferramentas tornam-se um instrumento meramente formal de administração, no qual as considerações da população não são acessadas pelos representantes ou não são consideradas, provocando apenas a sensação de participação popular que não é concretizada na prática (ROVER, 2006). Isso implica dizer

que tais mecanismo precisam atingir seu objetivo final, pois a mera existência deles por si só não garantem a participação popular na prática.

Outro aspecto importante que limita a plena execução da ciberdemocracia diz respeito a exclusão digital: o não acesso à internet torna-se uma barreira importante e é, por si só, o primeiro fator de embargo à democracia no mundo digital, haja vista que o acesso, por si só, “(...) não resolve o problema, mas é um pré-requisito para a superação da desigualdade numa sociedade cujas funções e grupos sociais dominantes organizam-se cada vez mais em torno da Internet” (CASTELLS, 2003a, p. 203-204).

De acordo com Índice de Desenvolvimento das TICs (IDT), que classifica uma lista de 175 países a partir do seu nível de acesso, uso e habilidades com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os países com maiores índices de acesso digital correspondem as nações com alta renda<sup>27</sup>, o que evidencia uma forte associação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento e acesso às TICs. Assim, em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, o acesso à internet continua sendo um privilégio de uma parcela da população, o que, sob uma perspectiva de democracia, torna-se um impedimento para o exercício da mesma de maneira plena. Dessa forma, no que concerne ao exercício da ciberdemocracia, esse estaria limitado à parcela da população que tem acesso à internet, o que, por si só, já fere o princípio democrático da participação de todos os cidadãos nas questões relativas ao que é público.

Indubitavelmente, a rede mundial de computadores é uma ferramenta de uso indispensável para a democracia, tendo em vista as possibilidades que suscita e a revolução social que advém de seu bom uso. A abertura do espaço público aos sujeitos tem consequências importantes, e introduz no mundo da política formas de interação que pareciam presas nos espaços de sociabilidade privados, questão importantíssima para o fazer político (CARDON, 2012), o que revela que “os destinos da democracia e do ciberespaço estão amplamente ligados” (LÉVY, 2002, p. 32). Entretanto, para o pleno exercício da ciberdemocracia, é preciso que toda a população tenha acesso às TICs e que seu uso se dê de modo plural, reflita as necessidades da população e influencie efetivamente as práticas e decisões do âmbito público.

---

<sup>27</sup> Os 27 primeiros lugares são ocupados por países desenvolvidos com altos índices de renda per capita. O valor médio do IDI dos países desenvolvidos (7.40) é superior 3,33 pontos ao dos países em desenvolvimento: os primeiros possuem média de 7.40 enquanto que os segundo obtiveram 4.07. De acordo com o relatório, essa diferença continua a aumentar. Relatório disponível em <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2016/MISR2016-KeyFindings.pdf>> Acesso em 13 mai 2017.



## 1.4 Democracia à brasileira

A democracia moderna foi desenvolvida em sucessivas ondas, resultantes de guerras – em especial a Primeira e a Segunda Guerra Mundial -, revoluções, (des)colonizações e por circunstâncias econômicas e religiosas. No Brasil, sua efetivação tem início a partir de 1985, apesar de já existirem indícios de desenvolvimento de instituições democráticas a partir de 1930, no primeiro governo de Getúlio Vargas, em um período no qual o desenvolvimento econômico ocorria em paralelo ao agravamento das questões sociais. A saída de Getúlio Vargas do poder para que pudessem ocorrer eleições, dando fim ao Estado Novo, esbarrou em um contexto marcado pelo aumento da dívida externa e fez com que, nos anos seguintes, as demandas dos trabalhadores tivessem repercussão junto ao discurso governista revestindo-o com um tom mais reformista e popular, o que impulsionou movimentos sociais e partidos políticos engajados em causas sociais a reivindicarem transformações mais significativas.

Com a fragilidade política do contexto acima descrito e alegando ameaça de uma revolução comunista, em 1964 os militares e setores conservadores do empresariado e dos grandes proprietários rurais - com o apoio diplomático e até a promessa de intervenção militar do governo dos Estados Unidos, como comprovam os documentos secretos recentemente divulgados - organizaram um golpe que estabeleceu drásticas reduções das liberdades democráticas no país. Entre outras medidas relacionadas especificamente à política, a ditadura militar implantou o bipartidarismo, onde apenas dois partidos políticos disputam o poder, em contraposição ao pluripartidarismo existente antes do golpe: foram criados o partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), aliado ao regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>28</sup>, considerado centro-esquerda, ambos em função da junção dos partidos antes estabelecidos. Apesar da existência de um partido de oposição, as eleições foram controladas através de legislação modificada periodicamente de forma casuística para garantir a vitória dos políticos candidatos pela ARENA no Senado e na Câmara dos Deputados. Outro instrumento para reprimir a resistência foi a cassação de mandatos de políticos eleitos pela oposição. O regime militar ampliou seu controle quando, com receio de perder a maioria no Congresso Nacional, criou a figura do senador biônico, nomeado pelo governo e, portanto, sem eleições. Assim, a ditadura restringiu o direito do voto, a participação popular e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição.

---

<sup>28</sup> O MDB era considerado um partido mais à esquerda. Entretanto, como os políticos mais ligados às causas sociais e considerados proeminentes foram cassados, por meio dos Atos Institucionais I e II, os participantes do MDB eram considerados mais dóceis pelo regime militar.

Nos últimos anos do período ditatorial, o poderio dos militares no governo foi perdendo força impulsionado pela reorganização dos movimentos sociais, do movimento estudantil e das oposições políticas. No governo de João Figueiredo, último general presidente, foi alcançado importante passo para a liberalização política, com a Lei da Anistia, que permitiu o retorno ao país de milhares de exilados políticos, e o retorno do pluripartidarismo. Em 1982 foram resgatadas as eleições diretas para os governos dos Estados e, em 1984, surgiu o movimento Diretas Já!, que reivindicava as eleições diretas para presidente da República, solicitação concretizada na Emenda Constitucional Dante Oliveira, que acabou sendo rejeitada no congresso. Apesar da derrota, o movimento ganhou força e contribuiu para a retomada e consolidação da democracia no Brasil nos anos seguintes.

Apesar de não existir consenso acerca da definição correta de democracia, a liberdade, a igualdade e o Estado de direito foram identificados como características primordiais a existência de tal regime. No Brasil, esses princípios aparecem explícitos na Constituição Federal de 1988, que afirma que todos os cidadãos elegíveis são iguais perante à lei e que todos devem ter igual acesso aos processos legislativos: a cidadania é garantia para todos os indivíduos a partir de seu nascimento e o voto passa a ser direito de todos os cidadãos maiores de 18 anos, independente de classe social, gênero, faixa etária e escolarização.

A Constituição de 88 ampliou direitos sociais, sendo a previdência e o *habeas data* dois exemplos, e ficou conhecida como constituição cidadã. A Carta Magna ganhou reforço com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Código de Defesa do Consumidor, a Lei da Improbidade e o Código do Meio Ambiente, instrumentos que ampliam o espectro de direitos fundamentais e gerenciam questões públicas, fortalecendo a democracia como regime político.

Em março de 2016, a democracia brasileira completou 30 anos com avanços significativos em suas instituições formais, tais como eleição direta, liberdade de expressão e manifestação, constituição de vários partidos políticos, representação de todos os estados no Congresso Nacional, entre outros exemplos. Apesar disso, diversos pesquisadores apontam a crise do regime democrático brasileiro, baseado na representação política.

A despeito da existência eleição direta para escolha de governantes e do voto ser entendido a todos os cidadãos, o modelo brasileiro de democracia possui diversas lacunas que, muitas vezes, inviabilizam o próprio conceito de democracia enquanto governo do povo. De acordo com *Economist Intelligence Unit Democracy Index*<sup>29</sup>, pesquisa realizada pela *The*

---

<sup>29</sup> Disponível em < <http://www.eiu.com/> > Acesso em 31 out 2016.

*Economist* que examina o estado da democracia em 167 países, o Brasil ocupou a 51ª posição em 2015, figurando como uma democracia imperfeita. Segundo a EIU, nos países com esse tipo de democracia há eleições livres e justas e as liberdades civis básicas são respeitadas – a exemplo da liberdade de expressão –, mas há problemas caracterizados como de governança, a exemplo de corrupção e pouca transparência em órgãos públicos, e baixos níveis de participação política.

A questão da corrupção na política brasileira – presente no cenário do *impeachment* e alvo de diversas manifestações de rua, como explicitado na introdução dessa pesquisa – fere diretamente o princípio democrático, à medida em que as decisões são tomadas à margem do debate público e beneficiam uma pequena parcela da população.

não há democracia capaz de se considerar consolidada se tiver de conviver ao mesmo tempo com práticas endêmicas de corrupção. Tanto as práticas ligadas simplesmente ao enriquecimento ilícito, quanto as que pretendem se auto-justificar por motivos ligados ao financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais. Todas se nutrem e se reforçam reciprocamente. Todas distorcem gravemente a democracia (CORRÊA, 2015, s.p.).

Aliada à corrupção, a pouca possibilidade de influir diretamente na política é outro fator que descaracteriza a democracia brasileira como sendo governo do povo e, portanto, guiado a partir das deliberações da sociedade. Atualmente, milhares de brasileiros exercem influência direta na política por meio do voto de quatro em quatro anos para determinada função<sup>30</sup>, mas não dispõem de outras ferramentas para discutir e participar ativamente do gerenciamento da *res publica*. A constituição de 1988 prevê instrumentos de participação direta da sociedade na decisão de questões públicas, como plebiscitos e referendos<sup>31</sup>, que são consultas ao povo para decidir sobre matéria de importância para o país em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. Entretanto, esses dois mecanismos devem ser utilizados em casos de incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados

---

<sup>30</sup> Se levarmos em consideração os cargos públicos preenchidos por pessoas escolhidas por meio do voto popular – prefeito, vereador, governador, deputado estadual, deputado federal, senador e presidente – o processo eleitoral se repete a cada dois anos, momento em que o eleitor exerce influência direta na política a partir da escolha de seus representantes. Entretanto, se pensarmos em um cargo específico, só podemos escolher quem irá preenchê-lo de quatro em quatro anos.

<sup>31</sup> No plebiscito, a população é consultada antes da criação de um ato legislativo ou administrativo sobre determinada pauta, isto é, antes da criação de alguma lei ou decisão administrativa. Em 1993, o Brasil realizou um plebiscito para escolher a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo). Já no referendo, a população é consultada após a criação de um tal ato, e deve decidir se aprova ou rejeita. Um exemplo foi o Estatuto do Desarmamento, realizado em 2005, que, após aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi colocado para consulta da população, que decidiu se era a favor ou contra a proibição total de vendas de armas em todo o país.

ou causas consideradas de grande “relevância nacional” e só podem ser propostos por meio de decreto legislativo, que pode ser solicitado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado. Para isso, a proposta deve ser assinada por no mínimo um terço dos deputados ou um terço dos senadores e aprovada em cada uma das casas legislativas por maioria simples de votos, isto é, metade mais um do número de parlamentares. Diante desse contexto, fica explícita a impossibilidade da realização de referendo ou plebiscito acerca de qualquer assunto da vida pública, tendo em vista o processo para realizá-los – e isso perpassa também a vontade dos parlamentares em apoiar a consulta popular acerca de temas considerados espinhosos, em especial quando tais temáticas interferem em seus interesses privados -, e também os efeitos que sucessivas consultas populares teriam para a segurança jurídica do país.

Outro mecanismo de participação popular contido na constituição brasileira é o processo de iniciativa popular<sup>32</sup>, por meio do qual a sociedade apresenta um projeto de lei sobre determinado assunto. Para isso, é necessário que esse projeto seja assinado por, no mínimo, 1% dos eleitores brasileiros, de ao menos cinco estados e não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles. Desde que o instrumento de iniciativa popular foi assegurado pela Constituição, quatro projetos elaborados pela sociedade foram transformados em lei, sendo a mais recente a Lei Complementar 135/2010, também conhecida como Lei da Ficha Limpa. Tal medida, resultado de ampla mobilização da sociedade civil, impossibilita que os políticos condenados judicialmente possam concorrer nas eleições e torna inelegíveis aqueles que tenham renunciado seus mandatos para fugir de processo de cassação.

A iniciativa popular enseja ao povo a oportunidade de apresentar ao Poder Legislativo um projeto normativo de interesse coletivo, o qual, após discussão parlamentar e respeitados os requisitos do processo legislativo, pode se transformar em lei. É um instituto que, quando bem estruturado, dá força de voz à soberania popular (AUAD *et al*, 2004, p. 299).

Apesar de configurar um importante instrumento de participação popular, o elevado número de assinaturas e sua distribuição pelos estados aliado a dificuldade de organização da sociedade em torno de questões públicas atrapalham, de certa maneira, o exercício desse direito. No âmbito estadual e municipal, além do referendo e do plebiscito, foram desenvolvidas outras ferramentas para a inserção da sociedade civil no gerenciamento de

---

<sup>32</sup> Uma questão polêmica relacionada à iniciativa popular diz respeito a se tal instrumento pode ser utilizado pela população para realizar propostas de emenda à Constituição, também conhecidas como PEC. “Tal prerrogativa seria muito importante para o fortalecimento da soberania popular; no entanto, não há previsão expressa nem na Constituição nem na Lei 9.709/98 quanto a essa possibilidade, tanto que ambos os diplomas normativos utilizam em seus dispositivos a expressão ‘projeto de lei’, e em nenhum momento se reportam à expressão ‘projeto de emenda constitucional’” (AUAD *et al*, 2004, p. 309).

questões públicas, tais como os conselhos setoriais de políticas públicas<sup>33</sup> e o orçamento participativo.

Os primeiros dizem respeito a “espaços de participação, de controle público, para a elaboração e gestão de políticas” (CARNEIRO, 2002, p.280), criados pelo Estado, com a finalidade de garantir a participação popular no planejamento, gestão da política e dos serviços públicos e o acompanhamento da execução de tais questões. Esses espaços configuram-se, ao mesmo tempo, como parte do Estado e da sociedade, tendo em vista sua composição ser feita por representantes do poder público e da população. Já o orçamento participativo, que ocorre em especial nos municípios, é um mecanismo que permite a população influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos e como a verba deverá ser investida. Geralmente as deliberações são feitas em assembleias abertas e em negociações diretas com os governos. Vale destacar que a implementação desses instrumentos foi feita apenas em algumas cidades e estados do Brasil.

Mesmo com o desenvolvimento dessas ferramentas de participação popular, o Brasil ainda está distante de possuir uma democracia participativa e que, efetivamente, transpareça um governo do povo, se efetivando a partir de questões importantes para esse último. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato da participação política se basear, inevitavelmente e acima de tudo, pela vontade da população de participar de tal processo, desejo esse reprimido devido aos graves casos de corrupção, a dificuldade de acesso a coisa pública, a falta de conhecimento sobre seus direitos, o descrédito com a política e, principalmente, a forma como os grandes veículos de comunicação, monopolizados pelo grande capital e controlados por apenas algumas famílias, estabelecem (ou distorcem) a discussão pública sobre os problemas nacionais.

De acordo com pesquisa divulgada pelo Ibope<sup>34</sup>, em 2016, 83% dos brasileiros estavam pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento do sistema político e da democracia no Brasil. O levantamento revelou, ainda, outro fator importante para a avaliação negativa da política brasileira, que é a desconfiança do eleitorado em relação aos partidos políticos: para 36% das pessoas ouvidas, a democracia poderia funcionar sem eles, e para 42% não – 21% dos entrevistados não responderam. Isso pode ser reflexo da imagem gerada por tais grupos, em especial no que se refere à disputa de poder, pautada, muitas vezes, por interesses

---

<sup>33</sup> Os conselhos são instituídos como uma espécie de canais institucionalizados de participação popular e, para alguns pesquisadores, “instituem uma nova modalidade de controle público sobre a ação governamental e, idealmente, de co-responsabilização quanto ao desenho, monitoramento e avaliação de políticas” (CARNEIRO, 2002, p.278).

<sup>34</sup> Disponível em < <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/apenas-14-dos-brasileiros-se-dizem-satisfeitos-com-o-funcionamento-da-democracia/> > Acesso em 01 nov 2016.

privados. O descrédito com a política acarreta um distanciamento da população com tal esfera, e a ideia de coisa pública enquanto pertencente e de responsabilidade de todos tem o sentido esvaziado. O âmbito político passa a ser visto como algo distante e paralelo à realidade em que vivemos.

No Brasil existe uma falsa dicotomia entre o público e o privado. A coisa pública, ou *res publica*, nunca é vista como tal, os mandatários do poder abusam, ao ponto da população não se sentir lesada quando ocorre uma apropriação do que é, por direito, dela. Em síntese, o cidadão deixa de exercer seus direitos e obrigações, afastando-se da política, não se sentindo parte do Estado, e não sendo reconhecido por ele. Este cenário se firma pelo descrédito em punição, bem como pela falta de cobrança popular da prestação de contar sistemática do político depois de eleito e de assumir um cargo de representação do povo (SANTOS; AMANAJÁS, 2012, p.16).

Esse distanciamento provoca, também, a ressignificação de outros termos, tal qual a democracia, que, a exemplo do contexto do *impeachment*, teve seu sentido reduzido à escolha dos representantes políticos por voto direto e cumprimento da Constituição: é comum encontrar na mídia a denominação festa de democracia para caracterizar o dia das eleições, bem como uma cobertura baseada em opiniões favoráveis e contrárias ao impedimento de Dilma Rousseff sob o viés de instrumento constitucional.

Diante do exposto, apesar do descrédito com a coisa pública, é preciso que haja a retomada do significado da política, e em especial da democracia brasileira, enquanto regime que propicie, para além da escolha de representantes políticos, a participação popular no gerenciamento da *res pública*, bem como a garantia das liberdades e dos direitos preconizados em tal modelo. Para isso, se faz necessário uma maior conscientização da população acerca de seu papel nesse espaço, o que inclui aquisição de conhecimento, tanto por meio da educação como da mídia. A participação dessa última no contexto político será abordada no capítulo seguinte.

## 2 JORNALISMO X POLÍTICA: TEIAS POR TECER

A relação entre jornalismo e política é historicamente polêmica e paradoxal: a política é um acontecimento de interesse público, cujas decisões influenciam diretamente a sociedade e, dessa maneira, é tema importante para o jornalismo; este segundo, entretanto, tornou-se o campo no qual os atos políticos se legitimam, como uma espécie de mensageiro que transmite ao povo as decisões sobre o rumo do país. Esses segmentos se retroalimentam, formando um ciclo de ações e reações, no qual a política se fortalece ou se fragiliza perante a opinião pública a partir da leitura que a mídia faz sobre suas ações, bem como os veículos de comunicação necessitam noticiar as ações do campo político para permanecer em seu lugar de espaço a serviço do bem comum, conforme a autocompreensão normativa assumida publicamente pelos veículos de comunicação e pressuposta pela sociedade.

Mídia e política são assuntos recorrentes dentro dos estudos de comunicação, por isso, a relação entre essas duas instituições é tema principal de várias obras. No livro *Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*, o autor José Arbex Jr. aponta que, “dado o poder que os veículos de comunicação adquiriram no mundo contemporâneo, seu comportamento coloca uma grave indagação quanto ao futuro da democracia” (ARBEX JR, 2003, p. 16). O poder da mídia em um regime democrático foi o cerne da questão levantada pelo jornalista Alberto Dines ao prefaciar a obra *Mídia: Crise política e poder no Brasil*, de Venício Lima: “Os estudos de Venício A. de Lima sobre a concentração da mídia e o coronelismo eletrônico são fundamentais para entender as deficiências da democracia brasileira” (DINES, 2006, p. 7).

Desde a descoberta e o desenvolvimento da imprensa, base para a evolução do jornalismo, como aponta Luis Gonzaga Motta, na obra *Imprensa e Poder*, a luta pelo poder – característica fundamental da política, como já abordado nesse estudo - deixou de ter como principal instrumento o uso da força como ferramenta para passar a ser resultado da conquista através de ideologias: os embates para chegar ao poder se dão a partir de uma batalha ideológica e discursiva, na qual os competidores têm como principal arma a disseminação de ideias e a conquista da população por meio do convencimento.

Desde que Johann Gutemberg, em 1440, inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada pelo poder. A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão.

A partir daí, a imprensa sempre esteve ligada à luta política (MOTTA, 2002, p.13-14).

Caracterizada por muitos como o “quarto poder”, a mídia recebeu a função de vigiar os poderes constituintes do estado moderno, assumindo o papel de defensora do interesse público. Essa ideia surgiu no século XIX, em meio a evolução das formas modernas de democracia, e se passou a atribuir à imprensa o dever de fiscalizar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, analisando, denunciando e levando ao conhecimento do público atos ilegais, corruptos e incoerentes em diversos setores da sociedade.

Por se definir como poder paralelo, a imprensa acabou se tornando um elemento fundamental na construção de imaginários sociais e na construção daquilo que se compreende como realidade. Diante dessa situação, a imprensa torna-se essencial em qualquer projeto de formação de ideologias e de chegada ao poder. Para atingir a política como fim, espaço público por excelência, é fundamental passar pelo crivo da imprensa, seja conquistando sua simpatia ou produzindo fatos jornalísticos que coloquem o político em evidência (ALEXANDRE; FERNANDES, 2006, p. 146).

É nessa concepção da mídia enquanto um poder paralelo aos poderes políticos já instituídos que se baseia a ideia dos meios de comunicação de massa como defensores do interesse público. Além da vigilância das estâncias da política, essa é vista como uma espécie de visão ampliada do espectador, funcionando como uma ferramenta que coleta informações em vários lugares e instâncias nas quais o sujeito normalmente não poderia estar, as traduz e entrega a esse sujeito. Assim, o indivíduo vive sua vida, trabalha, estuda, faz suas obrigações e, no momento em que deseja se informar, o faz por meio dos veículos de comunicação, que disponibilizam informações sobre determinadas questões que acontecem tanto no âmbito local como no global, abarcando o que de mais importante aconteceu em determinado momento. Vale ressaltar que a noção de importância atribuída a determinado fato obedece a critérios específicos estipulados pelos veículos de comunicação, e que esses se baseiam tanto em questões jornalísticas - que serão melhor abordadas no capítulo 4 desse estudo -, como em questões ideológicas, mercadológicas e de interesses privados.

Diante desse papel atribuído a ele, o jornalismo passou a ter grande importância na mediação social e, conseqüentemente, para o poder político. Com o desenvolvimento das mídias, sobretudo o rádio e a televisão, que possibilitaram derrubar barreiras geográficas,



econômicas e educacionais<sup>35</sup>, o discurso político passou a ser consumido por uma grande parcela da população, e não mais restrito a determinados grupos sociais. Essa possibilidade de falar com um número maior de pessoas transformou a mídia em instrumento essencial para o poder político.

Nessa complexa relação entre meios de comunicação e a política, é possível destacar que esse vínculo se materializa em uma via de mão dupla: o campo político se utiliza da mídia para ampliar seus discursos e corroborar suas versões, e, geralmente de forma dissimulada, os veículos de comunicação se associam ao poder político em nome de interesses pessoais dos donos dos veículos e também de sua classe social detentora do grande capital. Dessa associação, resulta uma tentativa de controle social a partir do discurso e uma enorme ingerência, tanto da mídia quanto dos governos, no funcionamento da esfera política: “(...) a mídia não age apenas como mediadora entre os poderes, mas como um dispositivo de produção do próprio poder de nomeação e, no limite, também de funcionamento da própria esfera política” (NEGREIROS, 2002, s.p.).

Essa importância da mídia para o funcionamento da esfera pública e, por conseguinte, para a nomeação do poder e mediação social, advém do fato dela ser o campo de reconhecimento social e fator fundamental para a construção de uma coletividade e da elaboração social da realidade, como abordaremos no capítulo 3 dessa pesquisa. Apesar de ser muitas vezes descrita como ferramenta para a disseminação de ideias, o que evidencia uma visão instrumentalizada dos meios de comunicação, a mídia é, ao mesmo tempo, instrumento propulsor e campo de realização da esfera pública, por meio do qual são disseminadas as questões consideradas relevantes para o debate público. Dessa maneira, a comunicação é o campo estratégico para o exercício democrático.

Tal ideia perpassa os estudos do pensador e ativista político Noam Chomsky, que na obra *Mídia: propaganda política e manipulação* apresenta dois conceitos diferentes de democracia levando em consideração a mídia. Segundo ele, em um contexto político ideal, uma sociedade democrática “é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres” (CHOMSKY, 2013, p. 9). Entretanto, essa realidade está longe de se concretizar em grande parte dos países considerados democráticos, nos quais os veículos de comunicação estão concentrados nas mãos de poucos, servem a interesses

---

<sup>35</sup> Barreiras educacionais são aqui utilizadas no sentido restrito ao analfabetismo e a não possibilidade de leitura. Por meio do rádio e da televisão, os sujeitos que não sabem ler podem ter acesso às informações veiculadas pela mídia, antes mais restritas ao jornal impresso. Nesse ponto específico, não é levado em consideração a capacidade crítica dos receptores de questionar tais informações, mas apenas a possibilidade de ter acesso a elas.

privados e não há pluralidade de pautas e vozes, a exemplo do Brasil, cuja realidade será abordada no tópico seguinte. Para Chomsky,

outra concepção de democracia é aquela que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados. Esta pode parecer uma concepção estranha de democracia, mas é importante entender que ela é a concepção predominante (CHOMSKY, 2013, p. 10).

Esse controle dos veículos de comunicação é a base da democracia de espectadores, conceito explorado por Walter Lippmann e citado por Chomsky. Como o próprio nome diz, é a democracia na qual grande parte da população apenas assiste as decisões políticas, sem participar ativamente do debate. Expressando a sua visão elitista, Lippmann argumentava que, para o perfeito funcionamento de um regime democrático, é preciso que haja classes de cidadãos, divididas em *classe especializada* e *rebanho desorientado*: a primeira trata-se de uma pequena parcela da população formada por pessoas que analisam, decidem e executam as medidas relativas ao campo político, econômico e ideológico, desempenhando papel ativo na condução dos assuntos sociais; são “homens responsáveis” que são suficientemente inteligentes para entender como as coisas funcionam” (CHOMSKY, 2013, p.15). Já a classe considerada o rebanho desorientado é constituída pela maioria da população, que tem a função de espectador, não incidindo ativamente no processo de gerenciamento das questões públicas e apenas recebendo as consequências dessas decisões. Eventualmente, por se tratar de uma democracia, essa classe participaria da política no momento de escolha do especialista para conduzir a coisa pública, isto é, na eleição. A ideia de Lippmann, nas palavras de Chomsky, é de que

(...) de vez em quando ele tem a permissão para transferir seu apoio a um outro membro da classe especializada. Em outras palavras ele tem a permissão de dizer: “Queremos que você seja nosso líder” (...). Isso porque se trata de uma democracia, e não de um Estado totalitário. À escolha se dá o nome de eleição. Porém, uma vez que ele tenha transferido seu apoio a um ou outro membro da classe especializada, deve sair de cena e se tornar espectador da ação, não participante. Isso numa democracia que funcione de maneira adequada (CHOMSKY, 2013, p.17).

Nessa concepção, a fim de que haja um bom funcionamento da democracia, é preciso que essas classes estejam muito bem divididas e exerçam suas funções dentro do sistema, em especial o rebanho desorientado, que, “se tentar participar na administração de seus próprios interesses, só vai causar transtorno” (CHOMSKY, 2013, p.18). Assim, esse precisaria ser

domesticado, e isso se dá a partir da produção do consenso. Nesse sentido, a mídia, as escolas e a cultura popular exercem papel protagonista, tendo em vista suas capacidades de produção de concordância e reconhecimento social (CHOMSKY, 2013). Elas devem oferecer uma percepção razoável da realidade, tanto para a classe especializada como para o restante da população, incutindo determinadas verdades “que servirão aos interesses do poder privado” (CHOMSKY, 2013, p. 19).

Uma das principais maneiras de criação de consenso social, em especial no que diz respeito ao gerenciamento da coisa pública, é a propaganda política. Ela dissemina consensos a partir do valor de verdade, e “está para a democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário. Esta é uma atitude inteligente e vantajosa porque, uma vez mais, os interesses comuns escapam ao rebanho desorientado: ele não consegue decifrá-los” (CHOMSKY, 2013, p. 21).

A propaganda política tem como principal canal a mídia, e pode se constituir tanto de forma direta, como um produto publicitário, a exemplo dos comerciais televisivos e spots de rádio que focam nas benfeitorias realizadas por determinado político ou governo, e as peças publicitárias veiculadas na mídia impressa e na internet; ou de maneira menos direta, de forma subliminar, a partir de notícias jornalísticas que, *a priori*, deveriam relatar acontecimentos de maneira imparcial, mas que, a depender de seus interesses, podem destacar ou ignorar determinada questão, dar voz ou silenciar determinado ator social, entre outras possibilidades de manipulação da informação. A propaganda política não se restringe apenas à área comercial, mas figura no produto noticioso.

É importante destacar que a propaganda política não se limita a propagar uma boa imagem de governos, mas abarca também a figura do político enquanto ator social. Nesse contexto, não é raro nos depararmos nos veículos de comunicação com notícias cujo foco seja determinado parlamentar e suas ações enquanto sujeito público, tendo em vista que o campo comunicacional coloca em jogo, também, o capital simbólico do político. Nesse sentido, um dos aspectos importantes é a reputação, que é baseada em uma imagem pública e construída a partir do reforço de determinadas qualidades. Nas disputas políticas, se faz necessário obter uma imagem pública positiva, a fim de angariar simpatia e confiança do eleitorado, e, conseqüentemente, votos. Vale ressaltar que a elaboração de tal imagem se dá a partir da conjunção de diversos fatores, que vão desde a emissão de mensagens até a ideia formada pelo público, e foge ao controle direto dos indivíduos e das instituições a que se referem. Diante do exposto, se faz imprescindível o permanente controle da imagem pública, tendo em

vista que qualquer deslize pode afetar diretamente a reputação dos políticos e se transformar em escândalo.

No caso específico de figuras públicas no âmbito político, os escândalos que ganham proporções públicas por meio dos veículos de comunicação constituem o que Thompson<sup>36</sup> caracteriza como escândalos políticos midiáticos. Segundo ele, seria

(...) um acontecimento que implica revelação através da mídia de atividades que fossem previamente ocultadas (ou conhecidas por apenas um pequeno círculo de pessoas), atividades de caráter moralmente ignominioso e que, ao se tornarem públicas desse modo, poderiam acabar trazendo implicações prejudiciais aos indivíduos implicados (THOMPSON, 2002, p. 87).

Um escândalo político midiático – EPM é, portanto, um fato revelado pela mídia que implica “atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência (*sic*) de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia” (LIMA, 2010). Assim, em um EPM o que está em jogo é o capital simbólico do político, sobretudo sua reputação.

O processo de constituição de um escândalo político se dá no momento em que esse ultrapassa as barreiras espaço-temporais e se torna objeto da mídia, transformando-se em um escândalo midiático. Um EPM só se constitui como tal quando é trabalhado nos e pelos meios de comunicação, muitas vezes exaustivamente. A partir daí, a notícia sobre o fato deixa de ser um aspecto exterior e passar a fazer parte dele. Thompson aponta que

Escândalos midiáticos são acontecimentos que se estendem muito além das ações ou transgressões originais que os constituem. Poderíamos descrever esses escândalos como eventos midiáticos, porque eles são eventos que são constituídos em parte pelas formas midiáticas de comunicação. A apresentação através da mídia, o comentário da mídia, não são características secundárias ou acidentais dessas formas de escândalo: elas são parte constitutivas deles (THOMPSON, 2002, p. 91).

Venício Lima completa:

Como a mídia se tornou a arena decisiva em que as relações do campo político são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas, a apresentação e a repercussão dos EPM na mídia não são características

---

<sup>36</sup> Ressaltamos que Thompson não utiliza exatamente o termo escândalo político midiático, mas faz uso das expressões “escândalo político” e “escândalo midiático”. Entretanto, haja vista a elaboração de sua argumentação, se faz uso do termo unido, retomado por diversos pesquisadores como Venício Lima (2002;2010), Pedrinho Guareschi (2002), entre outros.

secundárias ou acidentais. Ao contrário, são partes constitutivas dos próprios EPM. (...) O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia. Passa a prevalecer uma lógica parecida com a que preside a cobertura jornalística das disputas eleitorais e que já foi comparada às corridas de cavalo: o que importa é saber qual jornalista e/ou empresa de mídia está à frente da outra, qual consegue “esticar um pouco mais a corda” e avançar com novas denúncias (LIMA, 2006, p. 12-13).

Os EPM estão sempre presentes no contexto jornalístico e alguns podem, a depender do seu contexto de criação e a finalidade<sup>37</sup> com a qual é veiculado, funcionar como uma espécie de propaganda política às avessas: com a veiculação de um escândalo acerca de determinada instituição, político ou figura pública desse campo, a reputação de tal sujeito político é abalada; com a imagem pública “arranhada”, os outros atores políticos, em especial os que se colocam em disputa direta com tal sujeito pela credibilidade e confiança, acabam por levar vantagem nesse jogo público. Na maior parte dos casos, a mídia é a maior beneficiada com os EPM, pois atua em favor daquele que está de acordo com os seus interesses, beneficiando-se, inclusive, com as propagandas, além de reforçar seu próprio *status* de fiscal dos poderes públicos.

Como já abordado nesse capítulo, questões relacionadas ao campo político são sempre de interesse da mídia. Assim, na seara dos escândalos midiáticos, a política é sempre um tema presente, seja por um apelo pessoal ao qual recorrem seus agentes para conquistar credibilidade junto o público, “ou seja, pelo impacto que suas ações representam para a vida da população em geral, a realidade é que o escândalo político é uma matéria-prima abundante, sempre trabalhada pela mídia e sempre consumida pelo público” (MARQUES, 2015, p.23). São exemplos de escândalos políticos midiáticos o caso Watergate<sup>38</sup>, na década de 1970, nos

---

<sup>37</sup> Abertamente, os veículos de comunicação têm por finalidade publicar os fatos políticos em nome do interesse público. Entretanto, tendo em vista se tratar de um campo de disputa de capital simbólico, tais meios de comunicação tendem a veicular determinados assuntos levando em consideração os interesses privados tanto dos donos dos veículos de comunicação, como dos próprios atores da política com quem fazem alianças. Dessa maneira, um escândalo político midiático pode vir à tona ou deixar de ser publicado de acordo com os interesses dessas partes.

<sup>38</sup> Em 1972, durante a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, o escritório do Partido Democrata, localizado no conjunto de edifícios Watergate, em Washington, foi invadido por cinco homens, com o objetivo de grampear telefones para usar informações confidenciais em chantagens políticas. O jornal *The Washington Post* publicou uma pequena nota sobre o caso, e os jornalistas do periódico Bob Woodward e Carl Bernstein passaram a investigar o ocorrido. A partir de informações cedidas por um informante anônimo, identificado apenas como garganta profunda (*Deep Throat*), e após meses de investigação, os repórteres descobriram que os invasores tinham o nome em uma lista de pagamentos do comitê de Richard Nixon e que ele comandava o esquema de espionagem política para beneficiá-lo nas eleições. Após inúmeras matérias do jornal e pressão da imprensa e da população, foi criada uma comissão do Senado para investigar o caso oficialmente, o que culminaria na abertura de um processo de *impeachment* do já reeleito republicano. O escândalo culminou na renúncia de Nixon à presidência, anunciada em um discurso transmitido pela televisão.

Estados Unidos, que culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon; e o escândalo do mensalão<sup>39</sup>, no Brasil, que veio à tona em 2005 e 2006, no governo do então presidente Lula, que culminou com a demissão dos ministros da Casa Civil, dos Transportes, das Comunicações e da Fazenda.

Para além da veiculação de escândalos políticos – que se tornam EPM a partir de tal ação e se alimentam do próprio trabalho da mídia acerca dos fatos –, a relação entre política e mídia é algo indissolúvel nas sociedades democráticas contemporâneas, tendo em vistas que os dois campos se retroalimentam nessa relação e ocupam papéis estratégicos na socialização dos sujeitos. Assim, não se pode falar de política sem levar em consideração o papel da mídia na influência do debate acerca da coisa pública; nem se pode falar de mídia sem levar em consideração o poder político sobre essa. Os dois campos estão imbricados e se influenciam mutuamente. Não se trata, portanto, apenas de uma midiaticização da política, mas também da politização da mídia.

Configurou-se uma relação de troca entre os dois campos, pois enquanto a mídia precisa alimentar constantemente seu conteúdo com informações sobre política, os políticos precisam garantir sua existência pública para atingir suas bases eleitorais e se legitimar no jogo político (PINTO, 2009, p. 3)

Ainda sobre essa temática, o sociólogo e semiólogo francês Eric Landowski (1992), em sua obra *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*, apresenta considerações acerca da relação entre mídia, política e público a partir da metáfora do teatro grego, onde a mídia seria o palco, a política o coro e o público a plateia. A relação entre esses três campos tem como ponto de intersecção a opinião pública<sup>40</sup> que, de acordo com Landowski, a partir de uma visão semiótica, “está disponível para entrar em relação, no plano narrativo, com a

<sup>39</sup> Escândalo de corrupção baseado em compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional. Segundo o delator do esquema, o então deputado federal Roberto Jefferson (PTB – RJ), deputados da base aliada do PT recebiam um valor mensal para votarem segundo as orientações do governo. Um núcleo seria responsável pela compra dos votos e também pelo suborno por meio de cargos em empresas públicas. Roberto Jefferson apontou o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, como o chefe do esquema, o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, como a pessoa responsável para efetuar os pagamentos, e o publicitário Marcos Valério, dono das agências que mais detinham contrato de trabalho com órgãos do governo, seria o operador do mensalão. Outros nomes ligados ao governo foram apontados como participantes do esquema: o ministro das Comunicações, Luiz Gushiken, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O caso veio à tona em uma entrevista que Jefferson deu a Folha de S. Paulo, em junho de 2005, após ter seu nome estampado em matéria veiculada pela Revista Veja na edição de 14 de maio de 2005, acusado de ser o chefe de um esquema de corrupção de agentes públicos existente nos Correios. Em decorrências das investigações, os mandatos de José Dirceu e Roberto Jefferson foram cassados e os três ministros acusados de participar do esquema foram afastados dos cargos.

<sup>40</sup> Landowski não faz uso contínuo do termo opinião pública, entretanto, ao observar de que maneira ele emprega a expressão opinião, relacionada a representação do público, pode-se inferir que o pesquisador está se referindo à opinião pública.

‘classe política’” (LANDOWSKI, 1992, p.30). Segundo o francês, quaisquer que sejam as narrativas midiáticas acerca da relação entre esses dois pontos, os mesmos são caracterizados a partir de tipos fundamentais já estabelecidos.

Esses tipos se interdefinem com base num princípio narrativo constante: cada vez que a figura dita “opinião pública” aparece na pena dos jornalistas ou dos políticos, constata-se que ela *sobredetermina*, por sua simples presença, embora de maneira desigualmente explícita e direta, as modalidades de ação, a competência semiótica do conjunto dos agentes tidos como pertencentes à “esfera dirigente”, tal como o discurso a delimita (LANDOWSKI, 1992, p.30).

Tais modalidades de ação estão calcadas na ideia de que, na narrativa, a opinião pública encarrega-se de “fazer agir outros sujeitos” (LANDOWSKI, 1992, p.30). Dessa maneira, os atores que estão em relação direta com a opinião pública irão agir de formas distintas a depender da posição ocupada por essa última. Segundo Landowski, a opinião pública pode ocupar as seguintes funções: a) destinador (quando a opinião pública define a ação dos representantes políticos, situação ideal da teoria democrática); b) antidestinador (que, geralmente, acontece no jornalismo sensacionalista com a redução do público a mero espectador, situação que explicita a comunicação manipulativa e alienadora); c) não-destinador (quando o representante político afronta e desautoriza a opinião pública); e d) não-antidestinador (que acontece quando um representante político progressista convoca a opinião pública a sair de sua passividade e exercer protagonismo político, como Getúlio Vargas com a carta-testamento e o suicídio, em 1954). Para cada uma dessas manifestações actanciais, corresponderá um tipo específico de função da classe política (LANDOWSKI, 1992).

Ao figurar como destinador, a opinião pública acaba por motivar uma ação por parte de seu interlocutor, nesse caso a política, e passa a “atribuir à classe dos responsáveis políticos certos deveres” (LANDOWSKI, 1992, p. 31). No plano prático, a opinião pública, entendida aqui como expressão do público, provoca a ação da esfera política, que passa a segui-la, isto é, a operar de acordo com os desejos da população. Essa posição expressa o funcionamento ideal da democracia, haja vista que propicia a superação das diferenças entre governantes e governados e o público consegue destinar o caminho das decisões políticas. Tal situação propicia o auto-governo da sociedade e demonstra a importância da comunicação para o funcionamento da democracia, haja vista ser essa o espaço de publicização e legitimação da opinião pública.

(...) quando se considera o “reino da opinião” tal como ele se exerce hoje se nos referimos ao testemunho da mídia, o que se vê dominar a cena política não é mais o apelo a uma “vontade nacional” abstrata, postulada em nome de uma filosofia, mas a preocupação de conformidade com as “aspirações” concretas de um actante coletivo presente, por assim dizer, em carne e osso: a “opinião”, *sujeito figurativo* que, como se sabe, “faz parte dos fenômenos sociais aparentemente evidentes” (LANDOWSKI, 1992, p. 31).

A segunda posição ocupada pela opinião pública é a de antidestinador, que pode ser definida como o sujeito que desmotiva o outro a agir. Nessa situação, a classe política engana a opinião pública a partir de um “fazer crer deliberadamente enganador” (LANDOWSKI, 1992, p. 37) utilizando formas para manipulá-la. Tal situação pode ser exemplificada no uso dos veículos de comunicação pelos políticos para alienar a sociedade. “Em vez de, como se dava antes, a opinião pública se enganar devido à sua própria incompetência no plano interpretativo, ei-la agora enganada pelo fazer persuasivo de um anti-sujeito (*sic*): ‘Saciam a opinião pública com ideias falsas’”. (LANDOWSKI, 1992, p. 38)

Outra posição descrita por Landowski é a de não-antidestinador, na qual a classe política desafia a opinião pública. Essa última não é mais vista como protagonista por inteiro, mas sim em uma posição hierarquicamente inferior à nação. Assim, é “(...) convocada a apoiar as decisões tomadas, ou a sancionar as “performances” realizadas pelos heróis mandatados para governar” (LANDOWSKI, 1992, p. 33). Em geral, a classe política tenta convocar a sociedade a agir de forma diferente da que vem fazendo, tentando, algumas vezes, modificar a opinião pública e a correlação de forças políticas.

A opinião pública não aparece mais, nesse caso, como o árbitro supremo, cuja vontade comanda a escolha dos valores a serem perseguidos, mas como um parceiro – ou um adversário – do qual vai depender a transformação dos programas políticos virtuais em programas efetivamente realizáveis (LANDOWSKI, 1992, p. 35-36).

A quarta posição elencada diz respeito ao papel de não-destinador, quando a classe de representantes políticos afronta a opinião pública. Em grande parte dessas situações, os políticos tendem a desautorizar a opinião pública. Tal contexto pode funcionar por um certo tempo mas tende a perder força, haja vista que “teremos dois sujeitos que se medem no plano pragmático enquanto forças adversas – oposição essa que só pode desembocar na neutralização do poder fazer de uma das duas partes. (...) o poder do Poder entre em conflito com o poder da Opinião” (LANDOWSKI, 1992, p. 39).



Ainda sobre a relação entre a mídia e a política, essa se dá em todas as democracias contemporâneas, mas possui características específicas de acordo com o sistema político, o regime democrático e a constituição da mídia de cada país. A relação entre política e mídia no Brasil será abordada no tópico a seguir.

## 2.1 Imprensa e poder: o caso brasileiro

Como já abordamos nesse capítulo, a livre circulação das informações e a pluralidade de vozes são fundamentais para a democracia. Nesse sentido, uma mídia plural e que oferece espaço para a multiplicidade de ideias e que trabalhe efetivamente para o bem comum é imprescindível para a efetivação da democracia em seu sentido básico; o seu avesso, portanto, contribui para uma estagnação do regime democrático e impede uma discussão ampla de questões públicas, interferindo, assim, no fazer político em seu sentido mais amplo. Um exemplo de mídia não democrática é a mídia brasileira.

No Brasil, apesar de os veículos de rádio e televisão funcionarem mediante concessões públicas, são controlados por poucos grupos empresariais, que utilizam esses meios para fins de interesse privado. A situação é a mesma quando falamos da mídia não concessionada, como os meios impressos - jornal e revista -, e os veículos digitais ancorados majoritariamente nos grandes portais da internet.

Apesar do estado brasileiro não disponibilizar dados sistematizados acerca dos proprietários dos meios de comunicação que permitam identificar os agentes sociais detentores do controle dos veículos - como grupo empresarial, rede, etc. -, é possível apontar que os principais meios de comunicação de massa de alcance nacional são comandados por poucas famílias, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1- Famílias que são proprietárias dos principais veículos de comunicação do Brasil**

FAMÍLIA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	FAMÍLIA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
<b>Marinho</b>	Organizações Globo	<b>Sirotsky</b>	Grupo RBS
<b>Abravanel</b>	Sistema Brasileiro de Telecomunicações (SBT)	<b>Civita</b>	Editora Abril
<b>Saad</b>	Rede Bandeirantes	<b>Frias</b>	Folha de S. Paulo
<b>Mesquita</b>	O Estado de S. Paulo	<b>Igreja Universal do Reino de Deus</b>	Rede Record
<b>Igreja Católica</b>	Rede Vida		

Fonte: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718\\_magnatas\\_bg\\_cc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718_magnatas_bg_cc.shtml)>  
<<https://shimahouse.wordpress.com/2012/12/04/as-9-familias-donas-da-midia-no-brasil/>> Acesso em 22 fev 2017.

e

Além do monopólio de seus proprietários, e impulsionado por uma visão mercantilista de expansão de seus negócios, tais veículos de comunicação acabam por ter alcance nacional. De acordo com a pesquisa Mídia Dados Brasil 2015<sup>41</sup>, realizada pelo Grupo de Mídia do Brasil, se levarmos em consideração apenas a televisão, a Rede Globo chega a 98,6% dos municípios brasileiros; o SBT a 85,7%; a Rede Record a 79,3%; a Rede Bandeirantes alcança 64,1%; e a Rede TV 56,7% das cidades do país. Quando analisada a questão da audiência, o estudo revelou que, em 2014, a TV Globo foi líder, com média de 37,8%, seguida pelo SBT com 13,4%, a Rede Record com 13,1%, a TV Bandeirantes 5,1% e a Rede TV com a média de 1,7%. Todas as outras emissoras somadas totalizaram 28,9%, o que significa que aproximadamente três quartos de toda a audiência televisiva é destinada a apenas cinco veículos de comunicação no Brasil.

Além da televisão, esses grupos empresariais formados, em grande parte, por membros de uma mesma família, também atuam em diferentes segmentos da comunicação, caracterizando uma concentração de propriedades que pode se dar de forma horizontal, vertical ou cruzada, e pode levar à formação de monopólios e oligopólios. A concentração de forma horizontal é aquela que ocorre dentro de um mesmo segmento, a exemplo da Editora Abril, que publica mais de 40 revistas diferentes. Já a concentração vertical ocorre quando a mesma empresa é responsável por diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, como quando “um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição” (LIMA, 2003, s.p.). Enquadra-se nesse exemplo a Rede Globo no tocante a produção de telenovelas: “A Globo produz a novela em seus estúdios e a exibe em sua rede de televisão. Além disso, comercializa a novela para outros países, a trilha sonora através de gravadora própria e divulga o ‘pacote’ através de sua rede de TV, seus jornais, revistas, emissoras de rádio, etc.” (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 47). A concentração intitulada como propriedade cruzada é quando o mesmo grupo é detentor de diferentes tipos de mídia do setor de comunicação, como TV aberta, TV por assinatura, rádio, jornal, revista e internet.

Diversos são os exemplos de propriedade cruzada no Brasil, dentre os quais destaca-se novamente as Organizações Globo, que dispõe de canais de televisão aberta (TV Globo) e por assinatura (Globosat), rádio (Sistema Globo de Rádio, que engloba a CBN, Rádio Globo e BH FM), jornal impresso (O Globo), portal na internet (G1 e Gshow), e revistas (Editora Globo, que publica revista como Quem, ÉPOCA, Galileu, Marie Claire, entre outras). No âmbito

---

<sup>41</sup> Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acesso em 10 nov 2016.

regional/estadual, um exemplo é o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, que detém o controle de jornal (Jornal do Commercio), televisão (TV Jornal), rádio (Rádio Jornal) e portal na internet (NE10).

Apesar da recorrente formação de conglomerados midiáticos a partir da concentração de propriedade, tal ação é vedada pela Constituição Federal, em seu artigo 220, §5º, no qual explicita que “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (CONSTITUIÇÃO, 1988, s.p.). Entretanto, mesmo com determinação em forma de lei, inúmeros são os exemplos de monopólios no campo midiático, cujos proprietários ignoram as regras, fato que se dá, também, pela defasagem da legislação a respeito da telecomunicação do Brasil, a exemplo do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, datado de 1962 e que não sofreu grandes alterações até hoje.

Além da concentração nas mãos de poucos grupos, uma outra característica da mídia brasileira está na estreita ligação entre os veículos de comunicação e a política que, para além dos acordos e conchavos praticados entre os proprietários de comunicação e os representantes do poder político, se estabelece quando os próprios políticos são detentores de concessões de rádio e televisão no Brasil, evidenciando uma relação perigosa entre mídia e poder (governo).

O texto *A farra dos parlamentares continua, apesar da constituição*<sup>42</sup>, publicado no Informativo INTERVOZES, afirma que, segundo levantamento realizado pela Agência Repórter Social, “53 deputados federais e 27 senadores declararam possuir algum tipo de controle sobre veículos de comunicação. A ‘bancada da comunicação’ representa nada menos do que 10% da Câmara e assustadores 33,3% do Senado” (INTERVOZES, 2007, p. 18). Tal fato fere a Constituição Federal, que em seu artigo 54 afirma que deputados e senadores, desde o momento da expedição do diploma, não podem “firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público” (CONSTITUIÇÃO, 1988). O mesmo artigo diz ainda que, dada a posse, os parlamentares não podem ser proprietários, controladores, diretores ou exercer qualquer outra função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público. A outorga de concessões de radiodifusão para políticos também vai de encontro ao CBT, que em seu artigo 38 determina

---

<sup>42</sup> Informativo INTERVOZES, p. 18-20, Nov. 2007. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc.pdf> >. Acesso em 24 out 2016.

que quem está em gozo de imunidade parlamentar não pode exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionário de rádio ou televisão.<sup>43</sup>

Deputados e senadores continuam controlando emissoras, embora a Constituição proíba. Licenças de TVs e rádios educativas são usadas para escapar da obrigatoriedade de licitação e proteger negócios com fins comerciais. (...) O que era para ser concessão se transformou em capitania hereditária (INTERVOZES, 2007, p. 03-04).

A detenção dessas concessões faz com que os políticos utilizem os meios de comunicação como ferramenta para disseminar uma ideologia que lhes é favorável e como moeda de troca em transações com correligionários e aliados, conforme texto intitulado *Em nome do público, mas sem o público*<sup>44</sup>, também publicado no Informativo INTERVOZES (2007). Tais atitudes caracterizam o que diversos pesquisadores intitulam como coronelismo eletrônico, no qual os políticos donos de veículos de comunicação agem como coronéis, impondo suas vontades e utilizando suas mídias de maneira a favorecer politicamente a si mesmos ou parceiros.

A literatura política brasileira tem utilizado o termo coronelismo como uma forma peculiar de manifestação do poder privado, com base no compromisso e na troca de proveitos com o poder público. A ciência política trata como coronelismo a relação entre os coronéis locais, líderes das oligarquias regionais, que buscavam tirar proveito do poder público, no século 19 e início do século 20. Hoje, não há como deixar de se associar esse termo aos atuais impérios de comunicação mantidos por chefes políticos oligárquicos, que têm, inclusive, forte influência nacional. O compadrio, a patronagem, o clientelismo, e o patrimonialismo ganharam, assim, no Brasil, a companhia dos mais sofisticados meios de extensão do poder da fala até então inventados pelo homem: o rádio e a televisão (BAYMA *apud* MAGALHÃES, 2009).

Nas pesquisas que têm como objeto o coronelismo eletrônico, as outorgas de concessões públicas de radiodifusão são apontadas como o compromisso firmado entre os poderes público e privado, dando continuidade ao coronelismo histórico (VASCONCELOS, 2010). Assim, a concessão de autorizações para manipular espaços de radiodifusão transformou-se na “principal moeda de troca dessa ‘nova prática coronelista’, uma vez que as concessões estariam sendo entregues a políticos dos mais variados partidos, para que estes,

<sup>43</sup> “Esta norma foi confirmada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão que exige, como um dos documentos necessários para habilitação ao procedimento licitatório, declaração de que os dirigentes da entidade ‘não estão no exercício de mandato eletivo’” (LIMA, 2014, p. 180).

<sup>44</sup> Informativo INTERVOZES, p. 3-4, Nov. 2007. Disponível em < <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc.pdf> > Acesso em 24 out 2016.

em troca, votem, no Congresso Nacional, nos projetos de interesse do governo” (VASCONCELOS, 2010, p.51).

Entendemos por coronelismo eletrônico o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários dos meios de comunicação (SANTOS, 2009, s.p.).

Embora não haja dados oficiais acerca dos políticos concessionários de radiodifusão, levantamento realizado pelo projeto Donos da Mídia aponta que, em 2014, 271 parlamentares com mandatos no Congresso Nacional eram sócios, diretores ou possuíam algum vínculo com cerca de 324 grupos de rádio e televisão. Esse número pode ser ainda maior se for levado em consideração o número de laranjas ou empresas fantasmas pertencentes aos políticos e que controlam meios de comunicação. Em reportagem veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo nas edições de 27 e 28 de março de 2011, a jornalista Elvira Lobato aponta dados que mostram que utilizar terceiros nas licitações para concessão de radiodifusão é uma prática corriqueira: a reportagem investigou 91 empresas que mais obtiveram concessões entre 1997 e 2010, e, dessas, 44 não funcionam nos endereços informados ao Ministério das Comunicações.

Entre seus “proprietários” constam, por exemplo, funcionários públicos, donas de casa, cabeleireira, enfermeiro, entre outros trabalhadores com renda incompatível com os valores pelos quais foram fechados os negócios. Alguns reconheceram à Folha que emprestaram seus nomes para que os reais proprietários não figurem nos registros oficiais. Nenhum, porém, admitiu ter recebido dinheiro em troca (LOBATO, 2011, s.p.).

Apesar de alguns políticos fazerem uso de laranjas ou empresas fantasmas para mascarar a detenção de concessões de radiodifusão, o que dificulta o levantamento de dados acerca de políticos concessionários, matéria veiculada pela Carta Capital, a partir de informações do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siacco), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), listou 32 deputados e oito senadores com mandatos eletivos em novembro de 2015 e que possuíam concessões de veículos de comunicação.

**Tabela 2 - Lista dos deputados federais e senadores com mandatos eletivos em novembro de 2015 que possuem concessões de radiodifusão**

DEPUTADOS FEDERAIS	
Adalberto Cavalcanti Rodrigues (PTB-PE)	João Henrique Holanda Caldas (PSB-AL)
Afonso Antunes da Motta (PDT-RS)	João Rodrigues (PSD-SC)
Aníbal Ferreira Gomes, (PMDB-CE)	Jorginho dos Santos Mello (PR-SC)
Antônio Carlos Martins de Bulhões (PRB-SP)	José Alves Rocha (PR-BA)

Átila Freitas Lira (PSB-PI)	José Nunes Soares (PSD-BA)
Bonifácio José Tamm de Andrada (PSDB-MG)	José Sarney Filho (PV-MA)
Carlos Victor Guterres Mendes (PSD-MA)	Júlio César de Carvalho Lima (PSD-PI)
César Hanna Halum (PRB-TO)	Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi (PMDB-SP)
Damião Feliciano da Silva (PDT-PB)	Luiz Gionilson Pinheiro Borges (PMDB – AP)
Dâmina de Carvalho Pereira (PMN-MG)	Luiz Gonzaga Patriota (PSB-PE)
Domingos Gomes de Aguiar Neto (PMB-CE)	Magda Mofatto Hon (PR-GO)
Elcione Therezinha Zahluth Barbalho (PMDB-PA)	Paulo Roberto Gomes Mansur (PRB-SP)
Fábio Salustino Mesquita de Faria (PSD-RN)	Ricardo José Magalhães Barros (PP-PR)
Felipe Catalão Maia (DEM-RN)	Rodrigo Batista de Castro (PSDB-MG)
Felix de Almeida Mendonça Júnior (PDT-BA)	Rubens Bueno (PPS-PR)
Jaime Martins Filho (PSD-MG)	Soraya Alencar dos Santos (PMDB-RJ)
<b>SENADORES</b>	
Acir Marcos Gurgacz (PDT-RO)	Jader Fontenelle Barbalho (PMDB-PA)
Aécio Neves da Cunha (PSDB-MG)	José Agripino Maia (DEM-RN)
Edison Lobão (PMDB-MA)	Roberto Coelho Rocha (PSB-MA)
Fernando Affonso Collor de Mello (PTB-AL)	Tasso Ribeiro Jereissati (PSDB-CE)

*Fonte:* Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – Siacco, da Anatel, com dados publicados em matéria da Carta Capital

O coronelismo eletrônico não se limita aos políticos do Congresso Nacional, mas abarca diversas instâncias de poder, não se restringindo a determinado governo ou partido. Esse fato pode ser comprovado nos recentes acontecimentos políticos do país, especificamente com o afastamento da presidente Dilma Rousseff: ao assumir o governo, em maio de 2016 - à época de forma ainda interina -, Michel Temer nomeou 23 ministros, dos quais sete são donos ou possuem parentes donos de concessões de radiodifusão.

A proporção é inédita. Quase 1/3 dos 23 ministros de Temer – ao todo, sete – possui ou controla pelo menos uma rádio ou televisão. A maioria, várias. O coronelismo eletrônico que ajudou a depor Dilma Rousseff (que também teve ministros donos de rádios e TVs, assim como Lula, assim como FHC, Collor, Sarney) ganha sem pudores seu quinhão na Esplanada dos Ministérios. Como se ela se tornasse uma extensão do latifúndio midiático do Congresso (BLOG DO ALCEU, 2016, s.p.).

**Tabela 3 – Ministros nomeados por Michel Temer à época da posse do governo interino que possuem concessão ou parentes com concessões de radiodifusão**

POLÍTICO	PARTIDO / ESTADO	CARGO	PARTICIPAÇÃO EM COTAS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO
<b>Helder Barbalho</b>	PMDB/PA	Ministro da Integração Nacional	Declarou cotas em: - Rede Brasil Amazônia de Televisão, retransmissora da Band; - Rádio Clube do Pará; - Sistema Clube do Pará de Comunicação, com duas concessões em Belém e seis retransmissoras no interior do estado; - Diário do Pará; - Rádio Carajás FM.
<b>José Sarney Filho</b>	PV/ MA	Ministro do Meio Ambiente	Herdeiro de um império da comunicação, com cotas em: - Rádio Mirante; - Rádio Litoral Maranhense; - TV Mirante, afiliada da Rede Globo.

<b>Henrique Eduardo Alves*</b>	PMDB/RN	Ministro do Turismo	Possui cotas em: - Rádio Cabugi; - TV Cabugi; - Televisão Costa Branca, retransmissora da Rede Globo - Jornal Tribuna do Norte.
<b>Ricardo Barros</b>	PP/PA	Ministro da Saúde	Possui 99% das cotas da Rádio Jornal Maringá
<b>Romero Jucá**</b>	PMDB/RR	Ministro do Planejamento	Seu patrimônio foi transferido para os filhos, entre eles o ex-deputado Rodrigo Jucá, que possui cotas na empresa Societat Participações. Essa empresa controla a TV Caburaí, retransmissora da Band em Boa Vista, capital de Roraima.
<b>Mendonça Filho</b>	DEM/PE	Ministro da Educação e Cultura	Descendente de família de políticos e empresários pernambucanos com influência nos meios de comunicação. Já esteve entre os acionistas da TV Jornal do Commercio, da Rádio Difusora de Caruaru, Rádio Difusora de Garanhuns, Rádio Difusora de Limoeiro, Rádio Difusora de Pesqueira, todas do grupo Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC). Seu pai, o ex-deputado Mendonça Bezerra, declarava participação nas rádios e TV Jornal do Commercio e na Rádio Bitury, em Belo Jardim, hoje nas mãos da mãe do atual ministro.
<b>Fernando Coelho Filho</b>	PSB/PE	Ministro de Minas e Energia	Embora não tenha declarado nenhuma concessão à Justiça Eleitoral, é membro da família Coelho, que possui participação das cotas de três rádios AM, quatro FM e uma televisão, a TV Grande Rio, afiliada da Rede Globo que cobre toda a região do Sertão de Pernambuco.

*Fonte:* Dados da Justiça Eleitoral, publicados em matéria do Blog Alceu Castilho<sup>45</sup>

\* No governo definitivo após o *impeachment* de Dilma Rousseff, foi substituído por Marx Beltrão.

\*\* Foi afastado do cargo após o vazamento de conversas telefônicas em que teria sugerido um pacto para barrar a operação Lava Jato. Em seu lugar assumiu, interinamente, Dyogo Oliveira.

Além da nomeação de ministros que detêm concessões de radiodifusão, o presidente Michel Temer ingressou, em 09 de novembro de 2016, com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, na qual pede que o Supremo Tribunal Federal - STF declare a inconstitucionalidade de decisões judiciais que têm impedido a outorga ou renovação de concessões de rádio e TV a políticos detentores de mandatos eletivos. Por meio da Advocacia Geral da União - AGU, Temer alegou que “decisões nesse sentido ofendem preceitos fundamentais como o do valor social do trabalho e da livre iniciativa, da primazia da lei, da livre expressão e da liberdade de associação” (CARTA CAPITAL, 2016, s.p.).

Além de ir de encontro à Constituição Federal e ao CBT, a ação ingressa pelo atual presidente da República vai na contramão de diversas ações da sociedade civil, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC, que protocolou junto ao MPF, em 2015, processo contra a utilização de concessões de rádio e televisão por 32 parlamentares de 19 estados brasileiros - dois deles pernambucanos: os deputados federais Adalberto Cavalcanti Rodrigues/PTB-PE e Luiz Gonzaga Patriota/PSB-PE.

<sup>45</sup> Disponível em < <http://outraspalavras.net/alceucastilho/2016/05/13/sete-dos-23-ministros-de-temer-possuem-ou-controlam-radio-e-tv/#more-3170> > Acesso 13 mai 2016, as 14h30.



Adalberto Cavalcanti Rodrigues aparece como concessionário da Rádio Rio Pontal FM, no município de Afrânio, Sertão de Pernambuco. Já Luiz Gonzaga Patriota<sup>46</sup> é proprietário da Rede Brasil de Comunicação, no município de Salgueiro, também no Sertão pernambucano. O parlamentar, inclusive, foi citado em reportagem no portal Ombudspe como um dos maiores representantes do coronelismo eletrônico no Estado.

O coronel pernambucano da Mídia em maior evidência atualmente é Luiz Gonzaga Patriota. O deputado federal do PSB é sócio, juntamente com parentes (que assumem também a diretoria), da Rede Brasil de Comunicações, a qual possui duas concessões de rádio FM nas cidades de Lagoa Grande e Salgueiro. Seu filho, Gennedy Marcelo, ainda é sócio-diretor da Fundação Assistencial, Educativa e Cultural de Salgueiro, que possui a concessão do canal 261 FM em Sertânia (FEITOSA, 2016, s.p.).

Além dos deputados do PTB e PSB, outros políticos pernambucanos são concessionários de radiodifusão.

**Tabela 4 - Políticos pernambucanos, seus sócios e diretores, que controlam rádio e televisão em Pernambuco até 2010<sup>47</sup>**

NOME	PARTIDO	CARGO	CONCESSÃO
<b>Adalberto Cavalcanti Rodrigues</b>	PHS	Ex-prefeito de Afrânio	Rádio Rio Pontual, em Afrânio
<b>Cintra Galvão</b>	PTB	Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Belo Jardim	Rádio Itacatié FM, em Belo Jardim
<b>Fernando Lyra João Lyra Neto</b>	PDT	Família de políticos como Fernando Lyra, ex-deputado federal e ex-ministro da Justiça, e do ex-vice-governador de Pernambuco, João Lyra Neto. Aparece como sócio da empresa João Lyra Filho	Rádio Cultura do Nordeste S.A. (AM), Caruaru
<b>Fernando Alves Tavares de Sá</b>	DEM	Ex-prefeito de Verdejante	Rádio Verdejante FM, em Verdejante
<b>Geraldo Coelho</b>	PTB	Ex-deputado estadual	Rádio Grande Rio FM, em Petrolina
<b>Geraldo Melo (falecido)</b>	----	Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes	Guararapes Metropolitana FM LTDA/Sucesso FM, em Jaboatão dos Guararapes
<b>Luiz Gonzaga Patriota</b>	PSB	Deputado Federal	FN Rede Brasil de Comunicações LTDA, em Salgueiro
<b>Hélio Urquiza</b>	PMDB	Ex-deputado estadual e esposo da ex-prefeita de Olinda Jacilda Urquiza	Rádio Papacaca LTDA (AM), em Bom Conselho

<sup>46</sup> Para as eleições de 2014, Patriota declarou ao TRE possuir 90% do capital social da empresa Rede Brasil de Comunicações LTDA, CNPJ 03.754.007/0001-97, desde 2000, situada no município de Sertânia – PE, com filiais nas cidades de Salgueiro e Petrolina, no valor de 135 mil reais; e 90% do capital social da Rádio Sertânia FM LTDA, CNPJ 01.772.667/0001-75, adquirida em 1998, também localizada em Sertânia – PE, no valor de 80 mil.

<sup>47</sup> Além dos nomes contidos neste quadro, constavam na relação do Ministério das Comunicações duas rádios controladas por políticos que não têm atuação política em Pernambuco. A primeira é a Rede Central de Comunicação – FM (Recife), a qual tem com um dos sócios o ex-governador de São Paulo Orestes Quercia. A segunda é a Rádio Asa Branca de Salgueiro LTDA – OM, que tem como sócio o ex-senador Mansueto de Lavor, falecido e que não deixou herdeiro político.



<b>Henrique Queiroz</b>	PR	Deputado estadual	Rádio Vitória FM LTDA, em Vitória de Santo Antão
<b>Inocêncio Oliveira</b>	PR	Ex-deputado federal	Rádio A Voz do Sertão (AM), em Serra Talhada; Rádio Transertaneja FM, em Afogados da Ingazeira; Rádio Líder do Vale FM, em Serra Talhada; Rede Nordeste de Comunicação/TV Asa Branca, afiliada da Rede Globo em Caruaru.
<b>João Barbosa Camelo Neto</b>	PTB	Ex-prefeito de Casinhas	RGJ Comunicações, em Casinhas
<b>José Aglailson</b>	PSB	Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Vitória de Santo Antão	Sistema Horizonte de Comunicação Ltda (FM), em Carpina; Agreste Radiodifusora Ltda (FM), em Limoeiro; Rádio Cultural de Vitória Ltda, em Vitória de Santo Antão.
<b>José Ailton Costa</b>	----	Ex-prefeito de Jurema	FM Comunitário Boas Vindas, em Felipe Guerra (RN)
<b>José Mendonça (falecido)</b>	-----	Ex-deputado federal e pai do ex-governador de Pernambuco e atual ministro da Educação e Cultura no governo interino de Michel Temer, Mendonça Filho	JMB Empreendimentos Ltda, no Recife; Rádio Bituri Ltda (AM), em Belo Jardim; JMB Empreendimentos Ltda (AM), em Santa Cruz do Capibaribe.
<b>José Pereira de Araújo</b>	PSB	Ex-prefeito de Paudalho	Líder FM, em João Câmara (RN); Ceará Rádio Clube, em Fortaleza.
<b>Henrique José Queiroz Costa</b>	PR	Deputado Estadual	Rádio Vitória FM, em Vitória de Santo Antão
<b>Manoel Ferreira</b>	PMDB	Ex-prefeito de Tupanatinga	Fundação Jaime Martins
<b>Manoel José da Silva</b>	DEM	Ex-prefeito de Carnaubeira da Penha	Ceará Rádio Clube, em Fortaleza (CE); Rádio Clube AM, em Teresina (PI); TV Clube, em Teresina (PI).
<b>Oswaldo Coelho Geraldo Coelho Fernando Coelho</b>	DEM PTB PSB	Família tradicional do Sertão pernambucano que tem como seus principais líderes políticos e oligárquicos os ex-prefeitos de Petrolina e ex-deputados Oswaldo Coelho, Geraldo Coelho	Rádio e Televisão Grande Rio FM Stéreo Ltda, em Petrolina e em Santa Maria da Boa Vista; Rádio Felicidade FM Ltda, em Santa Maria da Boa Vista; Rádio da Grande Serra (AM), em Araripina; Rádio Felicidade FM Ltda, em Cabrobó; Rádio FM Voluntários da Pátria Ltda. (AM), em Ouricuri; Rádio Felicidade FM Ltda., em Petrolândia; Rádio do Grande Rio Ltda. (AM), em Petrolina

**Fonte:** Dados do Ministério das Comunicações – Quadro de Sócios e Diretores dos Canais de Rádios em Frequência Modulada (FM), Ondas Médias (AM) e TV. Anatel – Sistema de Acompanhamento de Controle de Cotas (Siacco). Acesso em 3 de julho de 2010.

Essa concentração midiática, tanto nas mãos de políticos como de poucas famílias ou grupos empresariais, fortalecem ainda mais a ligação entre mídia e política. Esse uso político dos veículos de comunicação se estabelece em uma relação de mão dupla: enquanto a classe política - seja essa formada por políticos concessionários ou não -, utiliza a mídia para alcançar ou permanecer no patamar de detentora do poder, isto é, para continuar como classe especializada – utilizando as ideias de Lippmann -, a mídia executa tal demanda em nome de interesses privados, que podem se materializar em benefícios fiscais por parte do governo, subsídios, programas de ajuda e, em especial, verbas publicitárias, que compõem grande porcentagem da receita dos meios de comunicação.

Dados da Secretaria de Comunicação da Presidência da República publicados em matéria da Carta Capital apontam que grande parcela da verba de publicidade foi destinada

aos oligopólios de mídia: nos últimos 17 anos, o total investido em apenas sete portais de notícias pertencentes a mídia oligárquica - UOL, G1, Terra, IG, MSN, R7, Yahoo! – chegou a R\$ 531,9 milhões; só em 2015, esses sites receberam R\$ 71,2 milhões. A primeira cifra corresponde a 43% de todo o gasto do governo em publicidade na internet. A mesma concentração é percebida na verba destinada a publicidade nas revistas impressas: Entre 2000 e abril de 2016, a VEJA recebeu cerca de R\$ 500 milhões, a Época R\$ 231,2 milhões e a IstoÉ R\$ 201,5 milhões, perfazendo um montante de R\$ 928,6 milhões (CARTA MAIOR, 2016). No que se refere a televisão aberta, a Rede Globo é a campeão em recebimento de verbas publicitárias: desde os anos 2000, a emissora levou aproximadamente, R\$ 8,3 bilhões, seguida da Rede Record, que contou com R\$ 2,5 bilhões, o SBT (R\$ 2,3 bilhões), a Rede Bandeirantes (R\$ 1,5 bilhão) e RedeTV! (R\$ 553 milhões). A distribuição de verba para os jornais impressos segue a mesma lógica: a Folha de S. Paulo recebeu, no período de 2000 a abril de 2016, aproximadamente R\$ 310 milhões, O Globo levou R\$ 300,5 milhões, o Estado de S. Paulo recebeu R\$ 293,5 milhões e o Valor Econômico R\$ 190,7 milhões; juntos, os quatros jornais receberem 38% de toda verba destinada ao segmento de jornais impressos.

Diante de tais incentivos financeiros, aliados a concentração dos meios de comunicação, denota-se que a mídia é utilizada para fins de interesse privado, tendo como pano de fundo a geração de lucro e a manutenção das bases capitalistas. As elites políticas e econômicas utilizam os meios de comunicação para difundir seu discurso na tentativa de disseminar sua ideologia como conjunto de ideias consensuais para todos os indivíduos. Assim, essa concentração midiática acaba por impossibilitar a disseminação de discursos plurais e que abarquem a multiplicidade de desejos e necessidades da sociedade como um todo.

A concentração da propriedade, a grande presença de grupos familiares, a vinculação às elites políticas locais e, ainda, o “toma lá, dá cá” entre governos, políticos e empresas, entre outros fatores, arquitetaram um sistema que limita/ a liberdade de expressão da maioria da população e que é incapaz de garantir diversidade de conteúdo e pluralidade dos atores envolvidos na produção e circulação de comunicação (INTERVOZES, 2015, p. 15)

Outra característica acerca da relação entre campo político e os veículos de comunicação é que esses últimos passam a exercer algumas funções que seriam dos partidos políticos, como fiscalizar as ações do governo, exercer a crítica das políticas públicas, construir a agenda pública e trabalhar a reputação do político filiado. Isso gera um certo enfraquecimento dos partidos políticos e das perspectivas de soberania popular através do

exercício democrático da cidadania, ao mesmo tempo em que fortalece a mídia enquanto ferramenta fundamental na construção do social (LIMA, 2006).

As grandes e modernas empresas de comunicação, no Brasil, se parecem efetivamente com partidos políticos. O que vemos hoje são órgãos de comunicação que se transformam em novas unidade de poder (político-partidários), e é por isso eu eles precisam recriar a realidade, através da manipulação das informações, para exercer essa força. Ou seja, a manipulação se torna uma necessidade para a empresa, que não foi criada para praticar diretamente o poder (ALEXANDRE; FERNANDES, 2006, p. 153).

Essa íntima relação entre mídia e poder deveria, segundo Venício Lima (2006), resultar na democratização da informação. No entanto, as distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio entre os sistemas público, privado e estatal, a concentração dos meios de comunicação e o vínculo dos grandes grupos de mídia com lideranças políticas impedem a livre circulação da informação e provocam a hierarquização da sociedade, impossibilitando, assim, uma comunicação dialógica, como a defendida por Paulo Freire, que pode ser considerada a comunicação ideal para a efetivação da democracia.

Para Freire (1983), na obra *Extensão ou comunicação?*, o sujeito não pode pensar acerca dos objetos sem a co-participação de outro sujeito, e esta se dá na comunicação baseada no diálogo. Ele afirma que a comunicação constitui um processo significativo que é compartilhado por sujeitos iguais entre si, numa relação também de igualdade.

Assim, podemos perceber que o atual modelo de comunicação no Brasil é um entrave para a realização de uma comunicação cidadã, tendo em vista que busca manter o *status quo* de uma pequena elite e dificulta uma reflexão sobre a realidade por parte dos receptores, fatos que interferem diretamente no gerenciamento da coisa pública e, portanto, no campo político. Nesse sentido, para efetivação de um regime democrático em seu sentido mais amplo, é fundamental que sejam realizados ajustes na comunicação brasileira que, quando deixada ao livre sabor das forças do mercado, tem como principais características a concentração do poder e a exclusão social. Quando associados ao poder político, os meios de comunicação funcionam como instrumentos para atender a uma demanda econômica e ideológica e tendem a reforçar determinadas visões. Faz-se necessário o reconhecimento da comunicação enquanto bem simbólico e a criação de um sistema que tenha como base a comunicação dialógica e participativa, baseada no compartilhamento, comunhão e defesa do interesse público.

A luta pela democratização da comunicação representa uma tomada de consciência de que a realidade da mídia – especialmente no tocante à radiodifusão –, no Brasil, é resultado de

decisões políticas influenciadas pelos poderosos proprietários dos veículos midiáticos. Dessa forma, quando observamos a alta concentração do poder político e midiático nas mãos de poucas famílias brasileiras, indagamos se a democratização do acesso à mídia e veiculação de múltiplas vozes e conteúdos pela sociedade nessa esfera pública ampliada pode se configurar em uma importante estratégia política para abertura de possibilidades de exercício da plena democracia no país.

Numa sociedade com pluralidade de proprietários e diversidade de conteúdo na mídia, estariam asseguradas as condições indispensáveis para que se constitua uma opinião pública livre e autônoma, através do debate de ideias (*sic*). Fica claro, portanto, que a concentração da propriedade nas comunicações coloca em risco os próprios fundamentos da democracia representativa liberal (LIMA, 2003, s.p.).

### 3 – JORNALISMO, DISCURSO E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

#### 3.1 Mídia e construção social da realidade

Para a maioria das pessoas, a realidade é constituída daquilo que é vivido em um momento passado ou presente. A realidade social existe independentemente das nossas ações, entretanto o que a torna palpável pelos indivíduos depende dos mecanismos utilizados por cada um deles para realizar sua apreensão (ASSUNÇÃO, 2007).

Segundo Berger & Luckmann (1974), a vida cotidiana apresenta-se como a realidade por excelência. Ela é uma “realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER & LUCKMANN, 1974, p. 35). Os pesquisadores afirmam que a vida cotidiana enquanto realidade é ordenada, com seus padrões dispostos em modelos que são independentes da vontade humana.

A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes da minha entrada em cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significação para mim. Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos, desde os abridores de latas até os automóveis de esporte, que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas, de meu clube de xadrez até os Estados Unidos da América, que são também ordenadas por meio do vocabulário. Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação. (BERGER; LUCKMANN, 2010, p. 38)

Nessa perspectiva, pode-se destacar o papel fundamental da linguagem, e consequentemente da comunicação, na construção das relações sociais e, principalmente, na constituição do sentido de realidade dos indivíduos. É por meio da linguagem que são transmitidos os componentes constitutivos da cultura, tais como valores, crenças e costumes, bem como a noção de realidade é composta e recomposta, tendo em vista que “reporta ao passado, mas não se fixa nem limita a ele, dependendo antes, em larga medida, de uma dinâmica contingente da vida colectiva (*sic*) (a imponderabilidade da vontade humana)” (ESTEVES, 2011, p. 42). Assim, a realidade é algo não estanque, mutável, resultante do exercício da compreensão do movimento ininterrupto da vida, que é a partir de onde se constrói o sentido social, com referência às origens mas também em transcendência a elas (ESTEVES, 2011).

Esse movimento de (re)elaboração de sentidos é eminentemente perpassado pela comunicação, o que evidencia a necessidade do

reconhecimento da natureza dos fenômenos (*sic*) sociais como uma realidade eminentemente simbólica de comunicação; realidade que só pode ser produzida a partir da capacidade humana de recriar a todo o momento a vida (em sociedade), revestindo esta de formas simbólicas sempre novas, através das quais é feita a doação de sentido ao mundo (ESTEVES, 2011, p. 42).

No que concerne à comunicação, pode-se estabelecer vários tipos, dentre os quais destacamos a midiática, exercida pelos veículos de comunicação. No livro *Comunicação e Controle Social*, organizado por Pedrinho Guareschi (2004), que reúne cinco artigos sobre a relação dessa última com vários outros campos do conhecimento, essa comunicação é considerada algo de extrema importância para sociedade. Segundo Guareschi (2004), “não seria exagero dizer que a comunicação constrói a realidade (...). Quem tem a palavra constrói identidades pessoais ou sociais” (GUARESCHI, 2004, p. 14-15). O autor vai mais além e afirma

(...) A conclusão a que chegamos é a de que uma coisa existe, ou deixa de existir, à medida em que é comunicada, veiculada. É por isso, conseqüentemente, que a comunicação é duplamente poderosa: tanto porque pode criar realidades, como porque pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas (GUARESCHI, 2004, p. 14).

Sobre essa mesma perspectiva, Henrique Mazzoti (2008) observa que

Os meios de comunicação, assim como a cultura produzida por eles, formam, nessa perspectiva, um campo autônomo, capaz de representar o social, construir diferentes realidades, criar distintas modalidades de socialização e influenciar e mediar outras esferas da vida social (MAZZOTI, 2008, p. 256).

Diante do espaço ocupado pelos veículos de comunicação na vida cotidiana e de seu papel mediador entre o indivíduo e a realidade, o pesquisador Venício Lima (2006) aponta que a maioria das sociedades urbanas atuais podem ser consideradas centradas na mídia - *media centric* -, uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita a tomada de decisão por cada um de seus membros não seria possível sem os meios de comunicação.

Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias

(branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc – e, em particular, da política e dos políticos (LIMA, 2006, p. 55).

Assim, a mídia pode ser uma poderosa aliada tanto para a manutenção como para a mudança de um *status quo* estabelecido.

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia (...) é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto. (...) a velha mídia, sobretudo a televisão, (ainda) controla e detém o monopólio de “tornar as coisas públicas”. Além de dar visibilidade pública, ela é indispensável para “realimentar” o processo e permitir sua própria continuidade (LIMA, 2013, p. 89-90).

Esse poder da mídia em construir a realidade está intimamente ligado à detenção, por parte dessa, do poder simbólico, definido por Pierre Bourdieu (1989) como sendo

(...) o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

O poder simbólico é aquele que constrói a realidade, utilizando os signos e as informações para disseminar uma ideologia. Trata-se de um poder sutil, invisível, que, segundo Bourdieu (1990), é exercido quando há a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão subordinados a esse poder e até daqueles que o exercem. O poder simbólico é um dos maiores responsáveis pelas mudanças estruturais e psicológicas sofridas por um grupo social, e tem a mídia como um de seus principais legitimadores. Essa trabalha na criação de símbolos, de formas cognitivas que estimulam a vida dos indivíduos. No texto *Coisas Ditas*, Bourdieu (1990) afirma que

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo - classe, sexo, religião, nação - só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um

princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento (BOURDIEU, 1990, p. 167).

É valendo-se desse poder que os meios de comunicação conseguem atingir os indivíduos de forma a sugerir determinadas regras, modos de agir e de pensar. Eles interferem na forma de vestir e de falar das pessoas, ditando moda, determinando as noções de certo e errado, criando ilusões e estereótipos. Desse modo, a sociedade enxerga a realidade um tanto quanto mediada pela mídia.

Em artigo intitulado *Comunicação, Gestalt e Behaviorismo*, os autores Gisley Romanzini Lazzarotto e Janete Scheffer Rossi (2004) afirmam que “os meios de Comunicação munem-se de condições para manipular não somente o sujeito (fator pessoal), mas também sua forma de conhecer os objetos, alterando consideravelmente o seu relacionamento com o meio em que está inserido” (LAZZAROTTO & ROSSI, 2004, p. 31). Dessa forma, o indivíduo passa a viver a realidade criada pela mídia, seja por meio da propaganda ou por meio dos produtos midiáticos, principalmente aqueles destinados ao entretenimento, como as novelas e os filmes.

Todavia, não podemos observar que a função dos meios de comunicação deva ser restrita a uma mediação social interessada apenas na influência sobre o público. De acordo com Jesus Martín-Barbero (2004), no artigo *Globalização Comunicacional e Transformação Cultural*, publicado na obra *Por Uma Outra Comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*, organizada por Denis de Moraes (2004), a comunicação é o cenário de reconhecimento social; nos meios de comunicação não apenas se reproduz ideologias, mas recriam-se narrativas.

A comunicação é percebida, em todo o caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças. (...) O que significa que neles [meios de comunicação] não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 63).

Um outro aspecto influenciado pela mídia é o sentimento de pertencimento. O avanço da tecnologia possibilitou a um indivíduo ter acesso às notícias de várias partes do mundo, fazendo com que sua noção de localidade seja alterada e seu sentimento de pertencimento se modifique. Muitas pessoas se sentem mais familiarizadas e estão mais informadas sobre o dia a dia da população americana ou europeia e pouco sabem sobre os acontecimentos de sua



região. Os meios de comunicação podem fazer com que o indivíduo sinta-se mais próximo do que está longe e não se sinta pertencente à realidade que o circunda.

(..) à medida que (..) a nossa compreensão do mundo e do lugar que ocupamos nele vai se alimentando dos produtos da mídia, do mesmo modo a nossa compreensão dos grupos e comunidades com que compartilhamos um caminho comum através do tempo e do espaço, uma origem e um destino comuns, também vai sendo alterada: sentimo-nos pertencentes a grupos e comunidades que se constituem em parte através da mídia (THOMPSON, 2011, p. 62).

Além do sentimento de pertencimento, a mídia influencia as concepções de história e cotidiano. É o que Thompson (2011) chama de historicidade mediada e mundanidade mediada. As concepções de história dos indivíduos são baseadas naquilo que foi documentado pela mídia: o passado é montado a partir de vídeos, relatos escritos, livros, entre outros. “Nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas” (THOMPSON, 2011, p. 60-61). O mesmo ocorre com a noção de realidade: tudo o que acontece no mundo é transmitido por meio da televisão, do rádio, dos jornais e da internet. “Nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 61).

Ainda sobre o papel da mídia na construção da realidade, pode-se observar sua influência no debate público. De acordo com Habermas (1997), a esfera pública pode ser entendida como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92). Essa esfera faz parte da constituição das sociedades e é a dimensão na qual os assuntos públicos são abordados pelos atores públicos e privados. É nesse espaço em que se constitui a opinião pública, sendo essa entendida como considerações de parte da população a respeito de questões relacionadas ao estado, à sociedade e a outros temas de cunho público.

Outro autor que evidencia o papel da mídia ao pautar as conversas do público é Felipe Pena. Para ele (PENA, 2005, p. 145), os veículos de comunicação, ao influenciarem a esfera pública, acabam por incidir até mesmo nas agendas políticas e, em determinados casos, nas políticas públicas: “existe uma confluência entre a agenda midiática e a agenda pública. [...] No Rio de Janeiro, por exemplo, o assunto violência tem espaço diário nos jornais. Adivinhem de que tema os políticos mais falam?” O autor conclui que

A influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade (...). Nas palavras de Shaw, citado por Wolf, “as pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” (PENA, 2005, p. 144).

Walter Lippman (2008), em seu livro *Public Opinion* publicado em 1922 - do qual utilizamos uma versão traduzida e publicada em 2008 -, sugeriu que existia uma relação casual entre a agenda midiática e a agenda pública. Ele conclui que a ação da mídia no conjunto de conhecimentos sobre a realidade social forma a cultura e age sobre ela.

Sob essa mesma perspectiva, a cientista política alemã Noelle-Neumann (1973) elenca três características básicas na relação da mídia com a agenda pública: *acumulação*, que se refere à capacidade para criar e manter a relevância de um tema; *consonância*, informa que as semelhanças nos processos produtivos de informação tendem a ser mais significativas do que as diferenças; e *onipresença*, que se refere ao fato de a mídia estar em todos os lugares.

Um exemplo da influência da mídia na constituição da realidade social e do engendramento da agenda midiática com a agenda política é a cobertura realizada pelos veículos de comunicação acerca do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, contexto no qual estão inseridas as manifestações sociais contrárias e favoráveis ao impedimento de Dilma, objeto de estudo desta pesquisa. Para alguns pesquisadores da comunicação, a mídia foi peça chave na construção do contexto social favorável ao *impeachment*, que segundo Denise de Assis foi articulado desde 2013, quando diversos interesses confluíram para interferir “na eleição que se avizinhava, o golpe atual foi sendo engendrado, com a antiga fórmula do uso do quarto poder. Desde então, a mídia que tem por dever a vigilância e o papel de ser os olhos e os ouvidos da sociedade, passou a escamotear, mentir e desinformar” (ASSIS, 2016, p. 95).

Para Jessé de Souza, a construção desse contexto passou, necessariamente, pela narrativa midiática calcada na questão do combate à corrupção e a reafirmação da ideia de que o Brasil se encontrava em uma grave crise econômica e política. Segundo ele, a reação dos setores descontentes com a reeleição de Dilma para a presidência aliada a essa conjuntura sugerida e reafirmada pelos veículos de comunicação foram determinantes para o *impeachment* da presidente.

As poucas famílias que controlam a grande mídia brasileira sempre tiveram papel político decisivo para legitimar os arranjos oligárquicos de ocasião.

(...) Assim como no caso do suicídio de Getúlio e do golpe articulado contra Jango em 1964, uma ampla e profunda campanha de desinformação, distorção e manipulação do tema da “corrupção seletiva” acompanhou a tentativa de destituir o PT do poder já em 2006. O Mensalão de 2005 foi um ensaio geral para o que aconteceria anos depois na Lava Jato e no processo de impedimento da presidente Dilma (SOUZA, 2016, p. 48-49).

Essa visão é compartilhada por Cileide Aves (2016), que analisou a atuação da mídia em três momentos históricos brasileiros que resultaram no afastamento dos presidentes da República de cada época: 1964 – com o golpe civil-militar, o presidente João Goulart foi deposto; 1992 – o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, depois de uma CPI que apurou um forte esquema de corrupção envolvendo o presidente; e 2016 - o processo do afastamento de Dilma Rousseff:

A atuação da imprensa em 2016 em nada lembra a de 1992. Diferentemente, há vários elementos que a aproxima da de 1964. O contexto internacional mudou. Não há mais o fantasma do comunismo da Guerra Fria. A disputa ideológica agora acontece nas Américas, com os governos esquerdistas e populistas na Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina, este até a posse do novo presidente em dezembro. Daí surgiram os novos “perigos” a assombrar os setores conservadores da sociedade brasileira. Trocam-se as palavras comunismo e totalitarismo de 64 por lulopetismo e bolivarianismo. Formou-se, assim, o novo quadro ideológico que novamente uniu jornais, empresários, parte da população e políticos contra esta ameaça moderna representada no governo de Dilma Rousseff. [...] concluí depois dessa longa pesquisa que os jornais só estiveram “descaradamente editorializados” como agora em 1964 e que, felizmente não é mais possível se enganar com a falsa objetividade, há muito perdida “na guerra de propaganda em que se converteu a mídia” (ALVES, 2016, s.p.).

Para Mônica Mourão e Helena Martins, jornalistas e integrantes do Coletivo Intervozes<sup>48</sup>, em artigo publicado no espaço do Intervozes no site da Carta Capital a época da aprovação da admissibilidade do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados, a construção de sentidos proveniente das narrativas dos veículos de comunicação legitimou essa decisão acerca do impedimento de Dilma Rousseff: “Assim, a ‘opinião pública’ - em essência,

---

<sup>48</sup> O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, composta por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura e artes, entre outras, que atuam em 15 estados brasileiros. O coletivo trabalha para que o direito humano à comunicação seja “apropriado e exercido pelo conjunto da sociedade na luta por uma sociedade democrática, justa e libertária, construída por meio da autonomia, dignidade e participação de todas as pessoas”. Disponível em < <http://intervozes.org.br/quem-somos/> > Acesso em 19 set 2016.

a ‘opinião publicada’ pelos órgãos de comunicação hegemônicos –, um elemento essencial deste processo, se mostrou garantida neste jogo” (MOURÃO; MARTINS, 2016, sp).

Com o aumento dos protestos de rua e o início da operação Lava Jato, em especial no ano de 2015, como abordado na introdução desse trabalho, a mídia passou a veicular narrativas que tinham como mote a crise econômica e as investigações de corrupção comandadas pelo juiz Sérgio Moro. Assim, construiu uma realidade baseada na descrição de um país mergulhado em uma grave crise econômica associada a uma operação de combate à corrupção, e que culminou em uma crise política. A acumulação e a onipresença da mídia, citada por Noelle-Neumann, e a *media centric* citado por Lima, são fatores indispensáveis no entendimento acerca da realidade social que contextualizou o *impeachment*.

Ainda sobre a influência da mídia no engendramento da realidade, Antônio Fausto Neto (1993) assinala que

(...) o processo de construção da realidade não é inteiramente livre, no qual o jornalista é meramente um observador, e tampouco a notícia emerge livremente dos acontecimentos do mundo real: as notícias *acontecem* na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento. (FAUSTO NETO, 1993, p. 170)

Fausto Neto afirma, ainda, que “os *mass media* agem em um território estratégico em que não só é possível se vitrinizar a realidade mas torna-se viável o engendramento da realidade. Eles têm o poder de viabilizar o real na medida em que o publica, dispondo-o na própria ‘Praça Pública’” (FAUSTO NETO, 1993, p. 171).

Valendo-se desse poder de interferir diretamente nas discussões e na vida em sociedade, os meios de comunicação constroem a realidade, favorecendo aos interesses de pequenas parcelas da população. Isso só é possível porque detém o poder de produzir e disseminar suas ideologias, que são propagadas por meio de imagens, sons, pelo clima das notícias e, em especial, pelo discurso.

### 3.2 Discurso, poder e sociedade

O discurso não é apenas um objeto “verbal” autônomo, mas sim uma interação situada, uma prática social, um tipo de comunicação numa situação social, histórica ou política (DIJK, 2008). Assim, o discurso não é algo isolado, mas sim parte integrante de um contexto

construído por ideias, valores e situações, “ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos” (BRANDÃO, 2004, p. 11)

Segundo Norman Fairclough (2001),

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

O discurso é parte fundamental na construção social e, nessa perspectiva, pode-se citar três aspectos de seus efeitos construtivos: primeiramente, ele contribui para a construção das identidades sociais, possibilitando o desenvolvimento do sentimento de pertencimento do sujeito inserido em determinada sociedade; em segundo lugar, colabora para a elaboração das relações entre os indivíduos; e em terceiro lugar, possui papel preponderante no estabelecimento de sistemas de conhecimento e crenças (FAIRCLOUGH, 2001).

Diante de sua importância e complexidade, o discurso não pode ser visto apenas como uma ferramenta de linguagem, mas como um campo de interação, “sistema-suporte das representações ideológicas (...) é o ‘médium’ social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais” (BRAGA, 1980 *apud* BRANDÃO, 2004, p. 11). Sendo assim, não se pode falar de um discurso único, fechado, mas da multiplicidade de discursos, que tendem a abarcar características, pensamentos, entendimentos e enunciados diversos.

Entretanto, essa multiplicidade nem sempre é representada nos discursos dominantes e poucas pessoas possuem a liberdade total para expressar aquilo que querem, onde e quando querem, “mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala” (DIJK, 2008, p. 18). Além disso, existem restrições sociais, como leis, no caso de difamações, ou normas, que regulam o comportamento das pessoas. Esses sistemas de restrição passam, invariavelmente, pela contenção do discurso.

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

O discurso é constituído da linguagem, que é, em si, opaca, indeterminada, não conforme; ela não é só instrumento para comunicar, mas vai além disso, possuindo um caráter de indeterminação, pois não há sentidos fechados. O próprio da linguagem é, antes de tudo, significar (BEVENISTE, 1989). Entretanto, há muitas maneiras de significar, ou seja, de produzir e interpretar sentidos, o que faz com o que o discurso seja, ao mesmo tempo, ambiente de criação de consensos ou de dissensos. Diante desse poder de interferência na vida do indivíduo, o discurso é, antes de tudo, um ambiente de disputa, seja para ter acesso quanto para disseminar seus significados, que podem ser mantidos ou reconfigurados.

(...) o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 2014, p. 10).

O discurso, enquanto elemento de mediação entre o sujeito e sua realidade, é naturalmente um lugar de conflito; a linguagem é ambiente “de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (BRANDÃO, 2004, p. 11). Assim, determinados usos de linguagem e de outras formas simbólicas são feitos de forma ideológica, isto é, obedecendo a visões e significações a fim de estabelecer ou manter determinada relação de dominação. Nesse sentido, Fairclough (2001) argumenta que

(...) as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

O autor também defende que essas ideologias são muito eficazes quando se naturalizam no discurso e atuam na manutenção do *status quo*. Assim, as práticas discursivas “são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). No entanto, o teórico salienta, ainda, que nem todos os discursos são irreparavelmente ideológicos, pois, as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, e, à medida que

os seres humanos conseguem transcender tais sociedades, são capazes de transcender as ideologias.

Além da ideologia, Fairclough (2001) aponta outra dimensão do discurso: a hegemonia.

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em alianças com outras forças sociais (...). Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

A prática discursiva, a produção, bem como a distribuição e a interpretação de textos, isto é, de discursos, fazem parte da luta hegemônica que contribui para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem do discurso vigente, mas também das relações sociais existentes. Dessa forma, Fairclough (2001) afirma que a prática discursiva é “um modo de luta hegemônica que reproduz, reestrutura, ou desafia as ordens de discurso existentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126). A exemplo, ao que se refere aos movimentos e manifestações sociais, objetos desse estudo, um discurso pode contribuir para preservar e reproduzir os estereótipos e as hegemonias existentes tanto nas coberturas midiáticas quanto nas disputas sociais ou pode servir como base para a transformação dessas relações mediante luta hegemônica, tentando, assim, resolver as contradições sociais pela inovação.

Ainda no campo do discurso, poder e hegemonia, pode-se falar de abuso de poder. Segundo Van Dijk (2008)

O abuso de poder, então, significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais e civis das pessoas. Na área do discurso e da comunicação, isso pode significar o direito de ser bem ensinado e educado, de ser bem-informado (DIJK, 2008, p. 29).

Uma ação de abuso de poder apontada por Dijk (2008) diz respeito à dominação, que, de acordo com o pesquisador, implica a dimensão negativa de abuso e também a dimensão de injustiça e de desigualdade. A dominação cobre os vários tipos de abuso de poder comunicativo, dentre eles a manipulação. Ela é “uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce o controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e interesses delas” (DIJK, 2008, p. 234). Ela está presente em muitos produtos de comunicação

quando esses buscam atender aos interesses de determinado segmento social em detrimento do conjunto da população.

Pode-se falar do uso ilegítimo do poder discursivo, isto é, da dominação, quando esse discurso ou suas consequências violam os direitos humanos, entendidos como os direitos fundamentais da pessoa humana sem os quais o indivíduo não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e participar plenamente da vida.

Todos os seres humanos devem ter asseguradas, desde o nascimento, as mínimas condições necessárias para se tornarem úteis à humanidade, como também devem ter a possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. Esse conjunto de condições e de possibilidades associa as características naturais dos seres humanos, a capacidade natural de cada pessoa pode valer-se como resultado da organização social. É a esse conjunto que se dá o nome de direitos humanos (DALLARI, 1998, p. 07).

Nesse sentido, o discurso pode desempenhar papel importante na reprodução da dominação, fomentando, ainda mais, as desigualdades sociais. Exemplos desse uso abusivo do poder discursivo podem ser encontrados na forma em que são pautados, ou até mesmo na ausência de discussão na mídia, de temas referentes aos sujeitos coletivos que estão à margem do poder dominante na sociedade, tais como negros, homossexuais, mulheres, entre outros, e nas questões relacionadas à disputa de classes e aos movimentos sociais. Tais temáticas, geralmente, não são pautadas pelos veículos de comunicação, e, quando o são, acabam por serem criminalizadas ou terem suas identidades distorcidas no debate público. Isso acontece devido ao efeito silenciador da mídia, que acaba por desqualificar determinados sujeitos e pautas, provocando seu silêncio. Essa postura da grande mídia caracteriza “uma tentativa de se evitar o debate, o que representa uma grave violação à liberdade de expressão. Nesses casos, o efeito silenciador vem do próprio discurso” (DUPRAT, 2012, s.p.).

Diante da centralidade da mídia na vida cotidiana e de seu papel no engendramento da realidade, como já abordado nessa pesquisa, o discurso midiático passa a ter papel principal na disseminação de sentidos. Os veículos de comunicação são instrumento fundamental no contexto social e seus discursos podem colaborar para a disseminação de ideologias, reforçar hegemonias ou desconstruir paradigmas. Nesse sentido, se faz necessário estudar o discurso midiático e suas múltiplas possibilidades, podendo ser utilizado para a manutenção do *status quo* ou como espaço para construção de uma sociedade menos desigual.



### 3.3 Discurso das mídias:

A mídia faz parte da dinâmica social e ajuda a elaborar conceitos e preconceitos através do seu discurso. Dessa maneira, o discurso jornalístico desempenha dois papéis relevantes: o de narrar a notícia, tentando alcançar a objetividade e imparcialidade, atingindo, assim, sua função informativa; e o outro, no qual expressa, por meio de significados, um sistema de valores associado ao veículo enquanto sujeito de enunciação.

Nesse contexto, pode-se destacar o papel fundamental do discurso, e consequentemente da comunicação, na construção das relações sociais. Especificamente no que concerne à comunicação jornalística, essa elabora uma narrativa acerca dos acontecimentos, na qual os meios de comunicação se colocam enquanto instrumentos de veiculação da realidade, como uma espécie de vitrine transparente na qual o receptor pode acompanhar o que acontece fora de seu ambiente privado, como afirmava a Teoria do Espelho<sup>49</sup>.

O pesquisador Paulo Serra (2003), em sua obra *Informação e Sentido: o estatuto epistemológico da informação*, discorre acerca da proposta de Alfred Schutz de classificar o indivíduo em três tipos ideais no que concerne à seleção e absorção de conhecimento. Segundo Serra, o filósofo e sociólogo austríaco tipifica o sujeito nas seguintes categorias: *homem da rua*, indivíduo detentor de um conhecimento funcional e pragmático, que lhe permite responder a problemas imediatos da vida cotidiana, porém superficial; o *especialista*, cujo conhecimento é limitado a um determinado domínio, porém comprovado, o que lhe confere condições de dissertar, responder e questionar problemas específicos da região na qual se especializou; e o *cidadão bem informado*, que se situa no entremeio do especialista e do homem da rua, não se contenta com o conhecimento vago nem se propõe a ser especializado em determinada questão, e “que procura obter um conhecimento o mais amplo possível sobre domínios diversos que podem não ser imediatamente relevantes mas que o poderão vir a ser no futuro” (SERRA, 2013, p. 260).

Tomando como base os pensamentos de Schutz a partir da reflexão de Serra, pode-se fazer uma analogia quanto à atuação e comportamento dos veículos de comunicação: esses

---

<sup>49</sup> É a teoria do jornalismo mais antiga. Defendia que o jornalismo funciona como um espelho do real apresentando um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano e que “as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (TRAQUINA, 2012, p. 148). O jornalista é um mediador desinteressado, cuja função é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, sem apresentar opiniões. Baseia-se, portanto, na ideia de objetividade jornalística.

funcionariam como uma espécie de especialista e os receptores<sup>50</sup> seriam os sujeitos que visam alcançar o status de cidadãos bem informados. Vale ressaltar, que os meios de comunicação visam ser uma espécie de especialista de generalidades, que veicula informações fidedignas e a contento acerca de vários assuntos, tendo em vista a pluralidade dos receptores com suas multiplicidades de interesses. O discurso da mídia se dissemina sob um espectro de credibilidade, visto que suas informações tendem a ser caracterizadas pelos receptores como relevantes e, tratando-se de especialistas, “baseadas em afirmações fundamentadas; seus julgamentos não são meras conjecturas ou suposições soltas” (SCHUTZ *apud* BRUCK, 2015, p. 24).

O discurso jornalístico possui, assim, o que Charaudeau (2009) chama de efeito de verdade, que está calcado mais na questão do “acreditar ser verdadeiro” do que no “ser verdadeiro”. Essa ideia se baseia na subjetividade do indivíduo e na convicção. Assim, os meios de comunicação estão em um contexto no qual desenvolvem no sujeito a convicção de que reportam informações verdadeiras, e esse recebe seu discurso tendo como pano de fundo esse feito de verdade.

O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca da “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida (CHARAUDEAU, 2009, p. 49).

Para Charaudeau, cada tipo de discurso modula seus efeitos de verdade de maneira própria:

O discurso de informação modula-se segundo as supostas razões pelas quais uma informação é transmitida (por que informar?), segundo os traços psicológicos e sociais daquele que dá a informação (quem informa?) e segundo os meios que o informador aciona para provar sua veracidade (quais são as provas) (CHARAUDEAU, 2009, p. 50).

Nesse processo de comunicação midiática, no qual os *mass media* se colocam como especialistas, disseminando discursos com efeitos de verdade, os sujeitos visam o status de

---

<sup>50</sup> Nos referimos aos sujeitos que acessam os veículos de comunicação a fim de adquirir informações acerca de determinado fato ou tema. Estão excluídos dessa tipificação, aqui nesse estudo, os indivíduos no momento exato que tem contato com a mídia para outros fins, tais como: um sujeito que assiste televisão no momento do noticiário mas cuja intenção é esperar o início de outro programa. Sendo assim, está tendo acesso as informações, porém não dispensa atenção a essas.

cidadãos bem informados, que, além da aquisição de conhecimento para si, lhe confere importância no meio social e credibilidade como debatedor de determinada questão. Para Schutz, a opinião do cidadão bem informado deve prevalecer em relação à do homem da rua, o que se torna, também, um privilégio (BRUCK, 2015).

Para o pensador austríaco, o conhecimento socialmente aprovado seria fonte de prestígio e autoridade; é também a casa da opinião pública. Só é considerado um especialista ou um cidadão bem informado aquele que é socialmente aprovado como tal. Tendo obtido este grau de prestígio, as opiniões do cidadão bem informado ou do perito recebem um peso adicional no âmbito do conhecimento derivado socialmente (BRUCK, 2015, p. 23).

Dessa maneira, é possível perceber que a relação entre a mídia e o sujeito dar-se em um processo de retroalimentação desse ciclo: o cidadão bem informado adquire conhecimento, e, portanto, privilégio no debate social, e faz isso, para além das relações interpessoais, por meio da mídia; essa última veicula informações caracterizadas como fidedignas, a fim de permanecer como fonte de informações para o sujeito, prezando pelo seu papel informacional, elaborando discursos e narrativas que ajudam a construir a realidade.

Nesse papel de especialista, os veículos de comunicação acabam por formular o que Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts chamam de idioma público: ao transformar um acontecimento em uma notícia acabada, os *media* acabam por elaborar uma versão do veículo na linguagem utilizada pelo público a que se destina. Esse modo de discurso é uma espécie de tradução para termos usuais de um acontecimento ou informação proveniente de fontes oficiais ou técnicas.

De especial importância na determinação da forma particular de discurso adotado (*sic*) será a parte específica do espectro dos leitores, aos quais o jornal acha que habitualmente se dirige: o seu público destinatário. A linguagem utilizada será, pois, a própria versão do jornal da linguagem do público a que se dirige principalmente: a sua versão retórica, imagens e stock comum de conhecimento subjacente que supõe que o seu público partilha e que, deste modo, constitui a base da reciprocidade produtor-leitor. Por esta razão queremos chamar esta forma de discurso – diferente para cada saída de notícias – o idioma público dos *media* (HALL *et al.*, 1999, p. 232).

O idioma público produzido pela mídia está diretamente ligado à maneira como cada veículo de comunicação codifica um acontecimento. Isso se dá em uma linguagem particular, definida a partir de um enquadramento organizacional específico proveniente de sua organização, estrutura técnica e o sentido do público a que se destina, fazendo com que os

discursos jornalísticos recebam características específicas dos veículos que os produzem. Os mecanismos relacionados à produção da narrativa jornalística serão melhor abordados no subtópico 3.3.1 desse capítulo.

Os acontecimentos abordados no idioma público acabam por receber status de importância enquanto questão válida de interesse público, tendo em vista sua veiculação pela mídia e a centralidade dessa no contexto social. Assim, para além de traduzir determinadas informações para o conhecimento geral, os *media* acabam por inserir tais acontecimentos no debate público.

Esta transformação num idioma público dá, deste modo, ao item uma referência pública externa e validade em imagens e conotações sedimentadas na quantidade de conhecimento que o jornal e o seu público partilham. A importância deste ponto de referência público externo é que ele serve para objetificar um assunto público, isto é, a publicação de um assunto nos *media* pode trazer-lhe um estatuto mais “objectivo” (*sic*) enquanto questão realmente (válida) de interesse público (...). A atenção concentrada dos *media* confere estatuto de elevado interesse público às questões que são salientadas; estas são geralmente compreendidas por toda a gente como as “questões prementes do dia”. Isto faz parte da função dos *media* da “*agenda-setting*”. A marcação das agendas tem também um efeito de confirmação da realidade (HALL *et al.*, 1999, p. 233).

Como já abordado nesse capítulo, essa influência da mídia na realidade perpassa a formação da opinião pública. Essa é, muitas vezes, revelada por meio de iniciativas privadas e, principalmente, pelos veículos de comunicação: eles são ponto crucial nesse processo e desempenham tanto a função de alimentação da opinião pública, pautando suas discussões e determinando as questões mais relevantes, como a função de propagador dessa mesma opinião. Para Habermas (1984), a esfera pública passou a ser o lugar de conflito entre diferentes grupos de interesse que procuram a mídia para manipular a audiência, isto é, o público. Sendo assim, esse conflito se dá em relação ao acesso e a disseminação do discurso midiático, como abordado no tópico desse trabalho sobre discurso, poder e sociedade.

Sobre esse papel instrumental de publicidade manipulativa dos veículos de comunicação em favor da estrutura de poder, Habermas (1984), em sua obra *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, explica que a mídia, no desempenho desta função sistêmica, não se destina a oferecer espaços para que o cidadão comum participe do debate público, nem visa publicizar todos os pontos de vista e opiniões acerca de determinado tema; ela divulga consensos provenientes de uma negociação de interesses privados poderosos.

O emissor esconde as suas intenções comerciais sob o papel de alguém interessado no bem-comum (*sic*). A manipulação dos consumidores empresta as suas conotações à figura clássica de um público culto de pessoas privadas e se aproveita de sua legitimação: as funções tradicionais da esfera pública são integradas à concorrência de interesses privados organizados (HABERMAS, 1984, p. 226-227).

O discurso proferido pelos meios de comunicação de massa, articulado pela ideologia, é repleto de estigmas e valores que atendem a esses interesses: “Notícias na imprensa sempre têm manchetes desempenhando ou não um papel na reprodução de preconceitos (...). Assim, é antes a forma e o significado de uma manchete do que sua propriedade estrutural em si que podem estar relacionados à situação social” (DIJK, 2008, p. 13).

Esse atendimento ao interesse privado colabora com a manutenção do *status quo*, que é apontada como uma das funções da mídia, segundo a teoria funcionalista da comunicação. Essa corrente aborda as hipóteses sobre as relações entre os indivíduos, a sociedade e os meios de comunicação. Para Antônio Hohfeldt, “as diferenças dentro do sistema social funcionam com função de integração e de manutenção do sistema” (HOHFELDT *apud* ARAÚJO e SOUZA, 2007, p. 98). Esse tipo de comunicação recria valores e crenças que se adequam aos interesses dos grandes grupos de mídia.

O controle exercido por essa parcela da população composta pelos donos dos veículos de comunicação acaba por interferir não só no debate público, mas no modo de pensar e de agir da população. Segundo Dijk (2008), “o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais” (DIJK, 2008, p. 18).

De acordo com Van Dijk (2008), a ação controlada ocorre de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com os interesses daqueles que detêm o poder. Emissoras de rádio e TV, bem como jornais e revistas, mantidas em boa parte pela publicidade oficial e articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder criador de consensos políticos. Isso pode ser percebido no que se refere ao *impeachment* de Dilma Rousseff: para Jessé de Souza, os veículos de comunicação tiveram papel primordial para o afastamento da presidente, elaborando a narrativa de crise política, calcada no combate à corrupção, e que serviu de mote tanto para os discursos da oposição política da época quanto para as manifestações favoráveis ao *impeachment*.

Segundo Van Dijk, esse processo de criação de consensos se inicia com o controle do acesso ao discurso e do contexto no qual esse é produzido. Especificamente nos casos dos veículos de comunicação de massa, o domínio do discurso está nas mãos dos indivíduos - ou organizações - que detêm o acesso à produção das notícias e dos produtos veiculados pela grande mídia. Também são eles que determinam o que será dito e a forma como determinado objeto será abordado, poder decorrente da detenção do poder simbólico.

Esse uso da mídia para atender a interesses privados, seja de seus donos ou da classe política e dos detentores de poder, vai de encontro à concepção de autocompreensão normativa dos meios de comunicação apontada por Habermas (1997), segundo a qual esses devem funcionar exclusivamente em favor dos interesses do conjunto da sociedade, do bem comum e do interesse do público. Embora a sociedade espere o cumprimento deste compromisso normativo pela mídia, o autor alemão adverte que, geralmente, os veículos funcionam, dissimuladamente, para satisfazer os interesses da estrutura de poder e do sistema hegemônico das elites. A negação dessa premissa propicia o uso da mídia como espaço para disseminação de informações parciais e até mesmo para a manipulação do debate público, a fim de neutralizar possíveis pressões contrárias aos interesses privados daqueles que ocupam a estrutura de poder do aparelho de estado e das grandes corporações do mercado.

No que se refere ao funcionamento do jornalismo, Habermas denuncia que, em geral, o discurso da mídia perpetua os interesses particulares poderosos das elites, mas que esse mecanismo tende a funcionar de maneira subliminar, haja vista a autoridade do público, que exige na transparência do espaço público o compromisso ético/moral coletivo da mídia com o interesse social. Tal autoridade se exerce quando a periferia forma opinião, vontade política e poder comunicativo, com a mobilização das massas nas ruas, para forçar os legisladores a aprovar leis progressistas e exigir a sua aplicação pelos poderes Executivo e Judiciário.

Sobre o poder comunicativo, Habermas aponta que seu surgimento se dá a partir de “estruturas da intersubjetividade intacta de uma comunicação não deformada” (HABERMAS, 2003, p. 187), isto é, em ambientes nos quais a comunicação entre os sujeitos pode fluir de maneira livre, partindo-se do pressuposto de que a liberdade de expressão é um direito efetivamente assegurado a todos. O teórico complementa que esse poder comunicativo surge “em lugares onde há uma formação da opinião e da vontade” (HABERMAS, 2003, p. 187), que, juntamente à liberdade comunicativa de cada indivíduo, expressa uma forma de pensar mais ampla, englobando diversos sujeitos provenientes de diferentes situações sociais, que estão empenhados na efetivação de uma nova comunidade na qual eles estarão inseridos (HABERMAS, 2003).

Assim, a sociedade civil, ainda que esteja em posição assimétrica em relação às possibilidades de intervenção direta, pode mobilizar um saber alternativo ao já estabelecido. Entretanto, Habermas pondera:

O fato de o público ser composto de leigos e de a comunicação pública se dar numa linguagem compreensível a todos não significa necessariamente um obscurecimento das questões essenciais ou das razões que levam a uma decisão. Porém a tecnocracia pode tomar isso como pretexto para enfraquecer a autonomia da esfera pública, uma vez que as iniciativas da sociedade civil não conseguem fornecer um saber especializado suficiente para regular as questões discutidas publicamente, nem traduções adequadas (HABERMAS, 1997, p. 106).

Apesar do ceticismo da sociologia da comunicação, Habermas aponta que existem momentos em que as ações da sociedade civil organizada conseguem furar o bloqueio comunicacional, influenciar o discurso das mídias e, conseqüentemente, exercer pressão política na tomada de decisões. Um exemplo foram as Jornadas de Junho, na qual os manifestantes conseguiram derrubar a votação da PEC 37 – que pretendia proibir o Ministério Público de investigar - e barrar o aumento das passagens de ônibus, bandeira inicial do movimento. A pressão exercida pela sociedade civil, tanto em sua participação nas manifestações quanto em sua ação nas redes sociais, possibilitou a mudança de abordagem da mídia no que se refere aos próprios protestos e às suas reivindicações. Essa mobilização social é um exemplo do modelo de iniciativa externa proposto por Habermas, no qual

a iniciativa pertence às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública. ‘O modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda; 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite; 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente (HABERMAS, 1997, p. 114).

Vale destacar que ações sociais que interfiram no percurso habitual dos temas públicos e consigam influenciar a esfera pública de maneira a atender os interesses da sociedade, podem vir a ser, nas situações de crise, fator imprescindível para a mudança social. Por outro lado, essas mesmas ações sociais podem ser utilizadas pelos veículos de comunicação para legitimar seus discursos já estabelecidos, reforçando a manutenção das estruturas sociais vigentes e atendendo aos interesses da própria mídia e da estrutura de poder, a exemplo das manifestações sociais relacionadas ao *impeachment*: enquanto as mobilizações favoráveis à

saída de Dilma foram, de maneira geral, legitimadas pela mídia, haja vista seus discurso ir ao encontro dos interesses das empresas de comunicação, os protestos contrários a saída de presidente receberam pouco espaço na cobertura midiática, suas ações e pautas silenciadas ou abordadas de maneira enviesada. A temática da cobertura da mídia nacional sobre tais manifestações será melhor abordada no capítulo 4 desse estudo.

Ainda no que se refere ao discurso das mídias, apesar do papel primordial dessa na construção da realidade, os produtos jornalísticos não atingem as pessoas da mesma forma. O receptor compreende a mensagem a partir de seus conhecimentos e experiências sociais, sendo capaz de qualificar e criticar as informações que lhe são repassadas por meio da mídia. Essa posição é defendida por Van Dijk (2008):

(...) as pessoas são influenciadas pelas notícias que lêem ou vêem, mesmo se lêem ou vêem as notícias para adquirir e atualizar seu conhecimento sobre o mundo. Mas sua compreensão das notícias e a maneira como mudam suas opiniões ou atitudes dependem de suas próprias atitudes ou ideologias prévias (compartilhadas com outros membros do grupo), como também de suas experiências pessoais. É uma interpretação pessoal das notícias, esse modelo mental dos eventos, que é a base da ação pessoal específica dos indivíduos (DIJK, 2008, p. 25).

O indivíduo compreende acontecimentos reais ou eventos discursivos por meio da criação de uma representação mental significativa, e essa se estabelece a partir da aquisição de conhecimento mais geral acerca de tais fatos. Assim, duas pessoas podem interpretar um acontecimento de forma diferente, tendo em vista que essa interpretação se dá a partir de suas experiências prévias com acontecimentos semelhantes. Além do conhecimento prévio, o sujeito pode ter outras informações cognitivas, tais como crenças, opiniões ou atitudes em relação a tais fatos ou, ainda, motivações, objetivos ou tarefas específicas em relação aos acontecimentos (DIJK, 1992).

Assim, é importante destacar que acontecimentos enquanto discursos não acontecem *in vácuo*.

Eles são produzidos e recebidos por falantes e ouvintes em situações específicas, dentro de um contexto sócio-cultural (*sic*) mais amplo. Assim, o processamento de discurso não se constitui em mero evento cognitivo. (...) as dimensões sociais do discurso interagem com as dimensões cognitivas. Em outras palavras, o modelo cognitivo deverá dar conta do fato de que o discurso, e conseqüentemente o processo de compreensão do discurso, são processos funcionais dentro do contexto social (DIJK, 1992, p. 17).



Dessa maneira, é importante destacar que o discurso midiático, em especial o jornalístico, não é uma unidade que atinge os sujeitos de maneira direta, mas que, ao contrário, é processado pelo indivíduo de maneira crítica, a partir de conhecimentos prévios, como um mecanismo que lhe possibilita analisar as informações que lhe são repassadas. Aliado aos conhecimentos prévios e os critérios de análise, outro fator que influencia na recepção da mensagem é a afinidade – ou a ausência dela – que os sujeitos desenvolvem com os veículos de comunicação: se as ideias e opiniões do sujeito estiverem aliadas à política editorial de determinado veículo, as informações publicadas por esse tendem a ser recebidas pelo indivíduo de maneira mais aberta; se a situação for oposta, o sujeito tende a analisar as notícias veiculadas por tal mídia de maneira mais criteriosa. Essa situação pode ser resumida na ideia de efeito de verdade: o veículo de comunicação terá maior efeito de verdade sobre o indivíduo quanto maior for a afinidade desse com o veículo.

As mensagens transmitidas pelos grandes veículos de comunicação não são recebidas automaticamente e da mesma maneira por todos os indivíduos. Na maioria das vezes, o discurso midiático perde seu significado original na controversa relação emissor/receptor. Cada indivíduo está envolto em uma “bolha ideológica”, apanágio de seu próprio processo de individuação, que condiciona sua maneira de interpretar e agir sobre o mundo. Todos nós, ao entrarmos em contato com o mundo exterior, construímos representações sobre a realidade. Cada um de nós forma juízos de valor a respeito dos vários âmbitos do real, seus personagens, acontecimentos e fenômenos e, conseqüentemente, acreditamos que esses juízos correspondem à “verdade”. (LADEIRA, 2015, s.p.)

Um exemplo acerca da criticidade da recepção das mensagens pelo leitor/espectador/ouvinte e da dependência do efeito de verdade da afinidade estabelecida com o meio de comunicação pelo sujeito, é a relação entre o posicionamento político do indivíduo e os meios de comunicação que utiliza. Assim, “difícilmente um sujeito de esquerda deixará de apresentar o mesmo posicionamento político após ler uma matéria na revista *Veja*, ou um direitista mudará suas ideias ao entrar em contato com publicações como *Carta Capital* e *Caros Amigos*” (LADEIRA, 2015, s.p.).

Outro fator a ser considerado na análise da recepção do discurso midiático pelos sujeitos é a internet: a rede mundial de computadores é, atualmente, uma importante fonte de informação e abre possibilidades para que os usuários tenham acesso à multiplicidade de discursos, que pode ir de encontro ao publicizado pela mídia convencional. O monopólio quase absoluto dos meios de comunicação de massa tradicionais perdeu força e a internet vigora como ambiente no qual a comunicação alternativa e contra-hegemônica ganha espaço.

Entretanto, vale ressaltar que a rede não é um ambiente sem dono e que os veículos de comunicação também possuem espaço, com diversos portais de notícias e perfis em redes sociais. A questão da internet como ambiente alternativo aos veículos tradicionais, em especial nas abordagens acerca de movimentos sociais e manifestações populares, será trabalhada no capítulo 4 dessa pesquisa.

### *3.3.1 O discurso das mídias e as forças de influência (do)no fazer jornalístico*

Apesar da capacidade de análise e do pensamento crítico dos indivíduos, é inegável o poder dos veículos de comunicação no agendamento do debate público, tendo em vista a centralidade midiática nas sociedades atuais. Seus discursos e narrativas acerca de determinado fato ou questão tornam-se fatores importantes nas conversas dos consumidores de notícias e na discussão pública, como afirma a Teoria do Agendamento ou *Agenda Setting*, desenvolvida na década de 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw. Tal teoria aponta que o público tende a dar mais importância aos assuntos que são abordados pela mídia, sugerindo, assim, que os meios de comunicação pautam suas conversas.

Em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW *apud* WOLF, 2001, 144)

Maxwell McCombs coloca em relevo que

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna foco da atenção e do pensamento do público – e, possivelmente, ação – é o estágio inicial na formação da opinião pública (MCCOMBS, 2009, p. 18).

Ao abordar a Teoria do agendamento, Heitor Rocha aponta que “os mídia não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar” (ROCHA, 2007, p. 115). Assim, seja por meio dos veículos tradicionais ou de suas plataformas midiáticas ancoradas na internet, a mídia possui papel importante na mediação

entre o indivíduo e o mundo a partir da elaboração de seus discursos. E isso se dá por meio do elemento principal do seu trabalho: a notícia. Nesse sentido, é importante elencar os aspectos que influenciam o processo de elaboração da notícia e, conseqüentemente, de produção do discurso jornalístico.

No contexto de elaboração de narrativas, são fatores primordiais as estratégias comunicacionais escolhidas por cada veículo de comunicação. Essas táticas refletem diretamente na rotina de produção de notícias, influenciam e são influenciadas pela cultura profissional do jornalista – formada por sua bagagem cultural e seus conhecimentos prévios - e pelas restrições ligadas à organização do trabalho, que acabam por criar critérios que definem o que é notícia e legitimam o processo “desde a captação do acontecimento, passando pela produção, edição até a apresentação” (VIZEU, 2014, p. 71).

Assim, é possível afirmar que nenhuma notícia é a retratação perfeita da realidade, admitindo que qualquer reconstrução, seja ela qual for, inevitavelmente, vai sofrer as influências da subjetividade do profissional e da política editorial do jornal. O processo de elaboração/construção da notícia é permeado por diversos filtros, que vão desde a escolhas feitas pelo jornalista até as determinações acerca do que pode ser abordado e de que maneira, decisões essas alinhadas com os interesses dos donos dos veículos. Essas últimas são fatores ligados diretamente à estrutura organizacional da empresa jornalística, que influi diretamente na produção da notícia e, conseqüentemente, no material que é veiculado pela mídia.

Essa influência da empresa no fazer jornalístico é a base da teoria organizacional, formulada por Warren Breed, que “insere o jornalista no seu contexto mais imediato: a organização para qual trabalha” (TRAQUINA, 2012, p. 154). Essa teoria afirma que o trabalho jornalístico é dependente dos meios utilizados pela organização, e que as notícias são o resultado de processos de interação social e de uma série de negociações entre diversos fatores. Um deles é a linha editorial do veículo, que determina as práticas no interior da empresa, influencia a relação dos jornalistas com as fontes, na atenção prestada a reação do público, e acaba determinando as limitações na fabricação da notícia, como as formas de produção, o espaço da redação e a duração das emissões.

O veículo de comunicação acaba por submeter o jornalista às suas orientações, fazendo com que o primeiro tenha que se adaptar às normas editoriais da instituição. Nesse jogo, Breed afirma que há um processo de constrangimento organizacional sobre a atividade desempenhada pelo jornalista e que esse acaba por se conformar com as normas da linha editorial da organização, passando a ser socializado por ela:

(...) todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem “por osmose”. Em termo sociológicos, isto significa que se socializam e “aprendem as regras” como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades (BREED, 1999, p. 155).

A produção jornalística está sob efeito de uma rede de obrigações, de influências e pressões. A atividade dos jornalistas se insere numa cadeia redatorial, onde a descrição se opõe à afirmação de total liberdade dos profissionais. Essa situação coloca-os no centro de um conflito estrutural entre o seu sentimento de pertencimento a uma profissão e o de pertencimento a um determinado sistema midiático, no qual a sua condição é a de trabalhadores assalariados, com suas obrigações e relações de subordinação: “(...) na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, e não uma cultura profissional” (TRAQUINA, 2012, p. 155).

Apesar da pressão do sistema, Breed afirma que o jornalista dispõe de alguns mecanismos para contorná-la, a fim de tentar incluir pautas ou enquadramentos diferentes dos já estabelecidos e de exercer, de certa forma, liberdade e autonomia sobre sua produção. Segundo ele, os jornalistas utilizam-se: a) do fato das normas da política editorial não serem expostas de maneira clara, o que pode suscitar dúvidas, brecha essa que possibilita uma abordagem diferente da estabelecida por essa política; b) os diretores podem ignorar determinados fatos específicos, o que possibilita que os jornalistas façam seleção de informações e as direcionem a partir de sua ótica, tendo em vista que são eles que atuam na apuração dos fatos; c) o jornalista pode atuar na implantação de uma espécie de “prova forjada”, que seria a publicação de determinada pauta em outro veículo, estimulando, assim, a publicação do assunto pelo veículo para qual o jornalista trabalha, sob a alegação de que o assunto tornou-se importante; d) na sua ronda habitual pelas fontes de informação, os jornalistas podem, até certo ponto, selecionar determinadas histórias ou acontecimentos para serem veiculados, assumindo, em determinadas circunstâncias, a função do editor da sua pauta; e) os profissionais que alcançam determinado prestígio na instituição, tais como repórteres especiais, tem maior possibilidade de transgredir a política editorial do veículo.

Mesmo com a possibilidade de atuar, até certo ponto, fora das diretrizes da linha editorial da organização, é essa última que detém maior força na produção da narrativa

jornalística. Isso acontece porque os filtros pelas quais as informações são selecionadas não estão restritos apenas ao jornalista responsável pela matéria em si, mas a todo o processo pelo qual a informação passa até ser veiculada. A linha editorial do veículo reflete a ideologia e os interesses dos donos dos meios de comunicação, que são estabelecidos não de forma unilateral, mas a partir da confluência de interesses e do contexto no qual os veículos estão inseridos: a mídia é parte integrante de um jogo de forças em que incidem aspectos econômicos e políticos, que acabam por determinar os comportamentos e as decisões dos atores participantes de tal disputa.

Para Stuart Hall *et al*, existe uma adequação entre as ideias dominantes e as ideologias e práticas da mídia. Segundo ele, isso não pode ser atribuído simplesmente ao fato dos meios de comunicação pertencerem aos capitalistas, pois isso seria “ignorar a ‘relativa autonomia’ do dia-a-dia do jornalista e dos produtores de notícias em relação ao controle econômico directo” (HALL *et al*, 1999, p. 228). O que há, segundo Hall *et al*, é uma interligação, no processo de elaboração da notícia, entre o trabalho dos jornalistas e as estruturas de poder, que os autores sintetizaram em dois aspectos: a) os profissionais de comunicação não criam a notícia e, dessa maneira, são dependentes dos acontecimentos públicos noticiados por fontes institucionais; b) as fontes oficiais de informação, quase sempre ligadas à estrutura de poder vigente, figuram no rol de fontes de informações confiáveis e são utilizadas pelos meios de comunicação para afirmar sua noção de imparcialidade, equilíbrio e objetividade, a partir da veiculação de informações consideradas confiáveis.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os jornalistas, geralmente, não são os definidores primários da notícia, mas sim as autoridades da estrutura de poder.

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos *media* (...) servem também para orientar poderosamente os *media* nas definições de “realidade social”, que as suas “fontes acreditadas” – ou “porta-vozes” institucionais – fornecem. (...) Deste modo, os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Isto é o que Becker chamou “a hierarquia de credibilidade” – a probabilidade daquele que em posições poderosas ou de elevado status na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, de terem as suas definições aceites, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso à informação mais precisa (...). O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de definidores primários (*primary definers*) de tópicos (HALL *et al*, 1999, p. 229)

Essa relação estruturada entre a mídia e os definidores primários é o que permite aos definidores institucionais, aqui entendidos como os veículos de comunicação, estabelecer uma interpretação primária acerca do fato noticiado. Tal interpretação comanda o tratamento subsequente ao mesmo fato, tornando-se o ponto de referência a partir do qual serão guiadas as coberturas futuras sobre a mesma notícia. Segundo Hall *et al*, até mesmo os argumentos contrários a essa interpretação são obrigados a se inserir na sua definição do que está em questão enquanto notícia.

Efectivamente, a definição estabelece o limite de todas as discussões subsequentes através do seu enquadramento do problema. Este enquadramento inicial fornece então os critérios segundo os quais todas as contribuições subsequentes são rotuladas de “relevantes” para o debate, ou “irrelevantes” – fora de questão. As contribuições que se afastam deste enquadramento são acusadas de “não tratarem a questão” (HALL *et al*, 1999, p. 230).

O fato disponibilizado pelos definidores primários aos veículos de comunicação passa por diversos processos de enquadramento até ser noticiado pela mídia. Todd Gitlin define enquadramento como “padrões persistentes de cognição, interpretação, de seleção, ênfase, e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira” (GITLIN, 1980, p. 7). Ele pode ser entendido como padrões interpretativos construídos socialmente por meio dos quais as pessoas dão sentido às situações e aos acontecimentos (GOFFMAN, 1986). No caso da notícia, essa passa pelos enquadramentos dados pelos definidores primários do fato, depois pelos enquadramentos do jornalista, dos editores até chegarem a publicação do produto final.

Vale ressaltar que todos os enquadramentos aplicados ao fato a ser noticiado estão imersos no jogo político entre os diversos atores sociais que atuam na opinião pública, sobretudo os aparelhos do estado e a mídia. Os enquadramentos são, portanto, advindos de uma disputa para estabelecer a interpretação que irá prevalecer após a formação, desenvolvimento e resolução das controvérsias e opiniões políticas conflitantes (PORTO, 2004).

Tanto esse jogo de força para estabelecer os enquadramentos quanto a discussão proposta por Hall *et al* revelam a relação entre a mídia e os atores do jogo político, principais sujeitos no jogo de forças da sociedade. Isso nos permite fazer um paralelo com a noção de paralelismo político, cunhada por Seymour-Ure e ressignificada por Daniel Hallin e Paolo Mancini, na qual existe uma conexão entre os meios de comunicação e os partidos políticos.

De maneira geral, o conceito está relacionado com a aproximação de um órgão de comunicação social a um partido ou a uma ideologia, de maneira que os sujeitos políticos interferem e guiam o discurso midiático. Há, assim, uma convergência de objetivos, enfoques e públicos entre determinados meios de comunicação e tendências políticas específicas. Hallin e Mancini consideram o paralelismo político como um fator advindo de um conjunto específico de circunstâncias e, portanto, sujeito a variações em diferentes sociedades.

O paralelismo político tem várias componentes diferentes, e há diversos indicadores que podem ser usados para determinar até que ponto se encontra fortemente presente no sistema dos *media*. Talvez mais basicamente diga respeito ao *conteúdo dos media* – até que ponto os diferentes *media* reflectem as diversas orientações políticas nas notícias que dão e na informação sobre assuntos correntes, e também por vezes nos seus conteúdos de entretenimento (HALLIN ; MANCINI, 2010, p. 42).

Diante das discussões propostas por Hall *et al* e Hallin e Mancini acima exposta, é possível inferir que todo o processo de produção jornalística é permeado por influência internas e externas, que acabam por direcionar o discurso midiático a partir de interesses específicos. É preciso considerar, inclusive, as pressões exercidas pelos receptores das informações que, ao perceberem um comportamento da mídia que não condiz com a realidade, tendem a questionar a autocompreensão normativa dos veículos de comunicação, o que coloca em xeque a credibilidade dos mesmos.

É preciso, na questão da identificação dos atores com maior capacidade de definição da agenda jornalística, (...) considerar as pressões e injunções exercidas nesse processo pelos controladores do capital investido nas empresas da área (donos dos veículos), pelos representantes da estrutura de poder do Estado e das organizações do mercado (inclusive os anunciantes) e pela própria sociedade através do público consumidor dos produtos midiáticos e dos cidadãos idealmente engajados num legítimo processo de constante atualização constitucional (auto-governo da sociedade) inerente ao Estado de direito democrático (ROCHA, 2007, p. 118).

Assim, a liberdade dos jornalistas enquadra-se em um contexto formado por diversos limites, e a narrativa midiática se estabelece a partir de um enquadramento enviesado pautado pelos interesses dos atores que ocupam as estruturas de poder. E esse mesmo discurso inclinado para determinada acepção ideológica influi de maneira partidária no debate público, de forma a conduzir a opinião pública a partir de interesses de uma pequena parcela da população. Essa abordagem tendenciosa por parte dos veículos de comunicação pode se dar tanto na veiculação de informações de maneira parcial como no silenciamento de

determinadas questões, como é o caso dos movimentos e mobilizações sociais. A cobertura midiática acerca de ações sociais coletivas, em especial as manifestações ocorridas no contexto do *impeachment*, objeto de estudo dessa pesquisa, serão abordadas no capítulo que segue.



## 4 *IMPEACHMENT*, MOVIMENTOS SOCIAIS E A MÍDIA

### 4.1 Mobilizações e movimento sociais: algumas considerações necessárias

Esse início do século XXI está marcado por diversos protestos, passeatas e manifestações que tomaram as ruas e praças de várias partes do mundo, reacendendo os espaços públicos como campo de discussão e debate sobre a coisa pública. Tais ações ganharam destaque nos veículos de comunicação, a exemplo dos protestos ocorridos no Brasil em 2013 e das manifestações sociais realizadas no contexto do *impeachment* em 2016, essas última objeto de estudo dessa pesquisa. Com essa exposição midiática, a temática dos movimentos e mobilizações sociais voltou ao cerne do debate. Dessa maneira, faz-se necessário discorrer acerca dos conceitos e características dessas formas de associação coletiva da sociedade civil.

Os movimentos sociais situam-se no âmbito das ações sociais coletivas e possuem caráter sócio-político e cultural, evidenciando as ideologias e formas de pensar e agir de uma determinada parcela da população, pois revelam “formas distintas dos indivíduos e grupos se organizar e expressar suas demandas” (MIRANDA, 2009, p. 218). Assim, são organismos sociais complexos que se reconfiguram com o tempo e o contexto social no qual estão inseridos.

Diante da importância das ações da coletividade para reconfiguração das dinâmicas sociais, tais movimentos tornaram-se objeto de estudo das ciências sociais, com destaque para a Sociologia, ocupando lugar central nas reflexões acerca dos comportamentos coletivos e das formas e objetivos do associativismo. Esse tema é profundamente debatido por estudiosos clássicos e contemporâneos que, devido à complexidade das formas de associação coletiva e a multiplicidade de causas e efeitos dessas ações, não estabeleceram um consenso quanto à definição inteiramente satisfatória de tal objeto.

É importante registrar que não há uma definição absoluta de movimentos sociais, mas conceitos desenvolvidos por diversos pesquisadores à luz dos paradigmas utilizados por cada um deles. Assim, iremos aqui abordar algumas definições que se complementam no sentido de pontuar a que tipo de movimentos sociais estamos nos referindo, haja vista que as manifestações sociais que compõem o objeto dessa pesquisa constituem-se em ações coletivas que se enquadram nesse contexto.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino, apesar das diferenças entre as várias interpretações, pode-se dizer que “os comportamentos coletivos e os movimentos sociais

constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir formas de ação social e a influir nos seus resultados” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 787).

Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn, movimentos sociais podem ser definidos como

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p.35).

O conceito de movimento social sofreu modificações de sentido com o passar do tempo em virtude da reconfiguração das próprias ações coletivas ao longo da história. Não se sabe precisar ao certo a gênese dos movimentos sociais na história da humanidade, entretanto alguns pesquisadores, dentre eles François Houtart (2007), apontam a existência de ações coletivas organizadas desde a época de Jesus Cristo. As ações coletivas de destaque histórico ocorreram a partir do século XVIII, em consequência da mudança de concepção da época proveniente do Iluminismo, na qual o homem passou a ser o centro do pensamento e das transformações, e não mais o divino. São exemplos dessas manifestações sociais a Revolução Francesa, a Revolução Soviética, entre outras.

Apesar das importantes ações coletivas ocorridas ao longo da história da humanidade, foi apenas no século XIX que os movimentos sociais passaram a ser objeto de estudo no Ocidente. Segundo Glória Gohn (2013), Lorenz Von Stein foi um dos primeiros teóricos a utilizar o termo movimentos sociais, em 1842; a ele juntam-se Taine (1887), Tarde (1898) e Le Bon (1895). Hippolyte Taine foi o primeiro a discutir o comportamento das ações coletivas, “dando-lhe um tratamento psicológico baseado em instintos selvagens da natureza humana – com isto ele fez uma descrição pitoresca das revoltas revolucionárias” (GOHN, 2009, p. 20).

Diante da multiplicidade de questões que envolvem as ações sociais coletivas, diferentes teorias foram desenvolvidas a partir de diversas perspectivas, dentre as quais destacamos a abordagem da sociologia americana e a teoria dos Novos Movimentos Sociais – um dos paradigmas europeus. Na primeira, os autores analisavam os movimentos sociais como ciclos evolutivos, que se desenvolviam por meio de processos de comunicação

compostos por contatos, rumores, difusão de ideias, entre outros. Assim, as insatisfações que geravam a mobilização das pessoas em movimentos sociais eram entendidas como reações irracionais “de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava” (MIRANDA, 2009, p. 223) e fruto de tensões sociais.

Já a teoria dos Novos Movimentos Sociais, que tem como um dos principais expoentes Alain Touraine, passou a entender a ação política dos sujeitos em coletivos não como reativa, mas com uma postura transformadora. Touraine, principal nome da corrente francesa, a partir de estudos acerca da ação política do movimento estudantil e de trabalhadores, defende a ideia de que a ação contra o sistema social é a mola propulsora dos movimentos sociais e que essas mobilizações são provenientes de mudanças nas sociedades hierárquicas e estratificadas. Outro nome da Nova Teoria dos Movimentos Sociais é Alberto Melucci, teórico da corrente italiana, que se debruça na análise de estruturas micro a partir de um enfoque psicossocial, tomando como base as análises da subjetividade e das condições político-ideológicas da época. Sendo assim, entende o movimento social como uma construção analítica, refutando a ideia das ações coletivas apenas como objeto empírico ou fenômenos meramente observáveis. Para ele, a existência do conflito não é suficiente para caracterizar uma ação como movimento social, mas sim a disputa entre dois atores por uma mesma coisa.

A terceira corrente da Nova Teoria dos Movimentos Sociais é a alemã, e tem como expoente Claus Offe. Essa abordagem, considerada neomarxista, segue a teoria crítica iniciada pela Escola de Frankfurt e aborda as ações coletivas relacionadas com o campo político e sociocultural em que ocorrem, isto é, combinam as perspectivas macro e micro, priorizando a análise política. Offe defende que os movimentos sociais são uma maneira racional de atuar politicamente em resposta a questões específicas, refutando a ideia da sociologia americana de que as ações coletivas eram fruto de processos irracionais. Segundo Glória Gohn, para o sociólogo alemão os movimentos sociais seriam a base de uma nova ordem: “Eles reivindicam seu conhecimento como interlocutores válidos, atuam na esfera pública e privada. Objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos” (GOHN, 2004, p.167).

Tanto a sociologia americana e a teoria dos Novos Movimentos Sociais quanto as diversas abordagens teóricas sobre o tema surgiram a partir das reconfigurações das ações coletivas realizadas pela sociedade civil ao longo do tempo. O campo de estudo sobre as mobilizações sociais se desenvolveu à medida que tais ações tornaram-se cada vez mais frequentes no contexto da sociedade. Mesmo com exemplos importantes de mobilizações anteriores, é a década de 1960 que é considerada um marco para a Sociologia dos

Movimentos Sociais, momento no qual o estudos de tais ações coletivas ganharam “espaço, densidade e status de objeto científico de análise” (GOHN, 2004, p.10). Esse período é apontado por inúmeros analistas como o momento de revolução cultural e comportamental no que se refere aos costumes e hábitos daquela geração, cujos jovens ansiavam por um novo modo de vida (GOHN, 2013). Esse desejo os motivou a criar utopias e a se engajar na política de maneira diferente das formas comuns à época - estabelecendo novas alianças, como a associação entre estudantes e camponeses, por exemplo -, o que culminou na criação de novas identidades político-culturais e fez surgir novos temas na discussão coletiva. Esses jovens pautaram “novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher etc. Eles queriam ser ouvidos. Não queriam mais ser conduzidos pelo passado, pela tradição, pelos velhos, pelos ‘tempos mortos’” (GOHN, 2013, p. 13).

Outro momento significativo na história dos movimentos sociais ocorreu na década de 1990, quando os movimentos antiglobalização surgiram no cenário mundial, demarcando territórios e tempos específicos para suas ações (GOHN, 2013). As ações coletivas reconfiguraram suas pautas em função da globalização da economia: lutas operárias e questões relacionadas à cultura e valores de determinada época – temas que embasaram os movimentos sociais dos anos de 1960 – deram lugar às questões relacionadas às políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado.

Nesse mesmo período, as formas de organização popular também foram modificadas: houve um declínio das manifestações de rua e as ações passaram a ser institucionalizadas:

A forma de protesto também é diferente, tanto das fórmulas clássicas (greves, ações sindicais, passeatas etc.) como das formas de 1968 (protestos nas ruas). Nas formas dos anos 1990, ainda que tenham ocorrido protestos nas ruas, predominaram fóruns, assembleias, grandes encontros, longas caminhadas etc., a exemplo do FSM (GOHN, 2013, p. 15).

Essa reconfiguração das formas de ação coletiva levou alguns estudiosos a apontarem uma crise dos movimentos sociais<sup>51</sup>, haja vista a mudança de identidade nas formas de mobilização e reorganização das redes associativistas. No Brasil, a Constituição de 1988 incentivou a criação de canais formais de diálogo e participação da sociedade civil nas

---

<sup>51</sup> Segundo Maria da Glória Gohn, “os autores brasileiros, entre os quais me incluo, que falaram da crise dos movimentos sociais nos anos 90 referiam-se, em primeiro lugar, a um tipo particular de crise, não-generalizável a todos os movimentos. Trata-se de uma crise nos movimentos populares urbanos. O tipo e a forma de análise desta crise também é diferente segundo os autores. Para uns isto se deve ao perfil aparelhista daqueles movimentos (Abreu, 1992); para outros, porque não conseguiram encontrar seu lugar, presos pela lógica leninista (com excesso de assembleísmo) (Castagnola, 1987); para outros, ainda, porque os movimentos reproduzem as contradições que buscam superar (Cardoso, 1987)” (GOHN, 2004, p. 321).

questões relacionadas às políticas públicas – a exemplos dos conselhos gestores, e no âmbito estadual os orçamentos participativos, como abordamos no capítulo 1 – o que ocasionou a perda de força das ações diretas, como passeatas e protestos. Assim, a participação/reivindicação popular se daria pelos canais formais de participação, reformulando a relação da sociedade civil organizada com o Estado; “as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato” (GOHN, 2004, p. 318).

Além dessa institucionalização dos movimentos sociais, outro fator influenciou diretamente na reconfiguração das ações da sociedade civil: as novas formas de comunicação, sobretudo com o uso da internet, impactaram diretamente tanto na maneira como os indivíduos se relacionam dentro do próprio movimento social, como na forma com que essas ações são organizadas e realizadas. “As formas de comunicação alteraram-se muito nos anos 1990 em relação às dos anos 1960. A era dos computadores já predominava, unindo jovens de diferentes partes do mundo em ideias e ações comuns” (GOHN, 2013, p.14).

Como abordamos no capítulo 1 dessa pesquisa, a internet pode ser uma importante ferramenta para a discussão da coisa pública, o que engloba também a utilização dessa como espaço de articulação da sociedade civil no que se refere às questões relacionadas a reivindicações sociais. Nesse sentido, destacamos dois pontos relacionados ao seu uso para ações coletivas: articulação dos movimentos sociais e espaço de comunicação sobre as mobilizações. No primeiro caso, destacamos o uso das redes como ferramenta de aglutinação de sujeitos interessados por uma mesma causa, o que possibilita tanto um espaço de discussão acerca das temáticas e reivindicações que embasam tais ações coletivas, como a própria articulação para a realização da ação concreta fora do mundo digital. No segundo caso, a internet funciona como espaço de reverberação de informações sobre os próprios movimentos, tanto antes quanto depois de sua realização.

A forma de comunicação entre jovens manifestantes também se alterou e saber se comunicar on-line ganhou status de ferramenta principal para articular as ações coletivas. A comunicação não ocorre só por meio de computadores e Internet. Celulares e diferentes formas de mídia móvel passaram a ser meios de comunicação básicos e o registro instantâneo de ações transformou-se em arma de luta, em ações que geram outras ações como resposta (GOHN, 2013, p. 17).

A internet tornou-se uma ferramenta de extrema importância para a articulação de ações coletivas na contemporaneidade: “Na atualidade, os principais movimentos sociais

atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet” (GOHN, 2011, p. 335-336). Muitos são os protestos e mobilizações sociais organizados por meio da rede mundial de computadores, a exemplo das manifestações populares ocorridas no contexto do *impeachment*, objeto de estudo dessa pesquisa.

O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação facilitou o diálogo entre pessoas de diversas localidades que se encontram em rede em prol de determinadas questões, facilitando a organização de ações coletivas a serem realizadas no mundo não digital. Assim, a internet, e em especial as redes sociais, tem papel importante na atualidade para a realização de protestos, passeatas e outros tipos de mobilizações da sociedade civil.

Diante dessa reconfiguração das formas de associativismo e de ação da sociedade no que tange às mobilizações sociais, faz-se necessário registrar que nem todas as ações civis podem ser denominadas de movimentos sociais. Isso decorre de um contexto marcado pelo surgimento de novos sujeitos e de novas formas de ações sociais coletivas que, apesar de possuírem pontos em comum com os movimentos sociais, não geram identidade coletiva.

Segundo Maria da Glória Gohn, é necessário qualificar as mobilizações coletivas que tem sido caracterizadas como movimentos sociais, haja vista que esses últimos também sofreram modificações quando comparados aos movimentos sociais que emergiram na cena pública nos séculos XIX e XX e das ações coletivas ocorridas nos Estados Unidos nos anos 1960. Em sua obra *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*, Gohn destaca alguns pontos relevantes na caracterização dos movimentos sociais atuais: grande parte deles apresenta um ideal civilizatório calcado na construção de uma sociedade democrática e na luta pela inclusão, no reconhecimento da diversidade cultural, e suas ações visam sustentabilidade, e não apenas o autodesenvolvimento. Os princípios da justiça social, solidariedade e autonomia – entendida como inserção social com autodeterminação –, além da construção de um sujeito social coletivo, são temáticas recorrentes (GOHN, 2010).

Outra questão apontada por Gohn diz respeito à institucionalização dos movimentos sociais, que provocou alterações na relação entre o Estado e a sociedade civil: a nova política de Estado que prioriza a inclusão social de setores até então considerados à margem da sociedade acaba, de certa maneira, enfraquecendo as mobilizações sociais, tendo em vista que esse mesmo Estado captura esse sujeito político e cultural da sociedade civil, sobretudo os

indivíduos com maior destaque e capacidade de articulação política e influência sobre a coletividade. Assim, o sujeito

antes organizado em movimentos sociais e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretaria de Estado, em parceria com organizações civis (...) que desempenham o papel de mediadores. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero etc., como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica (GOHN, 2009, p.13)

A socióloga segue afirmando que

A inversão da ordem dos termos: identidade política para política de identidade, muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais. Disto resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas – da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e organizações populares para os gabinetes e secretaria do poder estatal, principalmente no plano federal. A dimensão política - entendida como o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena – desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas - de cima para baixo, na busca de coesão e de controle do social (GOHN, 2010, p.21).

A formação de identidade é uma das principais características dos movimentos sociais. Outros aspectos importantes, segundo definições clássicas, são ter um opositor e se fundamentar em um projeto de sociedade (GOHN, 2010). Um dos expoentes da teoria clássica, Touraine defende que a existência de um movimento social está condicionada à existência de um número grande de indivíduos representando a sociedade, que o movimento seja duradouro e que os sujeitos compartilhem uma relativa identidade.

Ainda no que concerne à geração de uma identidade coletiva, o sociólogo italiano Francesco Alberoni se baseia nessa para teorizar acerca das ações coletivas, dividindo-as em duas categorias: os fenômenos coletivos de agregado e os fenômenos coletivos de grupo. No primeiro caso, as ações sociais são realizadas por um grande grupo de indivíduos com comportamentos e ideais semelhantes, entretanto não há uma formação de uma nova identidade enquanto sujeitos coletivos. “Uma vez desaparecido o elemento, a tensão, a disfunção que deu lugar a tais comportamentos coletivos, bem pouco terá mudado em quem

neles participou. É o caso do pânico, da multidão, da moda, do boom” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998b, p. 788)

Já nos fenômenos coletivos de grupo, as ações conjuntas e os comportamentos similares dão origem a novas identidades para as coletividades, estando essas “caracterizadas pela consciência de um destino comum e pela persuasão de uma comum esperança” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998b, p. 788). A partir das ideias de Alberoni, Bobbio *et al* aponta que a diferenciação entre esses dois tipos de fenômenos coletivos se dá tanto na “experiência subjetiva (participação ou não), como no resultado objetivo do movimento (formação ou não de novas entidades sociais)” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998b, p. 788).

A partir dessa diferenciação, tomaremos as manifestações aqui analisadas como mobilizações sociais realizadas em um contexto social e político específico, não tendo um caráter duradouro no que se refere a movimentos sociais que se consolidam com o passar do tempo. Analisamos que tais ações se aproximam do conceito de fenômenos coletivos de agregados exposto por Alberoni, tendo em vista que não houve uma continuação das ações coletivas de nenhum dos lados após a efetivação<sup>52</sup> da saída de Dilma Rousseff da presidência. Apesar do Movimento Brasil Livre e do Vem Pra Rua terem convocado protestos em 2017, os mesmo não tiveram como pauta o *impeachment* e, portanto, não serão abordados nessa pesquisa, que tem como objetivo de estudo a cobertura da mídia pernambucana das manifestações sociais relacionadas ao impedimento da presidente.

Ressaltamos, ainda, que nossa classificação desses protestos como mobilizações sociais parte de um estudo inicial e que, como toda construção de conhecimento, está sujeito a mudanças de entendimento. Essa possibilidade se reforça, ainda, no fato das ações aqui estudadas serem relativamente recentes – ocorreram em 2016 e esse estudo está sendo desenvolvido em 2016/2017 – o que nos possibilita apenas um ano de maturação de conhecimento acerca das mesmas. Por ora, utilizaremos essa nomenclatura para efeito metodológico a fim de caracterizar os protestos e manifestações sociais relacionadas ao *impeachment* de Dilma Rousseff, nosso objeto de estudo.

É fato que ações sociais coletivas são um objeto complexo, a perceber pelas diversas teorias desenvolvidas ao longo dos estudos sociais e pela multiplicidade de conceitos relacionados aos movimentos sociais. Apesar de suas peculiaridades, mobilizações e

---

<sup>52</sup> Destacamos que foram realizados protestos de rua no dia 31 de agosto de 2016, data da efetivação da saída de Dilma da presidência, e nos dias subsequentes, entretanto os mesmos não perduraram por mais de duas semanas após a decisão do Senado. Dessa maneira, entendemos a realização de tais manifestações ainda no contexto da decisão da interrupção do mandato da petista.



movimentos sociais são, em geral, considerados sinônimos<sup>53</sup>, em especial pela mídia. Essa última, que tem a possibilidade de amplificar a voz das ações da sociedade civil e de inserir essa temática na discussão pública, acaba, por muitas vezes, criminalizando as ações coletivas organizadas, como abordaremos no tópico a seguir.

## 4.2 Mídia e manifestações sociais

A relação entre mídia e mobilizações sociais remonta ao século XVIII, período marcado pelas primeiras expressões populares de protestos em massa, a exemplo da Revolução Francesa e dos movimentos de independência suscitados nas américas. De acordo com Eduardo Vizer (2007), as mobilizações populares, sobretudo as ocorridas nas cidades consideradas focos privilegiados da imprensa na época, inquietaram as elites dominantes, cujos poderes e influência estiveram ameaçados pela perda de credibilidade aliada ao processo de liberdade de produção e de acesso público às informações que poderiam comprometer as instituições e seus representantes. Diante desse contexto, os meios de disseminação de informações passaram a representar um duplo rol:

por um lado como um meio de promover-se e promover o Estado, e ao mesmo tempo um dos principais ingredientes “perigosos” para este, para os governos e as instituições públicas e religiosas, assim como para as regras da moral e dos “bons costumes” da nova sociedade burguesa (VIZER, 2007, p.26)

Essa maior circulação de informações – até então não disponíveis para a população em geral – criou um contexto favorável para o surgimento de novos atores políticos, que passaram a influir na disputa de forças da sociedade. Tais interferências estiveram calcadas nas mídias nascentes, que amplificaram os discursos dos primeiros. Assim as formas de disseminação massiva de informação passaram a ser, ao mesmo tempo, objeto de preocupação e vigilância dos sistemas de controle social, e uma importante ferramenta para publicização de novas ideias e de fortalecimento de sujeitos contrários ao sistema vigente.

A influência social da comunicação midiaticizada cresceu de forma exponencial a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação audiovisual: suas tecnologias de captação,

---

<sup>53</sup> Por esse motivo, os estudos que abordam o tratamento dispensado pela mídia às ações coletivas da sociedade civil falam em movimentos sociais. Assim, utilizaremos esse referencial teórico para abordar a cobertura dos meios de comunicação sobre as manifestações sociais, entendendo que estas estão inseridas no mesmo escopo da cobertura dispensada pela mídia aos movimentos sociais.

registro e reprodução dos acontecimentos lhes conferiram legitimidade e capacidade de influência no debate público, deslocando o papel de definidor dos discursos dos atores políticos – governo e adjacências – para os próprios veículos. Dessa maneira, a disputa de forças no jogo político ganhou uma nova configuração, que tem a mídia como uma das principais ferramentas de articulação: “Com o advento da imprensa e posteriormente dos veículos eletrônicos, lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade, ao alcançar uma dimensão pública e servir como apelo para a mobilização dos indivíduos” (CRUZ, 2012, sp).

Sendo assim, a mídia não se configura como um simples instrumento de veiculação de informações que pode ser utilizado pelos diversos atores sociais com o intuito de disseminar seus discursos e fortalecer suas posições, mas é um campo de disputas simbólicas e está imerso em um sistema de confluência de interesses. Os meios de comunicação funcionam a partir de lógicas próprias e são utilizados para atender interesses particulares, sobretudo dos donos dos veículos, como abordamos no capítulo 2 desse estudo. “Atualmente a chamada ‘grande mídia’ continua operando de forma camuflada, mas sob outro foco: não apenas de reproduzir a ideologia política do Estado, mas sob domínio da propaganda e defensiva da ideologia dominante e subordinada a lógica do mercado” (VOLANIN, 2007, p. 9).

Dessa maneira, as articulações políticas e econômicas estabelecidas entre os empresários da grande mídia e os atores sociais acabam por definir quais sujeitos desse campo de disputa serão legitimados pelo discurso midiático e, assim, fortalecidos no jogo político. Como resultado dessas articulações, há uma valorização de determinadas temáticas e atores sociais em detrimento de outros.

Diante da importância dos veículos de comunicação para a propagação de ideias e de sua influência na esfera pública, pode-se afirmar que suas estratégias de enunciação e a escolha de publicizar determinados discursos/fontes em detrimento de outros/as, impactam diretamente no discurso proferido pelo jornal sobre determinado tema e, conseqüentemente e mais importante, influenciam na maneira como esse será recebido e interpretado pela opinião pública. Isso recai, inclusive, sobre os assuntos não abordados pela mídia: ao não pautar determinada questão ou ao abordá-la de maneira superficial, evidenciando apenas um lado do fato, os veículos de comunicação acabam por contribuir para uma não discussão ou para uma interpretação equivocada do tema na esfera pública.

Movimentos sociais e questões relacionadas às reivindicações de interesse público figuram entre as temáticas/atores sociais marginalizados pelos veículos de comunicação. Para o pesquisador Leopoldo Volanin (2007), esses sempre foram alvo de críticas da mídia

brasileira. “Os meios de comunicação de massa, sob o domínio das classes dominantes, transmitem com sua força de opressão ideológica à sociedade, que as organizações sociais são movimentos que desagregam o sistema social, político e econômico do país” (VOLANIN, 2007, p.2). Ele afirma, ainda, que os meios de comunicação dificilmente concederão espaço para a expressão ou a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo, tendo em vista que atuam de acordo com a lógica do mercado e visam o lucro.

Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação e procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social (VOLANIN, 2007, p. 14).

Segundo Volanin, o objetivo de muitos veículos de comunicação é “criminalizar os movimentos sociais ou manifestações populares que vão além dos interesses de grupos que detêm a concentração do poder e dos veículos de comunicação” (VOLANIN, 2007, p. 2). Nesse sentido, Rafael Marroquim aponta que a representação simbólica elaborada pela mídia reitera, em sentido amplo, “a desqualificação de opiniões, o veto ao debate e a construção de um discurso de ‘reação’ aos protestos e as manifestações empreendidas pelos movimentos sociais” (MARROQUIM, 2013, p. 172).

A discussão acerca da relação entre mídia e movimentos sociais também está presente na obra de Arbex Jr., que aponta que o processo de criminalização das mobilizações sociais coletivas não é um fenômeno recente na história da América Latina, sobretudo no Brasil. Para ele, o jornalismo moderno brasileiro, desde sua origem, é marcado “por uma demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares” (ARBEX JR, 2003, p. 149). Ao mencionar a cobertura midiática sobre a revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, Arbex Jr. observa que

Inúmeros livros, estudos acadêmicos, documentos e textos apresentados em debates e simpósios nacionais e internacionais demonstram exaustivamente que Conselheiro e sua comunidade foram vítimas de uma imensa e cruel intriga fabricada pela mídia, que serviu para justificar e encobrir o massacre praticado pelo Exército nacional. A mídia da época – isto é, o jornalismo impresso, então o principal meio de difusão de notícia – silenciou sobre a imensa crueldade demonstrada por oficiais e soldados (ARBEX JR, 2003, p.150).

Esse tratamento midiático dispensado ao confronto ocorrido no interior da Bahia no fim do século XIX permanece na ordem do discurso dos veículos de comunicação brasileiros. Segundo Arbex Jr., ao longo do século XX todo movimento popular ou social no Brasil foi demonizado, perseguido e, quando necessário, massacrado no ambiente midiático, a exemplo da cobertura sobre os movimentos sociais relacionados à reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A vítima mais importante desse processo no período recente, tanto em termos numéricos quanto sociais, é o MST, cujo imenso crime é dar uma expressão organizada à multissecular luta pela reforma agrária. O massacre do Eldorado dos Carajás (...) foi um marco emblemático, um momento visível de uma guerra permanente, subterrânea, devidamente ocultada pela mídia e movida pelos órgãos repressivos do aparelho do Estado, não raro em aliança com pistoleiros pagos por fazendeiros e ‘coronéis’. Inversamente, a mídia insiste na prática de apresentar o MST como um movimento de “bandoleiros”, “bandidos” e, após o atentado de 11 de setembro, como “terroristas” (ARBEX JR, 2003, p. 151)

Esse tratamento dispensado ao MST figura como um padrão nas coberturas midiáticas relacionadas às mobilizações sociais. Ações coletivas da sociedade civil, que têm suas expressões em passeatas, protestos, manifestações, entre outras formas, são comumente abordadas sob a ótica do impacto dessas para a ordem pública, sobretudo no que se refere à segurança – se são violentas ou pacíficas – e à mobilidade – se provocaram interrupção do trânsito ou obstrução de alguma via pública.

O referencial abstrato à “ordem pública”, legitimado por empresas de comunicação com múltiplos interesses, deixa rastros desse sistema de hierarquias na composição da notícia, reunido em torno de uma mesma opinião editorial e das restrições impostas pela aproximação crescente entre o departamento comercial e as redações. Nessas circunstâncias, a fronteira discursiva entre reivindicação social e crime torna-se reduzida (MARROQUIM, 2013, p.172).

A mídia tem abordado as mobilizações e os movimentos sociais a partir de parâmetros políticos e ideológicos relacionados aos interesses dos agentes sociais com os quais estabeleceu articulação. Assim, seu discurso é resultado de um processo onde a notícia é pautada segundo esses interesses e transformada em discurso, cujo objetivo é formar uma opinião pública sobre o acontecimento e não apenas informar as pessoas (GOHN, 2003). Diante desse contexto e da capacidade de influência dos veículos de comunicação no debate

público, a imagem pública dos movimentos sociais é forjada de maneira enviesada, a partir de discursos que não abordam todas as suas perspectivas, mas que evidenciam apenas alguns pontos.

Contrariando a sua definição ideológica de relatar a realidade imediata, a imprensa o divulga, recria e reinventa os fatos relativos aos movimentos sociais, adquirindo o caráter de um falso sujeito social. Isto ocorre, pois, ao revelar certos aspectos das lutas sociais, outros são ocultados; ao acentuar determinados ângulos da informação outros são suprimidos em função tanto de interesses mercadológicos quanto de compromissos políticos dos proprietários dos meios midiáticos (CÂMARA, 2003, s.p.).

Para Volanin,

A mídia induz ao seu receptor ao analisar conjunturalmente a sociedade, não somente a seleção dos acontecimentos e atores a serem analisados, como atribuirá a estes acontecimentos um sentido afinado com os interesses das classes dominantes, com sentido atribuído, não a um puro fato, mas um fato lido e visto por interesses específicos (VOLANIN, 2007, p.9).

Ainda no que se refere a cobertura dos veículos de comunicação sobre movimentos sociais, Hudson Marambaia aponta que

(...) a imagem que a mídia constrói dos movimentos sociais pode influenciar no próprio destino do movimento divulgado; a inadequação das categorias jornalísticas, forjadas na produção do jornalismo político e do jornalismo econômico, para reconstituir os movimentos sociais; as imagens preconcebidas da imprensa acerca dos movimentos sociais, o que leva, muitas vezes, os jornalistas a não realizarem investigações efetivas dos movimentos, limitando-se a divulgar clichês ou mesmo a pressupor qual será a trajetória dos movimentos (MARAMBAIA, 2002, p. 48-49).

Apesar da criminalização dos movimentos sociais por parte da mídia, esses dois campos possuem uma relação de interdependência: as mobilizações sociais são acontecimentos de impacto público, o que as torna fatos passíveis de serem noticiados, transformando-se, assim, em informação de interesse público, que é o cerne do trabalho jornalístico. Por outro lado, no contexto das disputas sociais, baseadas no capital simbólico dos atores envolvidos e nas batalhas discursivas, a visibilidade e o fortalecimento da identidade dos atores sociais, bem como a capacidade deles influenciarem as decisões no campo político, passam, necessariamente, pelos veículos de comunicação.

O surgimento dos novos movimentos sociais forneceu amplo testemunho de que as reivindicações até então subordinadas ou marginalizadas só são conquistadas através de lutas pelo espaço do visível na mídia, reflexo da transformação geral da natureza do poder e da política nas sociedades modernas (CRUZ, 2012, s.p.).

Para Maria da Glória Gohn (2000), a mídia tem papel importante nas estratégias de elaboração das ações coletivas dos movimentos sociais e pode ser um ponto importante para compreender a adesão ou não da população a esses movimentos: “(...) a força e a expressividade de um movimento são dadas – mais pelas imagens e representações que eles conseguem reproduzir e transmitir via mídia do que pelas conquistas, vitórias ou derrotas que acumulam (GOHN, 200, p. 23).

Em meio a reconfiguração dos contextos sociais, políticos e econômicos a partir do século XX, o acesso a meios de disseminação de informação em massa e a produção simbólica tornaram-se ferramentas indispensáveis para os movimentos sociais, tanto para mobilizar os sujeitos como para influenciar a opinião pública e pressionar o sistema político. Diante da concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos empresariais – como visto no capítulo 2 dessa pesquisa – e da associação desses aos poderes políticos e econômicos, o que resulta no controle dos discursos a partir de seus interesses, os movimentos sociais tem recorrido à internet como espaço de disseminação de informações e amplificação de seus discursos.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação reconfiguraram as formas de mobilização coletiva e de ativismo social e sua relação com os meios de comunicação. O sujeito político simpatizante de determinada causa ou reivindicação tanto pode ser membro de uma organização ou movimento social como um indivíduo solitário com acesso a meios de disseminação de informação e comunicação, tais como internet, redes sociais, celulares, entre outros. “O ativismo social já não deve ser forçosamente organizado nem requer ‘atos de fé’ nem formalidades. Pode ser espontâneo e tomar a forma de ‘multidões’ convocadas por situações críticas” (VIZER, 2007, p. 36).

Além de ambiente de ativismo e aglomeração de indivíduos em torno de determinada pauta – que pode, ou não, resultar em ações concretas no mundo não digital -, a internet configura-se como uma ferramenta alternativa para os movimentos sociais no que se refere à veiculação de informações acerca de suas pautas e reivindicações, que comumente não vigoram nos discursos dos veículos de comunicação tradicionais. Essa multiplicidade de ações ofertadas pela internet está diretamente relacionada a uma das principais características da internet, a de formação autônoma de redes (CASTELLS, 2003a), como citamos no capítulo 1.

Essa se configura na possibilidade dada a qualquer pessoa de encontrar sua própria destinação na web e, não a encontrando, de criar e divulgar sua própria informação, induzindo, assim, a formação de uma rede.

(...) a publicação autônoma, a auto-organização e autopublicação, bem como a formação autônoma de redes constitui um padrão de comportamento que permeia a Internet e se difunde a partir dela para todo o domínio social. Assim, embora extremamente diversa em seu conteúdo, a fonte comunitária da Internet a caracteriza de fato como um meio tecnológico para a comunicação horizontal e uma nova forma de livre expressão. Assenta também as bases para a formação autônoma de redes como um instrumento de organização, ação coletiva e construção de significado (CASTELLS, 2003a, p. 49).

E Castells segue afirmando: “a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo, transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet” (CASTELLS, 2003a, p. 7). Para Dênis de Moraes, as redes virtuais “facilitam a intercomunicação de indivíduos (...) que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos. Servem de estuários para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública” (MORAES, 2001, s.p).

Dessa maneira, os movimentos sociais e a população têm recorrido às redes sociais como ferramenta para expressar ideias, lutar por direitos e organizar ações reais. Ela pode ser um ambiente de contraponto ao posicionamento conservador e à ausência de espaço para a discussão plural nos veículos de comunicação de massa.

A internet tem permitido que as vozes de cidadãos e cidadãs comuns (...) possam ser escutadas. Com mais de cem milhões de usuários/as em todo o mundo, a internet provê um âmbito público que é único, em que as decisões que afetam a vida dos povos podem ser livremente consideradas e debatidas. Permite que pequenos grupos e indivíduos, homens e mulheres, que estejam isolados uns/umas dos/as outros/as, agora se comuniquem, formem redes, compartilhem informação e preparem ações em forma antes nunca pensada (PLOU; VIEIRA, 2007, p. 61).

Apesar da rede mundial de computadores ser uma importante ferramenta na democratização da informação, se faz necessário destacar que a internet não é um ambiente livre de interferências, como uma espécie de terra sem dono. Ao contrário, tornou-se um ambiente importante para os conglomerados de comunicação devido a sua capacidade de disseminar informações para um público cada vez mais conectado, sobretudo pelo uso das redes sociais. Além de rádio, televisão e mídia impressa, as empresas de comunicação tem

investido pesado nas mídias digitais, e os portais de notícias ligados aos veículos tradicionais de comunicação figuram como as principais fontes de informação no meio digital. Assim, pode-se concluir que a internet tanto pode ser ambiente de pluralização do discurso, dando voz as pautas e atores sociais que são comumente marginalizados pelos veículos tradicionais, como pode ser uma extensão desses mesmos veículos, expandindo seu poder e seus discursos para o meio digital. O que determina em qual papel ela se encaixa são os usos feitos pelos usuários.

Ao ser utilizada como ferramenta para pluralização de informações, a internet passa a ser uma importante aliada nas estratégias de organização das ações sociais coletivas, contribuindo para o fortalecimento das mobilizações, tanto no que se refere à sua identidade como no crescimento da participação nas ações no mundo não digital. Esse contexto propicia, em alguns casos, o desenvolvimento do poder comunicativo por parte dos movimentos sociais, que acabam por interferir no debate público em favor de suas pautas, como abordamos no capítulo 1 dessa pesquisa. No caso específico das manifestações ocorridas no contexto do *impeachment*, é possível observar que não houve a formação do poder comunicativo: as mobilizações contrárias a saída de Dilma do poder foram diminuídas pelo discursos dos veículos de comunicação, o que as tornou apenas mais um personagem da narrativa midiática; já os protestos favoráveis à saída da presidente funcionaram como base para os meios de comunicação reforçarem a narrativa do *impeachment*: eles não influíram no discurso mas foram cooptados por ele.

Ainda no que concerne à formação do poder comunicativo, vale ressaltar que, nesse jogo de forças, os atores sociais que conseguem formá-lo não podem exercer poder político, mas influência. Essa precisa ser mediada, pois se dá através de meios, precisa ser procedimentalizada.

(...) a influência de uma opinião pública, mais ou menos discursiva, produzida através de controvérsias públicas, constitui certamente uma grandeza empírica, capaz de mover algo. Porém, essa influência pública e política tem que passar antes pelo filtro dos processos institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima, antes que a opinião pública concretamente generalizada possa se transformar numa convicção testada sob o ponto de vista da generalização de interesses e capaz de legitimar decisões políticas. Ora, a soberania do povo, diluída comunicativamente, não pode impor-se apenas através do poder dos discursos públicos informais – mesmo que eles tenham se originado de esferas públicas autônomas. Para gerar um poder político, sua influência tem que abranger também as deliberações de instituições democráticas da



formação da opinião e da vontade, assumindo uma forma autorizada. (HABERMAS, 1997, p. 105)

O mecanismo que possibilita a influência dos atores sociais na esfera pública é a mídia. Essa pode ser uma importante aliada na disseminação e empoderamento desses movimentos, em um contexto no qual publicize suas ideias e torne compreensíveis seus desejos. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário, primeiro, que esses movimentos influenciem os próprios veículos de comunicação.

(...) a sociedade civil pode, em certas circunstâncias, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial. No entanto, a sociologia da comunicação de massas é cética quanto às possibilidades oferecidas pelas esferas públicas tradicionais das democracias ocidentais, dominadas pelo poder e pela mídia. (...) os agrupamentos da sociedade civil, são sensíveis aos problemas, porém os sinais que emitem e os impulsos que fornecem são, em geral, muito fracos para despertar a curto prazo processos de aprendizagem no sistema político ou para reorientar processos de decisão (HABERMAS, 1997, p. 106-107)

De forma geral, os estudos que lançam olhar sobre a relação entre mídia e movimentos sociais apontam para um modelo de cobertura que criminaliza as ações sociais coletivas que vão de encontro aos interesses dos poderes político e econômicos. Entretanto, é possível perceber uma postura diferente dos veículos de comunicação ao abordarem mobilizações populares cujas pautas estejam em acordo com seus interesses, sobretudo quando tais ações podem ser usadas para legitimar posicionamentos que agradem aos interesses dos donos da mídia. Essas duas posturas podem ser percebidas na cobertura midiática das manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment* de Dilma Rousseff, ocorridas em 2016, como abordaremos no tópico seguinte.

#### **4.3 Entre “coxinhas” e “PTralhas”: as manifestações sociais e a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff**

As manifestações sociais ocorridas em 2016 são um importante elemento no processo do *impeachment* de Dilma Rousseff. Sejam favoráveis ou contrários à saída da presidente do poder, os protestos tiveram um papel significativo no jogo de forças políticas e serviram de mote para a defesa de argumentos dos atores políticos envolvidos no processo.

Apesar de terem ocorrido com mais força no ano passado, tais mobilizações não são um caso instantâneo, mas fazem parte de uma conjuntura de protestos sociais que voltaram à tona na praça pública em 2013, como já citamos na introdução dessa pesquisa. Dessa maneira, não se pode analisar a cobertura midiática das manifestações relacionadas ao *impeachment* sem que façamos um resgate da narrativa midiática sobre as Jornadas de Junho.

Para alguns pesquisadores da comunicação, como Venício Lima (2013a), a cobertura dos meios de comunicação sobre as manifestações de 2013 pode ser dividida em dois momentos: o de criminalização e o de tentativa de neutralidade. A primeira reação da grande mídia foi de condenação dos protestos, caracterizando os manifestantes como vândalos, exigindo o cumprimento do que considerava a ordem e instigando duras repressões para as ações dos manifestantes. No entanto, conforme os atos passaram a tomar grandes proporções e a atrair a simpatia da sociedade, houve uma mudança de estratégia e de discurso, comprometendo a credibilidade dos veículos e “evidenciado o conservadorismo político e o interesse econômico de adular o leitor” (MARINONI, 2013).

Para Jessé de Souza, essa mudança de postura da mídia se deve a duas questões: (a) percepção, por parte dos veículos de comunicação, do potencial de crítica ao governo advindo das manifestações; e a (b) articulação entre o aparato jurídico do Estado e a imprensa no que se refere à crítica a PEC 37, que passou a ser “frequentemente referida pelo Jornal nacional como uma demanda cada vez mais importante das ‘ruas’” (SOUZA, 2016, p. 90). As manifestações, que no início da cobertura eram vistas como ações pontuais - e, por conseguinte, passageiras, em meio a Copa das Confederações que ainda figurava nos noticiários -, cuja pauta principal era a negativa ao aumento das tarifas de transporte público – uma questão de âmbito municipal -, transformaram-se em ações federalizadas, com a ajuda dos meios de comunicação (SOUZA, 2016).

Antes caracterizados como ações pontuais de “vândalos” que atacavam patrimônios públicos e privados, os protestos passaram a ser denominados pela mídia como uma explosão democrática do povo brasileiro. “Para o Jornal Nacional, as manifestações, dominadas pelo público que a imprensa chamava à rua, passam a ter a qualificação de uma verdadeira ‘festa pacífica e democrática’” (SOUZA, 2016, p. 92). Essa nova abordagem midiática conferiu aos protestos uma mudança de imagem pública: eles passaram a ser bem visto pela opinião pública, que legitimou suas ações e reivindicações. Para Luiz Fernando Horta, as manifestações de 2013 foram cooptadas pelo espectro conservador da política brasileiro e pelos próprios veículos de comunicação.

Sem lideranças reais (apenas virtuais) e sem uma pauta unificada, 2013 foi usado para significar o que locucionava a mídia. Enquanto os manifestantes eram atraídos por pautas reais (como melhoria no transporte ou na saúde), a mídia afirmava que os protestos eram “contra corrupção” e grupos virtuais como o “Anonymous” tratavam de sequestrar as demandas impondo as suas próprias agendas. Os movimentos sociais começavam a ser deturpados, capturados e usado com objetivos diversos daqueles seus (HORTA, 2016, p. 52-53).

Essa nova abordagem das manifestações foi peça fundamental para basilar o surgimento de uma classe média considerada por alguns pesquisadores como revolucionária para o contexto.

(...) essa classe ganha nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de “herói cívico”, um estímulo novo e gigantesco. A intensidade do apoio aumenta, e a mobilização desses setores chega a graus inéditos na história do país. A direita conservadora e moralista de ocasião começa a sair do armário e a se assumir. (...) O que é novo, tornando-se um dado decisivo a partir de 2013, é a verdadeira conversão midiática desse ator político conservador normalmente discreto e recluso em “classe revolucionária” com extraordinária e súbita autoconfiança, podendo exprimir-se nas ruas sem qualquer vergonha ou pejo (SOUZA, 2016, p. 96)

O surgimento dessa classe média conservadora na cena pública e a narrativa midiática que a legitima enquanto representante da vontade política do país, são, para Jessé Souza e Luiz Fernando Horta, elementos fundamentais no desenvolvimento do contexto para aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff. Souza (2016) defende que a inação do governo brasileiro no que se refere à disputa de significação em 2013, aliada a capitalização política das insatisfações das classes média e alta no país, estimularam a participação das pessoas nos protestos relacionados à saída da presidente do governo.

Diante desse contexto político/simbólico, as ruas brasileiras foram tomadas, em 2016, por manifestações que expressam essa disparidade política construída desde 2013 e que passou a figurar de forma mais clara após as eleições para presidência em 2014. Como já explicitado na introdução desse estudo, diversos foram os protestos ocorridos ao longo de 2016 cujo mote era a saída da presidente Dilma do governo – seja contra ou a favor de tal medida.

Assim como ocorreu em 2013, as manifestações relacionadas ao *impeachment* ganharam espaço na cobertura midiática: foram diversas capas de jornais e revistas, flashes ao vivo no rádio e inúmeras entradas ao vivo durante a programação televisiva, sobretudo dos protestos ocorridos nos finais de semana. Apesar da aparente imparcialidade da mídia no que

se refere ao espaço/tempo dedicado a abordar os dois tipos de protestos, diversos pesquisadores do campo da comunicação apontam para uma cobertura desequilibrada e tendenciosa, que legitimou o discurso das manifestações favoráveis ao *impeachment*, enquadrando-as como representações dos anseios da população brasileira; e descredenciou as bandeiras dos protestos contrários a saída de Dilma do poder, cujo enquadramento se deteve a ações de pequena parcela da população ligada ao PT. “As manifestações contra Dilma foram praticamente patrocinadas pelos principais veículos de comunicação, anunciados à exaustão e merecendo cobertura ao vivo. Já aquelas a favor da presidente receberam tratamento muito diferente” (MIGUEL, 2016, p. 110).

O apoio da mídia às ações pró *impeachment* esteve presentes em diversos editoriais dos jornais impressos, a exemplo do veiculado pelo jornal O Globo na edição de 16 de março de 2016, sob o título de *Um “basta” das ruas a Dilma, Lula e PT*:

Manifestações históricas forçam o andamento do calendário do *impeachment*, enquanto a economia se dissolve, sem perspectivas de mudanças. (...) os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT, e a favor de Sérgio Moro e Lava-Jato — não importa se 3,6, segundo as PMs, ou 6,9, de acordo com os organizadores — tiveram tal dimensão, maior que todos os eventos políticos de rua ocorridos até hoje no país, que forçam uma definição sobre o futuro de uma presidente acuada em Palácio (O GLOBO, 16/03/16)

Entretanto, o mesmo jornal, na edição de 19 de março, um dia após as manifestações contrárias ao *impeachment*, não abordou tais protestos em seu editorial, mas utilizou o espaço para defender o *impeachment* como uma solução para a crise política brasileira. Essa disparidade da narrativa se estende para os diversos veículos de comunicação, e pode ser percebida a partir dos títulos das matérias publicadas nos jornais de circulação nacional: o jornal O Globo, em sua edição do dia 14 de março, um dia após as primeiras grandes manifestações pró *impeachment* ocorridas em 2016, trouxe como manchete “Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro” (O GLOBO, 14/03/16, p.1); já na edição do dia 19 de março, um dia após as grandes manifestações contrárias ao *impeachment*, o jornal estampou na capa “Aliados de Lula e Dilma fazem manifestação em todos os estados” (O GLOBO, 19/03/16, p.1). A Folha de S. Paulo publicou, em 14 de março, a manchete “Ato anti-Dilma é o maior da história” (FOLHA DE S. PAULO, 14/03/16, p. A1), e na edição de 19 de março “Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha” (FOLHA DE S. PAULO, 19/03/16, p. A1). O jornal O Estado de S. Paulo, na edição de 14 de março, veiculou uma primeira capa com estética diferente do padrão utilizado pelo jornal: a manchete

resumiu-se à data “13/03/2016” ilustrada com uma imagem da Avenida Paulista tomada por manifestantes no ato do dia anterior, na qual pode-se observar uma faixa estendida pelos participantes escrito “*Impeachment* Já”. A foto ocupou toda a capa do jornal, que não dispôs de nenhuma chamada pequena para as outras matérias publicadas naquela edição. Já no dia 19 de março, o periódico optou por uma capa dentro dos padrões normalmente utilizados pelo jornal, com chamadas para as diversas matérias que compunham aquela edição, e com a manchete destacando notícia sobre cenário “STF suspende posse de Lula e mantém investigação com Moro” (O ESTADO DE S. PAULO, 19/03/16, p. 1). As manifestações contrárias ao *impeachment* ocorridas no dia anterior foram destaque com uma foto na capa, cujo título da chamada se refere a participação de Lula no protesto ocorrido em São Paulo “A volta de Lula ‘paz e amor’” (O ESTADO DE S. PAULO, 19/03/16, p.1).

Essa diferença de abordagem das manifestações pró e contra o *impeachment* também podem ser exemplificadas na cobertura televisiva e dos portais da internet. As pesquisadoras Bia Barbosa e Helena Martins, integrantes do Conselho Diretor do Coletivo Intervenções, analisaram a cobertura midiática das manifestações nos dias 13 e 18 de março nas diversas plataformas midiáticas. No que se refere à mídia televisiva, as pesquisadoras apontam que

(...) uma cobertura sem intervalos, ao longo de 12 horas, com a entrada de correspondentes em todo o país e a imagem das pessoas chegando nas manifestações de domingo foi fator decisivo para que muitas pessoas se somassem aos protestos contra Lula e Dilma. Na sexta, foi tudo diferente. (...) Durante a tarde, quando já havia atos sendo realizados, o jornalismo do Grupo Globo não deu o destaque merecido à situação. Na TV fechada, notícias sobre temas diversos – que tinham sumido do noticiário nos dias anteriores – foram exibidas. Reportagem com o resgate dos fatos da última semana – por demais conhecidos – dividiu espaço com as que versavam sobre os atos, que aconteciam naquele momento. O reconhecimento da importância e dos impactos políticos da tomada das ruas, tida como decisiva no domingo, também não veio desta vez. Foram raras as informações sobre a dimensão dos atos para além dos que ocorriam no Rio, em São Paulo e em Brasília. Mais uma vez, segundo a Globo, não era o país que estava nas ruas. A abordagem só foi alterada quando a dimensão do ato na Paulista já não podia ser negada. (...) No *Jornal Nacional*, o desequilíbrio numérico também foi gritante. Depois de um rápido flash da Avenida Paulista no início do telejornal, a matéria sobre os atos em todo o país foi ao ar somente no minuto 25 do programa. Todo o tempo anterior foi destinado a apresentar críticas e “denúncias” contra o ex-presidente Lula – como o conteúdo dos grampos, que não demonstram ilegalidades e cuja legalidade sequer foi questionada pelos jornalistas. A matéria dos atos recebeu 7 minutos do tempo do *JN*, quanto outros 17 foram destinados a acusações. (BARBOSA; MARTINS, 2016, s.p.)

Além da diferenciação de espaço/tempo destinado a abordar as manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment*, um aspecto importante da cobertura midiática diz respeito a caracterização, por parte dos veículos de comunicação, dos participantes de tais protestos. É de certo pontuar que as manifestações aqui analisadas, bem como o próprio *impeachment* de Dilma, ocorreram em um contexto imbuído de uma divisão simbólica desenvolvida a partir da eleição presidencial em 2014, e que se corporificou nas conversas entre vizinhos, na fila da padaria, no ambiente de trabalho e até mesmo no vestuário dos participantes das manifestações: as cores verde e amarelo tornaram-se símbolo dos protestos favoráveis ao *impeachment*, enquanto que a cor vermelha passou a caracterizar as manifestações contrárias a saída de Dilma do governo. As cores passaram a sinônimos de afeição a uma ideologia política resumida em favorável ou contrária ao governo, de esquerda ou de direita, PTralhas ou coxinhas, a tal ponto dos ânimos serem acirrados apenas pelo uso de determinada cor de vestuário.

A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. É uma camisa que passa a mensagem mais importante “Não somos de nenhum ‘time’, como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção, e nós torcemos pelo Brasil” (SOUZA, 2016, p. 100-101).

Edson Teles completa

(...) arrisca-se ao conflito gratuito quem sai às ruas de vermelho, cujo simbolismo negativo ativa o controle repressivo exercido pelo vizinho, porteiro, colega de trabalho ou, o que ainda mais problemático, por nós mesmos diante das ameaças e do medo. Torna-se um “crime” o nordestino, o operário, a mulher, a guerrilheira estarem em destaque na cena política (TELES, 2016, p. 24)

Essa diferenciação corporificou-se também no discurso midiático sobre as manifestações, no qual os participantes dos protestos favoráveis ao *impeachment* eram caracterizados como o povo brasileiro que foi às ruas para protestar, ao passo que os manifestantes contrários à saída de Dilma eram qualificados como apoiadores ou militantes ligados ao PT. Essa distinção foi, inclusive, verbalizada pela jornalista Eliane Cantanhêde, no programa GloboNews em Pauta, ao comentar os protestos do dia 18 de março

A manifestação de hoje mostra que quem está indo pra rua é a militância. (...) Só 10% defendem o governo, mas são esses que têm experiência de fazer manifestação. Hoje foi uma convocação de militância – são movimentos muito organizados, com muita experiência. No domingo foram

cidadãos (...) Domingo não foi o PSDB ou DEM que convocaram as pessoas para as ruas. Foi um movimento espontâneo. Verde e amarelo não é cor de partido (...) Quem foi pra rua no domingo foi gente bem informada, que acompanhou tudo o que aconteceu com a Petrobras, que apoia o que vem sendo feito pelo Sergio Moro, que apoia este momento, em que se se constrói uma nova vida para o Brasil e uma nova cidadania. Isso é muito diferente do que aconteceu hoje<sup>54</sup>.

Sobre essa diferenciação, Bia Barbosa e Helena Martins pontuam

(..) no domingo 13, a imprensa não se deteve apenas ao papel de fazer a cobertura jornalística dos atos – algo mais do que justificável, pois eram acontecimentos expressivos que merecem divulgação –, mas atuou como um dos agentes do processo, ao convocar a ida de cidadãos às ruas. Assumindo para si o discurso simbolizado nas roupas verde-amarelas, a narrativa predominante na grande mídia foi a de que o País estava unido com a justa bandeira do fim da corrupção. Por outro lado, o que se viu sobre os atos de sexta-feira 18 foi o silenciamento sobre as diversas pautas que levaram as pessoas às ruas e o reforço de uma associação de manifestantes a partidos políticos – estigmatizando todos que exercem o direito constitucional de se organizar desta forma –, para a defesa de um governo envolvido em casos de corrupção (BARBOSA; MARTINS, 2016, s.p.).

Essa perspectiva é compartilhada pelo cientista político Antonio Carlos Mazzeo, que, em entrevista para a revista Caros Amigos, afirmou que a mídia apoiou o *impeachment* de Dilma, elaborando uma narrativa antigovernamental, baseada, sobretudo, na cobertura das manifestações de rua por todo o Brasil:

Quando eras protestos contra o governo Dilma, o tratamento era respeitoso, se referindo a famílias, com suas crianças, de verde e amarelo, defendendo a pátria amada, mãe gentil, em plenos dias de domingo. E quando eram manifestações pró-Dilma, a TV Globo e a GloboNews mencionavam apenas a ação de militares do Partido dos Trabalhadores (PT), o que não era verdade, lembra (MAZZEO in AGUIAR, 2016, p. 18).

Outro ponto importante na narrativa midiática acerca das manifestações aqui estudadas se refere às constantes matérias que têm como pauta a repercussão dos protestos favoráveis ao *impeachment* na mídia internacional. Inúmeras são as publicações, sobretudo nos sites de notícias, que abordam essa temática, tais como: “Manifestações pelo Brasil são destaque na

<sup>54</sup> Fala de Eliane Catanhêde transcrita por Bia Barbosa e Helena Martins, em seu artigo *Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia* publicado no site da Carta Capital em 21 mar 2016. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia> > Acesso em 12 mar 2017.

imprensa internacional” (FOLHA, 13/03/2016); “Imprensa internacional repercute protestos contra o governo no Brasil” (G1, 13/03/2016); “Imprensa internacional repercute domingo de manifestações no Brasil” (VEJA, 13/03/16); “Mídia internacional vê protesto ‘mais velho, mais branco e mais rico’ do que os de 2013” (UOL, 16/03/16), entre outros. Essas matérias acabam por contribuir para a narrativa engendrada pela mídia brasileira acerca da legitimidade das manifestações, que lhes confere tamanha importância no contexto político brasileiro a ponto de serem noticiadas pelos meios de comunicação internacionais<sup>55</sup>.

Ressaltamos que as matérias exemplificadas tanto no parágrafo acima como ao longo desse tópico tem como pauta as duas maiores manifestações – uma favorável e a outra contrária ao *impeachment* – ocorridas no mês de março. Entretanto, como nos mostram os pesquisadores aqui citados, o comportamento parcial dos veículos de comunicação se estendeu ao longo da cobertura de todos os protestos relacionados à saída de Dilma da presidência, cujo último expoente se deu na primeira semana do mês de setembro, como resposta à aprovação do *impeachment* no Senado.

A narrativa midiática sobre as manifestações relacionadas ao *impeachment*, baseou-se, de forma geral, na legitimação dos protestos favoráveis ao *impeachment* de Dilma, a partir do discurso do combate à corrupção e do apoio a prisão dos envolvidos em ações que, de alguma forma, tenham causado prejuízos ao país. Tais atores foram personificados na figura de Lula e Dilma e, consequentemente no PT. Sendo assim, a narrativa dos veículos de comunicação acerca do contexto político em geral e das manifestações populares em particular se deu de forma parcial, evidenciando aspectos que corroboram com o discurso elaborado por esses e silenciando questionamentos e contradições.

O que se esperava da cobertura jornalística séria, desde os movimentos nas ruas pró e anti-governo, até a votação na Câmara e no Senado, era algo plural, versões e contradições, diversidade. No entanto, o que se viu nas telas globais foi a partidarização do noticiário: de um lado, os cidadãos vestidos de verde e amarelo; e, de outro, os vermelhos, apresentados como puros militantes do partido da presidente. Algo que, para Maria Helena, traduz apenas uma parte da história e a defesa de uma causa – o *impeachment*, a arma que restava -, e uma série de truques “legais” para atropelar a democracia (AGUIAR, 2016, p. 17).

---

<sup>55</sup> É preciso observar que esse destaque dado pela mídia brasileira a cobertura internacional acerca das manifestações está inserido em um contexto de veiculação de informações condizentes com os interesses dos meios de comunicação do Brasil. Assim a cobertura dos jornais, sites e televisões de outros países foram pautas para a imprensa brasileira até o momento em que suas informações se alinharam com a linha editorial da nossa mídia. Isso fica evidente a partir do momento em que os veículos de comunicação internacionais mudaram sua cobertura acerca do *impeachment* de Dilma, questionando e apresentando pontos divergentes, postura essa não assumida pela mídia brasileira. Nesse momento, os veículos de comunicação do país não mais se referiram à cobertura internacional, a fim de evitar confrontos de interesses.



Diante da constatação de uma cobertura partidária desenvolvida pelos veículos de comunicação nacionais, faz-se necessário estudar de que maneira a mídia local desenvolveu sua narrativa acerca das manifestações pró e contra o *impeachment*. Com esse objetivo, estudamos a cobertura do Jornal do Commercio, o maior periódico em vendagem de Pernambuco, cujas análises serão apresentadas no capítulo a seguir.

## 5 UM OLHAR SOBRE A COBERTURA DO JORNAL DO COMMERCIO

Nos capítulos anteriores, desenvolvemos o alicerce teórico que norteia essa pesquisa. Neste último capítulo, procuramos desenvolver a aplicação das teorias levantadas no estado da arte na área, sobretudo no que se refere às práticas jornalísticas e cobertura de ações sociais coletivas. Para tal, temos como objeto de estudo a cobertura jornalística do Jornal do Commercio (JC) sobre as manifestações populares, ocorridas em 2016, a favor e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff.

O JC é o jornal de maior circulação no Estado e ocupa a 25ª posição na lista<sup>56</sup> dos 50 maiores jornais do Brasil em circulação paga, segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ). Seu público é composto por 357 mil leitores das classes A, B e C<sup>57</sup>, e possui uma tiragem média de 36.896 exemplares na circulação paga diária de segunda a sexta-feira, e média de 47.650 exemplares na circulação paga no sábado e domingo<sup>58</sup>. O JC faz parte do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do qual também estão inseridos a TV Jornal – afiliado ao SBT –, a Rádio Jornal – transmitida em AM e FM –, e o portal NE10, maior portal de notícias do Norte e Nordeste. Os vários produtos jornalísticos elaborados pelo grupo conquistaram diversos prêmios locais e nacionais destinados a área de comunicação. O Jornal do Commercio conquistou prêmios como o Cristina Tavares, Prêmio Esso e Prêmio Tim Lopes de investigação jornalística, entre outros.

A escolha do jornal impresso como suporte para essa pesquisa ancora-se na possibilidade de trabalhar com a materialidade discursiva nas páginas do jornal, o que facilita a análise de conteúdo das matérias, um dos aportes metodológicos dessa pesquisa, como explicitado no tópico que segue.

### 5.1 Metodologia

No que concerne à metodologia, o presente estudo possui uma perspectiva quali-quantitativa que foi elaborada a partir de uma combinação de métodos a fim de melhor analisar a cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações de rua ocorridas em

<sup>56</sup> Última lista divulgada no site da ANJ refere-se ao ano de 2015. Disponível em <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>> Acesso em 08 fev 2017.

<sup>57</sup> Conforme dados publicados na página do setor comercial do jornal, na sessão Dados Técnicos. Disponível em <<http://comercialjc.jconline.ne10.uol.com.br/>> Acesso em 06 mai 2017.

<sup>58</sup> Cálculo da média de exemplares feito pela autora dessa pesquisa a partir dos dados referentes ao mês de fevereiro de 2017 disponibilizados na página do setor comercial do jornal, na sessão Circulação. Disponível em <<http://comercialjc.jconline.ne10.uol.com.br/>> Acesso em 06 mai 2017.

2016 relacionadas ao impeachment de Dilma Rousseff. A principal metodologia dessa pesquisa é a Análise de Conteúdo (AC) que, segundo Laurence Bardin, é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; (...) marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2002, p. 31).

Como afirma Antonio Chizzotti, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98). De maneira descritiva, Heloiza Golbspan Herscovitz define a análise de conteúdo jornalística como

(...) método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2010, 126-127).

A AC tem sua origem no fim do século XIX, entretanto suas diferentes abordagens foram desenvolvidas, especialmente, ao longo da segunda metade do século XX. A análise de conteúdo da mídia, especificamente, surgiu em meados de 1927, com Harold Lasswell, ao propor um modelo de análise no qual distingue que toda mensagem produz em cada indivíduo sensações diferentes, em contraposição à concepção da teoria hipodérmica. Junto com Paul Lazarsfeld, Lasswell estabeleceu as bases teóricas da AC da comunicação, cujas primeiras definições enfatizavam uma dimensão quantitativa, herdada do positivismo (HERSCOVITZ, 2010). Com o avanço e a diversificação das pesquisas científicas, a AC atingiu novas possibilidades com a incorporação de uma exploração qualitativa de mensagens e informações. A integração de um viés qualitativo vai de encontro à ideia de que a AC é uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e apenas quantitativa do material analisado. Para pesquisadores importantes da AC, como Todd Gitlin, Pamela Shoemaker e Stephen Reese, citados por Heloiza Herscovitz, a “redução de uma grande quantidade de textos a uma mera base de dados não proporciona um quadro completo dos significados e dos códigos contextuais, porque os textos podem enfatizar outros aspectos do que aqueles meramente repetidos” (HERSCOVITZ, 2010, p. 125).

Nessa perspectiva, Martin Bauer e George Gaskell (2002), em seu livro *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*, publicado no livro *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, destacam que a análise de texto “faz uma ponte entre um

formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2003, p. 190). Herscovitz aponta que a tendência atual da análise de conteúdo não é de separação entre a perspectiva quantitativa e a qualitativa, mas promove uma

integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos (visível) e latentes (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido (HERSCOVITZ, 2010, p. 125).

Dessa maneira, a presente pesquisa possui uma perspectiva qualiquantitativa, tendo em vista que se debruça sobre o formato e a frequência das informações bem como o sentido por elas abarcado, levando em consideração que os textos são polissêmicos e não podem ser compreendidos fora de seus contextos. Os resultados das análises aqui empreendidas serão apresentados em tabelas e gráficos e em textos descritivos sobre as observações advindas do material.

A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa - contagem de frequências do conteúdo manifesto - e a análise qualitativa - avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina. (HERSCOVITZ, 2010, p. 127).

Para analisar o material desse estudo - que suscita diversos elementos a serem observados, nos possibilitando, assim, uma análise mais complexa -, lançaremos mão de aspectos da análise temática e da análise léxica e sintática do texto, ambas componentes da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. A primeira refere-se aos temas e itens de significação; já a segunda, às unidades de vocabulário, e será utilizada especificamente na análise referente à classificação dos personagens nos textos trabalhados e a caracterização das manifestações aqui estudadas – dois dos critérios das categorias de análise que serão mencionados a seguir - tendo em vista que, segundo Bardin, as palavras, por si só, podem ser portadoras de sentido (BARDIN, 2002). Tais análises justificam-se tendo em vista que a investigação qualitativa do vocabulário pode fornecer informações, além de que “certos aspectos sintáticos, organização da frase, por exemplo, são susceptíveis de ser reveladores das

características de um discurso, ou podem fornecer a confirmação de certas hipóteses formuladas” (BARDIN, 2002, p. 82).

Além da análise de conteúdo, esse trabalho também fará uso da Análise de Discurso (AD), tendo em vista que objetiva identificar os efeitos de sentido dados às manifestações por meio do discurso jornalístico. Isso se dará, sobretudo, no critério de análise dos enquadramentos conferidos às manifestações e na evidência dos enunciados para caracterização dos protestos e seus participantes, referentes à categoria que visa identificar as estratégias enunciativas ligadas à cobertura dos veículos estudados, conforme será apresentado no tópico sobre os procedimentos metodológicos.

A Análise de Discurso é um campo de pesquisa cujo objetivo é compreender a produção social de sentido (GREGOLIN, 2007). Sua aplicação no campo das comunicações torna-se pertinente devido ao fato dela possibilitar a análise dos acontecimentos discursivos sob a ótica do entendimento do papel do discurso na produção das identidades sociais.

A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise desses acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história (GREGOLIM, 2007, p. 13).

Tomando como ponto central as ideias de Michel Foucault, o discurso é entendido como prática social, determinada historicamente, e que constitui objetos e sujeitos a partir de suas identidades. A partir da ideia da mídia como prática discursiva, produto da linguagem e processo histórico (GREGOLIM, 2007), para entender seu funcionamento e, consequentemente os efeitos de sentido provocados por seus discursos - um dos critérios de análise desse estudo -, faz-se necessário analisar a escolha e circulação dos enunciados na narrativa construída pela mídia, “as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória” (GREGOLIM, 2007, p. 13). Sendo assim, os enunciados utilizados para referenciar as manifestações e os sujeitos participantes dos protestos figuram como uma importante questão para esse estudo, tendo em vista a possibilidade de gerar efeitos de sentido no leitor das matérias.

A utilização da AD na presente pesquisa se justifica também tendo em vista que tal estudo leva em consideração que a narrativa jornalística sobre as manifestações está inserida em um contexto da cobertura do veículo aqui analisado sobre o processo do impeachment como um todo, fato que a coloca suscetível a influências da maneira como o jornal elaborou a

cobertura sobre o impeachment em geral. Isso se deve ao fato do discurso jornalístico ser elaborado de forma intersubjetiva e, portanto, está subordinado “aos enquadramentos sociais e culturais” (BENETTI, 2010, p. 108).

A combinação de metodologias se apresenta como pertinente nos estudos de comunicação. Para Teresa Duarte, a “obtenção de dados de diferentes fontes e a sua análise, recorrendo a estratégias distintas, melhoraria a validade dos resultados” (DUARTE, 2009, p. 11). Nessa perspectiva, Hartmut Günther aponta que a combinação de vários métodos, também chamada de triangulação, implica na utilização de abordagens múltiplas para evitar possíveis distorções em função da aplicação de um só método, uma teoria ou um pesquisador (GÜNTHER, 2006). Esse mesmo entendimento é defendido por Norman Denzin e Yvonna Lincoln: “uso de múltiplos métodos, ou da triangulação, reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 19). Para eles, a triangulação é um caminho seguro para a validação da pesquisa.

#### 5.1.1 *Procedimentos da pesquisa*

Após a definição do objeto de estudo e a escolha do jornal a ser analisado, realizamos levantamento de todas as manifestações de rua favoráveis e contrárias ao *impeachment* de Dilma Rousseff ocorridas em 2016. Após a listagem dos protestos, a execução da análise empreendida nessa pesquisa pode ser descrita em quatro etapas, elencadas a seguir.

a) **Primeira etapa:** estabelecimento do corpus da pesquisa. O material base para o desenvolvimento desse estudo são as matérias veiculadas pelo Jornal do Commercio sobre as manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Diante da pluralidade das manifestações, em especial no que se refere ao número de protestos ocorridos em vários dias e cidades diferentes, estabelecemos um recorte temporal e geográfico: levamos em consideração as datas em que ocorreram protestos no Recife e em várias cidades<sup>59</sup> diferentes, o que nos possibilitou analisar a cobertura do JC relacionada às manifestações sem ser um recorte exclusivamente regional. Além disso, tomamos como ponto inicial de análise a primeira manifestação de grande alcance ocorrida no referido ano, realizada no dia 13 de março, e como ponto final as manifestações populares ocorridas até a votação do *impeachment* no Senado, realizada no dia 31 de agosto. Ressaltamos que após essa data foram realizadas outras manifestações populares relacionadas ao contexto político. Entretanto, como

---

<sup>59</sup> As datas em que ocorreram manifestações apenas no Recife não foram consideradas no corpus dessa pesquisa.

o mote era o Fora Temer, optamos por não incluí-las na análise dessa pesquisa, tendo em vista que extrapolaram o objeto desta dissertação que se dedicou a analisar as manifestações favoráveis ou contrárias a saída de Dilma Rousseff<sup>60</sup>.

Em concomitância com as características do jornal impresso, que veiculam matérias relacionadas a um acontecimento após sua realização, e diante da multiplicidade de edições existentes nos quase sete meses entre a primeira manifestação de 2016 e o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, delimitamos nossa análise às matérias publicadas nas edições veiculadas um dia antes da manifestação, no dia do protesto e no dia posterior as mobilizações. Tal estratégia se fundamenta na tentativa de assegurar que todas as matérias sobre os protestos compoñham o corpus dessa pesquisa, tendo em vista que a análise preliminar do material evidenciou a publicação de textos sobre as manifestações um dia antes de sua realização. As datas das manifestações, bem como as edições que compõem esse corpus estão relacionadas na tabela a seguir.

**Tabela 5 – Datas das manifestações e das edições do JC que compõem o corpus da pesquisa**

DATA	LOCAL	SITUAÇÃO	EDIÇÕES ANALISADAS
13 de março	Brasil	Favor do <i>Impeachment</i>	12, 13 e 14/03
18 de março*	Brasil	Contra o <i>Impeachment</i>	17, 18 e 19/03
31 de março	Brasil	Contra o <i>Impeachment</i> (Aniversário do Golpe civil-militar)	30 e 31/03 e 01/04
17 de abril	Brasil	Contra e a Favor (Votação na Câmara)	16, 17 e 18/04
10 de maio	Brasil	Contra o <i>Impeachment</i> (Dia Nacional de Luta em defesa da democracia)	09, 10 e 11/05
11 de maio	Brasil	Contra e a Favor ao <i>impeachment</i> (Votação no Senado)	10, 11 e 12/05
10 de junho	Brasil	Contra Temer (Ato nacional)	09, 10 e 11/06
17 de junho		Contra o <i>Impeachment</i> (Dilma no Recife)	16, 17 e 18/06
31 de agosto	Brasil	Contra e a favor (votação definitiva no Senado)	30, 31/08 e 01/09
02 de setembro	Brasil	Contra o <i>impeachment</i>	01, 02 e 03/09

\*Nos dias 16 e 17 de março foram realizadas, em algumas cidades, manifestações espontâneas em reação à nomeação de Lula para a Casa Civil e a publicação dos áudios grampeados entre ele, Dilma e membros do governo. Tais protestos também tiveram como pauta o apoio ao *impeachment* da presidente. As matérias sobre os mesmos foram publicadas nas edições dos dias 17 e 18 de março e, portanto, analisadas nesse estudo.

O corpus desse estudo é composto por 36 matérias e dez capas, sendo 12 textos e quatro capas que versam sobre as manifestações favoráveis ao *impeachment*, 20 matérias e três capas relacionadas as manifestações contrárias a saída de Dilma e quatro textos e três

<sup>60</sup> Os participantes que pediam o Fora Temer não eram, necessariamente, contrários ao *impeachment* de Dilma. Há manifestantes favoráveis a saída da petista do poder e que solicitavam eleições diretas, não concordando, assim, com o peemedebista no mais alto cargo do Executivo brasileiro.

capas que abordam os dois tipos de protesto. São investigadas as matérias veiculadas nos espaços destinados às notícias, sendo excluídos os textos publicados nas colunas de opinião e no espaço destinado às cartas, por entendermos que os textos ali veiculados expressam a opinião do autor dos mesmos. Entretanto, como a presente pesquisa objetiva verificar se houve criminalização dos protesto e juízo de valor sobre os mesmos por parte dos jornais, também compõem o corpus dessas pesquisa sete editoriais, versam sobre as manifestações ou questões relacionadas ao contexto onde essas estão inseridas. A análise dos editoriais se faz importante tendo em vista que ele expressa a opinião do jornal. Diante da importância de tal espaço para a pesquisa aqui empreendida, e levando em consideração as características de produção do texto do editorial, que pode versar sobre assuntos da ordem do dia ou temas considerados atemporais, estabelecemos outro marco temporal para a coleta de tais textos: foram analisadas as edições antes do dia do protesto, na data de realização dos mesmos e dois dias depois, o que nos possibilitou reunir dez editoriais no *corpus* desta pesquisa.

O material analisado foi colhido a partir de acervo digital disponibilizado no site do Jornal do Commercio, com acesso mediante assinatura.

b) **Segunda etapa:** observação flutuante das matérias. Essa exploração inicial do corpus possibilitou um conhecimento prévio acerca das matérias que serão analisadas, o que auxiliou na elaboração das primeiras impressões acerca do *corpus* e de orientações acerca da elaboração das estratégias para análise do material. Em concomitância com os objetivos específicos dessa pesquisa e das primeiras impressões sobre as matérias a partir dessa observação flutuante, foram estabelecidas duas perspectivas de análise do *corpus* com seus respectivos critérios, conforme disposto na tabela abaixo:

**Tabela 6 – Perspectivas para análise do *corpus* desse estudo**

PERSPECTIVAS	CRITÉRIOS DE ANÁLISE
<b>1 Identificação das estratégias enunciativas utilizadas na cobertura</b>	1.1 Enquadramentos dado às manifestações; 1.2 Identificar se houve juízo de valor aparente tanto no que se refere às manifestações como aos manifestantes; 1.3 Causas das manifestações apresentadas no texto; 1.4 Personagens e fontes.
<b>2 Identificação das estratégias não textuais utilizadas na cobertura</b>	- Análise do espaço dado às manifestações favoráveis e as manifestações contrárias ao impeachment; 2.2 Posicionamento/posição/localização do tema na edição do jornal; 2.3. Recursos gráficos utilizados; 2.4 Fotografia e cor da página.



A perspectiva relacionada às estratégias enunciativas diz respeito ao discurso proferido pelo jornal sobre as manifestações e aspectos relacionados às mesmas. Tais estratégias ancoram-se tanto na parte textual, isto é, no que está posto nas matérias, como na possibilidade das ideias subentendidas no texto. Também são abarcados os silenciamentos, ou seja, o não dito, as questões relacionadas às manifestações que não foram contempladas nas matérias. Os silenciamentos fazem parte das estratégias de cobertura dos veículos e, assim como os enquadramentos e os juízos de valor, orientam a identidade e a percepção do leitor sobre o fato enunciado.

A perspectiva relacionada à identificação das estratégias não textuais, como o próprio nome já diz, refere-se às questões não relacionadas ao texto e que ajudam na composição da narrativa jornalística acerca do fato noticiado. Fazem parte dessa perspectiva os elementos visuais utilizados em conjunto com o texto – imagens, ilustrações e cores - que agregam sentido e auxiliam na interpretação e na construção de identidade do acontecimento noticiado, bem como o espaço dado às manifestações na edição – quanto maior o espaço, maior o destaque do fato - e o posicionamento das matérias ao longo da edição. Esse último critério possui importância em nossa análise tendo em vista que a narrativa jornalística é construída a partir da ordem dos fatos exposto. Dessa maneira, a interpretação do leitor acerca das manifestações aqui analisadas pode sofrer influência das matérias publicadas antes e depois do texto que versa sobre os protestos. Isso acontece porque a interpretação é formada a partir de uma cadeia de interpretações anteriores e enquadramentos primários acerca do contexto onde o fato noticiado está inserido.

c) **Terceira etapa:** pré-análise e desenvolvimento de categorias. Ao abordar a análise de conteúdo, Laurence Bardin propõe a categorização, que possibilita e facilita as interpretações e as inferências acerca dos textos trabalhados. Ela refere-se à elaboração de dimensões de análise, entendidas como “categorias, (...) rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (...) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado (*sic*) em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 2002, p. 117).

Segundo Fonseca Júnior, a categorização “(...) consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (FONSECA JÚNIOR, 2010, p. 298). A partir da pré-análise do *corpus* dessa pesquisa, e levando em consideração as perspectivas de

análise já elencadas e os objetivos específicos desse estudo, estabelecemos cinco categorias a fim de nortear as interpretações acerca do corpus dessa pesquisa.

- *Caracterização das manifestações*: refere-se a maneira como os protestos são descritos e qualificados na cobertura do Jornal do Commercio. Essa categoria está de acordo com o critério de análise que versa acerca do enquadramento das manifestações e pode evidenciar possíveis juízos de valor por parte do jornalista ou do veículo acerca dos protestos.

- *Manifestantes*: refere-se à maneira como foram retratadas as pessoas que participaram das manifestações. Especificamente, refere-se aos enunciados utilizados, que podem conferir um sentido positivo, negativo ou neutro dentro da narrativa. Essa categoria também alinha-se com o critério de análise do enquadramento dado aos protestos pelo jornal.

- *Personagens*: está relacionado aos personagens que aparecem nas matérias relacionadas aos protestos. A presença deles marca suas posições no discurso e essas podem contribuir para a criação da noção pública de identidade sobre tais personagens. Vale ressaltar que ter um lugar na narrativa jornalística implica em também ser personagem na discussão pública acerca do fato noticiado.

- *Fontes de informação*: refere-se às fontes de informação citadas nas matérias, sejam elas indiretas ou com falas aspeadas. No primeiro caso, podem ser vistas a partir da ótica de fontes oficiais ou não oficiais, o que lhes confere mais ou menos credibilidade; no segundo caso, relaciona-se ao espaço dado para a voz da fonte, isto é, ao abordá-la na matéria o veículo acaba por, literalmente, dar voz a mesma, que pode ser entendido como espaço para sua opinião. A utilização de falas das fontes pode ser analisada, também, sob a ótica da objetividade e imparcialidade jornalística, bem como sob o viés do enquadramento – quando a escolha da fonte se dá para legitimar determinada noção ou interpretação do fato noticiado.

É importante destacar aqui que as escolhas das fontes das matérias também sofrem interferência da política editorial do veículo. Dessa forma, a presença de fontes nos textos não significa, necessariamente, a presença da objetividade, a pluralidade de vozes e a multiplicidade de aspectos sobre o fato noticiado. Sobre esses dois últimos pontos, as matérias podem ter várias fontes e essas apresentarem a mesma versão do fato ou opiniões contraditórias sobre o mesmo. Essas possibilidades recaem no que Edward Herman (1999), em seu texto *A diversidade de notícias*, define como *diversidade significativa* – quando a matéria apresenta uma variedade significativa de versões e pontos de vista sobre o fato, utilizando fontes diferentes; ou *diversidade sem sentido ou marginalizada* – quando a cobertura se dá em versão única, com a presença de apenas uma fonte e uma única versão, ou

mesmo quando há a presença de várias fontes e versões, mas com a distinção de uma versão hegemônica, enquanto outras versões importantes são apresentadas de forma desvalorizada e até execradas.

- *Mobilidade e segurança*: as coberturas jornalísticas tendem a abordar as ações sociais coletivas, sobretudo manifestações e protestos, sob a ótica da mobilidade, no que se refere à interrupção do trânsito ou bloqueio de vias, e sob perspectiva da segurança, a partir da ocorrência ou não de atos de violência nos protestos. Essa categoria abarca os trechos das matérias que apontam essa relação.

d) **Quarta etapa**: análise dos dados, tabulação e inferência dos mesmos e resultado das análises. Nessa etapa foi realizada a análise propriamente dita do *corpus* da pesquisa, a partir das perspectivas metodológicas e seus respectivos critérios já elencados nesse capítulo. Os resultados estão apresentados em formato de gráficos e tabelas e de textos que abordam as inferências feitas a partir do *corpus*. Essas últimas são importantes elementos da análise de conteúdo, pois o interesse da AC “(...) não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’” (BARDIN, 1979, p. 38). Nesse sentido, a inferência consiste em uma dedução lógica sobre aspectos do conteúdo analisado. Elas serão apresentadas nessa perspectiva a partir de textos descritivos juntamente com gráficos e tabelas.

Após as inferências, passamos às interpretações dos resultados obtidos, que, segundo Gomes, são elaboradas “(...) quando conseguimos realizar uma síntese entre: as questões da pesquisa; os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada” (GOMES, 2009, p. 91). Essas interpretações estão explicitadas na parte final das análises e elencadas sinteticamente nas considerações finais dessa pesquisa.

## 5.2 As manifestações nas páginas do Jornal do Commercio

Diante da extensão do *corpus* dessa pesquisa e a fim de facilitar o entendimento dos dados aqui exposto, foi feito um resumo inicial acerca da disposição das matérias que versam sobre as manifestações pró e contra o impeachment de Dilma ao longo do período analisado. Em seguida, os dados aqui analisados estão expostos a partir das estratégias e critérios de análises bem como as categorias definidas e expostas no tópico 5.1.1 que versa sobre os procedimentos metodológicos desse estudo.

Entretanto, antes de efetivamente iniciar a aplicação de tais categorias, faz-se necessário destacar que as manifestações sociais aqui analisadas possuem duas características diferentes quanto à sua organização: alguns atos foram agendados previamente, como as ações realizadas no dia 13 de março – favorável ao impeachment – e os atos realizados nos dias 18 e 31 de março e 17 de junho – contrários a saída de Dilma da presidência. As outras manifestações aqui analisadas ocorreram de forma espontânea em reação a ações políticas relacionadas ao contexto no qual está inserido o processo de impeachment.

A primeira menção nas páginas do Jornal do Commercio aos protestos favoráveis ao impeachment realizados em 2016 aparece na edição do dia 11 de março; entretanto não tem as mobilizações populares como foco principal: a matéria aborda declaração do juiz Sérgio Moro com pedido de calma nas manifestações marcadas para o dia 13. Na edição do dia 12, os protestos voltam a ser citados no jornal em matéria sobre a convenção nacional do PMDB: texto relata que o partido fez um vídeo utilizando a estética dos protestos pró impeachment para convocar seus filiados para a convenção. Entretanto, na chamada de capa, o jornal afirma que o partido convoca para as manifestações que irão ocorrer no dia seguinte. Esse destaque da capa não apresenta o real conteúdo da matéria publicada e pode confundir o leitor menos atento, funcionando, inclusive, como uma convocação às manifestações.

Os protestos do dia 13 passam a ser o foco principal da matéria nas edições dos dias 13 e 14: a primeira veicula matéria em que afirma que as manifestações serão “mais um termômetro para as ruas” (VERAS, Política, 13/03/16, p. 3), e a segunda publica texto em que afirma a força das manifestações, ao salientar que “Protesto põe mais pressão sobre Dilma” (JORNAL DO COMMERCIO, Capa dois, 14/03/16, p. 2).

A edição do dia 14 de março publica matérias relacionadas às manifestações em sua Capa dois e nas duas primeiras páginas do caderno de Política. Os textos reforçam a grandeza dos protestos, citando que as mobilizações superaram em público as Diretas Já!, e abordam as manifestações ocorridas em São Paulo e no exterior, na primeira página, e no Recife e Rio de Janeiro, na segunda página. Há destaque para posicionamento do juiz Sérgio Moro por meio de comunicado. A edição dessa data afirma que as manifestações contra o governo são mais um elemento na crise política e que o futuro do país é incerto.

Os protestos retornam à pauta do JC nos dias 17 e 18 de março, com matérias que versam sobre as mobilizações populares realizadas em reação à nomeação de Lula para a Casa Civil e a publicação dos áudios grampeados entre ele, Dilma e membros do governo. No dia 17, o texto é publicado na página Capa dois, e afirma que os ânimos ficaram acirrados entre os manifestantes contrários e a favor do governo, fato esse caracterizado pelo texto como

“reflexo de um país em choque” (JORNAL DO COMMERCIO, Capa dois, 17/03/16, p. 2). Tal afirmação não está atribuída a nenhuma fonte, podendo ser caracterizada como uma inferência por parte do autor do texto. A edição do dia 18 aborda as manifestações também na Capa dois, entretanto como um intertítulo em matéria sobre a decisão do ministro Gilmar Mendes sobre ações apresentadas à corte questionando posse de Lula como ministro.

Os atos pró impeachment voltaram a ser citados no jornal juntamente aos atos contrários a saída de Dilma do poder em edições publicadas próximas às votações do processo na Câmara dos Deputados e no Senado e quando da realização de atos em reação à decisão do deputado Waldir Maranhão (PP-MA), anunciada no dia 09 de maio, de anular a votação na Câmara que admitiu a tramitação do processo de impeachment no Senado. As edições dos dias 16 e 17 de abril publicaram textos acerca da organização dos manifestantes para os atos a favor e contra a saída de Dilma que iriam ocorrer em Brasília nos dois dias. A edição do dia 18 de abril abordou os dois tipos de protesto em separado. O texto relacionado ao protesto favorável ao impeachment abordou o clima festivo dos manifestantes ao acompanhar a votação na Câmara.

Na edição de 10 de maio, o JC publicou matéria intitulada “Manifestantes voltam às ruas” (JORNAL DO COMMERCIO, Política, 10/05/2016, p. 3), na qual cita as manifestações populares contrárias e favoráveis ao impeachment provocadas pela decisão de Waldir Maranhão. Em 12 de maio, um dia após a votação da admissibilidade do processo no Senado, matéria relatou a ocorrência de confronto entre manifestantes contrários e favoráveis à saída de Dilma durante protestos.

As manifestações contrárias ao impeachment de Dilma Rousseff foram citadas na edição do dia 14 de março, que se referiu a manifestações realizadas em cinco capitais e organizadas por simpatizantes. Os protestos foram retratados como atos tímidos em resposta às manifestações favoráveis à saída de Dilma realizadas no mesmo dia. As manifestações contrárias à saída de Dilma organizadas pela Frente Brasil Popular foram pauta no JC nas edições dos dias 18, 19 e 31 de março e 1º de abril. No dia da realização das manifestações, 18 de março, o periódico publicou matéria informativa que haveria manifestações contra o impeachment e em apoio à presidente Dilma em todo o país. A informação também foi citada em texto de chamada de capa da edição. O texto, veiculado na última página da editoria de Política, caracteriza as manifestações como uma reação do governo e uma oportunidade para amenizar a tensão do contexto político.

Na edição do dia 19 de março, o periódico aborda a realização dos protestos no Recife e em São Paulo, destacando a presença de Lula nesse último. Matéria principal destaca a

participação de um grande número de pessoas, chamadas pelo jornal de “Multidão vermelha” (VERAS, Política, 19/03/16, p.4). Na mesma matéria, a reportagem do JC afirma ter visto ao menos dez ônibus estacionados próximos ao centro do Recife, que seriam responsáveis pelo transporte dos manifestantes<sup>61</sup>. A reportagem afirmou que os organizadores não souberam precisar a quantidade exata de veículos e nem se foi gasto dinheiro para o aluguel dos mesmos. O contraponto da página é apresentado na matéria vinculada cujo título é *Atos menores que os de domingo*, que afirma que “a mobilização antigovernista foi pouco mais de 13 vezes maior, levando 3,6 milhões de pessoas às ruas em todo o País, enquanto governistas levaram em torno de 275 mil” (JORNAL DO COMMERCIO, Política, 19/03/16, p.4). Tal comparação, própria do jornalismo, acaba por enfraquecer os atos em favor do governo.

No dia 31 de março, foram realizadas novas manifestações contra o impeachment da presidente em todo o país. O JC publicou matéria pequena citando a realização dos protestos e o motivo da escolha da data: aniversário de 52 anos do golpe civil-militar de 1964. Foram citadas pela primeira vez a crítica ao ajuste fiscal do governo e ao projeto de reforma da Previdência como bandeiras das manifestações. Na edição de 1º de abril, os protestos continuam na pauta no jornal: além de relatar a realização dos protestos, a matéria volta a abordar a questão do aluguel de ônibus para levar os manifestantes para o ato, citando que “A CUT-PE informou que, desta vez, não houve mobilização de ônibus com militantes” (JORNAL DO COMMERCIO, Política, 01/04/16, p.4). É preciso destacar que tal matéria foi veiculada na página 4, que fica à esquerda do leitor ao abrir o jornal, e que na página 5 há um anúncio de página inteira feito pela Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), identificando os deputados pernambucanos que compõem a comissão do impeachment e incentivando as pessoas a cobrarem um posicionamento deles. Ao final, aparece a frase Impeachment já!

As manifestações contrárias a saída de Dilma voltaram a pauta nas edições dos dias 16 e 18 de abril. As matérias versaram sobre os atos realizados na véspera e no dia da votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. O texto veiculado no dia 16 de abril discorreu sobre uma vigília iniciada pelos manifestantes na Praça do Derby, enquanto que a matéria do dia 18 aborda a reação dos manifestantes que acompanharam a votação na Câmara a partir de um telão montado no Marco Zero. O texto afirma que o clima de pessimismo

---

<sup>61</sup> Essa questão gera discussão entre manifestante a favor e contra o governo. Esses últimos afirmam que o PT e os organizadores do protesto pagam aos manifestantes para que compareçam ao ato, além de oferecer transporte e lanche.

tomou conta das pessoas que ali estavam e que a Central Única dos Trabalhadores prometeu fazer uma greve geral.

Outras datas importantes para as manifestações contrárias a saída de Dilma foram os dias 10 e 11 de maio: a primeira data refere-se ao Dia Nacional de Luta em defesa da democracia e o segundo dia marca a votação da admissibilidade do processo de impeachment no Senado. Sendo assim, as edições dias 10, 11 e 13 de maio publicaram matérias acerca das ações organizadas pela Frente Brasil Popular. Na primeira data o JC publicou matéria informando que haveria manifestações naquele dia e no dia 11 veiculou texto acerca dos protestos ocorridos no dia anterior. Apesar de mencionar que as manifestações ocorreram no dia anterior a votação em seu título – “Protestos marcaram véspera de votação” (JORNAL DO COMMERCIUM, Política, 11/05/2016, p. 4) – o texto não aborda nenhuma questão relacionada à votação no Senado. No dia 13 do mesmo mês, o JC publicou matéria sobre atos de rua contra o governo interino de Michel Temer.

Os atos contra o governo interino voltaram à pauta do JC nas edições dos dias 10 e 11 de junho. As manifestações caracterizadas como primeiro ato de rua unificado contra o governo de Michel Temer foram noticiadas no dia de sua realização, com matéria principal e vinculada abordando questões relacionadas à organização do ato no âmbito nacional e as ações que serão realizadas no Recife. A matéria veiculada no dia posterior relata como foram os protestos no Recife e em outras cidades: “Temer é alvo de protestos pelo País” (MOTA, Política, 11/06/2016, p. 4).

No Recife, um novo protesto foi realizado no dia 17 de junho, data em que a presidente Dilma veio a capital pernambucana para participar desse ato público no centro da cidade e do lançamento de um livro na Universidade Federal de Pernambuco, que reúne textos de profissionais de diversas áreas acerca da resistência ao processo de impeachment. A edição do dia 18 de junho publicou matéria acerca da visita de Dilma ao Recife, cujo foco do texto foi a presença de Dilma na cidade e partes de seus discursos proferidos durante os atos no centro da cidade e na UFPE. As manifestações ficaram, portanto, em segundo plano nas matérias.

Os protestos em defesa de Dilma voltaram a aparecer nas páginas do JC nas datas próximas à votação final do processo de impeachment no Senado, ocorrida no dia 3/1 de agosto. As edições dos dias 30 de agosto e 1º de setembro trouxeram matérias de agência, na qual reportavam os protestos ocorridos no Brasil e no Recife na mesma notícia. No dia 1º o JC divulgou caderno especial com 12 páginas sobre a votação do impeachment no Senado que resultou no afastamento definitivo de Dilma Rousseff da presidência. As manifestações foram

citadas em duas matérias pequenas: os textos ocuparam a largura de uma coluna e a altura relacionada a um terço da página. A primeira matéria, sob o título “Várias capitais foram palco de protestos” (JORNAL DO COMMERCIO, Especial, 01/09/2016, p. 2), relatou a ocorrência em várias cidades de manifestações favoráveis e contrárias à saída, com destaque para essas últimas. A notícia teve como foco os bloqueios no trânsito e em alguns casos de violência ocorridos durante os protestos. O segundo texto, cujo título é “Frustrada, militância sai sem ver Dilma” (JORNAL DO COMMERCIO, Especial, 01/09/2016, p. 4), teve como foco o fato de Dilma e Lula não irem ao encontro dos manifestantes que estavam na frente do Palácio do Planalto para demonstrar apoio a agora ex-presidente afastada. A presença em si de manifestantes em apoio a Dilma e, consequentemente contrários ao impeachment, foi deixada de lado na matéria.

Ao analisar as notícias, é possível dividir a cobertura jornalística do JC acerca das manifestações relacionadas ao impeachment em dois momentos, cujo marco temporal é a votação do impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados. No primeiro momento, composto por matérias veiculadas entre 12 de março e 17 de abril, os protestos ocupam grande espaço nas edições do jornal, com matérias principais e vinculadas que ocupam páginas inteiras. A cobertura é composta por matérias que fazem um panorama dos atos em todo o Brasil e por matérias que abordam a ocorrência de protestos no Recife. As manifestações figuram como o foco principal das notícias que abordam a crise política e o processo de impeachment de Dilma, e essas figuram entre as chamadas de capa.

Já no segundo momento, composto por matéria publicadas em o dia 18 de abril até 01 de setembro – data da última edição que compõe o *corpus* dessa pesquisa, os protestos perderem espaço nas edições e passaram a ser noticiados como mais um elemento no contexto político do processo de impeachment de Dilma. As matérias que versam sobre os mesmos ficaram menores e a maioria é disposta como textos vinculados. Além disso, as informações sobre ocorrência de atos no Brasil e no Recife compõem um único texto.

Além das matérias, as manifestações aqui analisadas foram destaque nas capas do Jornal do Commercio e citadas em alguns editoriais publicados pelo periódico. A fim de facilitar o entendimento dessa análise, vale explicar acerca das chamadas de capas e, em seguida, da análise dos editoriais.

Os protestos populares acerca do processo de impeachment foram destaque em dez capas. No que concerne às manifestações favoráveis à saída de Dilma da presidência, é possível perceber que as chamadas aumentaram de tamanho à medida que os protestos foram às ruas até o dia da votação na Câmara: nas edições dos dias 12 e 13, o destaque na capa



coube a pequenas chamadas restritas a textos – incluindo a chamada que afirma que o PMDB convocava para os protestos, informação essa que não foi encontrada na matéria publicada pelo jornal, que versava sobre o vídeo feito pelo PMDB que utilizava a estética dos protestos para convocar para sua convenção nacional; e nas edições dos dias 14, 17 e 18 ganharam foto e um espaço maior. O destaque é para as capas dos dias 14 e 18: a primeira é composta por uma foto grande das manifestações que ocupa mais da metade da página, em composição com três fotos pequenas, incluindo uma de manifestação contrária ao impeachment. A manchete com a pergunta “E agora, Brasil”, aliada ao subtítulo, coloca as manifestações ocorridas no dia anterior como ponto máximo da crise política e incita o governo a se posicionar. A segunda capa é composta apenas por duas colunas, na qual são dispostas duas fotos – de Lula e Dilma no canto esquerdo e de manifestante em protesto pró impeachment no canto direito – enquadrando as manifestações como reações populares à indicação de Lula para a Casa Civil, além de sugerir a aliança de Lula e Dilma ao publicar a foto dos dois de mãos dadas.

Imagem 1 - Capa da edição de 14/03/2016



Fonte: Site do Jornal do Commercio

Imagem 2 - Capa da edição de 18/03/2016



Fonte: Site do Jornal do Commercio

As manifestações contrárias ao impeachment receberam destaque nas capas das edições de 14 e 19 de março, 1º, 17 e 18 de abril, 11 de junho e 31 de agosto. Com exceção do dia 17 de abril e 31 de agosto, as chamadas ocorreram em edições veiculadas nos dias

posteriores aos protestos, e as que obtiveram maior espaço foram as das edições dos dias 19 de março e 1º de abril. Enfatizamos, aqui, a capa da edição de março: há foto grande das manifestações que ocupa quase todo o lado direito da página, com legenda explicativa, e foto pequena de Lula em discurso na manifestação de SP. Entretanto, diferentemente da capa do dia 14 de março que aborda as manifestações favoráveis ao impeachment, a manchete da capa aqui citada não se refere aos protestos contrários à saída da presidente do poder, mas aborda notícia relacionada às investigações sobre Lula, narrativa do contexto político no qual se estabelece o processo de impeachment de Dilma. A capa ainda conta com outra chamada que destaca notícia sobre a aceleração do processo de impeachment com apoio da OAB, o que acaba por legitimar a efetivação do impeachment como procedimento legal e refutar a tese de golpe.

Já na capa do dia 1º de abril há foto de manifestação contra o impeachment realizada no Recife no dia anterior. A mesma é disposta ao lado de imagem do encontro no Palácio do Planalto entre Dilma e artistas e intelectuais contrários à sua saída do cargo. Acima das duas imagens, a manchete “Novos atos da crise” (JORNAL DO COMMERCIO, 01/04/2016, p.1) sugere o enquadramento das manifestações como um dos fatores da crise política.

Imagem 3 - Capa da edição de 19/03/2016



Fonte: Site do Jornal do Commercio

Imagem 4 - Capa da edição de 01/04/2016



Fonte: Site do Jornal do Commercio

Dentre todas as capas analisadas nesse *corpus*, é emblemático destacar aquelas nas quais as manifestações favoráveis e contrárias são abordadas ao mesmo tempo. Isso ocorreu nas edições<sup>62</sup> dos dias 17 e 18 de abril e 31 de agosto, veiculadas no contexto das votações na Câmara e do Senado. As capas utilizam fotos de manifestantes pró e contra o impeachment dispostas lado a lado logo na parte de cima da página, após a chamada, parte mais nobre da capa. As três capas utilizam a mesma ordem de disposição das imagens: manifestantes pró impeachment no lado esquerdo e manifestantes contra do lado direito. Tal disposição sugere duas inferências: o confronto de ideias simbolizado no confronto de imagens, que reforça a divisão em dois lados do mesmo fato; as ações contra o impeachment como reação às ações favoráveis ao mesmo, tendo em vista que essas últimas são apresentadas no canto esquerdo, que é o lado por onde a visão do leitor se direciona primeiro. Nesse sentido, as informações constantes na parte esquerda e acima são as que recebem destaque na visão do leitor<sup>63</sup>.

Imagem 5 - Capa da edição de 17/04/2016



Fonte: Site do Jornal do Commercio

Imagem 6 - Capa da edição de 18/04/2016



Fonte: Site do Jornal do Commercio

<sup>62</sup> A partir do dia 05 de abril de 2016 o Jornal do Commercio mudou sua marca e o projeto gráfico.

<sup>63</sup> Essa inferência se reforça tendo em vista que, ao modificar seu projeto gráfico, o JC passou a organizar as notícias por ordem de importância, conforme descrito em um anúncio publicado no jornal no dia 05 de abril que versa sobre as mudanças no periódico.



A capa da edição do dia 31 de agosto, além de repetir a disposição de imagens citada acima, tem uma questão a mais: a utilização de imagens de Janaína Paschoal, autora do pedido que resultou no impeachment de Dilma, e de José Eduardo Cardozo, membro da advocacia Geral da União e advogado de defesa de Dilma no processo, dispostas logo abaixo das fotos dos manifestantes favoráveis e contrários ao impeachment, respectivamente. Um detalhe chama a atenção: em todas as fotos, tanto os advogados como os participantes do protesto estão com as mãos para a cima ou para frente, em menção ao ato de fala, no caso dos primeiros, e ao ato de protestar, no caso dos segundos. Essa composição visual, aliada a manchete “Atos finais” (JORNAL DO COMMERCIO, 31/08/2016, p. 1), enquadra mais uma vez as manifestações como ponto importante no processo de impeachment e sugere que, no julgamento final, os manifestantes favoráveis a saída de Dilma serão representados pela autora do pedido e os manifestantes contra serão representados pelo advogado de defesa.

Imagem 7 - Capa da edição de 31/08/2016



Fonte: Site do Jornal do Commercio

No que se refere aos editoriais, as manifestações aqui analisadas foram citadas em quatro textos. Entretanto, por entendermos que é no espaço do editorial que o jornal se posiciona, e levando em consideração que os protestos estão inseridos em um contexto

político no qual figuram questões relacionadas ao combate à corrupção e à crise política, elencamos também os textos que abordaram essas duas temáticas. Essa escolha se justifica pela necessidade de perceber o posicionamento do veículo diante das questões que permeiam o objeto estudado. Nesse sentido, compõem o *corpus* dessa pesquisa sete editoriais, veiculados nos dias 13, 14, 15, 17, 18 e 22 de março e 17 de abril. Como perceptível, há uma concentração de textos no mês de março e um texto no mês de abril, no mesmo dia da votação do processo na Câmara dos Deputados. Essa concentração reforça a nossa tese de divisão da cobertura dos protestos em dois momentos, no qual as manifestações ganham espaço na narrativa midiática do JC até a votação na Câmara.

No que concerne aos editoriais relacionados às narrativas subjacentes aos protestos, destacamos os textos publicados nos dias 13 e 17 de março e 17 de abril. O primeiro deles aborda o aniversário de dois anos da operação Lava Jato, que desvendou um esquema de corrupção e lavagem e desvio de dinheiro. Essa operação tem grande peso no contexto político do impeachment e a defesa de sua execução, bem como apoio ao juiz Sérgio Moro que a comanda, são pauta dos protestos favoráveis a saída de Dilma do poder. O texto defende a operação e exalta o impacto simbólico para o país da prisão de políticos e pessoas da classe alta. Em outro momento, afirma que a operação é bem vista por juízes, delegados e pela Polícia Federal e que não tem direção partidária, em resposta à ideia defendida pelas pessoas contrárias ao impeachment de Dilma. O editorial acusa o governo do PT de utilizar a Lava Jato de forma partidária e refuta a ideia de que Dilma pode ser vítima de um golpe.

A conotação político-partidária faz mais sentido para a manipulação escapista dos investigados – e o fato de o País estar sob o comando de um mesmo partido, o PT, há 14 anos. Sem mencionar que o petrolão descortina a continuidade das práticas obscuras do esquema do mensalão, que levou à prisão nomes expressivos do governo e do partido, e isso não teria como não ser ressaltado por qualquer oposição. Ao mesmo tempo, embora se enxergue com facilidade a falta de lideranças para encarnar o sentimento de indignação, é difícil para grande parte da sociedade fazer de conta que o PT e o governo Dilma são vítimas de injustiça, ou pior, como querem, de conspiração golpista (JORNAL DO COMMERCIÓ, 13/03/2016, p.12).

No editorial veiculado no dia 17 de março, o JC aborda o vazamento dos áudios de conversas telefônicas entre Dilma e Lula e afirma que a nomeação do petista para a Casa Civil foi uma nítida tentativa de oferecer foro privilegiado ao mesmo para que ele não seja mais investigado pelo juiz Sérgio Moro. Ao final, o editorial aponta que

O governo e o seu principal líder imaginam que podem tudo, contra qualquer um. Ao vociferar contra a “República de Curitiba”, em referência à Lava

Jato, e xingar praticamente todas as instituições, incluindo o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, Lula demonstra desprezo pelo Estado de Direito e pela democracia. As gravações amplificam as suspeitas de que, acossado pela Justiça, o ex-presidente já vinha negociando cargos no ministério com a própria Dilma, como uma eventual volta de Antonio Palocci para a Fazenda. O golpe, no fundo – quem diria –, viria da mais insuspeita origem, sob o manto místico da perseguição contra um injustiçado (JORNAL DO COMMERCIO, 17/03/2016, p.6).

No dia da votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, o editorial afirmou que esse era um fato decisivo para a superação do impasse político no Brasil, que precisava reestabelecer o foco na administração pública, e destacou os inúmeros casos de corrupção descobertos durante o governo do PT, que levaram políticos do partido para a prisão. O texto afirma, ainda, que o partido levou o Brasil à situação de crise e que é preciso refutar o modelo político implantado pelo PT

De qualquer forma, um dos dois partidos que vem comandando os destinos do Brasil nos últimos 14 anos continuará dando as cartas – e nenhum deles será carta fora do baralho tão cedo, mesmo se o impeachment for aprovado. A cúpula do PT sabe disso, e já faz os cálculos para iniciar a campanha para uma eventual volta de Lula em 2018, usando como mote o chavão do suposto golpe contra Dilma, caso o impedimento se confirme. A permanência de um modelo político viciado, que causa sérios transtornos à população, deve ser combatida com ainda mais vigor, seja qual for o remanescente da chapa Dilma/Temer na cadeira presidencial. Para mudar o País é necessário muito mais que um impeachment (JORNAL DO COMMERCIO, 17/04/2016, p.8).

A narrativa acerca da crise política também esteve presente no editorial publicado no dia 18 de março – um dos textos que citam as manifestações pró impeachment -, no qual o jornal imputa a responsabilidade sob a mesma à presidente Dilma, refutando, inclusive, a responsabilidade da mídia na elaboração do cenário atual.

A decisão da presidente Dilma Rousseff de levar Lula para a Casa Civil levou o País à beira do impasse institucional. A crise foi ampliada, envolvendo disputas entre os três poderes. A agitação nas ruas agrava o momento. E a responsabilidade não é da oposição, nem da mídia, e muito menos da operação Lava Jato. A responsabilidade pelo descontrole da crise é da presidente Dilma Rousseff (JORNAL DO COMMERCIO, 18/03/2016, p. 8).

Diante dos exemplos acima, é possível perceber um posicionamento do jornal contrário ao governo do PT, umas das bandeiras levantadas pelas manifestações favoráveis ao impeachment de Dilma. O discurso acerca dos casos de corrupção, sobretudo relacionados aos

políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores, reforçam a narrativa empreendida ao longo de todo o processo do impeachment de Dilma: a necessidade de tirar do poder os políticos corruptos, personificados no imaginário coletivo como os políticos filiados ao PT. Essa narrativa colabora com a legitimação das manifestações favoráveis à saída de Dilma, caracterizadas como a expressão da vontade da população brasileira, como destacado nos editoriais que abordaram os protestos e publicados em 14 e 15 de março, dias subsequentes as manifestações pró impeachment

A maior manifestação dos últimos anos levou milhares de pessoas a saírem de casa e vestirem verde e amarelo, a carregar cartazes contra a corrupção, e a favor da Lava Jato. No Recife, a concentração em Boa Viagem surpreendeu muita gente. (...) as manifestações deram um sinal claro de que a participação popular chegou para ficar na democracia brasileira (JORNAL DO COMMERIO, 14/03/2016, p.5).

As repercussões da megamanifestação de domingo em todo o Brasil ainda se espalham. Mas a potência das mensagens das ruas -em síntese, pelo combate à corrupção, pela defesa da operação Lava Jato e pela saída de Dilma Rousseff da presidência da República – deixou o governo petista mais fragilizado. (...) O coro nacional pelo impedimento de Dilma reflete a noção de que não há saída da crise com a permanência do PT no poder. Tal noção, por sua vez, longe de ser golpista, vem do acúmulo de problemas que geraram a pior crise econômica e política em décadas. E da constatação de que são a mesma crise, com a política paralisando a economia, e a economia à espera da política (JORNAL DO COMMERIO, 15/03/2016, p.6).

Os posicionamentos apresentados por qualquer jornal em seus editoriais são importantes indicativos da linha editorial do veículo, contexto no qual repousam as estratégias enunciativas utilizadas na cobertura de determinado fato. Assim, as impressões aqui expostas após leitura cuidadosa dos editoriais foram levadas em consideração para a análise dos dados dessa pesquisa, que foram agrupados nas categorias como elencamos a seguir.

*Caracterização das manifestações.* Para o entendimento das questões abarcadas nessa categoria, faz-se necessário resgatar alguns apontamentos relacionadas ao discurso e sua influência na construção de identidades, sobretudo no que se refere aos enunciados. É importante destacar que nenhum enunciado está livre de carga de sentido e que a utilização de determinados termos pode interferir diretamente na forma como o leitor irá interpretar os fatos abordados no texto, tendo em vista que os efeitos de sentido são construídos a partir da memória discursiva relacionada a tais enunciados. Essas memórias discursivas, acionadas mediante o contato do leitor com os enunciados presentes nos discursos jornalísticos, influenciam diretamente na construção da identidade dos fatos noticiados. Portanto, não se

trata apenas do significado das palavras e de sua etimologia, mas dos efeitos de sentido provocados no leitor acionados pela memória de sentido elaborada ao longo do tempo a partir dos usos feitos tanto pelos sujeitos como, principalmente, pela mídia.

Como a prática discursiva é historicamente construída, e a história se constrói a partir do movimento de mudanças, as memórias discursivas são, portanto, mutáveis e se relacionam com o tempo. Elas tem nos veículos de comunicação um de seus principais agentes de significação e ressignificação de enunciados, tendo em vista que esse é um dos mais importantes meios de circulação de discurso de forma a atingir um grande número de pessoas. As características de influência do debate público, construção social da realidade e mediação entre os fatos ocorridos e o sujeito receptor, como já abordado nessa pesquisa, tornam a mídia um importante fator de incidência na memória discursiva. Assim, os usos e atribuições de sentido a determinados enunciados no discurso jornalístico tendem a figurar como o sentido que prevalecerá na memória discursiva.

Nesse sentido, alguns enunciados podem sofrer modificação em seus efeitos de sentido, como é o caso das palavras comumente utilizadas para caracterizar ações sociais coletivas da sociedade civil cujo objetivo é reivindicação de direitos e de melhorias para a vida em sociedade. Os termos comumente utilizados são manifestação<sup>64</sup> e protesto<sup>65</sup>, que, na etimologia das palavras, denominam a ação de se pronunciar publicamente contra algo posto, no sentido de ir de encontro ao que está estabelecido. Entretanto, a partir dos enquadramentos dados pela mídia na cobertura de ações da sociedade civil de forma geral, quando tais manifestações são abordadas a partir dos impactos causados por essas no dia a dia da população, em especial no que se refere ao trânsito e a mobilidade das pessoas nos espaços públicos, os termos passaram a figurar na memória discursiva com uma carga semântica relacionada mais aos impactos considerados negativos por uma parcela da população do que pelo seu significado. Assim, é possível inferir uma mudança de efeito de sentido sobre tais termos: ações coletivas que são feitas geralmente para lutar por direitos ou melhorias nas condições de vida da população figuram na memória coletiva como ações que impactam negativamente na mobilidade dessa mesma população. Essa ressignificação das palavras está inserida no contexto de criminalização das ações sociais coletivas por parte da mídia, como já abordado nessa pesquisa.

---

<sup>64</sup> No contexto aqui empreendido, significa ato ou efeito de manifestar(-se). Expressão, revelação. Expressão pública de opiniões ou sentimentos coletivos (MICHAELIS, 2008).

<sup>65</sup> No contexto aqui empreendido, significa ato de protestar, entendido como “reclamar, levantar-se contra alguma coisa. Desaprovação; repulsa. (MICHAELIS, 2008). Pode ser entendido também como queixa, reclamação; Grito, brado de repulsa ou de não concordância com relação a algo.



Diante do exposto, torna-se primordial para essa pesquisa analisar os enunciados utilizados pelo Jornal do Commercio para caracterizar as manifestações favoráveis e contrárias ao impeachment de Dilma Rousseff. Após observação do *corpus*, relacionamos tais enunciados na tabela que segue

**Tabela 7 – Enunciados utilizados para caracterizar os protestos favoráveis e contrários ao impeachment**

CARACTERIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES	
PRÓ IMPEACHMENT	CONTRA IMPEACHMENT
Protestos pelo impeachment	Ato pró Dilma
Atos contra o governo	Manifestação / Protesto / paralisação
Manifestação / protesto / panelaço	Ato pró governo / favorável ao governo
Ato contra a corrupção	Ato petista
A voz das ruas	Onda vermelha
Maior manifestação da história do país	Passeata / mobilização / movimento
Mobilização anti-governistas	Atos tímidos pró-petistas
Termômetro das ruas	

Fonte: Elaboração própria

Como observado no quadro acima, as manifestações favoráveis e contrárias à saída da presidente foram caracterizadas na narrativa jornalística empreendida pelo JC a partir de suas causas, da extensão da participação das pessoas e outros pontos. Nesse sentido, podemos destacar a qualificação empreendida pelos jornais sobre os protestos em três campos diferentes no que se refere ao seu efeito de sentido: a caracterização com efeito aparentemente neutro, com efeito de carga positiva e com efeito de carga negativo. Evidenciamos que as noções de neutro, positivo e negativo são aqui utilizadas levando em consideração os efeitos de sentido resultantes das combinações de enunciados, cujo entendimento parte da memória discursiva sobre os mesmos já posta no imaginário social coletivo.

Na caracterização de efeito aparentemente neutro, estão elencadas caracterizações que substantivam o fato, procurando denominar o ocorrido. O exemplo é a caracterização das manifestações a partir de suas causas: ela se faz pertinente no discurso jornalístico tendo em vista a necessidade de abordar os fatores que o provocaram e os objetivos do fato noticiado, característica da própria cobertura. No caso da cobertura aqui analisada, isso se materializa na junção do termo “pró-Dilma” ao enunciado “ato, conforme exemplificado no trecho “Para o ex-prefeito João Paulo (PT), o *ato pró-Dilma* foi dentro da expectativa dos organizadores” (JORNAL DO COMMERCIO, 01/04/2016, p. 4, *grifo nosso*). O termo pró-Dilma é aqui entendido como favorável a Dilma e, portanto, contrário a sua saída da presidência, uma das principais bandeiras das manifestações contra o impeachment.

Outro exemplo de caracterização dos protestos pela causa pode ser percebido no trecho “Com crise política agravada com a Lava Jato e às vésperas dos *protestos pelo impeachment*, Dilma sai em defesa do mandato e diz que sentiria orgulho de ter Lula ministro” (JORNAL DO COMMERCIO, 12/03/2016, p.1, *grifo nosso*). Apesar do enunciado *protesto* possuir uma carga semântica específica, de acordo com a memória discursiva relacionada ao mesmo, seu efeito de sentido pode ser ressignificado quando tal enunciado é usado juntamente a outro que o caracteriza: *protesto* aciona uma parte da memória coletiva e *protesto pelo impeachment* pode acionar outra parte da memória discursiva do leitor, a depender de sua bagagem de conhecimento e, no caso específico, de seu posicionamento referente à saída de Dilma Rousseff da presidência. Assim, a formação discursiva “protesto pelo impeachment” é aqui entendida como um enunciado de efeito aparentemente neutro que caracteriza a manifestação a partir de sua causa.

Ao analisar o *corpus* dessa pesquisa, os exemplos acima citados são os únicos que podem ser agrupados no campo de caracterização aparentemente neutra, cuja qualificação do efeito de sentido entre positivo ou negativo está ligada mais às convicções políticas do receptor da mensagem do que ao contexto no qual as manifestações foram realizadas. Sendo assim, as outras caracterizações empreendidas pelo JC podem ser classificadas entre o efeito de sentido com carga positiva ou negativa.

A diferenciação entre positivo e negativo não se estabelece a partir das ideologias políticas entre esquerda ou direita, mas tem como referência o contexto político no qual as manifestações aqui analisadas estão inseridas e seu peso simbólico. Como já citado nesse estudo, os protestos são parte de uma conjuntura política composta por um desgaste da imagem do governo do PT, que se ramificou para a esquerda brasileira, tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores é, atualmente, o principal nome dessa corrente política. Em virtude da crise política, aliada aos casos de corrupção amplamente divulgados pelos veículos de comunicação, o imaginário coletivo e a opinião pública passou a ligar a perpetuação da corrupção e os problemas políticos e econômicos do país ao governo do PT. Assim, as ações ligadas a Dilma, ao Partido dos Trabalhadores e ao governo, em geral, assumiram uma conotação negativa diante da divisão simbólica que tomou conta do país.

Dessa maneira, a caracterização das manifestações como *atos pró-governo* ou *atos favoráveis ao governo*, além de não se referir à causa propriamente dita das manifestações – os protestos alusão a um posicionamento contrário ao impeachment de Dilma e à defesa da

continuação de seu mandato<sup>66</sup> -, acabam por deslocar as pautas da manifestação de um questão pontual para um contexto macro: ao se referir ao governo da petista, a questão central da discussão deixa de ser relacionada à interrupção do mandato dela em virtude do cometimento ou não de algum crime, e passa a se referir a aprovação ou não de um conjunto de ações sociais, políticas e econômicas realizadas por ela ao longo do mandato. Assim, diante de um contexto no qual a imagem do governo está negativa, associar qualquer ação como ato de defesa desse governo e do PT faz com que essa seja vista de forma negativa pela opinião pública.

O mesmo acontece com o uso da expressão *ato petista*, no qual agrega-se ainda a ideia de que o mesmo é promovido e composto apenas por pessoas ligadas ao partido. Isso acaba por enfraquecer a imagem pública das manifestações contrárias ao impeachment de Dilma. O enfraquecimento dos protestos é reforçado também pelo uso de expressões adjetivadas junto aos enunciados relacionados às manifestações, como exemplificado no trecho a seguir: “*Eventos isolados pró-Dilma e Lula*” e “*Manifestações*. No mesmo dia em que protestos contra o governo ganharam as ruas, algumas cidades tiveram *atos tímidos pró-petistas* organizados por simpatizantes” (JORNAL DO COMERCIO, 14/03/2016, p. 6, *grifo nosso*) são, respectivamente, título e subtítulo de matéria veiculada na edição do dia 14 de março de 2016. O uso de adjetivos que, nesse contexto, dão ideia de que poucas pessoas participaram da manifestação contribui para a deslegitimar.

Diante da descrição e exemplificação do que consideramos efeito de sentido negativo, pode-se inferir que a classificação das caracterizações de efeito de sentido positivo se refere ao oposto da primeira. Assim, estão inclusas nesse grupo as adjetivações relacionadas às manifestações no sentido de caracterizá-las como ações favoráveis ao combate à corrupção e contrárias ao governo, tais como *ato contra o governo* e *ato contra a corrupção*, que possuem um efeito de sentido de ser contra as ações negativas relacionadas ao governo de Dilma.

Além das caracterizações realizadas com o uso de enunciados somados aos termos manifestação, protesto e ato, um outro tipo de efeito de sentido positivo encontrado no *corpus* dessa pesquisa diz respeito ao uso de expressões que enquadram os protestos favoráveis ao *impeachment* como uma manifestação pública do desejo da população. Um exemplo é o título e o subtítulo de matéria publicada na edição do dia 13 de março de 2016: “Mais um

---

<sup>66</sup> Ser contrário a interrupção do mandato da presidente e defender o governo feito por ela não são coisas necessariamente concomitantes. O primeiro se restringe ao entendimento de que não houve crime que impute a penalidade do *impeachment*, ao passo que o segundo abarca outras questões relacionadas a todas as ações tomadas pela presidente. Uma pessoa pode ser contrária ao *impeachment* sem necessariamente defender o governo feito por Dilma.

*termômetro das ruas*"; “Um ano após os primeiros protestos contra Dilma, manifestantes prometem voltar às ruas em 415 atos em todo o País” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/03/2016, p. 3). Essa tendência também pode ser percebida nos trechos que seguem.

Sem citar investigados da operação, Moro disse considerar “importante que autoridades eleitas e os partidos ouçam a voz das ruas”, e “se comprometam com o combate à corrupção”. Para o juiz, isto poderia ser feito “reforçando as instituições e cortando, sem exceção, na própria carne (...) (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p. 4, *grifo nosso*).

Na maior manifestação da história do País, milhões de brasileiros foram às ruas ontem, em pelo menos 239 cidades nas cinco Regiões, pedir a saída da presidente Dilma. Os protestos também tiveram como alvo o ex-presidente Lula, fundador e principal líder do PT, investigado pela Operação Lava Jato e pelo Ministério Público de São Paulo (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p. 2, *grifo nosso*)

Ainda no que concerne à caracterização das manifestações, os protestos favoráveis ao *impeachment* são enquadrados nas narrativas midiáticas como ações que simbolizam o desejo nacional, e causam impacto no contexto político, configurando-se como importante elemento no desenvolvimento do processo de *impeachment*. Essa noção está explicitada em alguns editoriais publicados pelo Jornal do Commercio.

A maior manifestação dos últimos anos levou milhares de pessoas a saírem de casa e vestirem verde e amarelo, a carregar cartazes contra a corrupção e a favor da Lava Jato. No Recife, a concentração em Boa Viagem surpreendeu muita gente. (...) as manifestações deram um sinal claro de que a participação popular chegou para ficar na democracia brasileira. Neste aspecto, não deixa de ser irônico o fato de que a ameaça objetiva ao longo período do PT no poder venha justamente das ruas dos centros urbanos, onde a militância petista foi gerada e parecia reinar absoluta (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p.5).

O coro nacional pelo impedimento de Dilma reflete a noção de que não há saída da crise com a permanência do PT no poder. Tal noção, por sua vez, longe de ser golpista, vem do acúmulo de problemas que geraram a pior crise econômica e política em décadas. E da constatação de que são a mesma crise, com a política paralisando a economia, e a economia a espera da política (JORNAL DO COMMERCIO, 15/03/2016, p.6)

Por outro lado, as manifestações contrárias à saída de Dilma são abordadas na cobertura do JC como uma reação aos protestos favoráveis ao *impeachment*. São, portanto, segundo as matérias, organizadas por sindicatos e movimentos sociais ligados ao PT e compostos por militantes e simpatizantes do partido.

Tal caracterização também está presente em editoriais do jornal

(...) A fragilização da presidente Dilma e de seu governo, nesse contexto, pode ter sofrido ontem um verdadeiro golpe das ruas. Que não veio do nada. (...) Agora, o governo torce para o partido conseguir mobilizar militantes num movimento oposto, a fim de recuperar consistência política para os difíceis dias a frente (JORNAL DO COMMERCIÓ, 14/03/2016, p. 5).

(...) Nas ruas, o panorama é outro. Contra Collor, ao caras-pintadas ocuparam as cidades sem reação. Hoje, Dilma, Lula e o PT demonstram ascendência sobre diversos movimentos sociais e mantêm a simpatia de cidadãos que, minimizando as denúncias de corrupção, vão as praças aos milhares, vestidos de vermelho, para defender o governo (JORNAL DO COMMERCIÓ, 22/03/2016, p. 6).

*Manifestantes.* No critério relacionado à caracterização dos participantes das manifestações, é possível perceber uma diferenciação no uso dos enunciados referentes aos manifestantes na cobertura dos protestos favoráveis e dos protestos contrários ao *impeachment* de Dilma, como evidenciado na tabela abaixo

**Tabela 8 – Enunciados utilizados para caracterizar os manifestantes**

MANIFESTANTES			
PRÓ IMPEACHMENT		CONTRA IMPEACHMENT	
Vocábulos	Nº de citações	Vocábulos	Nº de citações
Manifestantes	16	Militantes / militância do PT	24
Pessoas	11	Manifestantes	22
Multidão	1	Pessoas	7
Famílias de classe média	2	Movimentos sociais	6
Brasileiros	2	Sindicalistas/sindicatos/grupos sindicais	5
Público	1	Ativistas	6
Grupo	1	Simpatizantes do PT/petistas	2
Manifestantes/grupo favoráveis ao impeachment; simpatizantes do impeachment	4	Militante pró Dilma	2
Manifestantes anti-PT	1	Grupos anti-impeachment	2
Grupo contra o governo	1	Governistas	2
Militante a favor do impeachment	1	Recifenses	1
Recifenses	1	Multidão avermelhada	1
		Grupo	1
		Grupo pró governo	1
		Manifestantes de partidos	1
		Manifestantes pró Dilma	1
		Petistas	1
		Partidos de esquerda	1
		Partidários do governo	1

Fonte: Elaboração própria

Nas matérias que tratam as manifestações pró *impeachment*, há predominância de termos como *manifestantes*, *pessoas* e *brasileiros*, que conferem um caráter neutro ou positivo às manifestações no que se refere aos seus participantes, a depender do contexto em que os enunciados são empregados. O uso dos termos *brasileiros* e *multidão* remete à ideia de participação de muitas pessoas nos protestos e que essas são a representação da população, unida em nome de um único objetivo que é a saída de Dilma do governo: “Multidão de mais de três milhões de pessoas foram às ruas de várias cidades, segundo a PM, praticamente enterra o discurso governista e petista de que o País estava dividido” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 14/03/2016, p. 2).

Algumas matérias analisadas ressaltaram, ainda, características do público que participou dos protestos favoráveis a saída de Dilma da presidência: “Além de Dilma, o ex-presidente Lula e o PT foram alvos preferidos dos manifestantes – boa parte de famílias de classe média” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 14/03/2016, p.3); “Idosos, crianças e famílias inteiras que vinham até com cachorro deram o tom das manifestação que tomou conta da orla de Copacabana” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 14/03/2016, p. 4).

Ainda no que se refere à caracterização dos protestantes nas matérias a favor da saída de Dilma, esses, quando fontes da matéria, são qualificados de acordo com suas formações ou ocupações: “o publicitário Paulo Abdo, 72 anos, que participou de todos os atos pela saída da presidente acompanhado da mulher” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 14/03/2016, p. 3); “engenheiro alemão Wolfram Perrey, 51” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 14/03/2016, p. 3); “empresária Rosa Maria Hora, 58 anos” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 14/03/2016, p.4); “empresário Carlos Figueiredo, 62 ano” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 17/03/2016, p. 2); “o comerciante Benévolo Vanderlei, 60” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 17/03/2016, p. 2).

Quanto à caracterização dos participantes nos atos contra o *impeachment*, são utilizados termos como *pessoas*, *ativistas*, *sindicalistas*, *integrantes de movimentos sociais*, *manifestantes*, *militantes*, entre outros. O uso desses enunciados, sobretudo os últimos, incorre numa caracterização deficiente e excludente, pois leva em consideração que todos os participantes são militantes ou filiados a partido político ou sindicatos ou integram algum movimento social, não englobando, assim, as pessoas que participaram do protesto apenas por não concordarem com o *impeachment*.

Outro fator observado é a predominância do enunciado *militante* que, sobretudo quando caracterizado como “do PT” ou “petista”, acaba por possuir um efeito de sentido com carga negativa devido ao contexto político da época da publicação de tais matérias, como explicamos na categoria relacionada à caracterização das manifestações. O emprego dos

enunciados aqui elencados implica em um enquadramento das manifestações contra *impeachment* como atos compostos só por ativistas do PT, o que acaba por enfraquecer as manifestações na disputa política.

Além do uso de enunciados com efeitos de sentido diferentes, a caracterização das pessoas que participaram dos protestos também foi feita a partir da cor de roupa que os mesmos utilizaram durante as manifestações: verde e amarelo para os manifestantes favoráveis ao *impeachment* e vermelho para os contrários à saída de Dilma do poder. O uso de tais cores tem um significado, segundo os organizadores e participantes dos protestos: para os manifestantes pró *impeachment*, o verde e amarelo faz menção às cores da bandeira do Brasil e simboliza a união da população para um país melhor e livre da corrupção – para eles, a primeira etapa pra alcançar esse objetivo é a saída de Dilma do governo, a prisão de Lula e o extermínio da corrupção do país; já para os manifestantes contra o *impeachment* a utilização da cor vermelho representa luta e resistência pela democracia, além de ser a cor do PT, partido de Dilma Rousseff e Lula.

Sendo assim, da disputa simbólico narrativa empreendida acerca do *impeachment*, os manifestantes pró *impeachment* são posicionados como apartidários e defensores dos interesses da população ao passo que os manifestantes contrários à saída de Dilma são posicionados como uma parcela da população partidária do PT e que atua a fim de resguardar os interesses do partido.

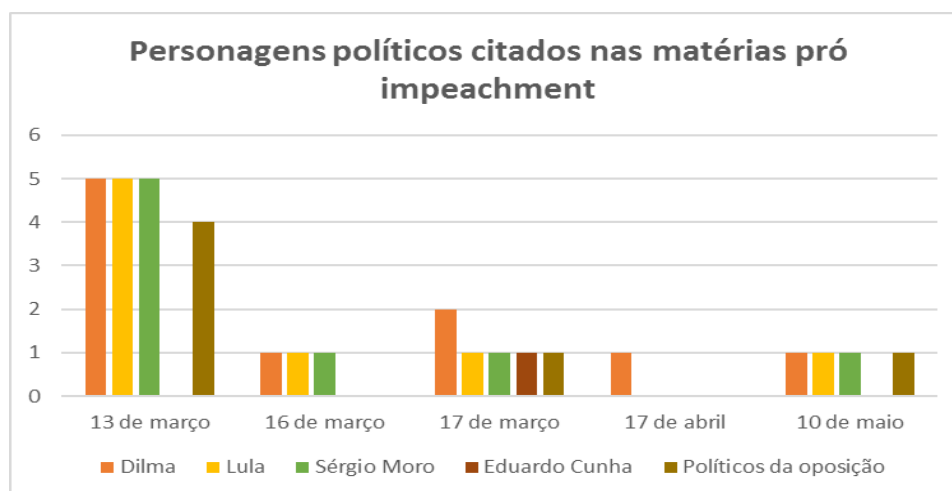
*Personagens.* Em relação aos personagens das matérias, as narrativas midiáticas acerca dos dois tipos de protestos são semelhantes no que se refere ao uso dos mesmos atores sociais, que se diferenciam de acordo com seu posicionamento políticos. Assim, as matérias sobre as manifestações<sup>67</sup> pró e contra o *impeachment* têm entre seus personagens os manifestantes, os organizadores e a polícia militar, sendo os dois primeiros condizentes com o tipo de protesto.

Essa separação dos personagens de acordo com suas convicções políticas é lógica quando se trata da análise de matérias que se referem a fatos com motivações opostas. Entretanto, é possível destacar uma peculiaridade da cobertura jornalísticas sobre as manifestações pró e contra o *impeachment* no que se refere à presença dos mesmos personagens políticos nas duas narrativas, como evidenciado nos gráficos a seguir:

---

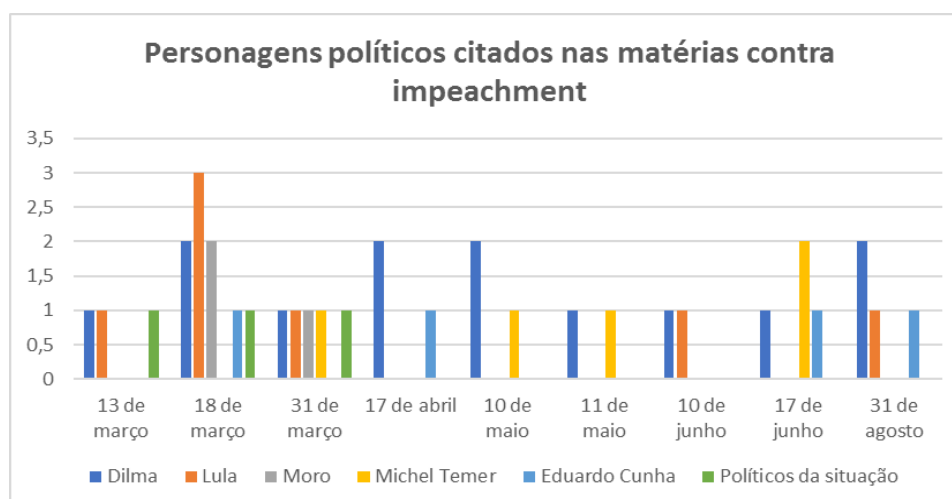
<sup>67</sup> Referimo-nos ao grupo de pessoas que participaram dos protestos. Apenas em quatro matérias os manifestantes aparecem personificados e tem voz ativa transcrita para a matéria. Nesses casos, são considerados fontes de informação, como relatado na categoria fontes das matérias.

**Gráfico 01 – Frequência de aparição dos personagens políticos nas matérias sobre as manifestações favoráveis ao *impeachment* por data dos protestos**



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 02 – Frequência de aparição dos personagens políticos nas matérias sobre as manifestações contrárias ao *impeachment* por data dos protestos**



Fonte: Elaboração própria

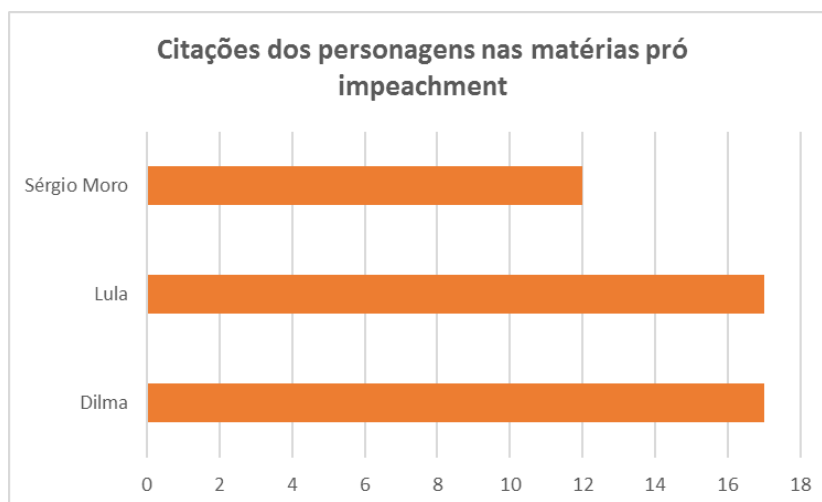
Como percebido nos gráficos anteriores, os personagens políticos são os mesmos nas duas narrativas empreendidas acerca das manifestações relacionadas à saída de Dilma. Tal fato pode ser explicado pela questão deles serem os principais personagens do contexto político no qual estão inseridos os protestos aqui analisados. Entretanto, vale destacar que o uso desses personagens, tanto nas manifestações como na narrativa jornalísticas sobre elas, se dá a partir de escolhas, nesse caso dos manifestantes e do jornalista/veículo que publica a matéria, respectivamente; isso se exemplifica na presença de Eduardo Cunha e Michel Temer como personagens das manifestações e da cobertura dos protestos contra a saída de Dilma e a ausência dos mesmos enquanto personagens nos protestos e nas matérias sobre os atos favoráveis ao *impeachment*. Apesar de ambos serem figuras importantes no contexto político



no qual se desenrolou a deposição de Dilma do cargo de presidente – o primeiro por ocupar o cargo de presidente da Câmara dos Deputados à época e ter desempenhado papel de protagonista no processo de *impeachment* de Dilma, e o segundo por ser o sucessor direto de Dilma em caso de sua destituição e que rompeu a aliança política com a presidente durante o processo de *impeachment* -, não foram personagens dos protestos favoráveis à saída de Dilma.

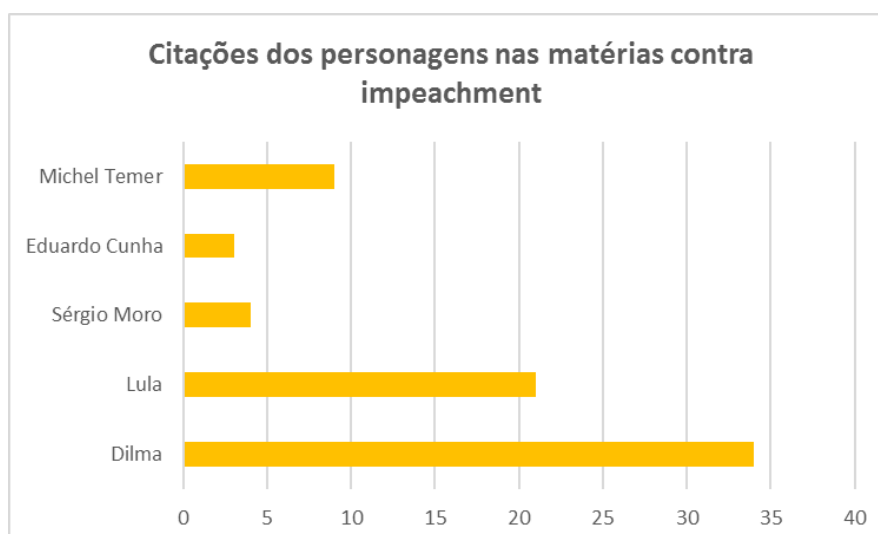
As figuras de Dilma, Lula e Sérgio Moro, sobretudo dos dois primeiros, foram os principais personagens dos atos de rua do Brasil em 2016. Isso se refletiu nas matérias jornalística, que mencionaram o nome dos mesmos por diversas vezes ao longo da cobertura.

**Gráfico 03 – Número de citações dos principais personagens políticos nas matérias sobre as manifestações favoráveis ao *impeachment***



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 04 – Número de citações dos principais personagens políticos nas matérias sobre as manifestações contrárias ao *impeachment***



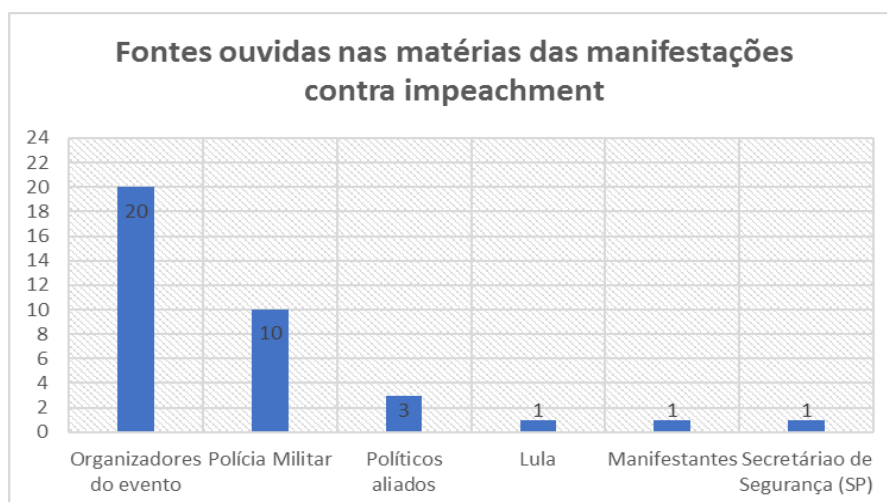
Fonte: Elaboração própria

A presença de Dilma e Lula como personagens principais das narrativas acerca das manifestações, sejam elas favoráveis ou contrárias à saída da presidente do cargo, podem indicar que essas duas figuras estiveram no centro das disputas políticas da época do *impeachment*. Nas narrativas jornalísticas, eles ocuparam o lugar de finalidade, cujo tratamento se estabelecia a partir do viés dos protestos: as manifestações pró *impeachment* tinham como objetivo principal defender a saída de Dilma do poder e a prisão de Lula; já as manifestações contrárias ao *impeachment* tinham como objetivo a defesa do mandato de Dilma.

Ainda sobre os personagens, ressaltamos a alusão da narrativa ao juiz Sérgio Moro, seja como uma das bandeiras das manifestações pró *impeachment* – o apoio ao seu trabalho –, ou como foco principal do texto, como na matéria “*Moro é a estrela da festa*” (JORNAL DO COMERCIO, Polícia, 14/03/16, p. 4), na qual é alçado ao protagonismo de personagem principal. Em outros textos o juiz é citado por manifestantes como herói nacional.

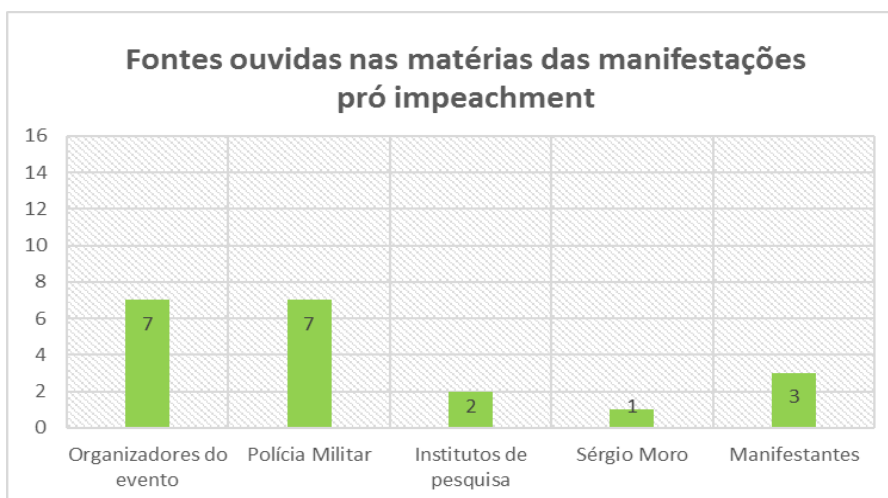
*Fontes de informação.* No que se refere às fontes de informação utilizadas na cobertura do JC sobre as manifestações relacionadas ao *impeachment* de Dilma, é possível observar uma concentração de porta-vozes ligados aos organizadores do evento e à Polícia Militar, como evidenciado nos gráficos que seguem

**Gráfico 05 – Frequência de aparição das fontes nas matérias sobre as manifestações contrárias ao *impeachment***



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 06 – Frequência de aparição das fontes nas matérias sobre as manifestações favoráveis ao *impeachment***



Fonte: Elaboração própria

A utilização dos organizadores dos eventos como fonte nas matérias se justifica de maneira evidente, tendo em vista que esses são os principais portadores da informação sobre o ato a ser realizado. Já o uso da Polícia Militar como fonte recai sobre o fato dessa ser considerada uma fonte oficial, definida por Nilson Lage como fontes “mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado (...); e por empresas e organizações” (LAGE, 2006, p. 63). Assim, as matérias sobre as manifestações foram elaboradas a partir das informações repassadas pela organização do evento e pelos dados fornecidos pela polícia no tocante a quantidade de participantes e a ocorrência de atos de violência. Não houve, portanto, a utilização de fontes alternativas, o que não possibilita a diversificação de informações para além daquelas repassadas pelas fontes oficiais.

Um aspecto que chama atenção na cobertura dos protestos favoráveis ao *impeachment* diz respeito ao uso de dados provenientes de institutos de pesquisa no que se refere ao número de participantes nas manifestações. O mesmo não acontece das matérias que abordam as manifestações contrárias à saída de Dilma. O uso de tais fontes auxilia na construção, por parte do leitor, da noção de credibilidade e auxilia na legitimação tanto das informações veiculadas pelo jornal quanto do fato noticiado.

Outra questão a ser destacada se refere à presença de Lula e Sérgio Moro como fontes nas matérias: o primeiro possui voz ativa, isto é, sua fala transcrita, em matérias que tratam dos protestos contrários ao *impeachment*, e o segundo figura como fonte apenas nos textos relacionadas aos protestos favoráveis à saída de Dilma. Essa divisão sugere uma dicotomia no

uso das fontes de informação por parte do Jornal do Commercio calcada em fontes que falam sobre as manifestações favoráveis ao *impeachment* e as que falam sobre os protestos contra, o que acaba por unificar os discursos e não apresentar pluralidade de visões acerca dos fatos noticiados.

Apesar dessa divisão, as matérias sobre os dois tipos de protestos possuem um ponto de intersecção: os manifestantes têm pouco espaço de fala. Em apenas três das 16 matérias que reportam as manifestações favoráveis à saída de Dilma, os participantes do protesto figuram como fontes de informação, incluindo a publicação de suas falas. Esse número é ainda menor nos textos relacionados aos protestos contrários ao *impeachment*: no universo de 24 matérias, apenas uma tem fala de manifestantes.

*Mobilidade e Segurança.* Apesar das peculiaridades que diferenciam as matérias acerca das manifestações favoráveis e contrárias à saída de Dilma, é possível perceber pontos em comum na cobertura do Jornal do Commercio sobre os dois tipos de protestos. Um deles diz respeito ao pouco espaço para a fala de manifestantes, como já abordado na categoria relacionadas às fontes das notícias. Outro ponto se refere à presença de informações que fazem referência às questões de mobilidade, isto é, ao trânsito de meios de transporte e de pessoas, e questões relacionadas à segurança nas manifestações, que se referem a existência ou não de algum tipo de confusão ou atos de violência.

A relação entre os protestos e seus impactos no trânsito e na ordem social de maneira geral são aspectos de um modelo de cobertura que vem sendo empreendida pelos veículos de comunicação no que se refere a manifestações sociais e ações da sociedade civil organizada. Tal modelo tende a contribuir para uma memória discursiva acerca das manifestações sociais como ações que impactam negativamente o dia a dia da população, como já mencionamos na análise da caracterização das manifestações.

Esse aspecto esteve presente tanto nas matérias que se referem aos protestos favoráveis como nos textos que abordam os protestos contrários à saída de Dilma. Entretanto, é possível perceber uma diferenciação no tom utilizado nas duas coberturas. Grande parte das matérias sobre as manifestações favoráveis ao *impeachment* evidenciavam o clima pacífico e festivo dos atos, e algumas delas relataram a presença de policiais e agentes de trânsito para garantir a segurança dos manifestantes e o menor impacto para a mobilidade. As matérias que citaram algum ato de violência o fizeram de forma a minimizar sua importância.

De acordo com a PM, não houve registro de tumultos. Na capital, três pessoas foram detidas. Uma mulher foi levada para a delegacia acusada de desacato após agredir PMs e dois homens suspeitos de furtarem celulares

também foram detidos. Por volta das 17h, a maioria dos grupos começou a deixar a avenida (...) (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p.3)

Para garantir a segurança, 152 policiais militares vão trabalhar durante o ato na Zona Sul. O policiamento, que também contará com viaturas e motos, ocorrerá ao longo de toda a Avenida Boa Viagem e no entorno e paradas de ônibus. (...) A Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) também vai reforçar o monitoramento da avenida. A fiscalização de trânsito ficará a cargo de 20 agentes que atuarão nos arredores (VERAS, 16/03/2016, p.3).

Com cartazes em tom irônico e até um Lula vestido de presidiário desfilando em carro conversível, o clima em Copacabana até poderia ser comparado ao de Carnaval: era o #morobloco, como diziam algumas camisetas. As músicas e os gritos de ordem que vinham dos carros de som, porém, não empolgavam muito a multidão. A saída, em geral, foi tocar o Hino Nacional, entoado pelo menos uma dezena de vezes. (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p. 4)

Na capital paulista, manifestantes anti-PT completaram ontem mais de 24 horas de protesto. Muitos afirmaram que só sairão da rua após a renúncia ou *impeachment* da presidente Dilma. O clima foi de festa na maior parte do tempo. A relação com policiais foi amistosa, com direito a fila para selfies. (JORNAL DO COMMERCIO, 18/03/2016, p. 2)

Os textos sobre os protestos contrários ao *impeachment* relataram a ocorrência ou não de atos de violência e o impacto das manifestações no trânsito. São citados alguns casos de tumulto e de uso da força por parte da polícia; esses últimos são descritos como confronto entre polícias e manifestantes ou ainda entres manifestantes favoráveis e contrários ao *impeachment* de Dilma, o que sugere a ideia de embate direto e confere peso a violência ocorrida.

O único caso de tensão em atos de apoio ao governo foi registrado em Vitória (ES). Um grupo de 40 pessoas se reuniu em frente à Praça do Pedágio – por onde estava previsto passar a passeata pró-*impeachment*. No sábado, a Justiça Estadual havia proibido que o protesto, organizado pela CUT, acontecesse no mesmo lugar da manifestação contra o governo. O pedido foi do Ministério Público Estadual. A PM retirou os manifestantes, que se dirigiram para o prédio da TV Gazeta, afiliada da Rede Globo, e protestaram. (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p.6)

Tentando reverter o clima de pessimismo que tomou conta da militância após a aprovação do *impeachment*, o presidente da CUT-PE, Carlos Vera, prometeu greve geral parar Pernambuco no final da noite de ontem, no Marco Zero, onde petistas e integrantes de movimentos sociais acompanharam sob choro a sessão da Câmara Federal, através de um telão. Um homem chegou a ser detido pela Polícia Militar após uma briga entre militantes. (...) Pouco antes do voto decisivo, a Polícia Militar agiu para separar uma briga entre militantes e chegou a deter um homem sem identificação. (...) No final, uma militante do movimento negro chegou a bater boca com Bruno Ribeiro, indignada por um discurso que classificou o resultado da votação como uma “página negra” na história do país. Ela foi contida por outros militantes (VERAS, 18/04/2016, p. 3)

Em Pernambuco, os manifestantes bloquearam várias estradas pela manhã, o que complicou o trânsito do interior à capital. Houve interdições em dois pontos da BR-101 (...), na BR-232 (...) e na PE-045. Em Jaboatão, manifestantes queimaram pedaços de madeira e entulhos para bloquear a Avenida Beira Mar de Barra de Jangada, que leva ao acesso da Reserva do Paiva. À tarde foi a vez da Av. Agamenon Magalhães, no Derby, ter os dois sentidos paralisados (JORNAL DO COMMERCIO, 11/05/2016, p. 4).

No que se refere ao último exemplo acima citado, logo após esse trecho a matéria ressaltou posicionamento de Alexandre Padilha, à época o Secretário de Segurança de São Paulo e cotado para integrar um ministério no governo Temer, sobre os bloqueios das estradas. O mesmo “classificou as manifestações de ontem como ‘Atos de guerrilha’” (JORNAL DO COMMERCIO, 11/05/2016, p. 4). No caso dos protestos favoráveis à saída de Dilma, a matéria remete à preocupação responsável pelo futuro do Brasil por conta da crise criada pelo governo do PT.

Mais de 3 milhões (segundo as PMs) foram às ruas ontem contra o governo Dilma, o PT e a corrupção. Em São Paulo, multidão bateu recorde das Diretas Já. Com o PMDB quase fora da administração e a oposição hostilizada em público, são muitas as dúvidas com relação ao futuro do País, paralisado pela crise política e econômica (JORNAL DO COMMERCIO, Capa, 14/03/16, p.1).

Além da análise dos dados a partir das estratégias e categorias dispostas nos procedimentos metodológicos, é possível fazer alguns apontamentos acerca da cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações relacionadas ao *impeachment* de Dilma. A primeira delas refere-se às fórmulas utilizadas na cobertura das manifestações. Após análise das matérias, é possível destacar duas fórmulas específicas, que se vinculam aos dois tipos de manifestações retratadas nos textos a partir das causas dos protestos. A fórmula utilizada na cobertura das manifestações favoráveis à saída de Dilma se baseia em *impeachment* de Dilma, prisão de Lula<sup>68</sup> e combate à corrupção. Assim, podemos resumir a fórmula em (A) Dilma afastada – PT sai – Lula preso – Fim da corrupção. Já a cobertura das manifestações contrárias ao *impeachment* aponta como principais bandeiras dos protestos a defesa do mandato de Dilma, sob a alegação de que a mesma não cometeu crime, apoio a Lula e ao PT.

---

<sup>68</sup> Ideia defendida pelos manifestantes favoráveis ao *impeachment* em virtude dos escândalos de corrupção, das acusações da operação Lava Jato e do vazamento do áudio de uma conversa entre ele e a presidente, a partir da qual os dois são acusados acordo político para nomeação de Lula como ministro da Casa Civil com o intuito de obter foro privilegiado e, assim, não poder ser investigado pelo juiz Sérgio Moro

Sendo assim, a fórmula relacionada à cobertura das manifestações contra o *impeachment* é descrita como (B) Dilma inocente – não vai ter *impeachment* – Lula inocente.

As duas fórmulas aqui elencadas permeiam a cobertura do JC acerca das manifestações e estão presentes nas matérias de acordo com o tipo de protesto noticiado. Entretanto, ao comparar o uso das mesmas na cobertura como um todo, percebe-se destaque para a fórmula (A). Mesmo quando as matérias abordam os protestos contrários a saída de Dilma, os mesmos são enquadrados na cobertura como respostas à ação da população favorável a saída da presidente do poder. Isso pode ser entendido a partir da conjugação de três fatores: a presença de Dilma e Lula como personagens principais em todas as matérias, as narrativas da crise política e de combate a corrupção que permeiam as edições do jornal em concomitância com as matérias relacionadas às manifestações - sobretudo ao relatar a operação Lava Jato e o aumento da impopularidade da presidente -, e a partir das ideias defendidas pelo jornal em seus editoriais, como já abordado nessa análise.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do corpus dessa pesquisa sugere uma cobertura inclinada para a legitimação das manifestações favoráveis ao *impeachment*. Isso pode ser percebido pelas estratégias discursivas empreendidas pelo periódico tanto nas matérias relacionadas aos protestos quanto na cobertura do contexto político de forma geral. Nos textos que abordaram as manifestações favoráveis à saída de Dilma do poder, tais protestos foram descritos como ações festivas que representaram a vontade política de uma parcela da população cansada dos casos de corrupção, cuja responsabilidade, segundo o senso coletivo, deve ser atribuída, sobretudo, aos políticos do PT.

Essa indignação contra a corrupção, personificada nos políticos petistas e encontrada nas manifestações pró *impeachment*, foi referendada pelo JC em seu editorial, no qual afirma que a corrupção praticada por políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores “sabotou e dilapidou o patrimônio dos brasileiros, esculhambando ministérios, empresas estatais e até agências reguladoras” (JORNAL DO COMMERCIO, 17/04/2016, p.8). O jornal afirmou, ainda, que a permanência “de um modelo político viciado, que causa sérios transtornos à população, deve ser combatida com ainda mais vigor, seja qual for o remanescente da chapa Dilma/Temer na cadeira presidencial” (JORNAL DO COMMERCIO, 17/04/2016, p.8).

A veiculação desse editorial no dia da votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados tem forte representação simbólica, tendo em vista que o jornal se posiciona contrário ao modelo de governo feito pelo PT na data em que os deputados decidem sobre o prosseguimento do processo que pode afastar Dilma do poder. Esse é um importante indicador da orientação política e ideológica presente no material analisado nessa pesquisa.

Além da opinião expressa nos editoriais, é possível inferir um posicionamento do veículo ao analisarmos a caracterização das manifestações e o uso dos enunciados relacionados aos protestos e aos manifestantes nas matérias veiculadas pelo periódico. O destaque dado pelo JC ao grande número de participantes nos protestos favoráveis ao *impeachment* reforça a ideia de que a população brasileira de forma geral estava ali representada, e que a voz das ruas deveria ser ouvida, como afirmou o juiz Sérgio Moro<sup>69</sup>. Em contraposição, a utilização de termos como “atos tímidos” e “eventos isolados” para classificar as manifestações contrárias ao *impeachment* acaba por enquadrá-las como expressões de uma pequena parcela da população.

---

<sup>69</sup> A fala do juiz foi publicada em matéria veiculada pelo JC no dia 14 de março de 2016.



Esse mesmo enquadramento é percebido no uso dos enunciados relacionados aos manifestantes: os participantes das manifestações em apoio ao governo de Dilma foram caracterizados como militantes e ligados ao PT, enquadramento esse que não leva em consideração a participação nos protestos de pessoas que não tinham nenhuma ligação com o partido e que, mesmo assim, não apoiavam a saída de Dilma. Essa caracterização acaba por rotular os próprios protestos, que passam a ser vistos como apoiados por apenas uma parcela da população motivada por interesses pessoais/particulares. Já os manifestantes contrários ao governo de Dilma são caracterizados pelas suas ocupações, graus de instrução, isto é, possuem uma identidade. Além disso, o uso de enunciados como população e brasileiros remete à ideia de representação da sociedade como um todo, o que legitima os protestos e os caracterizam como porta-vozes da população em geral e do interesse público. Tais mecanismos denotam juízo de valor por parte do jornal no que concerne às manifestações contrárias ao *impeachment* de Dilma, que foram dissimulados para aparentar isenção na representação noticiosa.

Após análise da cobertura em geral e a partir das considerações acima mencionadas, é possível inferir indícios de criminalização das manifestações contrárias à saída de Dilma do poder, a partir do enquadramento das mesmas como atos realizados por militantes do PT em reação aos protestos favoráveis à saída da então presidente. Esses últimos foram legitimados pela cobertura como atos realizados por parte da população brasileira que visa o combate à corrupção e quer a melhoria do contexto econômico e político do país. Assim, as manifestações contrárias a esse desejo de bem-estar social, subentendido nos discursos de punição aos corruptos e recuperação da crise política e econômica, tendem a ser interpretadas como algo ruim para a população. Outro indício de criminalização dos movimentos contra *impeachment* se ancora no destaque dado aos casos de violência ocorridos nos protestos, sobre tudo no segundo momento das manifestações, no qual as matérias reportaram com mais frequência os confrontos entre policiais e manifestantes.

Apesar dos atos pró *impeachment* terem suas pautas e atitudes legitimadas nas matérias veiculadas pelo JC, é possível destacar um ponto em comum na cobertura dos dois tipos de protestos: o pouco espaço dado pelo jornal para as vozes dos participantes das manifestações. Das 36 matérias analisadas nessa pesquisa, em apenas cinco textos os manifestantes são ouvidos diretamente, com falas transcritas pelo repórter. Esse aspecto é decorrente do modelo de cobertura comumente utilizado pela mídia ao abordar ações sociais coletivas, no qual há o silenciamento das vozes e opiniões dos manifestantes, que são substituídas na cobertura pelas versões oficiais dos organizadores dos protestos.

No caso aqui estudado, as versões dos organizadores estiveram presentes em todas as matérias analisadas. Entretanto, não houve pluralidade de vozes nos textos, que se basearam nas informações apresentadas pela organização do protesto e pela Polícia Militar. A cobertura não apresentou contrapontos consideráveis e as matérias limitaram-se abordar questões pontuais do contexto no qual o processo de *impeachment* estava inserido. O pequeno indício de ideia contrária foi apresentado de maneira sutil nos textos sobre as manifestações contra a saída de Dilma, nos quais foi citada a ocorrência de protestos anteriores que tinham como pauta o apoio à saída da presidente do poder. Assim, apesar de citaram mais de uma fonte, as matérias apresentaram um mesmo ponto de vista, o que caracteriza a cobertura com versão única com mais de uma fonte, conforme conceito de Edwar Hermann (1999). Nesse contexto, os resultados da análise do *corpus* sugerem que a cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações relacionadas ao *impeachment* de Dilma Rousseff se estabeleceu orientada por um enquadramento da situação concebida a partir de uma diversidade marginalizada, tendo em vista que apenas um conjunto de fatos e visões foi colocada à disposição da população.

Essa ausência de diversidade significativa se evidencia porque a maioria dos textos publicados abordaram ou as manifestações favoráveis ou os protestos contra o *impeachment*. Mesmo quando as matérias citam a existência dos dois tipos de manifestação no mesmo texto, a condução narrativa empreendida pelo jornal destaca a separação dos mesmos. Dessa maneira, a cobertura do JC acerca das manifestações evidencia a divisão entre manifestantes favoráveis e contrários à saída de Dilma do poder, estratégia essa também evidenciada no uso de imagens, sobretudo nas capas do jornal aqui analisadas. Diante do alcance de público do periódico, haja vista figurar como o jornal impresso com maior circulação média do estado, essa separação evidenciada na cobertura pode contribuir para fomentar essa divisão entre manifestantes pró e contra o *impeachment* fora da narrativa do jornal.

Outro aspecto que salta aos olhos na análise da cobertura do JC diz respeito ao não aprofundamento das causas defendidas pelos manifestantes: elas foram citadas repetidas vezes ao longo da cobertura, porém sem detalhamento acerca das motivações e do significado das mesmas para o contexto político do país. Entretanto, vale ressaltar que mesmo com matérias sem aprofundamento, as bandeiras defendidas pelo movimento pró-*impeachment* permearam as narrativas do jornal no que se refere ao campo da política. Dessa maneira, a cobertura empreendida pelo JC acerca do contexto político acabou por legitimar e fortalecer tais causas. Isso ocorre porque o entendimento e a interpretação do leitor sobre os fatos noticiados no jornal são construídos, entre outras coisas, a partir do contexto discursivo no qual o fato está

inserido, o que, no caso do objeto analisado, envolve a cobertura geral relacionada ao campo político e não só as matérias sobre os protestos.

Diante do exposto, é possível perceber que o Jornal do Commercio abordou as manifestações como pontos importantes no contexto do *impeachment*, sobretudo os protestos favoráveis à interrupção do mandato de Dilma. Entretanto, o destaque da temática no discurso do jornal variou de acordo com as ações do contexto político da época: os protestos foram amplamente trabalhados até a votação na Câmara dos Deputados. Após o processo seguir para o Senado, as manifestações passaram a figurar em segundo plano nas edições do jornal, e questões relacionadas ao *impeachment* em si figuraram como foco das matérias. Essa mudança de status dos protestos na cobertura pode sugerir, dentre outras interpretações, que os mesmos foram utilizados pela opinião pública – na qual a mídia atua como articuladora central e estratégica – como instrumento de pressão pública para instauração do processo de *impeachment*.

Outra observação acerca da cobertura do JC é a sua aproximação, de maneira geral, da cobertura feita pela mídia nacional, no qual a narrativa jornalística enquadrou os protestos favoráveis ao *impeachment* de maneira a legitimá-los e abordou as manifestações contrárias a partir da ótica de protestos de militantes do PT.

Em uma sociedade na qual a mídia tem grande influência no agendamento do debate público e ajuda a construir socialmente a realidade, essa estratégia discursiva utilizada pelos veículos de comunicação na cobertura das manifestações relacionadas ao *impeachment* figura como um importante elemento no processo de interrupção do mandato de Dilma. Por meio do discurso jornalístico, os protestos, sobretudo os favoráveis ao *impeachment*, ganharam espaço no debate público e foram legitimados enquanto acontecimentos reais de interesse da sociedade – o que figura como notícia na mídia tende a ocupar lugar de destaque nas conversas do público.

A narrativa midiática empreendida pelo Jornal do Commercio sobre as manifestações, permeada de narrativas subjacentes relacionadas à corrupção e a crise política, refletiu, de maneira sistemática, o posicionamento expressado pelo periódico em seus editoriais: combate à corrupção e ao modelo político executado pelo governo em questão. Para isso, utilizou estratégias discursivas que sugerem a desqualificação dos protestos contrários à saída de Dilma e legitimação das manifestações favoráveis. Essa partidarização da cobertura sugere o uso dos meios de comunicação para atender aos interesses do veículo, o que vai de encontro à ideia de que a mídia deve operar a partir do interesse público, conforme a autocompreensão normativa dos veículos de comunicação.

É importante destacar que o discurso, sobretudo o midiático, é parte fundamental na construção das relações sociais e, portanto, deve ser utilizado como ferramenta para a formação de uma sociedade com igualdade de direitos e de acesso à produção e recepção de bens culturais. Dessa maneira, deve prezar pela pluralidade de vozes e o confronto de ideias e proporcionar espaços reais de debate acerca de questões importantes para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Sandra. Plim, plim contra a democracia. In: **Caros Amigos**, ed. 210, Ago 2016, p. 17-26
- ALEXANDRE, Marcos; FERNANDES, Renata. O poder hoje está na mídia. **Comum**. v.11, n.26, jan-jun 2006, p.145-168.
- ARBEX JR., José. **O Jornalismo Canalha**: a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.
- ARCAYA, Oscar. Aristóteles y la Teoría Democrática. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.VI, n.2, p.7-46, 1984. Disponível em <[http://www.revistacienciapolitica.cl/2013/articulos/aristoteles-y-la-teoria-democratica/attachment/01\\_vol\\_06\\_2/](http://www.revistacienciapolitica.cl/2013/articulos/aristoteles-y-la-teoria-democratica/attachment/01_vol_06_2/)> Acesso em 11 out 2016.
- ARENDT, Hannah. O que é Política? 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ASSIS, Denise. Mídia e novo golpe. In.: PRONER, Carol (Orgs) *et. al.* **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016, p. 95-96
- ASSUNÇÃO, Danilo. **A mídia e a construção social da realidade**. Disponível em <[http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_midia\\_e\\_a\\_construcao\\_da\\_realidade](http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_midia_e_a_construcao_da_realidade)> Acesso em 01 set 2016.
- BARBOSA, Bia; MARTINS, Helena. Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia. Carta Capital, 21 mar 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia>> Acesso em 12 mar 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: EDIÇÕES 70, 2002.
- BAUER, Martin; GASKELL, George (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2ed. Pôrpolis: Vozes, 2003, p. 64-89
- BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In.: BAUER, Martin; GASKELL, George (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2ed. Pôrpolis: Vozes, 2003, p. 189-217
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Disponível em <<http://www.libertarianismo.org/livros/nbofdd.pdf>> Acesso em 02 out 2016
- \_\_\_\_\_. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ed, v.1. Brasília: Editora. UnB, 1998.
- BOFF, Leonardo. **As multidões nas ruas**: como interpretar? 28 jun 2013. Disponível em <<https://leonardoboff.wordpress.com/2013/06/28/as-multidoes-nas-ruas-como-interpretar/>> Acesso em 27 nov 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Helena H. Naganime. **Introdução à análise do discurso**. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CÂMARA, Antônio. Imprensa e movimento dos sem-terra: interpretação, revelação e ocultação dos fatos. In: *Comciência*, 2003. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/agraria/agr16.shtml> > Acesso em 13 nov 2016.

CAMPILONGO, Celso. **Representação política**. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. Democracia e legitimidade: representação política e paradigma dogmático. **Revista de informação legislativa**, v. 22, n. 86, abr/jun 1985, p. 29-40. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181606> > Acesso em 22 out 2016.

CARDON, Dominique. **A democracia internet: promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARNEIRO, Henrique. Apresentação: Rebeliões e ocupações de 2011. In .: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012, p. 7-14

CARTA MAIOR. **O painel e as formas do protesto social**. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/O-panel-e-as-formas-do-protesto-social/4/33657>>, acesso em 22 mai 2016.

CARVALHO, Laura. Para enfrentar a crise, Temer aumenta gastos com publicidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 out 2016. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/laura-carvalho/2016/10/1820312-para-enfrentar-a-cri-se-temer-aumenta-gastos-com-publicidade.shtml> > Acesso em 07 nov 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do Labirinto II: domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Rakel; ROCHA, Heitor. Comunicação, Ideologia e Ciência: questões epistemológicas e metodológicas. *Revista Estudos em Comunicação*. nº 21, dez/2015 p. 93-111. Disponível em < <http://www.ec.ubi.pt/ec/21/pdf/ec-21.pdf> > Acesso em 02 dez 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CRUZ, Carole. **Movimentos sociais, mídia e a aura do impulso da mudança**. 2012. Disponível em < <http://www.infonet.com.br/noticias/educacao/ler.asp?id=136672> > Acesso em 20 mar 2017.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Penso, 2006.

DIÁRIO de Notícias. **Manifestação da "geração à rasca" promete juntar milhares**. 12 mar 2011. Disponível em < <http://www.dn.pt/dossiers/politica/crise-politica-no-segundo-governo-de-socrates/noticias/interior/manifestacao-da-geracao-a-rasca-promete-juntar-milhares-1804490.html> > Acesso em 26 nov 2016.

DIJK, Teun Van. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992

\_\_\_\_\_. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DINES, A. Prefácio. *In: Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DUARTE, Fernando. **'Partidarismo' de mídia no Brasil deu peso a imprensa internacional, diz colunista da 'Economist'**. 28 abr 2016. BBC Brasil. Disponível em < [http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160426\\_michael\\_reid\\_economist\\_entrevista\\_fd](http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160426_michael_reid_economist_entrevista_fd) > Acesso em 01 dez 2016.

DUARTE, Teresa. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **Cies e-working paper**. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. 2009. Disponível em < <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20Duarte.pdf> > Acesso em 30 nov 2016.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **The political power of words: "democracy" and political strategies in the United States and France (1776-1871)**. 2001. 374f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of British Columbia, Canadá.

EL PAÍS. Do que Dilma é (e não é) acusada no parecer votado no Senado nesta quarta. 12 mai 2016. Disponível em < [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459453388\\_280149.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459453388_280149.html) > Acesso em 13 nov 2016.

ESTADÃO. Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma. 13 mar 2016. Disponível em < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047> > Acesso em 16 nov 2016

ESTEVES, João Pissara. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001

FAUSTO NETO, Antônio. A Sentença dos Media: o discurso antecipatório do impeachment de Collor. *In.: Revista Comunicação & Política: comunicação na América Latina*. Ano XIII, n. 22-25. São Paulo: CBELA, 1993. p. 168-193.

FINLEY, Moses.. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOLHA DE S. PAULO. Manifestações pelo Brasil são destaque na imprensa internacional. 13 mar 2016. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749508-manifestacoes-pelo-brasil-sao-destaque-na-midia-internacional.shtml> > Acesso em 22 mar 2017.

\_\_\_\_\_. Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha. Edição 19 mar 2016. Disponível em < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/03/19/2> > Acesso em 25 mar 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

G1. Manifestantes fazem atos em defesa de Dilma em 25 estados e no DF. 20 ago 2016. Disponível em < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-favor-do-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html> > Acesso em 30 nov 2016

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In.*: BAUER, Martin; GASKELL, George (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. *In.*: BAUER, Martin; GASKELL, George (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 244-270

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST - Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 47, maio-ago 2011, p. 333-361. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> > Acesso em 18 fev 2017.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014

\_\_\_\_\_. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013. **Revista Diálogo Educacional**, v.16, n.47. Curitiba: jan/abr 2016, p. 125-146. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=255> > Acesso em 27 nov 2016.

GREGOLIM, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *In.*: **Dossiê Comunicação, Mídia e Consumo**. V.4, n. 11. Nov 2007, p. 11-25. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaeconsumo/article/viewFile/6865/6201> > Acesso em 06 fev 2017.

GUARESCHI, Pedrinho. Apresentação à edição brasileira. *In.*: THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002, p. 11-19.

GUARESCHI, Pedrinho, *et al.* **Comunicação e Controle Social**. 6ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2004

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. O que significa democracia deliberativa. *In.*: **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC**. Ano 1, n.1, jan-mar 2007. Belo Horizonte, p. 17-78. Disponível em < <http://www.upenn.edu/president/images/president/pdfs/significa-democracia-2007.pdf> >



GÜNTHER, Hartmut. 2006. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.22, n.2, mai/ago 2006, p.201-210. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2> > Acesso em 29 nov 2016.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy**. Cambridge: Polity, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. Participação Política. *In.*: CARDOSO, Fernando; MARTINS, Carlos. **Política e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1983, p. 375-388.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. *In.*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Veja, 1999, 2ed. p. 224-248

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. *In.*: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 123-142.

HORTA, Luiz. Anatomia Social do Golpe: 2013-2016. *In.*: SLAVIERO, Cleusa (org). **Crônicas da resistência 2016: narrativas de uma democracia ameaçada**. Curitiba: ComPact6os, 2016, p. 51-54.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *In.*: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc> > Acesso em 10 mar 2017.

LADEIRA, Francisco. **A mídia realmente tem o poder de manipular as pessoas?** Observatório da Imprensa. 14/04/2015. Disponível em < <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-midia-realmente-tem-o-poder-de-manipular-as-pessoas/> > Acesso em 22 set 2016.

LAGE, Daniel. Reflexões sobre a leitura de “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel. 2013. Disponível em < <https://lage.milharal.org/2013/01/09/reflexoes-sobre-a-leitura-de-o-principe-de-nicolau-maquiavel/> > Acesso em 23 out 2016.

LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 123-142.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LAZZAROTTO, Gisley; ROSSI, Janete. Comunicação, Gestalt e Behaviorismo. *In.*: GUARESCHI, Pedrinho, *et al.* **Comunicação e Controle Social**. 6ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2004

LEVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Editions Odile Jacob, 2002 Instituto Piaget, 2003.

\_\_\_\_\_. Pela Ciberdemocracia. *In.*: MORAES, Dênis (org). **Por uma outra comunicação**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012

LIMA, Venício. As manifestações de junho e a mídia. *In.*: Brasil de Fato. 2013a. Disponível em < <http://www.brasildefato.com.br/node/13347> > Acesso em 22 set 2013, as 17h57

\_\_\_\_\_. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. *In.*: MARICATO, Erminia *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013b, p. 89-94.

\_\_\_\_\_. Os escândalos políticos midiáticos. **Observatório da Imprensa**, 19 set 2010. Disponível em < <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/os-escandalos-politicos-midiaticos/> > Acesso em 07 nov 2016.

LIPSON, Leslie. **A civilização democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LUBENOW, Jorge. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion: Revista de Filosofia**. Vol. 51, n. 121, jun/2010, p. 227-258. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2010000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2010000100012&script=sci_arttext) > Acesso em 23 out 2016.

LÜCHMANN, Ligia. Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. 2002. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP

MACPHERSON, Crawford. **A Democracia Liberal Origens e Evolução**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MARAMBAIA, Hudson P. A dinâmica do MST na grande imprensa: uma arquitetura de significados. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Orientador: Antônio da Silva Câmara. Salvador: FFCH/UFBA, 2002. (MIMEO). 177

MARINONI, Bruno. **Duras críticas à cobertura da mídia tradicional**. Disponível em < [http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed753\\_duras\\_criticas\\_a\\_cobertura\\_da\\_midia\\_tradicional/](http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed753_duras_criticas_a_cobertura_da_midia_tradicional/) > Acesso em 22 set 2016

MARQUES, Wiliam. **A construção do escândalo político midiático na Folha de S. Paulo**: uma análise dos seis escândalos políticos envolvendo ministros do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2015. 131f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru-SP. Disponível em < <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132507/000853836.pdf?sequence=1> > Acesso em 07 nov 2016.

MARROQUIM, Rafael. O discurso jornalístico sobre movimentos sociais em Pernambuco. *In.* MONDAINI, Marco (org). **Mídia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos**: o desafio democrático à comunicação. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, p. 171-200)

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Globalização comunicacional e transformação cultural *In* MORAES, Denis de (org.) **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 57-86.

MAZZOTI, Henrique. Mídia e questionamento do poder: três abordagens teóricas. *In.*: COUTINHO, Eduardo; FILHO, José; PAIVA, Raquel (orgs). **Mídia e poder**: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 255-273.

MEDEIROS, Alessandro. Democracia participativa. Disponível em < <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-participativa/> > Acesso em 24 out 2016.

\_\_\_\_\_. Democracia deliberativa. Out 2016. Disponível em < <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-deliberativa/> > Acesso em 25 out 2016.

\_\_\_\_\_. CiberDemocracia. Disponível em < <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/> > Acesso em 28 out 2016.

MIGUEL, Luis. Quatro poderes e um golpe. *In.*: FREIXO, Adriano; RODRIGUES, Thiago (orgs). **2016: o ano do Golpe**. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2016, p. 96-115

MINISTÉRIO Público Federal. Caso Lava Jato. Disponível em < <http://lavajato.mpf.mp.br/lavajato/index.html> > Acesso em 01 dez 2016.

MIRANDA, Sandro. A crise na democracia representativa e a reforma política. 2005. Disponível em: < <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/reforma.pdf> > Acesso em 23 out 2016.

MIRANDA, Ana Paula. Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do estado. **Lex Humana**. Petrópolis, n. 1, 2009, p. 218 – 237. Disponível em <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33908/1/LH1-1\\_artigo10.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33908/1/LH1-1_artigo10.pdf?ln=pt-pt)> Acesso em 22 fev 2017.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. 2001. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html> > Acesso em 21 jul 2013, as 21h05

MOTTA, Luis Gonzaga. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora UnB, 2002

MOURÃO, Mônica; MARTINS, Helena. **A legitimidade do impeachment construída pela grande mídia**. 2016. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-legitimidade-do-impeachment-tramada-pela-grande-midia> > Acesso em 13 set 2016.

NEGREIROS, Davys. Mídia e política: a metamorfose do poder. **Revista Espaço Acadêmico**. n.19, ano 2, Dez 2002. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/019/19cnegreiros.htm> > Acesso em 04 nov 2016.

NÓBREGA, Camila. **O olhar da imprensa internacional sobre o impeachment no Brasil**. 28 abr 2016. Carta Capital. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-olhar-da-imprensa-internacional-sobre-o-impeachment-no-brasil> > Acesso em 30 nov 2016.

O GLOBO. Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro. Edição 14 mar 2016.

\_\_\_\_\_. Um “basta” das ruas a Dilma, Lula e PT (Editorial). 16 mar 2016.

\_\_\_\_\_. Aliados de Lula e Dilma fazem manifestação em todos os estados. Edição 19 mar 2016. Disponível em < > Acesso em 25 mar 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. 13/03/2016. Edição 14 mar 2016. Disponível em < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160314-44708-nac-1-pri-a1-not> > Acesso em 25 mar 2017.

PIERINI, Alexandre. Democracia dos antigos x democracia dos modernos – uma revisão de literatura. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, jul/dez 2008, p. 125-134. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5464>> Acesso em 22 out 2016.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Pâmela. **Mídia e Política no Brasil: grande imprensa x coronelismo eletrônico**. In.: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais... 2009. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/premios/2009/PamelaPinto.pdf>> Acesso em 12 nov 2016.

PLOU, Dafne; VIEIRA, Vera. **Mulher e Tecnologias: a virtualidade como espaço transformador das relações de gênero**. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2007.

POGREBINSCHI, Thamy. Entre Representação e Participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro. In.: Série Pensando o Futuro. N.27, 2010. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/269275749\\_Entre\\_Representacao\\_e\\_Participacao\\_as\\_conferencias\\_nacionais\\_e\\_o\\_experimentalismo\\_democratico\\_brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/269275749_Entre_Representacao_e_Participacao_as_conferencias_nacionais_e_o_experimentalismo_democratico_brasileiro)> Acesso em 22 out 2016.

ROCHA, Heitor; CORREIA, João; TELLERÍA, Ana. Esferas públicas, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. In.: Revista Eptic, v. 19, n.1, jan-abr 2017, p. 153-169. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/6361>> Acesso em 12 mai 2017.

RODRIGUES, Fernando. TV Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões de publicidade federal com PT no governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jun 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1649933-tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto.shtml>> Acesso em 07 nov 2016.

ROSÁRIO, Miguel. Exclusivo! Temer inicia trem da alegria para a mídia do golpe. Repasses federais à Folha crescem 78%. Disponível em <<http://www.ocafezinho.com/2016/10/01/temer-inicia-trem-da-alegria-para-a-midia-do-golpe-repasses-federais-a-folha-crescem-78/>> Acesso em 07 nov 2016.

\_\_\_\_\_. Exclusivo! Trem da alegria 3: às vésperas da eleição, governo Temer amplia gastos com mídia exterior em 1854% Disponível em <<http://www.ocafezinho.com/2016/10/05/exclusivo-trem-da-alegria-3-as-vesperas-da-eleicao-governo-temer-amplia-gastos-com-midia-exterior-em-1854/>> Acesso em 07 nov 2016.

ROVER, José. A democracia digital possível. In: **Revista Sequência**, n.52, jul 2006, p. 85-104. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15202/13827>> Acesso em 13 mai 2017.

RUBIM, Antônio. Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia. **Opinião Pública**, Campinas, v.VII, n.2, 2001, p. 168-181. Disponível em <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641081/8593>> Acesso em 26 out 2016.

SAMPAIO, Américo. É preciso romper as travas da soberania popular no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 23 fevereiro 2016. Disponível em <<http://diplomatie.org.br/acervo.php?id=3187>> Acesso em 24 out 2016.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In.: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual (orgs). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 71-82.

SILVA, Ivonei Freitas da. Arendt: ação, discurso e esfera pública. 2009, 105f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Filosofia), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em < [http://cascavel.ufsm.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2703](http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2703)> Acesso em 25 out 2016.

SILVA, Louise. **Conferências nacionais de políticas públicas e democracia participativa:** conferências de políticas para as mulheres e decisões governamentais no período Lula (2003-2010). 2012. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

SILVA, Matheus. Pensar a cidade a partir do Filoctetes de Sófocles. XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015. Disponível em < [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439858589\\_ARQUIVO\\_Texto-Anpuh.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439858589_ARQUIVO_Texto-Anpuh.pdf)> Acesso em 24 out 2016.

SOUSA, Jessé. **A radiografia do golpe:** entenda como e por quê você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Democracia Ateniense"; *Brasil Escola*. Disponível em < <http://brasilecola.uol.com.br/historiag/democracia-ateniense.html>>. Acesso em 19 de outubro de 2016

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **O escândalo político:** poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

UM JORNALISMO sob o signo da política. Cadernos da Comunicação. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. Disponível em < <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101422/memoria14.pdf>> Acesso em 06 nov 2016.

VIGLIO, José Eduardo. [Avaliação da experiência do Orçamento Participativo numa cidade média:](#) o caso de Jaboticabal – SP. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP. Disponível em < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4377>> Acesso em 21 out 2016.

VIZER, Eduardo. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: VIZER, Eduardo; FERREIRA, Jairo (orgs). **Mídia e movimentos sociais:** linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007, p. 23-52

VOLANIN, Leopoldo. Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. In.: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense.** v.1. 2007. Disponível em <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2007\\_unicentro\\_hist\\_artigo\\_leopoldo\\_volanin.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_unicentro_hist_artigo_leopoldo_volanin.pdf)> Acesso em 24 jan 2017

WERLE, Denilson Luis. Razão e democracia - uso público da razão e política deliberativa em Habermas. In.: **Trans/Form/Ação**, v. 36, Edição Especial, p. 149-176, Marília, 2013. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732013000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732013000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)> Acesso em 24 out 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1999

\_\_\_\_\_. **Teoria das Comunicações de Massa.** São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2003